REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

ano 25, número 25, 2018

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2018-2019

Presidente: *Neusa Fernandes*
Vice-Presidente: *Miridan Britto Falci*
1º Secretário: *Lená Medeiros de Menezes*
2ª Secretária: *Vera Cabana de Andrade*
1º Tesoureiro: *Lucia Helena da Silva*
2º Tesoureiro: *Ana Maria Moura*

Conselho Fiscal
Efetivos
Alex Nicolaeff
Jaime Antunes
Fania Fridman

Suplentes
Mary Lucy Murray Del Priore
Hildete de Melo Araujo
Salvador Mata e Silva

Comissões Especiais
Admissão e Exclusão de Sócios
Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia
Arno Wehling
Maria de Lourdes Vianna Lira
Mary Del Priore

Ciências Auxiliares da História
Vera Lucia Botrel Tostes
Ondemar Ferreira Dias Gomes
Ângela Ancora da Luz

Redação da Revista e/ou Anuário
Editores:
Miridan Britto Falci
Paulo Knauss
Conselho editorial:
Carlos Whers
Surama Conde
Marco Aurélio dos Santos
Vera Cabana de Andrade
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Rogéria de Ipanema

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006

REVISTA
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
RIO DE JANEIRO

IHGRJ

ano 25, número 25, 2018

Rio de Janeiro
2018

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 2015
Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Editores Responsáveis
Miridan Britto Falci
Paulo Knauss de Mendonça

Conselho Editorial
Carlos Whers
Surama Conde
Marco Aurélio dos Santos
Vera Cabana de Andrade
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Rogéria de Ipanema

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) – História – Periódicos. 2. Brasil – História – Periódicos. 3. Cultura – Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – 9

ARTIGOS

O ENIGMA GUARACIABA UM BARÃO NEGRO, EMPRESÁRIO NO BRASIL IMPERIAL – 17
Miranda Neto

O OLHAR DA DESCOBERTA: OS FRADES EM DUAS PINTURAS DO RIO DE JANEIRO DE NICOLAS-ANTOINE TAUNAY – 41
Cláudia Matos Pereira
Luís Jorge Gonçalves

MOSAICO POLIFONICO NA ESCRITA DE MARIA GRAHAM: CONEXÕES ENTRE A VOZ POLÍTICA E O OLHAR SENSÍVEL DA AUTORA SOBRE O RIO DE JANEIRO-1821-1822 – 63
Denise Maria Couto Gomes Porto

GREVE DOS COCHEIROS – 79
Neusa Fernandes

MINAS GERAIS, CAPITAL GUANABARA – 89
Nelson de Castro Senra

CONCURSO HISTORIAS DO RIO

APRESENTAÇÃO DO CONCURSO HISTORIAS DO RIO – 111
Miridan Britto Falci

VENDE-SE OU ALUGA-SE: O MAPEAMENTO DO LEITE MERCENÁRIO NA BELLE ÉPOQUE TROPICAL – 113
Caroline Amorim Gil

NOS TRILHOS DA FOLIA: OS BONDES NO CARNAVAL CARIOCA – 139
Carlos Henrique Milhono Campos

BATUCADA À MEIA NOITE: WALT DISNEY NA "SAMBA SCHOOL" DA PORTELA – 157
Pablo Santos Ribeiro Hernandez

O PASSADO E O FUTURO: O BONDE E O VLT NO RIO DE JANEIRO – 173
Thatiane Piazza de Melo

PELO DIREITO AO LAZER: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS CLUBES DANÇANTES 1900-1910 – 189
Juliana da Conceição Pereira

OS FOLHETINS LÍRICOS DE LUIZ CARLOS MARTINS PENNA E A ÓPERA DA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO IMPERIAL (1846-1847) – 213
Luiz Costa-Lima Neto

SAUDAÇÕES E DISCURSOS

ARQUIVO, HISTORIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO: PONTUAÇÕES PRESENTES – 245
Beatriz Kushnir

SAUDAÇÃO AO SÓCIO JOÃO EURÍPEDES FRANKLIN LEAL – 259
Miridan Britto Falci

INTER-RELACIONAMENTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO NA ÉPOCA COLONIAL – 263
João Eurípedes Franklin Leal

SAUDAÇÃO AO SÓCIO
JOÃO CARLOS NARA JÚNIOR – 269
Alex Nicolaeff

ARMANDO MAGALHÃES CORREIA E A INTEGRAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS E NATURAIS NA PRÁTICA DA PRESERVAÇÃO – 277
M.Sc. João Carlos Nara Jr.

RECEPÇÃO A NOVA INTEGRANTE DO QUADRO SOCIAL – 283
Vera Lucia Cabana Andrade

NO SIMBOLISMO DO ATO, O DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E MUDANÇA NO ESPAÇO-TEMPO DO RIO DE JANEIRO – 291
Lená Medeiros Menezes

SAUDAÇÃO AO SÓCIO BENEMÉRITO VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA – 305
Miridan Britto Falci

ALGUMAS PALAVRAS APENAS PARA SIGNIFICAR MEU SINCERO AGRADECIMENTO PELA DISTINÇÃO QUE ORA CONFERIS – 313
Victorino Chermont

RECEPÇÃO AO NOVO INTEGRANTE DO QUADRO SOCIAL – 315
Vera Lucia Cabana Andrade

ORAÇÃO DE AGRADECIMENTO DE MIRANDA NETO – 321
Miranda Neto

PESQUISA DOCUMENTAL

GENEALOGIA DOS PREFEITOS DO DISTRITO FEDERAL – XIX – 325
Paulo Carneiro da Cunha
Victorino Chermont de Miranda

RESENHAS

MIRANDA,VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE. *A FAMÍLIA CHERMONT. MEMÓRIA HISTÓRICA E GENEALÓGICA*. 2ª.ED.REVISADA E ATUALIZADA. RIO DE JANEIRO: ED. DO AUTOR, 2016. 372 PÁG.: IL, RET : 16 X 23 CM. – 331
Miridan Britto Falci

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO DE 2018 – 337
QUADRO SOCIAL – 351
FUNDADORES – 361

NORMAS DE PUBLICAÇÃO – 365

APRESENTAÇÃO

Mais uma vez, com toda a satisfação, terminamos o ano social com a revista do mesmo ano.

Miridan Britto Falci

Diretora da Revista
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

ARTIGOS

O ENIGMA GUARACIABA
UM BARÃO NEGRO, EMPRESÁRIO NO BRASIL IMPERIAL

Miranda Neto[1]

Introdução

Como foi possível, em pleno século XIX bem antes da Abolição, a um negro do interior de Minas Gerais ascender à elite sócioeconômica e política e ainda despontar como empresário bem sucedido e ser agraciado com o título de Barão?[2]

Pois esta é a história de Francisco Paulo de Almeida que, após um duro período na infância e adolescência, iniciou suas atividades como ferreiro; depois ourives na confecção de botões de colarinho muito requisitados pela elite; e violinista, ligado a várias irmandades, nas cerimônias religiosas para complementar seus ganhos; e, em seguida, tropeiro, unindo e abastecendo populações interioranas, ampliando extensa 'rede de sociabilidade' e de comércio, através de relações de compadrio. Com elas, pode aumentar sua articulação com as áreas produtoras, acumular algum capital, participar indiretamente da oligarquia cafeeira, do mercado interno e do comércio de exportação e importação. Mas como Francisco conseguia ser aceito sem poderosos padrinhos?

Alguns fazendeiros dispunham de sua própria tropa de muares[3], conduzida por um dos filhos. Este, com a idade de 14 anos podia

---

[1] ???

[2] Ocorre que, na época, a origem − se livre ou liberto − importava mais do que a pigmentação da pele.

[3] Resultado do cruzamento do jumento com a égua, o muar revelava-se mais forte e resistente do que o equino, capaz de transportar cargas mais pesadas em terrenos acidentados.

liderar equipe de cinco escravos, dividindo com os adultos as tarefas para a obtenção dos meios de sustento. O tropear constituía iniciação que possibilitava ao jovem acumular experiências e poder. Mas como conciliou os estudos com o trabalho?

Decidido a exercer atividade mais rendosa e promissora pela expansão de seus relacionamentos como tropeiro nos trajetos entre núcleos de Minas Gerais e Rio de Janeiro via Valença, antes da construção de ferrovias, Francisco resolveu diversificar a aplicação dos recursos obtidos através do comércio intensificado que seus contatos propiciaram. Mas isso era suficiente?

Com a decadência da produção aurífera, diversos troncos familiares de Minas Gerais emigraram para o vale do Paraíba do Sul procurando se estabelecer na agropecuária e investir nos engenhos de cana e na cafeicultura, então em franco desenvolvimento.

Após um período em que administrava sítios para vizinhos, Francisco vislumbrou a oportunidade de adquirir terras e investir na produção agrícola, em gêneros de subsistência, açúcar e café. Como tropeiro complementava a rede de comercialização, atingindo os mais recônditos e distantes núcleos de moradores. Desempenhava a importante função de integrar todo o interior do Brasil, entre as áreas produtoras e o mercado consumidor. A colonização do vale do Paraíba e a expansão da cultura cafeeira teriam se propagado com os recursos do setor de subsistência. Novas rotas e caminhos foram abertos e melhorados, facilitando o desbravamento e a ocupação.

Nessa época, Francisco Paulo de Almeida morava próximo a José Ildefonso de Souza Ramos[4], Visconde de Jaguari, proprietário da Fazenda Três Barras, mas residente na Corte (Rio de Janeiro) devido à sua intensa atuação na política. Francisco tornou-se compadre e depois administrador das terras do amigo, que acabou adquirindo

---

[4] Deputado federal em três legislaturas consecutivas. Baependi, MG, 1812 – RJ, 1883. Presidente do Senado (1851/52). Membro do Conselho do Imperador e do IHGB. Presidente das províncias do Piauí, Minas Gerais e Pernambuco, provedor da Santa Casa, Ministro da Justiça

da viúva em 1883 para desenvolvê-las, equipá-las e modernizá-las. Mas não conseguiu usufruir, durante razoável período, seu sucesso, pois acabou perdendo a esposa em 1889, vítima de febre amarela. Desgostoso, vendeu a fazenda ao médico cearense José Cardoso de Moura Brasil (1849-1928) em 1890, expoente da oftalmologia clínica no Brasil, criador do famoso colírio, cirurgião especializado em catarata, químico, farmacêutico, pesquisador, presidente da Academia de Medicina de 1889 a 1891, e um dos fundadores da Policlínica do Rio de Janeiro.

Ascensão do Tropeiro

Francisco Paulo de Almeida nasceu a 10 de janeiro de 1826 na atual São João d'El Rei, Minas Gerais, primogênito de 20 filhos de Antonio José de Almeida, comerciante português razoavelmente bem relacionado e Palolina (nos documentos posteriores figura Galdina como sua mãe de criação). Consta que Antonio José de Almeida manteve relacionamentos com quatro mulheres: Palolina (liberta), Galdina Alberta do Espírito Santo (1ª esposa); Maria Lima de Jesus; e Minelvina Magdalena Almeida, com quem se casou após o falecimento da primeira esposa.

No dia 25 de janeiro Francisco foi batizado na Igreja Nossa Senhora da Conceição de Prados, MG. Tropeiro durante a juventude de intensa atividade, acumulou razoável experiência financeira.

Casou com Brasília Eugênia, jovem de família valenciana, que deu à luz a 19 filhos, mas apenas dez sobreviveram até a morte do pai, sendo cinco do sexo masculino: Paulo, Artur, Mário, Francisco e Raul; e cinco do sexo feminino: Matilde, Adelaide, Cristina, Adelina e Serbelina. Entre 1840 e 1860, enfrentou com determinação e coragem várias fases como artesão, músico, tropeiro e comerciante, amealhando razoável pecúlio que investiu em diferentes atividades.

A partir da década de 1860, Francisco aproveitou a expansão da economia cafeeira para investir em inúmeras fazendas. O prestígio e o *status* de se tornar proprietário de terras e escravos não se comparava com a posição de comerciante. Embora usufruísse de invejável

situação financeira tornava-se necessário frequentar grupos influentes na sociedade e na política, colaborar com instituições filantrópicas, conseguir ser benemérito de confrarias religiosas, talvez até provedor de alguma Santa Casa. Os tentáculos precisavam se estender a todos os segmentos da sociedade.

A primeira fazenda teria sido a de São Sebastião do Rio Bonito, depois a de Santo Antonio e a famosa fazenda Veneza, todas na região de Valença/Conservatória cuja estação ferroviária manteve o nome Francisco Paulo de Almeida, que havia se associado à família Faro na construção de E. F. Santa Isabel do Rio Preto cujos trilhos percorriam as terras da fazenda.

Em 1870 quando se tornou tutor dos filhos de Domiciano Ferreira Souto, dono da Fazenda Cachoeira (Valença), e assumiu a administração dos negócios da família, já estava estabelecido como comerciante importador/exportador de vários produtos, como sócio de Domingos José da Silva Nogueira e da firma Mesquita & Guimarães que comercializava algodão, açúcar, café e cereais.

Nesse período, adquiriu as fazendas Santa Fé entre Mar de Espanha e Chiador, MG; Três Barras em Três Rios, RJ; Boa Vista em Paraíba do Sul, RJ; Santa Clara e Piracema entre Belmiro Braga e Rio Preto no Sul de Minas Gerais.

Ao dinamizar a operacionalidade das invernadas, Francisco conseguiu controlar a oferta de gado, aumentando o lucro na sua comercialização igualmente pela diversificação nos negócios de gêneros alimentícios, açúcar e café.

Aliás, a opção de diversificar sua produção e seus investimentos, salvou-o durante a decadência da cafeicultura fluminense que, a partir de 1880, entrou em franco declínio tanto pela campanha abolicionista quanto pelo esgotamento dos solos cada vez mais exauridos e pela concorrência com a promissora produção do oeste paulista cuja mão-de-obra de imigrantes revelava-se eficiente.

A instalação de uma fazenda

Ao voltar de sua viagem de estudos no exterior, o filho do Barão de Pati do Alferes exclamou revoltado: "De que valia agora, frente à força dos fatos, uma educação esmeradamente européia, se tudo o que tinha pela frente era a dura realidade brasileira: mato, café, escravos e agregados?"

Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o barão já então considerado um dos maiores cafeicultores do vale do Paraíba do Sul, decidiu, a partir daquele questionamento, dedicar ao filho Luiz sua *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Nela, além de enumerar série de providências preliminares indispensáveis, faz oportunas recomendações como a de se instalar a sede sempre próximo a fonte ou curso d'água, em local estratégico com área limpa apta a abrigar não só a casa senhorial, os galpões como as senzalas, os paióis, os engenhos, o terreiro de secar o café, o moinho, todos estes circundados pelo canavial, pelo pasto para o gado e as plantações das mudas de cafeeiros que só passariam a produzir após 3 a 4 anos em condições ideais, com vida útil de 25 anos.

Os cafezais sofriam não só com a 'praga da borboleta' como também com o inevitável esgotamento do solo, agravado pelo método de plantio em linha reta, subindo a encosta ao invés de contorná-la em curvas de nível, evitando a erosão pelas chuvas torrenciais que descobriam as raízes dos cafeeiros e esterilizavam a terra. Aquele método primitivo teria sido adotado para maior controle sobre a produtividade da mão-de-obra e a fim de agilizar a capina e a colheita, pois facilitava a circulação entre as fileiras plantadas.

Diariamente haveria revista matinal dos escravos antes da aurora, horário para as refeições, revista na volta do trabalho, o serão e a ceia antes do recolhimento às senzalas. Organização, hierarquia e disciplina estas que garantiriam o funcionamento pleno das atividades da fazenda desde que obedecida a estrutura previamente recomendada.

A expansão da cafeicultura

O movimento intenso de tropas de mulas dos pioneiros pelas estradas reabertas sobre trilhas deixadas pelos índios propiciou a

vinda de posseiros e a criação de ranchos, estalagens e vendas ao longo dos caminhos, assim como roças, pastagens, pequenas criações. Produzia-se mandioca, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e, ainda experimentalmente, café.

O povoamento do vale do Paraíba surgiu a partir deste trânsito incessante entre a Corte e as Gerais, comercializando vários produtos.

O sistema de sesmarias objetivava povoar o sertão, tornando produtivas as terras devolutas da colônia. Fidalgos com família comprovando condição financeira, posse de escravos e outros bens comprometiam-se a cultivar a terra dentro de prazos determinados. Caso não o fizessem, perderiam a concessão.

A ocupação no vale do Paraíba fluminense ocorreu através da concentração de sesmarias por funcionários da Corte, grandes comerciantes e seus protegidos. De início, instalaram engenhos para produção de açúcar, rapadura e aguardente, intensificando o tráfico negreiro para o Rio de Janeiro.

Com a decadência da economia mineira, ao invés de ouro e pedras preciosas, as caravanas traziam para o vale toucinho, queijo, café, algodão e açúcar. A construção das estradas do Comércio e da Polícia facilitaram o fluxo comercial entre o Sul de Minas e o vale do Paraíba, intercomunicando as propriedades e as sedes municipais.

O avanço da oligarquia econômica cafeeira, oferecendo *status* a seus agentes, ofuscou o setor abastecedor e ocultou o valor do tropeiro que, de alguma forma, até passou a silenciar sobre sua origem da qual deveria se orgulhar.

A crise da mineração não afetou a produção de subsistência, mas pelo contrário, estimulou a produção mercantil de alimentos para exportação, em busca de novos mercados. Foi o que ocorreu no eixo Valença-Vassouras com os engenhos e a cafeicultura, aclimatada no Rio de Janeiro, cujas mudas eram trazidas pelos tropeiros e testadas em diferentes sítios do vale, ao lado do milho e da cana. Ao subir a Serra do Mar, acompanhando as altas cotas dos terrenos de encos-

tas bem drenadas em direção a Minas Gerais, os solos propícios e as chuvas bem distribuídas favoreceram a expansão da cafeicultura no médio vale do Paraíba.

Riqueza, poder político e prestígio social complementavam-se. As mais importantes fazendas do século XIX ao longo do vale do Paraíba garantiram aos 'barões do café' e à Província do Rio de Janeiro liderança na atividade política e econômica. A economia do café marcou a fisionomia geográfica, demográfica, social e cultural da região. Plasmou as topografias dos terrenos, criou estilos construtivos próprios, direcionou o povoamento, abriu áreas pioneiras, modernizou os centros urbanos, agilizou a construção de ferrovias. Mais importante: direcionou o comércio, a política, a sociedade a partir dos interesses da unidade produtiva conhecida como a *fazenda de café*. E sofisticou a arte, a cultura e o viver de um modo peculiar.

De acordo com Mary Del Priore, os solares abrigavam magnífica prataria, aparelhos de porcelana importada, mobília inglesa e francesa distribuída em salões de visita, de música e de baile, iluminados por lustres de cristal. A água aquecida circulava nos quartos de banho.

Ser cafeicultor 'barão do café' no Vale do Paraíba fluminense na segunda metade do século XIX era adotar outra visão de mundo, um estado de espírito alheio às reais condições regionais.

Francisco Paulo de Almeida, já então dotado de algum conhecimento e capital, amealhados através de sua experiência comercial com as redes de relacionamento, decidiu investir na aquisição de fazendas no Sul de Minas, no Paraíba do Sul e em Valença, no Rio de Janeiro.

A atividade de tropeiro passava a ser complementar à de agropecuarista e cafeicultor.

Se em 1822, o café era o segundo produto mais exportado pelo Brasil, logo depois do açúcar, em meados do século liderava as exportações, atraindo para a região cada vez mais produtores. A es-

trada do Comércio aberta em 1813 e da Polícia em 1820 garantiriam, junto com os ramais ferroviários, depois construídos, o escoamento da produção.

Paraíba do Sul, Valença e Vassouras elevadas à categoria de vila viabilizaram a concessão de privilégios como a isenção de impostos, a construção de ferrovias por investidores particulares (1854) e da rodovia União e Indústria (1861) que dinamizaram o intercâmbio e a comercialização dos gêneros de subsistência e dos produtos de exportação como o açúcar, seus derivados e o café.

Como as perspectivas de exportação e comercialização se confirmaram, a partir de 1850, os cafeicultores começaram a aperfeiçoar sua produção, beneficiamento e armazenamento. Francisco adotou as mais modernas técnicas então adotadas, até para tornar todo o processo mais eficiente, considerando os custos do transporte que até então era realizado por tropas de mulas.

As primeiras ferrovias

Com a lei Euzébio de Queiroz, o incentivo à importação de maquinário, o protecionismo alfandegário a setores prioritários e a facilidade de crédito tornaram-se atrativos à expansão da produção agropecuária, à construção de ferrovias e à criação de novas empresas. Pois o capital antes aplicado no tráfico de mão-de-obra escravista tornou-se disponível a atividades produtivas ligadas ao complexo cafeeiro, garantindo os fluxos insumo-produto na importação de equipamentos, na exportação de açúcar e seus derivados e café.

A extraordinária expansão da oferta de café no vale do Paraíba para atender à demanda externa em constante crescimento, tornava inviável continuar escoando a produção em tropas de mulas por estradas intransitáveis. As ferrovias tornavam-se urgentes e indispensáveis. O Brasil ainda não detinha a tecnologia para sua construção e a nova lei impedia a utilização da mão-de-obra escrava em obras públicas. A fim de enfrentar esses empecilhos, os maiores interessados, os cafeicultores, resolveram contratar técnicos estrangeiros e o governo decidiu conceder aos trabalhadores civis isenção do recrutamento militar,

demonstrando que o Império se empenhava politicamente para o êxito do empreendimento.

Em Vassouras, Francisco José Teixeira Leite liderou alguns fazendeiros para contratar na Inglaterra os irmãos engenheiros Warring para os primeiros estudos e projetos. O maior problema constituía a subida da serra. Finalmente em 1855 foi fundada a Companhia E. F. D. Pedro II cujo primeiro presidente foi Christiano Ottoni, tendo sido a concessão desde 1852 entregue a Irineu Evangelista de Souza futuro Visconde de Mauá. O plano já era ligar o Rio de Janeiro ao vale do Paraíba Fluminense e, posteriormente, a Minas Gerais por dois ramais distintos. Em 1869 foi iniciada a construção da primeira ferrovia de bitola estreita no Brasil, a União Valenciana (Barra do Piraí – Ipiabas – Conservatória – Santa Isabel do Rio Preto), com ramal passando por Valença e Rio das Flores, cujo primeiro trecho foi inaugurado em maio de 1871. Só doze anos depois, outro trecho foi inaugurado em 21/11/1883 por D. Pedro II com a presença de Francisco Paulo de Almeida, acionista como João Pereira Darrigue de Faro e Domingos Custódio Guimarães, Barão do Rio Preto. Era a chamada Rede Mineira da E. F. do Rio Preto.

A atuação de Francisco Paulo de Almeida dominou área do médio vale do Paraíba até o sul de Minas ao permitir e incentivar ramais ferroviários em suas fazendas com apoio dos barões de Três Barras, Rio Bonito e Rio Preto.

A E. F. D. Pedro II contou com Mauá, as famílias Ottoni, Faro e Teixeira Leite como pioneiros a partir de Vassouras para atender às demandas da cafeicultura. A E. F. do Médio Vale do Paraíba, da qual Francisco participou como acionista, aumentou sua influência através de intensas interconectividades, já frequentes desde seu envolvimento no comércio, na agropecuária e nas irmandades religiosas.

Cumpre lembrar que a rodovia União e Indústria (Petrópolis – Juiz de Fora), notável obra de engenharia, de iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Lage, representou a primeira rodovia brasileira macadamizada de 144km de extensão que havia sido inaugurada 22 anos

antes também por D. Pedro II (23/06/1861) e já prestava relevantes serviços no transporte de pessoas e mercadorias.

As rodovias e as ferrovias acompanharam o direcionamento dos cafezais.

O apogeu do empresário

A beneficência tornou-se ostensiva e ostentatória concedendo *status* a quem a praticasse.

O ingresso na Irmandade da Misericórdia oferecia reconhecimento social, político, facilidade de crédito bancário e comercial. As irmandades administravam as Santas Casas cujo provedor gozava de grande influência pois geralmente era um político ou comerciante que exercia certa liderança na comunidade. O objetivo primordial da Santa Casa era prestar assistência aos carentes, viúvas e doentes. Sua fonte de recursos dependia do auxílio governamental, incentivado por D. Pedro II e do trabalho voluntário. O Império outorgava títulos mobiliárquicos aos doadores à Irmandade, isenção de impostos e estimulava a realização de loterias beneficentes.

A Santa Casa de Valença foi fundada em 1838 por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Visconde de Baependi, seu primeiro provedor, por José Ildefonso de Souza Ramos, Visconde de Jaguari, escrivão, que seria o 3º provedor (1845 a 1848), e José Teixeira da Silva, tesoureiro.

O Hospital da Santa Casa só começou a funcionar em 1857. Seus recursos provinham de doações particulares, inclusive imóveis, monopólio nos serviços funerários, na venda de esquifes além da organização de eventos religiosos.

Possuidor de certo prestígio, em 1882 Francisco foi eleito provedor da Santa Casa de Valença, sucedendo a Domingos Teodoro de Azevedo Júnior, o que lhe favoreceu frequentes contatos com a família imperial durante as solenidades de inauguração e atos filantrópicos, além de aumentar extraordinariamente sua teia de relações

comerciais e políticas, facilitando seu acesso à elite dirigente. De fato, no dia 7 de setembro de 1882, a Princesa Isabel e o Conde D'Eu visitaram a Santa Casa de Valença e se impressionaram com a gestão de Francisco Paulo de Almeida que ativou a criação do Asilo das Meninas, colaborou na organização da Farmácia e do Laboratório e cobriu com recursos próprios o *deficit* da Irmandade.

O título nobiliárquico de Barão de Guaraciaba[5] foi-lhe concedido em 16 de setembro de 1887 pela Princesa Isabel "por merecimento e dignidade" durante sua terceira regência que decidiu exercer velada oposição ao gabinete escravocrata de João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe. Supõe-se que foram tomadas decisões na ausência de D. Pedro II visando contrabalançar em parte o conservadorismo do ministério que, algum tempo depois, seria substituído.

Em 1887 foi um dos fundadores do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais.

Dois anos depois investiu, junto com Marcelino de Brito Ferreira de Andrade, no Banco de Crédito Real de Minas Gerais e na primeira usina hidroelétrica do Brasil, alavancando seu empreendedorismo com a iluminação de Conservatória e Juiz de Fora.

Conforme atesta o professor Antonio Lopes Sá, o grupo de fundadores do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, entre eles o Barão de Guaraciaba, foi responsável também pela criação da Companhia Mineira de Eletricidade (1889) e da Companhia Agrícola e Industrial Mineira (1890); participaram também da Academia de Comércio (1891); da fundação da Companhia de Juta (1894), da Cooperativa Construtora de Minas Gerais, da Sociedade Promotora da Emigração em Minas Gerais e do *Diário de Minas*.

---

5 Título concedido pela Princesa Isabel por decreto em Carta Régia na ausência de D. Pedro II, em viagem pela Europa (set. 1887) e referendada pelo Ministro Machado Portela. Requeria capacidade financeira, concedia prestígio e poder político, social e econômico. Não era hereditário. Guaraciaba significaria *cabelo de sol*, resplandecente.

A Abolição indiretamente liberou recursos, antes empregados na comercialização de escravos, e novas empresas foram criadas como sociedades anônimas comerciais, bancos, ferrovias e indústrias. A expansão do mercado carioca impulsionou a economia de Minas Gerais. O caminho Velho (Parati – SP − MG) e o Caminho Novo (RJ − porto de Estrela − Petrópolis − MG) ajudaram a povoar e desenvolver extensas áreas do interior fluminense, paulista e mineiro.

Por fim, Francisco Paulo de Almeida adquiriu a fazenda Pocinho da família Faro, situada entre Vassouras e Barra do Piraí, RJ. E da viúva de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão o 'Palácio Amarelo' (1891) em Petrópolis, cuja transação despertou muita inveja e lhe causou tantos dissabores, a ponto de revendê-lo já em 1894. Quando o Barão de Guaraciaba percebeu que os poderes públicos estavam decididos a pressioná-lo a vender o palacete, a fim de lá instalarem a Câmara Municipal, compreendeu que novos atores e outras circunstâncias se formavam, menos amigáveis e colaborativos.

No ocaso de sua existência, esteve alguns meses em Paris onde seus filhos estudaram. Nesse período, decidiu vender várias fazendas enquanto residia na Rua Moura Brito nº 24, imóvel demolido anos depois por ocasião do alargamento da Rua Conde de Bonfim no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro.

Morreu a 9 de fevereiro de 1901 no Rio de Janeiro na casa da filha Adelina (R. Silveira Martins, 84), no Catete e foi sepultado no Cemitério de São João Batista. Deixou as fazendas remanescentes, Pocinho e Santa Fé para as filhas e, para os filhos, ações e outros títulos.

O legado do Barão

Francisco Paulo de Almeida conseguiu acumular enorme patrimônio no vale do Paraíba fluminense, que se estendia pelos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em vasto território estimado em 250km^2.

De origem ancestral portuguesa e africana, conseguiu se impor antes mesmo da Abolição, em ambiente dominado por elite hermética e preconceituosa. Sabia escolher suas amizades e cultivar o compadrio. Soube aproveitar as oportunidades no processo de construção de redes de sociabilidade.

No século XIX a liderança política no sudeste, durante o Brasil Imperial, era constituída por um grupo influente de fazendeiros e suas famílias que dominavam também a economia em seus municípios.

Francisco Paulo de Almeida construiu e ocupou espaços em suas relações sociais e políticas. Além das ilustres personalidades já citadas, associou-se a Marcelino de Brito Ferreira de Andrade, Visconde de Monte Mário, cafeicultor e vereador em Juiz de Fora, um dos fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Igualmente associou-se a José Júlio Pereira de Morais, Visconde de Morais, presidente do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e da Beneficência Portuguesa, industrial e líder da colônia portuguesa na capital do Brasil; ao Comendador Domingos Teodoro de Azevedo Júnior, genro do Visconde do Rio Preto, membro da Irmandade da Santa Casa; e a Carlos Ribeiro Justiniano Chagas, deputado federal por Minas Gerais que assinou a 1ª Constituição Republicana de 1891, tio do famoso médico sanitarista Carlos Chagas, descendente de importante família de pecuaristas e cafeicultores, pesquisador da 'doença de Chagas'.

Manteve também intensas relações comerciais com Manoel Jacinto Nogueira da Gama, Marquês de Baependi, líder político em Rio das Flores; igualmente com Domingos Custódio Guimarães, Visconde do Rio Preto, na época proprietário da fazenda Paraíso em Rio das Flores, onde pela primeira vez se utilizou iluminação a gás no Brasil; com os irmãos Teixeira Leite, fundadores de Vassouras e com Custódio Ferreira Leite Ribeiro, Barão de Aiuruoca, importante polarizador de ações de coordenação e organização de empresas, fazendas, casas de caridade e construção de vias de acesso como a famosa 'es-

trada da Polícia' na região do 'vale do café'. E com Manoel Antonio Esteves na sua firma exportadora.

Francisco revelou-se hábil financista e empreendedor que conseguiu resistir à decadência da cafeicultura no final do século XIX. De extremado bom gosto, soube dotar suas fazendas de um requinte inimaginável às circunstâncias do momento. Comerciante bem sucedido, diversificou seus investimentos, pois aplicava em ações de empresas que desejava incentivar, fundou, ao lado de amigos, sociedades anônimas, companhias de transporte ferroviário e até bancos em Minas Gerais.

Apesar de negro, mesmo com a Lei Áurea, em sua fazenda Veneza, para cuidar de mais de 400 mil pés de café, possuía cerca de 200 escravos, cuja maioria continuou trabalhando para o barão, tendo alguns até sido incluídos em seu testamento.

Autodidata, conseguiu adquirir razoável cultura. Casou com jovem de tradicional família de Valença e se esmerou em conceder, à sua prole, refinada educação. Em sua ascensão, aproximou-se cada vez mais da Corte até que em 1891 adquiriu o 'palacete amarelo' da família Mayrink em Petrópolis, hoje Câmara Municipal. Dez anos depois falecia no bairro do Catete no Rio de Janeiro.

O Barão de Guaraciaba procurou dar aos filhos a melhor formação possível, inclusive encaminhando alguns a Paris para estudar. As filhas fez estudar piano, segundo instrumento de sua devoção, pois o violino era o seu preferido.

A maioria de seus descendentes, que vive em cidades do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, apresenta pouca semelhança física com o barão. Dois netos tornaram-se médicos notáveis no Vale do Café. O Dr. Luiz de Almeida Pinto, cirurgião no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Valença, e o Dr. Hélio de Almeida Pinto, cirurgião e diretor do Hospital Eufrásia Teixeira Leite da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras. E o engenheiro Antonio Augusto de Almeida e Souza que organizou o acervo documental da família, tendo escrito minibiografias dos filhos e netos do barão.

Ao lado de José do Patrocínio, dos irmãos Rebouças, de Luiz Gama e de inúmeras outras personalidades que enfrentaram preconceitos, Francisco Paulo de Almeida provou que, com foco, esforço, persistência e bom relacionamento conseguia obter sucesso, sem privilégios especiais nem cotas sociais. Apenas iniciando-se cedo com o trabalho construtivo, aprendendo a escolher bem suas amizades, cultivando o compadrio e aproveitando as oportunidades de negócios para o bem da coletividade.

EVOLUÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

FERREIRO OURIVES VIOLINISTA	→	TROPEIRO	→	FAZENDEIRO COMERCIANTE	→	EMPRESÁRIO – BARÃO – INVESTIDOR
1940		1860		1870		1880 - 1890

CRONOLOGIA

1826 jan 10 jan 25	Nasce em São João d'El Rei, MG. Batizado na Igreja Nossa da Conceição de Prados, MG.
1840-1860	Ferreiro, ourives, violinista em eventos religiosos, tropeiro entre núcleos do RJ e MG, comerciante no RJ. Com isso, consegue amealhar razoável fortuna que emprega em investimentos diversificados.
1842	Aos 16 anos recebe razoável quantia da partilha de bens de D. Galdina Alberta do Espírito Santo que teria aplicado na aquisição de muares para sua tropa de carga.
1860	Adquire várias fazendas: São Sebastião, Santo Antônio, Veneza, todas em Valença.
1861 jun 23	Rodovia União e Indústria (Petrópolis – Juiz de Fora) inaugurada por D. Pedro II.
1863 ago 20	Participa de eleições como liberal e empata com Domiciano Ferreira Souto.
1865 abr 01	Contribui com doação aos Voluntários da Pátria.
1870	Comerciante bem sucedido em importação e exportação na antiga R. Bragança, 31, RJ, torna-se tutor dos filhos de Domiciano Ferreira Souto, dono da fazenda Cachoeira e assume negócios da família.
1871 mai	Inauguração do ramal da E. F. União Valenciana que passa por Valença.
1872 set 22	Integra comissão para possibilitar a E. F. Rio Preto passar por Ipiabas.
1872 set 24	Associa-se à E. F. Rio Preto em comissão presidida por José Gonçalves de Moraes.
1874 out 29	Participa de comissão para contribuir com donativos para a biblioteca municipal de Valença.
1875 nov 13	Ata de reunião da Cia. E. F. Rio Preto cita Francisco Paulo de Almeida como sócio-diretor.
1876 abr 12	Oferece recompensa de 100$000 réis a quem encontrar escrava de sua fazenda.
1882	Eleito provedor da Santa Casa de Valença.
1882 abr 29	Deferido registro de matrícula como comerciante junto à firma Frederico Wierling & Cia.
1882 set 7	Recebe na Santa Casa visita da Princesa Isabel e do Conde d'Eu.
1882 set 23	Consta como provedor da Irmandade da Misericórdia de Valença.
1883 jul 14	Enfrenta contenda judicial pela posse de escravos.
1883 nov 21	Inauguração de novo trecho da Rede Mineira da E. F. do Rio Preto por D. Pedro II.
1884 jul 08	Colabora na criação da farmácia e laboratório da Santa Casa de Valença.

—	Adquire mais fazendas: Santa Fé, Três Barras, Boa Vista, Santa Clara e Piracema.
1887	Funda, ao lado de outros investidores, o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais.
1887 set 16	Agraciado com o título de Barão de Guaraciaba pela Princesa Isabel.
1889	Ao lado de Marcelino Andrade (e outros) investe no Banco de Crédito Real de Minas Gerais e na Cia. Mineira de Eletricidade que iria iluminar Conservatória (RJ) e Juiz de Fora (MG).
1889	Morre a esposa Brasília Eugênia.
1890	Investe na Cia. Agrícola e Industrial de Minas Gerais.
1891	Investe na Academia de Comércio.
1891	Compra o "Palacete Amarelo" em Petrópolis de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão.
1894	Revende o palacete para a Prefeitura lá instalar a Câmara Municipal.
—	Viaja a Paris, vende várias fazendas, mora na Tijuca, RJ.
1894	Investe na Companhia de Juta, na Cooperativa Construtora de Minas Gerais e no Diário de Minas.
1897	Adquiriu a fazenda Pocinho da família Faro, situada entre Vassouras e Barra do Piraí, RJ.
1901 fev 9	Falece na casa da filha Adelina no Catete.
—	Deixa duas fazendas, Pocinho e Santa Fé para as filhas e ações e outros títulos para os filhos.
—	Dos descendentes, destacam-se o Dr. Luiz de Almeida Pinto, cirurgião no Hospital da Santa Casa de Valença e o Dr. Hélio de Almeida Pinto, cirurgião no Hospital da Santa Casa de Vassouras, ambos médicos bem conceituados.

PROPRIEDADES RURAIS DE FRANCISCO PAULO DA SILVA

	FAZENDA	LOCALIZAÇÃO/MUNICÍPIO
1860	São Sebastião Santo Antônio Veneza	Rio Bonito / Rio das Flores. Valença, RJ Rio Bonito / Rio das Flores. Valença, RJ Conservatória. Valença, RJ
1870	Santa Fé	Chiador / Mar de Espanha, MG
1883	Três Barras Boa Vista Santa Clara Piracema	Três Rios, RJ Paraíba do Sul, RJ Belmiro Braga / Rio Preto, MG Belmiro Braga / Rio Preto, MG
1890	Vende as fazendas exceto Santa Fé	
1897	Pocinho	Barra do Piraí / Vassouras, RJ.

Obs. Deixa a fazenda Santa Fé para Cristina e Adelaide e a fazenda Pocinho para Matilde e Adelina, suas filhas.

CONCESSÕES DO TÍTULO DE BARÃO DURANTE O IMPÉRIO

ANO	BARÕES DO CAFÉ	TOTAL DE BARÕES
1840-49	15	61
1850-59	20	75
1860-69	35	127
1870-79	51	192
1880-89	—	347
TOTAL	121	802

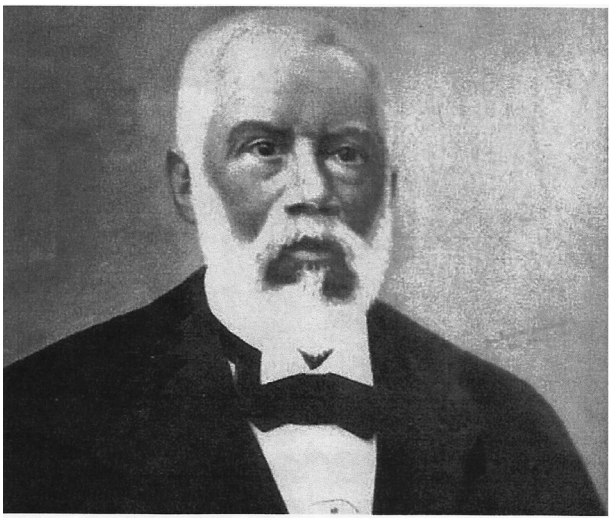
Obs. O título de Barão exigia o pagamento de legalização dos trâmites: 750$000.
Fontes: Stanley Stein, Lília M. Schwarcz.

MUNICÍPIO DE VALENÇA
Criado por Decreto Imperial 253 (28/11/1842)

Freguesias	Nossa Senhora da Glória Santo Antonio do Rio Bonito (Conservatória, antiga aldeia indígena, fundada em 1824) Santa Isabel do Rio Preto Nossa Senhora da Piedade das Ipiabas Santa Teresa
Arraiais	Desengano (Barão de Juparanã) São Sebastião do Rio Bonito São Sebastião do Rio Preto
Limites	Leste: Vassouras pelo rio Paraíba Oeste: Minas Gerais pelo rio Preto Norte: Paraíba do Sul Sul: Barra Mansa e Piraí

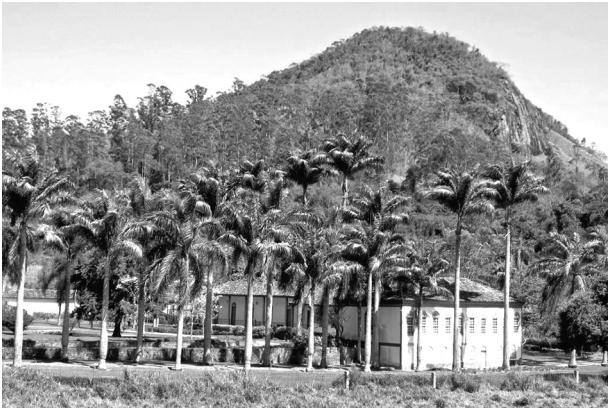
Barão Guaraciaba

Barão Guaraciaba



Barão Guaraciaba

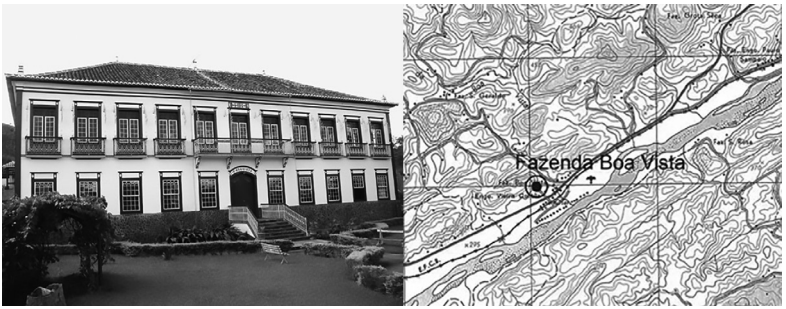
Fazenda Santo Antônio – Rio das Flores – RJ



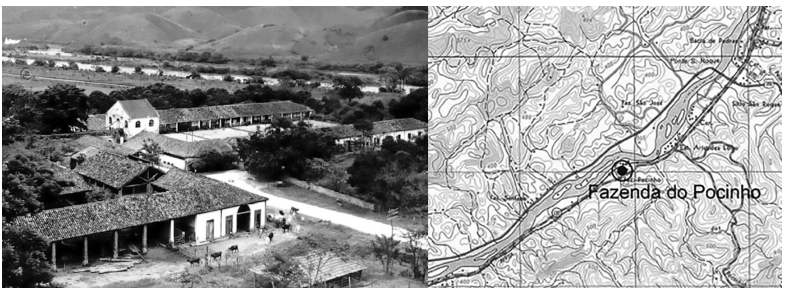
Fazenda Veneza – Conservatória – RJ

Fazenda Santa Fé – Mar de Espanha – MG

Fazenda Três Barras – Três Rios – RJ



Fazenda Boa Vista – Paraíba do Sul – RJ



Fazenda do Pocinho – Vassouras – RJ

Palácio Amarelo — Petrópolis – RJ

Referências bibliográficas

ALEGRIO, Leila Vilela. *O Café no Vale do Paraíba Fluminense no século XIX*. Rio de Janeiro: Federação do Comércio, 2008.

___. *Os Clemente Pinto*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro, 1502-1700.* Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson / Prefeitura do Rio de Janeiro, 2010 (2v.).

CARVALHO, José Murilo de. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João d'El Rei (1736-1850) *in* BRÜGGER, Silvia Maria Jardim (coord.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Maria Werneck de & Moacir Werneck de. *No Tempo dos Barões*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2004.

CAVALCANTI, FERNANDES, MARTINS (org). *Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense*. Vassouras, IHGV, 2016.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República.* São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Elisa Maria Amorim da. *A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença (1838-1889).* Vassouras, RJ: Universidade Severino Sombra, 1997 (dissertação de mestrado).

FERREIRA, Carlos Alberto Dias. *Barão de Guaraciaba.* São Paulo: All Print, 2015.

FERREIRA, Luiz Damasceno. *História de Valença (1803-1924).* Valença: (s.e.) 1978 (2ª ed).

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de Família.* Rio de Janeiro: Leo Christiano, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INEPAC − Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Inventário das Fazendas do Paraíba Fluminense. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008 (3 v.).

IÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e de hoje (1789-1952).* Valença, RJ [s.e.], 1953.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação do Brasil (1808-1841).* São Paulo: Símbolo, 1979.

MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império.* Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

OTTONI, Christiano B. *Esboço histórico das estradas de ferro do Brasil.* Rio de Janeiro, 1866.

PINTO FILHO, Marciano Bonifácio. *A História de Três Rios e de seus vultos importantes (1853-1882).* Rio de

Janeiro: Netuno, 1992.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SÁ, Antonio Lopes. *Origens de um Banco Centenário: Banco de Crédito Real de Minas Gerais.* Juiz de Fora, MG: Credireal, 1989.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos tópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SILVA, Pedro Gomes da. *Capítulos de História de Paraíba do Sul.* Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1991.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba.* São Paulo: Brasiliense, 1969.

___. *Vassouras: a Brazilian Caffee County 1850-1890*. New York: Atheneum, 1976

TAUNAY, Afonso de E. *História do café no Brasil.* Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *O Vale do Paraíba e a arquitetura do café.* Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia Ferroviária no Brasil.* Rio de Janeiro: LTC, 2011.

___. *Notáveis Empreendimentos da Engenharia no Brasil.* Rio de Janeiro: LTC, 2017.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro.* Brasília: Senado Federal, 1985 (3ª ed.).

ZARUR, Dahas. *Uma velha e nova História da Santa Casa.* Rio de Janeiro, [s.e.] 1991.

Edições do JORNAL DO COMMERCIO de 1863 a 1884. Inventários. Certidões de batismos. Testamentos. Apontamentos genealógicos. Obituários. Estudo de famílias com mais próximo relacionamento ao barão.

Principais fontes de pesquisa: IHGB, IHGRJ, FBN, CBG, INEPAC, UNIVERSO.

Resumo

A trajetória enigmática e fulminante de um negro do interior de Minas Gerais que, de tropeiro, fazendeiro e depois empresário de sucesso ascende à elite durante o século XIX antes da Abolição. Sua intensa participação no desenvolvimento e no progresso econômico do Vale do Café fluminense.

Palavras-chave: barão negro, Vale do Café, empresário.

Abstract

The enigmatic and fulminant trajectory of a negro from the interior of the state of Minas Gerais: from mule carrier to farmer and then successful manager he accesses to the elite during the 19th century before abolition of slavery. His intense participation in the economic development and progress of the Coffee Valley in Rio de Janeiro State

Keywords: *black, Coffee Valley Baron, entrepreneur.*

Recebido em 11 de maio de 2018. Aprovado em 11 de maio de 2018.

O OLHAR DA DESCOBERTA: OS FRADES EM DUAS PINTURAS DO RIO DE JANEIRO DE NICOLAS-ANTOINE TAUNAY[1]

Cláudia Matos Pereira[2]
Luís Jorge Gonçalves[3]

Introdução

A arte constitui um documento pessoal e social de cada época. Aby Warburg, numa conferência sobre Leonardo da Vinci, comparou "as criações maduras de Leonardo aos produtos de uma mente serena, com as gesticulações agitadas e turbulentas do período florentino" (GOMBRICH, 1992, p.105). Com este pensamento Aby Warburg propunha um processo de análise da obra artística que não se baseava em aspectos formais ou de leitura iconográfica, mas que visava entrar no íntimo e na espiritualidade do artista do Renascimento. Tratava-se da iconologia que, para Aby Arburg, era um modelo de análise que procurava os inconscientes do tempo (GOMBRICH, 1992, p. 25). Um dos seus discípulos, Erwin Panofsky, considerou a iconologia como o método que deriva mais da síntese do que da análise (PANOFSKY, 1989, p. 34). Trata-se da construção da narrativa íntima de uma época.

Neste sentido, quando olhamos para uma obra de arte, o primeiro desafio é o de penetrar na sociedade e na época que a produz. A obra de arte esconde sempre o seu legado de registro do passado, porque detém o tempo. O nosso olhar sobre essa imagem nos leva à

---

[1] Por motivos técnicos, o arquivo foi republicado.

[2] Artista Plástica, Centro de Estudo e Investigação em Belas-Artes da Universidade de Lisboa e doutorada em Artes Visuais pela Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[3] Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes e Centro de Estudo e Investigação em Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

familiarização (MICHAUD, 2013, p. 31) e, num certo sentido, a uma viajem para esse outro tempo, levando a interrogarmo-nos.

O artista é sempre um protagonista "… filho da sua época, mas ai dele se for, também, seu discípulo ou até seu favorito." (SCHILLER, 1795, carta IX). Esta afirmação de Friedrich Schiller tem um significado profundo porque dá sempre ao artista o papel do detalhe final na sua produção. Este detalhe pode ser plástico, mas também conceitual. Por isso, os olhares sobre as obras de arte decorrem de sucessivas camadas até penetrarmos no íntimo e na espiritualidade que a obra contém. Em última análise, é do artista, da sua formação social e da sua sociedade que surge a obra de arte. A iconologia introduziu na arte uma visão holística, ou seja, de penetrar nos códigos ocultos das imagens.

Esta introdução serve para abordar duas obras de um artista que deixou o seu olhar sobre o Rio de Janeiro. Trata-se de Nicolas-Antoine Taunay, pintor francês que viveu o contexto da Revolução Francesa, a ascensão de Napoleão e o seu período de governo. Passou pelo processo da Restauração da monarquia dos Bourbons e respectivas consequências, ao ser afastado do cargo que tinha desempenhado, durante o governo de Napoleão. Partiu para outro continente e outro país, procurando refazer o seu percurso artístico.

Nicolas-Antoine Taunay, a sua vida e a sua arte, tem sido objeto de inúmeros estudos (SCHWARCZ, 2008 e 2009). Escrever sobre o pintor, sobre o seu percurso e a obra que nos legou é sempre um desafio. O nosso olhar neste trabalho é, antes de mais, um olhar sobre os dois quadros "Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do Convento de Santo Antônio" e "Vista da baía do Rio e do Largo da Carioca tomada do jardim do convento de Santo Antônio", pintados logo em 1816, ano da sua chegada ao Rio de Janeiro. Foi a primeira impressão de Nicolas-Antoine Taunay sobre o Rio Janeiro. As suas qualidades artísticas, as suas influências e o seu olhar resultaram de ele ter estado no centro de grandes acontecimentos históricos, como a Revolução Francesa e o período napoleônico. Estes acontecimentos não podiam deixar de estar presentes nestas obras. As pinturas

apresentam uma narrativa íntima e representam o inconsciente de um tempo da história do Rio de Janeiro. Esse é o objeto de estudo deste trabalho.

A Missão Francesa e Nicolas-Antoine Taunay

Discute-se sobre a origem da Missão Artística Francesa que, em 1816, desembarcou no Rio de Janeiro. Tratou-se de um conjunto de artistas profundamente marcados por uma visão iluminista da arte, expressa na Enciclopédia. Tinham uma formação neoclássica, filhos da escola artística que dominou o campo das artes plásticas durante a Revolução Francesa e o período napoleônico. O objetivo da vinda deste grupo para o Rio de Janeiro era o de implementar essa linguagem plástica e de trabalhar no campo do ensino das artes e da técnica. Alguns dos membros da Missão foram ainda artistas da Corte de D. João VI. A monarquia portuguesa estabelecida na sua nova capital no Rio de Janeiro pretendia criar estruturas de formação artística, semelhantes a outras Cortes da Europa (SCHWARCZ, 2008 e 2009).

Entre os artistas da Missão Artística Francesa estava Nicolas--Antoine Taunay, nascido em Paris em 11 de fevereiro de 1755, filho de Pierre-Henri Taunay, um pintor que trabalhava nas cerâmicas de Sèvre. Iniciou aos 13 anos a sua formação como pintor. Teve, entre outros mestres, o pintor Louis David, em 1773. Trabalhou em paisagem natural e urbana, no retrato e na representação de personagens humanas. Entre 1784 e 1787 esteve em Roma, onde consolidou a sua formação, nomeadamente no desenho de paisagem urbana. Em 1789, com o início da Revolução Francesa, fez parte do grupo de artistas que aderiu à revolução. Desse período há inúmeras pinturas retratando acontecimentos revolucionários. Tornou-se membro do Instituto de França, desde a sua fundação, em 1795. Em 1805 foi escolhido para pintar as campanhas de Napoleão. Entre 1806-1807 trabalhou na fábrica de cerâmica de Sèvres.

A queda de Napoleão significou também, para Nicolas-Antoine Taunay, a perda da sua influência, junto aos círculos do poder. Integrou a Missão Francesa, de 1816. Neste período da sua vida já possuía uma vasta obra que incluía paisagens, acontecimentos e mo-

mentos da Revolução Francesa, cenas de batalhas napoleônicas, temas mitológicos e retratos (LEMOS & LEITE, 1979; DIAS, 2008, 2014; BRITO, 2106, p. 24).

Impressões visuais da chegada ao Rio de Janeiro e contexto da época

Quando Nicolas-Antoine Taunay chegou ao Rio de Janeiro não ficou indiferente ao contexto natural e ao ambiente social da cidade, completamente diferente do que havia deixado na França revolucionária e napoleônica. Logo em 1816, pintou dois quadros sobre a "Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do Convento de Santo Antônio" e "Vista da baía do Rio e do Largo da Carioca tomada do jardim do Convento de Santo Antônio". Nestas pinturas explorou as suas primeiras impressões sobre o Rio de Janeiro. Qual era o olhar deste recém-chegado?

Nicolas-Antoine Taunay possuía uma vasta experiência social e política, como resultado da sua vivência da Revolução Francesa e do significado destas às profundas mudanças na ordem social e política. Ele realizou inúmeras viagens pela Europa, conhecendo e representando uma grande variedade de paisagens e de vivências sociais. Referimos na introdução as palavras de Friedrich Schiller, escritas em 1795, em que afirmou que o "artista é filho da sua época, mas ai dele se for também seu discípulo ou até seu favorito". Esta frase é contemporânea de Nicolas-Antoine Taunay e com certeza ele poderia ter consciência desse pensamento. Sua pintura representou acontecimentos históricos contemporâneos e detalhes da sociedade francesa do período revolucionário e do período napoleônico.

As obras "Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do Convento de Santo Antônio" e "Vista da baía do Rio e do Largo da Carioca tomada do jardim do Convento de Santo Antônio" revelam as tendências plásticas de Nicolas-Antoine Taunay. Inserido no Neoclassicismo, demonstra domínio sobre a representação da paisagem natural e urbana, e também a capacidade para o detalhe. Por outro lado, também se destaca o seu olhar social, resultado da sua vivência

na Europa revolucionária. A datação das obras, de 1816, permite observar que são pinturas da sua primeira impressão no Rio de Janeiro.

Como era o Rio de Janeiro o do ano de 1816? Em 1815, terminou a expansão napoleônica que levou a uma guerra generalizada desde Portugal à Rússia. O início das guerras esteve na reação das monarquias europeias à Revolução Francesa, a partir de 1792. No entanto, o estado revolucionário francês reagiu com novas estratégias militares, levando ao êxito nas armas. O seu acentuar e o sucesso nas guerras, contra as outras potências europeias, levou a que o jovem oficial, Napoleão Bonaparte, se destacasse. As guerras revolucionárias tornaram-se guerras expansivas da revolução. No entanto, a ausência de um poder revolucionário forte levou à ascensão política do militar Napoleão Bonaparte que, em 1799, organizou um golpe de estado que o levou ao topo do governo francês, inicialmente como primeiro-cônsul e em 1804 como imperador. A potência europeia que mais se opunha à política expansiva de Napoleão era o Reino Unido. Para a vencer, Napoleão decretou o bloqueio continental, ou seja, o encerramento de todos os portos aos navios e comércio com o Reino Unido.

Neste contexto político e militar, Portugal estava obrigado a cortar as suas relações comerciais com o Reino Unido. O príncipe regente D. João VI recusou e Napoleão mandou invadir Portugal. A decisão de D. João VI foi a de retirar a Corte para o Rio de Janeiro, a capital da joia da coroa do império português. Esta retirada impediu que acontecesse algo que ocorreu com outras monarquias europeias, que se tornaram reféns de Napoleão. Este imperador destituiu as dinastias reinantes e colocou familiares nos respetivos tronos, como ocorreu na Espanha.

Em 1808, a Corte partiu em direção ao Brasil. A sua chegada ao Rio de Janeiro transformou esta cidade em capital do império português. Era ainda a primeira Corte europeia a pisar o solo do continente americano. Naturalmente, esta chegada implicou profundas alterações na cidade do Rio de Janeiro e D. João VI, ainda como regente, pretendeu criar estruturas próprias de uma capital condizente a um reino.

No entanto, os acontecimentos em Portugal e na Europa eram vividos como um misto de esperança e de desilusão. As elites intelectuais europeias viam a chegada dos exércitos napoleônicos como a expansão dos ideais revolucionários. A ocupação por parte desses exércitos era vista como uma tirania, porque houve pilhagens, confisco de bens culturais, artísticos e científicos e a imposição de regimes repressivos. Um exemplo dessa atitude de adesão e repulsa das elites europeias foi a de Ludwig van Beethoven, expressa no manuscrito da sua Terceira Sinfonia. Inicialmente dedicou-a a Napoleão, mas posteriormente riscou o nome do imperador, pois ele se comportava como um tirano.

Em Portugal, depois da primeira invasão, logo em 1808, as elites adeptas aos ideais revolucionários perceberam que os exércitos napoleônicos se comportaram como ocupantes que pilhavam tudo o que podiam. Por outro lado, o sentimento popular, nas cidades e nos campos, via, nos ocupantes, uma expansão antirreligiosa pelo que se iniciou uma guerra de guerrilha, cujas estratégias foram seguidas por outros povos europeus. Portugal sofreu três invasões que tiveram, como consequência, profundas transformações na sociedade, pelo sofrimento que criaram. Após a derrota final de Napoleão, em 1814-1815, as monarquias da Europa reuniram-se no Congresso de Viena e tentaram repor a velha ordem do Antigo Regime, sem influências liberais, anterior à Revolução Francesa. Porém, as sociedades europeias tinham-se modificado profundamente e as sementes do Liberalismo estavam lançadas, nos aspetos políticos, sociais e de laicização.

A sociedade que Nicolas-Antoine Taunay encontrou no Rio de Janeiro, em 1816, aparentemente, tinha ficado imune aos ventos de mudança da Revolução Francesa e das invasões napoleônicas. A Corte portuguesa, ao se estabelecer no Rio de Janeiro, tinha continuado com o modelo social e político do Antigo Regime, reforçado numa sociedade escravagista, protegida das influências externas pela distância. A Corte reproduziu o seu modelo, com a nobreza à frente dos assuntos de estado e o clero continuando a ter força espiritual e social. Nas obras de Nicolas-Antoine Taunay "Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do Convento de Santo Antônio" e "Vista da baía do

Rio e do Largo da Carioca tomada do jardim do Convento de Santo Antônio" observamos a geografia, a cidade e o contexto social.

"Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do Convento de Santo Antônio"

Nesta pintura (figura 1), qual o olhar que nos dá o artista? Rudolf Arhein (1997, p. 150) afirma que "a arte torna o mundo visível" e a pintura foi um veículo de expressão da realidade, segundo o olhar de Nicolas-Antoine Taunay. Suas obras são um convite para se conhecer o contexto da época na sociedade carioca. Ernest Gombrich (1995, p.183) afirma que "nós só observamos quando procuramos alguma coisa e vemos quando a nossa atenção é despertada por algum desequilíbrio, uma diferença entre a nossa expectativa e a mensagem que chega". Assim, este artista captou o cotidiano a partir de uma visão atenta aos desequilíbrios sociais, em contraposição à exuberância da paisagem natural.

Figura 1. Entrada da baía e da cidade do Rio a partir do terraço do convento de Santo Antônio, Nicolas Antoine-Taunay, óleo sobre tela, 45 x 56,5 cm, 1816, sem assinatura, 1816, Museu Nacional de Belas-Artes, transferência em 1937 de Escola Nacional de Belas Artes. Disponível em: http://mnba.gov.br/portal/component/k2/item/65-entrada-da--ba%C3%ADa-e-da-cidade-do-rio-a-partir-do-terra%C3%A7o-do-convento-de-santo--ant%C3%B4nio.html. Acesso em: 02 de julho de 2017.

No quadro em análise, observam-se detalhes na composição que refletem o pensamento e a preocupação estética de Nicolas-Antoine Taunay. Encontram-se na figura 2 cerca de cinco esquemas que procuram compreender a interação entre espaço, paisagem, cotidiano da cidade e vida religiosa, simultaneamente.

Na figura 2 – A se verifica a existência de 3 linhas imaginárias mais fortes, que dividem o quadro em três partes. Existe uma linha imaginária não assinalada na figura, de contorno ao litoral, na direção horizontal, que demarca terra e mar, acompanhando o limite da cidade, nesta vista. A linha (figura 2 – a1) corresponde à linha do horizonte e divide a pintura entre céu e terra, onde se verifica também o mar em uma pequena porção. A linha quebrada (figura 2 – a2) segue horizontalmente na pintura, da esquerda para a direita, de forma ascendente, dividindo os segundo e terceiro planos do campo visual. O primeiro plano é delimitado pela linha quebrada forte (figura 2 – a3), que delimita o pátio em primeiro plano, onde encontram-se os quatro frades – tema em destaque neste conteúdo pictórico. No segundo plano está parte da paisagem com um homem, animais como burro e vacas, que ocupam a área no entorno do convento. Para além dos muros, percebe-se o terceiro plano, onde se vê a paisagem arquitetônica, em que o artista demonstra habilidade com o tratamento da perspectiva e das escalas, em todos os aspectos da elaboração das paredes das casas, edifícios, telhados, etc. Há uma incidência maior de luz intensa nos primeiro e terceiro planos. Há também um jogo de claro-escuro no contraste entre a luminosidade dos edifícios e a paisagem local. O quarto plano, que é o mar da Baía de Guanabara, e o quinto plano, que revela a imponência e beleza do Pão de Açúcar, apresentam cores mais luminosas, mas uma luminosidade mais difusa. O céu está no sexto plano da composição, ao fundo, e apresenta uma configuração cujas nuvens suaves, em escalas tonais das cinza e azuis, se mesclam e diluem-se em uma atmosfera nebulosa.

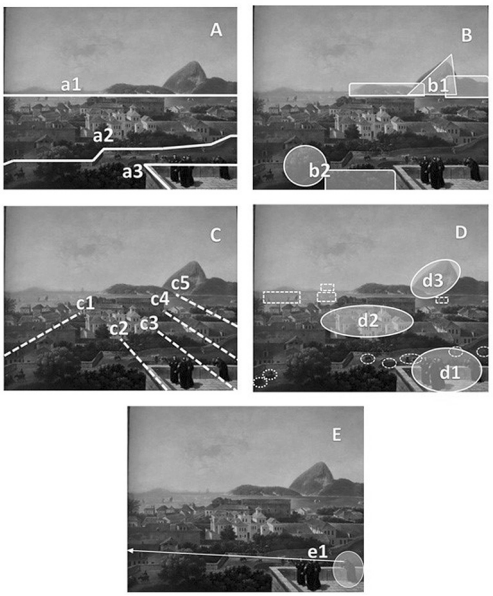


Figura 2. Esquemas com linhas de composição criadas por Cláudia Matos Pereira como proposta de análise, sobrepostas à obra do artista Nicolas Nicolas-Antoine. Obra: Entrada da baía e da cidade do Rio, a partir do terraço do convento de Santo Antônio. Disponível em: <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/11124 >

A figura 2 – B demonstra dois conjuntos de formas que são pesos visuais complementares, e que se equilibram. O conjunto (figura 2 – b1) onde se encontra o Pão de Açúcar, um ponto forte no quadro, mantém uma relação com o peso das formas e cores escuras do conjunto (b2), onde há uma árvore frondosa, cuja copa se assemelha a uma forma circular, ladeada de uma forte vegetação cerrada. As cores escuras utilizadas em (b1) trazem este equilíbrio.

Observa-se na figura 2 – C as linhas imaginárias (figura 2 – c1), (figura 2 – c2), (figura 2 – c3), (figura 2 – c4) e (figura 2 – c5), que demonstram o pensamento do artista na configuração espacial, que resultou no estudo e representação da perspectiva e o seu domínio, na pintura, deste panorama arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro.

Na figura 2 – D é possível visualizar os três pontos fortes eleitos pelo artista Nicolas-Antoine Taunay neste quadro. Os três temas que se destacam estão evidenciados, no esquema, pelas ovais: (figura 2 – d1) que corresponde ao grupo dos quatro frades do primeiro plano; a oval (figura 2 – d2), que abrange a região do conjunto arquitetônico iluminado pela claridade do sol mais intensa do terceiro plano e a oval (figura 2 – d3), que corresponde ao Pão de Açúcar. Assim, o artista expressa, na dimensão artística, a convivência cotidiana entre natureza, urbanismo e seres humanos.

Nesta mesma figura 2 – D ainda, estão assinaladas pelos retângulos formados por linhas tracejadas brancas, quatro grupos de embarcações no mar, que variam entre grupos de duas, três ou quatro embarcações em cada grupo, que se pode analisar no quarto plano da composição. Desta forma, o artista revela a intensa relação do homem com o mar. Estas embarcações, que ora se assemelham a barcos à vela, como também a barcos de maiores ao fundo, parecem sempre estar ingressando na Baía de Guanabara, em direção à cidade.

Ainda na figura 2 – D, no segundo plano, encontram-se esquematicamente delineados em duas pequenas ovais tracejadas, um homem afrodescendente com um animal e mais de um outro animal à esquerda do quadro. Logo a seguir, horizontalmente para a direita, se pode verificar mais outras cinco ovais que demarcam a presença de vacas e gado que pertencente ao convento.

Neste quadro de Nicolas-Antoine Taunay o nosso primeiro olhar fixa-se no morro do Pão de Açúcar e nos frades que se reúnem no Convento de Santo Antônio. Por um lado, a envolvência da paisagem natural, por outro, uma relíquia do Antigo Regime. O contexto natural não podia passar despercebido, dada a sua imponência, sendo representado em inúmeras pinturas de artistas posteriores. Os morros do Rio de Janeiro resultam da colisão da placa africana, com a placa sul-americana, para formar o continente de Gondwana, há cerca de 570 milhões anos (MANSUR, CARVALHO, DELPHIM & BARROSO, 2008). Apesar desta datação, a rocha gnaisse, de que são formados, originada na magna, é de grande dureza e tem resistido aos

elementos de erosão, transmitindo esta singularidade geológica rara, por estar enquadrada pelo oceano e enquadrando uma grande cidade nos trópicos. Para um europeu, acabado de chegar da Europa, o morro do Pão de Açúcar não podia passar despercebido pela sua imponência. Nicolas-Antoine Taunay deu ao morro do Pão de Açúcar uma dimensão artística marcante na paisagem da cidade.

A dimensão humana é dada pelos frades e pelo afrodescendente. Quanto aos frades, relíquia do Antigo Regime, estão em uma posição dominante na cidade. A sua postura é pouco religiosa. Têm o hábito de frades franciscanos e cabelo em coroa. Parecem absorvidos por uma conversa sobre assuntos mundanos. As suas poses são demasiadamente mundanas. Um deles está com os braços cruzados olhando para os outros dois. Estes estão juntos com os braços que gesticulam e refletem uma conversa intensa, que somente deve abordar assuntos terrenos. Um quarto frade olha através de um monóculo para o horizonte, também longe de assuntos mais espirituais (figura 2 – E). É um frade curioso com um monóculo. Foi colocada uma linha imaginária, seguindo a direção deste objeto, representada de forma esquemática (figura 2 – e1), cuja direção se revela em um ângulo que permite que este frade direcione o seu olhar a algo muito interessante que acontece fora do convento e que está num campo de visão que ultrapassa a árvore mais alta do segundo plano. Assim, se apresenta mais um aspecto, nesta pintura, que dessacraliza um pouco a postura idealizada que se tem em relação aos frades e à vida religiosa nos conventos. Neste momento em que eles aparecem descontraídos há uma ênfase maior ainda, deflagrada pelo artista por essa atitude de curiosidade do frade, e no interesse dos religiosos em relação à vida comum, profana e corriqueira. Desta forma, Nicolas-Antoine Taunay revela, em seus quadros, o grau de humanidade dos frades como seres humanos comuns e não como personalidades incólumes.

Nicolas-Antoine Taunay representa estes monges como símbolos do Antigo Regime, de um mundo antigo, inúteis à sociedade, demasiado absorvidos nas questões mundanas e, portanto, não exercendo a sua função espiritual. Na sua França revolucionária, este mundo havia sido extinto, pois simbolizava a Idade Média. Por isso, o seu

olhar é simultaneamente de provocar curiosidade e de ridicularizar. Na França, os bens das ordens religiosas tinham sido nacionalizados e transformados em tesouro nacional. No Rio de Janeiro, o Convento de Santo Antônio situava-se num ponto privilegiado e alto, isolado da cidade por uma cerca. Dentro desta cerca estava uma parte dos rendimentos do convento, as vacas e os escravos. As vacas surgem pastando bebendo ou descansando. O escravo afrodescendente, no canto esquerdo da pintura, parece escapar-se da tela, guiando um burro e conduzindo as vacas, dentro da cerca do convento.

Trata-se de uma obra cujo centro da ação são os quatro frades. Estes personagens eram, talvez, uma situação vista como anacrônica por Nicolas-Antoine Taunay. Simbolizavam o Antigo Regime, que tinha sido preservado no Rio de Janeiro, com a fixação da Corte portuguesa em 1808. A escravatura também não passou despercebida, com o detalhe da representação do afrodescendente – o único que trabalha nesta cena.

"Vista da baía do Rio e do Largo da Carioca tomada do jardim do Convento de Santo Antônio"

A tela (figura 3), de Nicolas-Antoine Taunay, nos chama a atenção para detalhes de sua composição, em que o artista se deteve no ato da criação. Esta pintura possui uma dinâmica que faz com que os olhos do espectador percorram alguns movimentos lineares dentro da cena proposta pelo pintor, que procurou retratar um *flash* vivo do cotidiano da cidade. Não se trata da representação de uma paisagem exuberante do Rio de Janeiro, com um olhar de encantamento, mas há, evidentemente, uma leitura social e econômica.

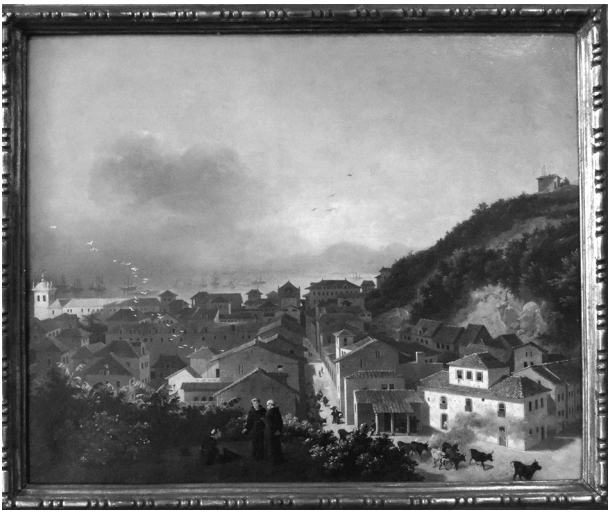


Figura 3. Vista da baía do Rio e do Largo da Carioca tomada do jardim do convento de Santo Antônio, Nicolas Antoine-Taunay, óleo sobre tela, 45 cm x 56 cm, 1816, Museu Nacional de Belas-Artes. Disponível em: http://warburg.chaa-unicamp.com.br/img/obras/dscn6596.jpg. Acesso em: 02 de julho de 2017.

Há o domínio da perspectiva, assim como a grande preocupação do artista em evidenciar os pormenores e estabelecer jogos de luz e sombra. Os holofotes se direcionam para um ponto forte que é a rua. O caminho em que as pessoas percorrem em seu trabalho, carregando sacas e acompanhando o gado, vai de encontro às pessoas encobertas na varanda, ou seja, em um alpendre, onde há um homem, aparentemente um soldado, encostado em uma coluna deste alpendre, à direita.

O quadro (figura 4A) pode ser dividido em duas partes principais – céu e terra –, considerando a linha imaginária tracejada que vai da esquerda, do alto do campanário iluminado da igreja (figura 4 – a1), seguindo em curva que se eleva à direita ao cume da montanha, onde há uma provável pequena capela, com uma cruz muito suave, que se dissolve no céu cinzento. O mar está diluído e os conjuntos de embarcações configuram um pano de fundo muito suave. Este céu nebuloso apresenta uma grande nuvem de destaque (figura 4 – assinalada em uma oval – a2), que parte da região central do quadro, se ele-

vando em um movimento para a esquerda, e que dialoga com o peso visual da erosão em tom de terra alaranjada, na montanha da direita (figura 4 – oval a3). Curiosamente, a cor forte e luminosa desta erosão na montanha faz um jogo de composição visual com a nuvem, tanto em cor quanto em forma.

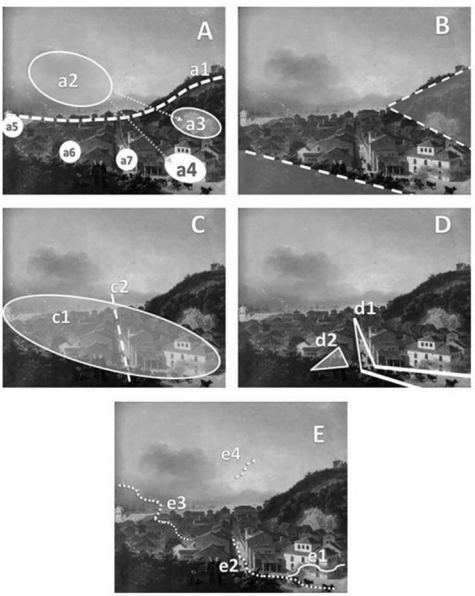


Figura 4. Esquemas com linhas de composição criadas por Cláudia Matos Pereira, como proposta para análise, sobrepostas à obra do artista Nicolas Nicolas-Antoine. Obra: Vista da baía do Rio e do Largo da Carioca tomada do jardim do convento de Santo Antônio. Disponível em: http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/11123> Acesso em: 02 de julho de 2017.

A mesma nuvem, simultaneamente, busca estabelecer um equilíbrio visual com a forma e luminosidade do edifício assinalado na oval (figura 4 – a 4). Os olhos do espectador podem perceber linearmente quatro áreas de luz mais intensa na pintura, na direção esquerda-direita: (figura 4 – a5), (figura 4 – a6), (figura 4 – a7) e (figura 4 – a4), nesta ordem. Estes focos de luz configuram uma luz mais teatralizada, onde o artista trabalha o claro-escuro.

No esquema B da figura 4, verificamos duas formas triangulares que surgem nesta composição, sendo o triângulo da esquerda, o primeiro plano e o da direita, o terceiro plano. Estes dois pesos visuais se entreabrem e preparam o espaço para a cena principal urbana, onde a parte movimentada do Largo da Carioca aparece com grande evidência, que se pode esquematizar, conforme figura 4 – C, em uma oval (figura 4 – c1), que contém a parte arquitetônica, em segundo plano, e uma linha tracejada (figura 4 – c2), que é a linha mais forte desta composição, onde aparece a rua.

Na figura 4 – D, observam-se duas linhas neste esquema, que se encontram (figura 4 – d1) e que tornam a rua um foco de atenção neste segundo plano. No triângulo sugerido à esquerda (figura 4 – d2), estão as cabeças dos frades que se destacam pelo conjunto e luminosidade e que aparecem em primeiro plano. É interessante observar que o clero aqui representado está em uma posição distante da vida cotidiana da cidade, que aparece no restante do quadro, sugerindo que a vida religiosa é mais intelectual, espiritual e não configura a materialidade e desgaste do trabalho, da luta pela vida e da poeira que surge próxima aos animais (figura 2 – linha e1). Na figura 4 – E pode-se observar, no esquema, a conjugação de três linhas imaginárias assinaladas em tracejado. As linhas (figura 4 – e2) e (figura 4 – e3) se complementam em um movimento visual sinuoso. A linha (figura 4 – e2) acompanha o voo dos pássaros em cor branca, em movimento ascendente de subida aos céus, podendo representar a liberdade, a esperança e aspectos espirituais da religiosidade, visto que, enquanto linha de composição, parte do ângulo de direção da posição dos frades para o céu. Já a linha (figura 4 – e3), possui um peso visual complementar em força, pois o movimento sinuoso toma a direção oposta para o canto inferior direito da pintura. A linha (figura 4 – e4), bem menor, corresponde ao voo de quatro pássaros em tons de cinza, cujo movimento e direção se harmonizam com a forma da montanha do lado direito. Os bois trazem a força à cena e provocam uma nuvem de poeira que se revela em forma de uma linha sinuosa à direita (figura 4 – e1), conforme figura 4 – E, que contorna o edifício horizontalmente. Os bois também carregam em si a simbologia da ligação à terra, o labor e a tenacidade.

Não se trata de uma pintura com uma palheta de cores que demonstre evidentemente a atmosfera presente na paisagem tropical. Muito mais do que a paisagem, a beleza natural da Baía de Guanabara e do Largo da Carioca, o que se sobressai nesta cena do pintor, é o olhar crítico de quem revela silenciosamente as diferenças sociais e estabelece a distância existente entre a vida religiosa, os escravos e trabalhadores no cotidiano carioca. Conclui-se que não há aqui um olhar estrangeiro inocente, mas, dentro desta pintura de densidade tradicional europeia, sutilmente Nicolas-Antoine Taunay coloca com clareza um cotidiano para reflexão do espectador.

Segundo Ernest Gombrich (1995, p. 419), "ver a mancha de cor na tela próxima como uma serra no horizonte é transformá-la, por sua vez, segundo o seu sentido". Desta forma, Nicolas-Antoine Taunay transforma a paisagem segundo seus padrões estéticos europeus, mas busca revelar as *nuances* de suas vivências na sociedade carioca. Ernest Gombrich (1995) complementa ao dizer que essas transformações realizadas pelos artistas "explicam o paradoxo de que o mundo nunca se pode parecer exatamente como um quadro, mas um quadro pode parecer com o mundo. Não é o olho inocente, porém, que consegue essa igualdade, mas só a mente curiosa, que sabe como sondar as ambiguidades da visão".

Nesta pintura, o nosso olhar volta-se de novo para os três frades, que parecem ser o centro desta obra, por estarem em primeiro plano. Apresentam o hábito franciscano, cabelo em corte de cora. Os frades parecem estar alheios aos acontecimentos mundanos da rua, como já se referiu. A sua concentração está na conversa. Dois dos frades, um sentado e outro de pé, escutam o outro frade que está de frente e que parece falar de assuntos pouco espirituais. Os dois frades da direita conversam entre si e a posição do frade na esquerda, sentado e muito atento, está no ponto inferior deste triângulo (figura 4 – d2). O frade que aparece de frente olha inclinadamente para o outro que também está de pé, em um diálogo, em que seu braço direito aparece com a mão direcionada ao frade que está sentado, de olhar fixo nesta fala. O frade de pé, com as mãos cruzadas por trás das costas, possui a cabeça inclinada à frente, com um olhar mais cabisbaixo. Todo este

sentimento que se projeta em primeiro plano está em contraste com o restante do quadro. Não se sabe, ao certo, a intenção mais íntima do artista neste momento.

Tal como na obra anteriormente referida, são os assuntos terrenos e não os espirituais que prendem a atenção dos frades. Assuntos tão mundanos como os acontecimentos banais da rua, as vacas que passam, os caminhantes que atravessam a rua ao sol ou os soldados sob o alpendre. Tal como no quadro anterior, para Nicolas-Antoine Taunay, os frades eram uma singularidade nesta cidade. Eles tornaram-se uma relíquia do passado que o pintor fez questão de documentar, como símbolos do Antigo Regime. A sua postura era tão mundana como a das restantes figuras representadas, apesar de estarem alheios ao rebuliço cotidiano.

Temos ainda formação das aves brancas. O seu voo e a sua formação parecem contrapor-se à formação da manada de vacas, dirigindo-se em direções opostas. Parecem ainda posicionar-se a partir dos frades. Os pássaros brancos podem significar a liberdade, a paz, a limpeza. A manada de vacas levanta pó. Ligam a cidade ao céu. A cidade parece estar calma. Surge como um cenário. Símbolo desse fato é a atitude indiferente dos frades e dos soldados relaxados.

A arquitetura apresenta uma grande simplicidade da cidade, mas demonstra um grande domínio do desenho, por parte do artista. Como escreveu Lilia Moritz Schwarcz, denota-se um gosto muito italiano (SCHWARCZ, 2009). A vegetação apresenta algumas espécies tropicais. Nesta pintura temos um Rio de Janeiro onde o tempo parou, numa dia melancólico e nublado, onde a brisa mal deixa vislumbrar a outra margem da Baía de Guanabara.

Considerações finais: uma leitura a partir da Revolução Francesa

Nestas duas obras, Nicolas-Antoine Taunay não demonstra somente as suas grandes capacidades na representação da paisagem, quer urbana, quer natural, mas também nos tipos humanos, em diferentes escalas. Os afrodescendentes e os frades revelam-se o centro da sua atenção. O Rio de Janeiro que nos apresenta é de uma cidade

pacífica, onde o tempo parou. O principal símbolo dessa situação parece ser os frades franciscanos, indiferentes ao tempo, recolhidos nas suas observações ou em suas conversas mundanas. Nicolas-Antoine Taunay não deixava de ter na sua alma os anos da Revolução Francesa e do período napoleônico. Foram anos de imenso trabalho, mas sobretudo de uma imensa vivência. Quem viveu os momentos históricos que Nicolas-Antoine Taunay viveu, participando como artista e como cidadão numa revolução, não deixa de ficar marcado na sua existência. Foram momentos de exaltação, conturbados, mas em 1816 desembarcou no Rio de Janeiro, onde o tempo havia parado. Continuava instalada a velha ordem do Antigo Regime com uma monarquia absolutista, a Igreja e as Ordens Religiosas bem instaladas.

Os frades não são personagens decorativos, mas personagens centrais. Em ambas as pinturas, os frades apresentam-se formalmente de acordo com as normas da ordem, no hábito, no corte de cabelo, mas por outro lado, estão em posição relaxada.

A escravatura dos afrodescendentes não deixou de impressionar Nicolas-Antoine Taunay, que se considerava "un amant de l'égalité" (SCHWARCZ, 2009, p.35). Segundo a mesma autora, o pintor não deixou de representar a escravidão nas suas telas deste período da sua vida, afirmando que "Nicolas-Antoine Taunay realiza assim uma denúncia sutil da escravidão no Brasil". Na análise de Lilia Moritz Schwarcz, "os escravos estão sempre trabalhando e os nobres sempre descansando". A autora complementa ao dizer que "os negros em suas telas (…) são quase como detalhes, ou parte da paisagem: são objetos, nunca sujeitos." (SCHWARCZ, 2009, p. 35).

O tempo não deixará de evidenciar uma contradição, como escreveu Lilia Moritz Schwarcz. O percurso posterior do artista parece ter sido contraditório em relação aos seus princípios filosóficos, vividos na Revolução Francesa, que preconizavam a igualdade. Nomeadamente a posse que ele teve de escravos revela essa contradição. Rendeu-se aos "costumes locais: já tinha três "nègres" e desejaria adquirir mais um para obter um bom rendimento em sua plantação." (SCHWARCZ, 2009, p. 35). No entanto, no momento destas pinturas,

de 1816, ainda estamos perante o confronto entre a sua vivência revolucionária e cosmopolita e a realidade social do Rio de Janeiro.

Nestas obras de Nicolas-Antoine Taunay assume-se como "filho da sua época" e traduz os "inconscientes do tempo", porque não nos deixou somente quadros com panorâmicas do Rio de Janeiro, mas revela uma cidade onde o Antigo Regime ainda dominava, sendo os frades esse símbolo principal.

Referências bibliográficas

ARNHEIM, Rudolf. *Para uma psicologia da arte e arte e entropia*. Lisboa: Dinalivro, 1997.

BRITO, Ana Carla de. Breve promenade com Nicolas-Antoine Taunay. *Revista-Valise*, Porto Alegre, v. 6, n. 11, ano 6, julho de 2016.

DIAS, Elaine. *Felix-Emile Taunay: cidade e natureza no Brasil*. 2005. 501 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

___. A herança de Nicolas Taunay ao filho Félix. Lilia Moritz Schwarcz & Elaine Dias (org.). *Nicolas-Antoine Taunay: uma leitura dos trópicos*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2008.

___. Taunay. "Um iluminista no Brasil". São Paulo, *História Viva*, junho de 2008.

___. "Paisagem e Academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil. Artur Valle e Camila Dazzi" (org.). *Oitocentos. Arte brasileira do Império à Republica*, Tomo 2. Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte, pp. 208-217, 2010.

___. Arte e academia entre política e natureza (1816-1857). Fabiana Werneck Barcinski (org.). *Sobre a arte brasileira da pré-história aos anos de 1960*. São Paulo: Sesc e Martins Fontes, pp. 136-173, 2014.

GOMBRICH, Ernst Hans. *Aby Warburg.Una biografía inteletual*. Madrid: Alianza Forma, 1992.

___. *Arte e ilusão, um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEMOS, Carlos & LEITE, José Roberto. A Missão Artística Francesa. *Arte no Brasil I*. S. Paulo: Abril, pp. 442-492, 1979.

MANSUR, Kátia Leite; CARVALHO, Ismar Souza; DELPHIM, Carlos Fernando Moura & BARROSO, Emílio Velloso. "O Gnaisse Facoidal: a mais Carioca das Rochas". *Anuário do Instituto de Geociências*. UFRJ, Vol. 31, pp. 9-22, 2008.

MICHAUD, Philippe-Alain. *Aby Warburg e a imagem em movimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Lisboa: Presença, 1989.

PEREIRA, Cláudia Matos. *Schiller e arte: a beleza como elevação do homem rumo ao Absoluto*. 2007. 111 f. Tese de mestrado em Ciência da Religião – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

SCHILLER Friedrich. *Über die ästhetische Erziehung des Menschen*, 1795 (Cartas sobre a Educação Estética do Homem, carta IX.)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na Corte de D. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

___. *Paisagem e Identidade. A construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, pp. 19-52, jan./jun. 2009.

Resumo

Nicolas-Antoine Taunay chegou ao Rio de Janeiro em 1816 inserido na Missão Artística Francesa. Nesse mesmo ano pintou duas vistas do Rio de Janeiro. Trata-se de duas pinturas onde colocou as suas capacidades de pintor de paisagens em grande evidência, mas não deixou de refletir a sua visão sobre a sociedade do Rio de Janeiro por meio das figuras humanas aí representadas, em particular quando se debruçou sobre os frades franciscanos.

Palavras-chave: olhar, Rio de Janeiro, frades, paisagem.

Abstract

Nicolas-Antoine Taunay arrived in Rio de Janeiro in 1816 as a member of the French ArtisticMission. That same year he painted two views of Rio de Janeiro. These are two paintings that heplaced his capacities as a landscape painter in great evidence, but he did not fail to reflect hisviews on the society of Rio de Janeiro through the human figures represented there, particularlywhen he looked at the Franciscan friars.

Keywords*: looking, Rio de Janeiro, friars, landscape.*

Recebido em 6 de julho de 2017. Aprovado em 10 de julho de 2017.

MOSAICO POLIFONICO NA ESCRITA DE MARIA GRAHAM: CONEXÕES ENTRE A VOZ POLÍTICA E O OLHAR SENSÍVEL DA AUTORA SOBRE O RIO DE JANEIRO-1821-1822[1]

Denise Maria Couto Gomes Porto[2]

Introdução: *As vozes narrativas de Maria Graham sobre o Rio de janeiro*

No início do século XIX, os olhos britânicos estavam vivamente voltados para as Américas. No intuito de alcançar essas promissoras terras, enfrentavam todo o tipo de dificuldades nos longos percursos das travessias pelo Atlântico Sul. A bordo de navios mercantes e de guerra, muitos foram os ingleses[3] que aportaram nas Américas, naqueles primeiros anos do Oitocentos, com os mais diversos objetivos.

Em 21 de setembro de 1821, o navio-escola da Marinha de Guerra de S.M.B., a Fragata Doris, chegou a costa brasileira, à altura de Pernambuco. A bordo estava a escritora e desenhista inglesa Maria

---

[1] Artigo derivado de pesquisa para Dissertação sob a orientação da Prof.ª Drª Mary Del Priore- Universidade Salgado de Oliveira- UNIVERSO.

[2] Mestranda no Programa da Pós-Graduação em História-PPGH- Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

[3] Segundo C. de Mello Leitão: " [...] Encontramos de tudo entre os ingleses que escreveram sobre o Brasil: comerciantes, aventureiros, naturalistas, engenheiros, simples turistas. [...]. Há os de renome universal, que ultrapassam o âmbito de suas especialidades, como Darwin e Wallace; os que se fizeram célebres entre seus pares como os botânicos Spruce e Gardner, os zoólogos Swainson e Bates; e os mais particularmente conhecidos dos brasileiros pela justiça de suas apreciações como Kostner e Maria Graham, ou pela síntese que procuram fazer de nossa terra e nossa gente, como Luccock, Henderson e Walsh". LEITÃO, C. De Mello. O *Brasil visto pelos Ingleses.* São Paulo: Editora Nacional,1934, p.15.

Graham (1785-1842). O navio que saíra de Portsmouth na Inglaterra, em 31 de julho do mesmo ano, rumava para a América do Sul, em missão diplomática oficial. Após deixar Pernambuco em outubro, permaneceu por 52 dias em Salvador. Ao fim deste período, em 15 de dezembro do mesmo ano, o navio aportou na cidade do Rio de Janeiro.

Finalmente, após quatro dias de navegação a partir de Salvador, a comitiva inglesa a bordo da *Doris,* avistou a baía da Guanabara. O impactante panorama, descrito e representado inúmeras vezes, por diversos viajantes que estiveram de passagem no Rio de Janeiro[4], estava finalmente descortinado diante dos olhos atentos da escritora. Com toda a sua exuberância, a visão da paisagem carioca causou-lhe um inédito maravilhamento. Nada do que vira antes, desde sua chegada ao Brasil, como a lembrança do colorido brilhante da paisagem pernambucana, ou a visão inesquecível da cidade de Salvador, havia, contudo, inspirado tanto a sua escrita.

A espetacular cena carioca, há muito que povoava a fantasia dos viajantes europeus, ávidos por vivências e descobertas nos trópicos americanos. A aproximação imaginária de territórios tão distantes foi possível, contudo, a partir da circulação na Europa no início do século XIX, das edições ilustradas dos relatos de viagens. Nesse sentido, Belluzzo (2008)[5] informa que, " Os viajantes que chegaram ao

---

[4] Sobre referendar alguns viajantes que passaram pelo Rio de janeiro nas primeiras décadas dos Oitocentos, privilegiamos autores ingleses. Para tanto, recorremos a dois pesquisadores, a saber: Ana Maria Belluzzo, informa os seguintes nomes: "Emeric Essex Vidal (1808); William Havel (1816); Auguste Earle (1820); William Gore Ouseley (1823); William Burchell (1825); William Smyth (1832); John Christian Schetky (1833). BELLUZZO, Ana Maria. *O Viajante e a paisagem brasileira.* Revista Porto Alegre, v.15, nº25, novembro /2008.O autor C. De Mello Leitão, complementa o quadro com os seguintes nomes: John Mawe (1807); Henry Sidney e Henry Koster (1809); John Luccock (1808); Waterton (1816); Alexander Caldcleugh (1819); Edward Thornton (1919); James Henderson (1919). LEITÃO, C. De Mello. *O Brasil Visto pelos Ingleses.* São Paulo; Editora Nacional, 1937, pp.15-16-19-20.Maria Graham figura entre a única viajante inglesa mulher. (N.A.)

[5] BELLUZZO, Ana Maria. *O Viajante e a paisagem brasileira.* Revista Porto Alegre, v.15, nº 25, novembro /2008.

Brasil nas primeiras décadas do século XIX, poderiam conferir imagens e opiniões, que circularam pela Europa e lhes contrapor fatos da experiência".

No presente estudo, argumentamos que Maria Graham, nutriu um grande interesse na observação dos acontecimentos políticos que estavam em curso no Brasil. Contudo, observamos que a autora manteve em sua escrita, suas inclinações pelas crônicas descritivas, quanto às peculiaridades dos costumes dos povos e das paisagens naturais do pais.

Assim, ressaltamos que a autora documentou detalhadamente seus desdobramentos e acrescentou à narrativa, opiniões críticas e parciais sobre os fatos históricos testemunhados, o que foi por nós evidenciado, ao longo da leitura dos documentos. Portanto, consideramos que a análise da fonte que ora privilegiamos, o *Diário de Uma Viagem ao Brasil,* seja feita a partir da perspectiva dos lugares de construção da escrita da autora. O recorte temporal estabelecido nos anos de 1821 e 1822, permite-nos perguntar quais foram os locais que originaram as observações da escritora durante este período em que esteve no Rio de Janeiro, e como estes pontos de observação interferiram nas formas de sentir e descrever o que viu.

Inferimos, que a principal perspectiva narrativa construída por Maria Graham nos anos de 1821 e 1822, adveio de sua posição social e representativa associada à missão diplomática do navio de guerra que tripulava, cujo capitão era seu marido.

O exame da sociedade carioca com suas singularidades pertinentes, teve como ponto de partida um minucioso estudo do conjunto dos contextos histórico e político da época em que esteve no Brasil. Informa-nos a autora, a respeito da variedade de fontes que utilizou, para a elaboração seus textos, tais como, jornais, cartas, documentos oficiais, relatos orais e livros de História do Brasil, entre outros.

Desta forma, Maria Graham colocou em perspectiva histórica[6], os cenários locais, sociais e econômicos presentes na cidade do Rio de Janeiro. Deduzimos aqui, que sua vivência tão próxima ao universo militar, tornou possível, facilitou, uma abordagem mais analítica e mesmo crítica, da realidade brasileira de então. Sua condição de cidadã inglesa, tripulante de um navio de guerra britânico em missão militar na América do Sul, portanto, de neutralidade sobre as questões políticas do Império, privilegiou seu livre acesso às informações confidenciais e diplomáticas sobre as disputas políticas que estavam em curso.

Entretanto constatamos que o viés político fortemente identificado na narrativa da escritora, complementou a sua escrita, onde por outro lado, a presença de seu olhar romântico e subjetivo, foi constante na descrição voltada para as alteridades relativas às nuances identitárias do povo, dos costumes e da natureza local.

O Rio de Janeiro na perspectiva política da autora. *Fragmentos de um mosaico histórico.*

Maria Graham, viajou ordinariamente como tripulação de navios de guerra britânicos, ora sob o comando de seu pai, George Dundas, Vice-Almirante e Comissário do Almirantado britânico, ora sob o de seu marido, o Capitão da Marinha de Guerra inglesa, Thomas Graham. Desta forma, a autora visitou a Índia, o Ceilão, a Escócia e a Itália, antes de embarcar para a missão diplomática na América do Sul.

O impactante panorama da Baia da Guanabara vista a partir do mar, descrito e representado inúmeras vezes, por diversos viajantes

---

[6] Para justificar minha escolha sobre uma interpretação historicizada da escrita de Maria Graham, recorri aos estudos de Ana Maria Belluzzo, para quem: " O viajante poderia estar habilitado a ler a morfologia do território ou estar apto a colocar em perspectiva histórica o cenário divisado[...]Seria induzido a registrar costumes por motivações diplomáticas ou suas observações seriam sustentadas por interesses comerciais? ". BELLUZZO, Ana Maria. *O viajante e a paisagem brasileira*. Revista Porto Alegre, v.15, nº 25, novembro /2008.

que estiveram de passagem no Rio de Janeiro[7], estava finalmente descortinado diante dos olhos atentos da escritora.

Retornemos, pois, a primeira cena registrada sobre a cidade do Rio de Janeiro. Maria Graham observava a paisagem, no tombadilho do navio, que lentamente singrava as águas tranquilas da baía:

> *Nada do que vi até agora é comparável em beleza à baia. Nápoles, o Firth of Firth, o porto de Bombaim e Tricomalee, cada um dos quais julgava perfeito em seu gênero de beleza, todos lhe devem preito porque esta baia excede cada uma das outras em seus vários aspectos. Altas montanhas, rochedos como colunas superpostas, florestas luxuriantes, ilhas de flores brilhantes, margens de verdura, tudo misturado com construções brancas, cada pequena eminência coroada com sua igreja ou fortaleza, navios ancorados, ou em movimento e inúmeros barcos movimentando-se em um tão delicioso clima, tudo isso se reúne para tornar o Rio de Janeiro a cena mais encantadora que a imaginação pode conceber. (GRAHAM,1990: p.195).*

Maria Graham observa com precisão e sensibilidade, a movimentação de diversos navios estrangeiros e brasileiros, no entorno do Porto do Rio de Janeiro. A sede da Monarquia Portuguesa estava em franco processo de crescimento. Tudo estava em movimento. O Rio de Janeiro era a maior cidade da América do sul. Para a Corte, todos os destinos políticos, comerciais e econômicos convergiam. O intercâmbio de navios de longo percurso para a importação e exportação

---

[7] Sobre referendar alguns viajantes que passaram pelo Rio de janeiro nas primeiras décadas dos Oitocentos, privilegiamos autores ingleses. Para tanto, recorremos a dois pesquisadores, a saber: Ana Maria Belluzzo, informa os seguintes nomes: "Emeric Essex Vidal (1808); William Havel (1816); Auguste Earle (1820); William Gore Ouseley (1823); William Burchell (1825); William Smyth (1832); John Christian Schetky (1833). BELLUZZO, Ana Maria. *O Viajante e a paisagem brasileira.* Revista Porto Alegre, v.15, nº25, novembro /2008.O autor C. De Mello Leitão, complementa o quadro com os seguintes nomes: John Mawe (1807); Henry Sidney e Henry Koster (1809); John Luccock (1808); Waterton (1816); Alexander Caldcleugh (1819); Edward Thornton (1919); James Henderson (1919). LEITÃO, C. De Mello. *O Brasil Visto pelos Ingleses.* São Paulo; Editora Nacional, 1937, pp.15-16-19-20.Maria Graham figura entre a única viajante inglesa mulher. (N.A.)

de artigos manufaturados e agrícolas, competia dinamicamente com o comércio de cabotagem costeira interprovincial. O Porto do Rio de Janeiro, no início do século XIX, contava com a principal Alfândega do Reino. Segundo Leitão, " A situação privilegiada do Rio de janeiro, a segurança de seu porto, o grau relativamente elevado de civilização a que chegara, faziam dele escala forçada. " (LEITÃO,1934: p.17).

Era também paradoxalmente, uma cidade de escravos. Silva (2011: p.46)[8], informa que: "No ano de 1821, o número de cativos formava um terço da população do Rio de Janeiro". Neste contexto, Priore (2008: p.69)[9] cita que: "A rápida intensificação do processo de urbanização, o aumento populacional e a passagem de uma economia fechada para uma aberta se fizeram acompanhar de reflexos nos mais variados grupos sociais". E ainda: " [...]viveu-se a partir de então, uma aceleração das comunicações, uma evolução das técnicas, um encontro com novos atores urbanos, que pouco a pouco mudou a cara da cidade. " (PRIORE, 2008: p.67).

A cidade barulhenta, e com ares cosmopolitas, abrigava a maior sociedade de ingleses no Brasil. Sobre a proeminência de cidadãos ingleses no Rio de Janeiro, Martins (2001: p.71)[10], esclarece que; "Em 1808, a cidade tornou-se também sede do quartel-general da base naval da Marinha Real Britânica da América do Sul. "

---

[8] SILVA, Alberto da Costa E. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.) *Crise Colonial e independência 1808-1830.* Madrid: Mapfre e Editora Objetiva,2011, p.46.

[9] PRIORE, Mary Del. Cotidiano, Permanências e Rupturas no Rio de Janeiro à época da chegada da Família Real. In: IPANEMA, Rogéria de. (Org.) *D. João, e a Cidade do Rio de Janeiro 1808-2008.* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008, pp .67-69.

[10] Sobre as bases navais inglesas na América do Sul, Luciana de Lima Martins esclarece que; "Com o propósito de assegurar seus interesses marítimos, o governo britânico mantinha navios de guerra em várias bases estrangeiras: cada base estava encarregada de patrulhar uma área ou uma zona, contava com um esquadrão e um quartel-general, ou centro de operações. " MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.2001, p.71.

A bordo da Doris, as atenções de Maria Graham orbitavam as densas questões políticas que varriam o país desde as províncias do Norte até as do sul. Este navio de guerra, foi um importante ponto de observação para que Maria Graham construísse sua versão historicizada sobre as questões políticas que presenciou no Rio de Janeiro.

A cidade estava em alerta. O Príncipe havia recebido ordens para retornar a Portugal. "Esta mensagem despertou a mais viva indignação, não somente no ânimo de Sua Alteza Real, mas dos brasileiros de ponta a ponta do reino" (GRAHAM,1990: p.213).

A pressão política, era enorme. O povo e as elites brasileiras desejavam a permanência do príncipe no Brasil e a extinção dos tribunais de justiça em Lisboa, pois consideravam que as deliberações das Cortes tinham um propósito de cunho recolonizador. A interpretação de Maria Graham sobre este episódio, deixa transparecer a sua opinião independente e favorável à causa brasileira:

> *Os brasileiros consideram esse passo como uma preliminar para extinguir nesse país os tribunais de justiça que, durante quatorze anos, se mantiveram aqui, transferindo-se assim as causas para Lisboa, por cujo meio o Brasil será de novo reduzido à condição de uma colônia dependente, em vez de gozar de direitos e privilégios iguais aos da mãe-pátria, o que é uma degradação a que eles não estão dispostos, de maneira alguma. (GRAHAM,1990: p.213).*

As tensões entre os oficiais das tropas de Lisboa com Príncipe D. Pedro, se intensificaram. O Soberano não queria acatar as ordens lusitanas. Ao contrário, pretendia energicamente ficar no Brasil e perpetuar a linhagem dinástica dos Bragança. Esta resolução acirrou ainda mais os ânimos belicosos dos militares portugueses. Em seu texto, a autora mencionou pela primeira vez os rumores que havia no Rio de Janeiro, sobre a possibilidade da independência do Brasil:

> *Os brasileiros esperam ardentemente que ele possa ficar e alguns há que anteveem a possibilidade de se declarar ele abertamente pela independência desta terra. Qualquer que seja sua resolução, teme-se que haja muito tumulto, se não uma guerra civil. (GRAHAM,1990: p.217).*

No dia 9 de janeiro de 1822, o Príncipe recebeu uma grande comitiva de deputados e representantes do povo, que foi encontra-lo após reunirem-se na Câmara do Rio. Estavam determinados a pedir que D. Pedro ficasse no Brasil, atendendo a vontade da maioria do povo brasileiro. Maria Graham assim relatou este dia:

> *Houve ontem uma reunião na Câmara do Rio e após uma curta deliberação, os seus membros foram em procissão, acompanhados de um grande concurso de povo, ao Príncipe, com uma enérgica petição contra a sua saída deste país e uma viva súplica para que ele ficasse no meio de seu fiel povo. S.A.R. recebeu-os gentilmente e respondeu que, desde que parecia ser a vontade de todos, e para o bem de todos, ele permaneceria. Esta declaração foi recebida com gritos e com entusiasmo, correspondido com descarga de artilharia e com todos os sinais de regozijo público. (GRAHAM,1990: pp.217-218).*

A comemoração oficial do pronunciamento do " Fico" foi a apresentação de uma récita de gala no Real Teatro de São João. Nessa oportunidade Maria Graham foi convidada pela viscondessa do Rio Seco a ocupar um lugar em seu camarote. A viscondessa era a sogra do General Luiz do Rego Barreto, Governador de Pernambuco, de quem a escritora havia se aproximado, durante sua permanência em Recife. A amiga viscondessa viria no futuro, apresenta-la a Imperatriz Leopoldina, o que originou o pedido dos Imperadores para que Maria Graham fosse a governanta de sua filha, a princesa D. Maria da Glória.

A autora conta ainda detalhadamente sobre os desdobramentos que se seguiram à decisão do Príncipe em ficar no Brasil. As tropas portuguesas, após a renúncia de seu comandante, o General Jorge de Avilez, haviam declarado insubordinação às ordens reais. Na noite do dia 12 de janeiro, Maria Graham que estava no teatro, testemunhou que, enquanto toda a corte e o casal real assistiam ao espetáculo no Real Teatro de São João, os soldados portugueses começaram um levante, a fim de convulsionar a cidade:

> *Cerca de 11 horas, porém, o príncipe foi chamado para fora de seu camarote e informado de que corpos de vinte a trinta homens das tropas portuguesas estavam percorrendo as ruas , a quebrar janelas e insultar os transeuntes em seu percurso de quartel em quartel, nos*

> *quais tudo tinha a aparência de um motim organizado.[...] O príncipe após tomar as providências necessárias, voltou ao espetáculo e apresentando-se com a princesa, então próxima ao parto, à frente do camarote, dirigiu-se ao povo e afirmou que não havia nada de grave[...] e apelou para que não deixassem o teatro, aumentando assim o tumulto e lotando as ruas, mas que permanecessem até o fim da peça, como ele pretendia fazer.(GRAHAM,1990:p.222).*

O motim, entretanto, persistiu, e a autora escreveu que as tropas portuguesas marcharam para o morro do Castelo, " que domina as principais ruas da cidade [...] ameaçavam saquear a cidade". Entretanto, continua, " O Príncipe foi incansável, de modo que pelas quatro horas da manhã do dia 12 ele se encontrou à frente de uma tropa de quatro mil homens no Campo de Sant'Ana". (GRAHAM,1990: p.223). Contudo, frente a inferioridade numérica, as tropas portuguesas foram vencidas e mandadas a transferirem-se para a Praia Grande, atual cidade de Niterói, de onde embarcariam de volta a Portugal.

Maria Graham não poderia deixar de participar de um evento tão decisivo para o desfecho da imensa crise política em curso. Ela escreve:

> *Desembarquei com um oficial logo que pude, principalmente com o objetivo de ver as tropas do Campo de Sant'Ana. [...]. Resolvi procurar a viscondessa do Rio seco no meu caminho, para oferecer-lhe abrigo na fragata[...] prometemos-lhe, que quando ela fizesse um sinal da casa dela, ou mandasse um recado, teria logo proteção[...]. Havendo encorajado a minha amiga quanto podia, fomos para o Campo e encontramos os brasileiros [...]. Os homens [...] pareciam saudáveis ativos e cheios de ânimo[...] e pode ser imaginação minha, mas deram-me a ideia de homens resolutos e determinados a defender seus direitos e seus lares. [...]. Fiquei bem impressionada com o ambiente que encontrei no Campo[...] demorei-me algum tempo para assegurar-me de que tudo se resolveria sem derramamento de sangue, salvo duas ou três pessoas mortas acidentalmente durante a noite". (GRAHAM,1990: p.224).*

Na sequência dos acontecimentos, a autora documentou que havia chegado a mensagem sobre um pedido de proteção para o Prín-

cipe e sua família, a bordo da fragata inglesa, o que no desenrolar dos fatos, isso não foi necessário. Ela escreveu: "A resposta, naturalmente, foi que, ainda que o navio deva observar a mais estrita neutralidade entre as partes, estamos prontos [...] para receber e proteger a Princesa e os infantes e [...] o próprio Príncipe". E acrescentou que, "Minha cabine está, assim, pronta". (GRAHAM,1990: p.227).

Crônicas sobre o cotidiano carioca: *denúncia, alteridade e descobertas.*

Após alguns dias de permanência a bordo, Maria Graham conseguiu, por intermédio de amigos conterrâneos, " uma casa confortável num dos subúrbios do Rio, chamado Catete. " Naquele momento, a sua transferência do navio para uma moradia em terra firme era necessária, pois tinha como objetivo, facilitar a recuperação da saúde de diversos membros da tripulação, que se encontravam doentes, incluindo o capitão Graham e a própria escritora. A partir de então, " comecei a tomar conta da casa em terra". A autora, agora estava escrevendo suas impressões sobre a realidade brasileira, a partir da perspectiva territorial de sua nova residencia.

Por observar a vida cotidiana da cidade sob um olhar aguçado e crítico, começou por descrever suas impressões sobre a oferta de alimentos disponíveis para o consumo da população, denunciando as práticas de monopólios comerciais e a baixa qualidade dos produtos disponíveis para o consumo popular: "Encontramos verduras e aves muito boas, mas não baratas. " Informou ainda sobre a existência das práticas de monopólio no comércio de carne: "a carne verde é barata, mas ruim; há um açougueiro monopolista e ninguém pode matar um animal, sequer para consumo próprio"[11]. (GRAHAM,1990: p.196).

Com o intuito de noticiar seus futuros leitores ingleses, sobre as peculiaridades do pais estrangeiro, Maria Graham traçou um retrato da dinamicidade do comércio local e interprovincial de suprimentos. Detalhou ainda alguns aspectos característicos da culinária fluminen-

---

[11] GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia,1990. p.196.

se. Aqui, curiosamente, longe de reconhecermos na narrativa, a escritora envolvida com representações políticas e diplomáticas, encontramos uma cronista curiosa e despreocupada que, com originalidade, descreveu hábitos alimentares de ambos os setores rico e pobre da sociedade carioca. Mencionou ainda, o gosto e a gulodice da maioria da população pelos doces, e acrescentou inclusive, uma receita popular da preparação do feijão:

> *O pão de trigo usado no Rio é feito principalmente de farinha americana e, de um modo geral, bem bom. Nem a capitania do Rio nem as do Norte produzem trigo, mas nas terras altas de São Paulo e Minas Gerais e nas províncias do Sul, é cultivado em boa escala e com grande sucesso. O grande artigo de alimentação aqui é a farinha de mandioca. Usa-se sob a forma de um bolo largo e fino como um requinte. [...]. Na mesa dos ricos é usada em todos os pratos que se comem, tal como comemos pão. Os pobres empregam-na de todas as formas: sopa, papa, pão. [...] Depois da mandioca, o feijão é a comida predileta, preparado de todas as maneiras possíveis, porém frequentemente cozido com um pedacinho de carne de porco, alho, sal e pimenta. (GRAHAM,1990: p.169).*

Ao prosseguirmos na leitura da fonte, percebemos que sua escrita enquanto esteve morando no Catete, ou seja fora do ambiente do navio, refletiu um estado de espírito, pleno de entusiasmo pela proximidade de amigos conterrâneos, em companhia dos quais pode conhecer mais sobre o Rio de Janeiro. "O Sr. Hayne, um dos comissários da comissão de tráfico e sua irmã propuseram uma excursão ao Jardim Botânico" (GRAHAM,1990: p.199). Os amigos tinham, portanto, a intenção de distraí-la, levando-a para conhecer os arredores suburbanos da cidade. Pareceu-nos aqui, que os ares da Corte do Rio de Janeiro fizeram bem a autora.

Embora lutasse desde a juventude com um quadro de tuberculose, sentia-se cada dia mais saudável por estar em contato com uma " cidade tão rica em belezas naturais". Assim, procurou manter as visitas de cortesias e os passeios exploratórios pelos campos e subúrbios cariocas. Maria Graham afirmou que: "É difícil saber quem mais apreciou esta manhã [...]Com poucas delas creio que não há doença

que não desapareça". A partir desta citação, cabe aqui a reflexão, sobre a relação que a autora estabelecia entre a manutenção da saúde, e a satisfação diletante de viver em contato com a natureza. Maria Graham afirma que: "Desde a excursão ao Jardim Botânico, alguns de nossos doentes começaram a melhorar. "[12] (GRAHAM,1990: pp.198-199). Ainda fora dos limites urbanos da cidade, aproveitou os primeiros dias na metrópole, descrevendo os hábitos e modos da vizinhança e dos escravos urbanos: "conhecer um pouco mais dos habitantes, dos quais, os mais divertidos, tanto quanto pude ver até agora, são certamente os negros que transportam frutas e verduras para vender". (GRAHAM,1990: p.203). A autora continuou a descrever o singular grupo de escravos de ganho. Acentuou sua alteridade narrando que ao tomar conhecimento da história de vida e das características culturais destes indivíduos, sua maneira de vê-los mudou: "de modo que, de escravo selvagem, transforma-se em objeto de tocante interesse". E acrescentou que, "Gostaria de ter o talento de escrever uma novela a respeito dessa história de escravos; mais os meus escritos, como meus desenhos, não conseguem ir além da descrição da natureza e permito que melhores artistas possam aproveitar o assunto". (GRAHAM,1990: p.241). Ainda sobre os escravos, continuou a autora:

> *Os guardas –marinha fizeram amizade com alguns. Um deles tornou-se até amigo da casa, e depois de vender frutas de seu senhor, ganha uma pequena gratificação para ele próprio, pelos contos, suas danças e suas cantigas. Sua tribo, ao que parece, estava em guerra com um rei vizinho. Ele partiu para a luta ainda menino, foi feito prisioneiro e vendido. Esta é provavelmente a história de muitos, mas o nosso amigo a conta com movimento e ênfase, mostra as feridas, dança a sua dança de guerra, grita sua canção bárbara, de*

---

[12] Sobre a relação estabelecida entre o convívio com a natureza e a ideia de salubridade, Keith Thomas cita que "Em fins do século XVIII, o apreço pela natureza selvagem, se convertera numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela; era moralmente benéfica[...]ela não proporcionava apenas um lugar de privacidade, uma oportunidade de autoexame e de devaneio íntimo[...] tinha um papel mais positivo: exercia um salutar poder espiritual sobre o homem". THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Editora Schwarcz,1983, p.309.

modo que, de escravo selvagem, transforma-se em objeto de tocante interesse. (GRAHAM,1990: p.203)[13]

Considerações finais

Ao longo deste breve estudo, procuramos enfatizar as diversas vozes interpretativas existentes na escrita de Maria Graham. Estas distintas falas, como que pertencentes a uma espécie de mosaico polifônico, demonstram aqui as diferentes representações que a autora construiu sobre a realidade política e social brasileira, das primeiras décadas do século XIX. Poderíamos pensar que cada uma dessas representações, configurariam uma tessela, ou seja, um fragmento do grande mosaico narrativo. Embora sejam distintas em suas especificidades, estas vozes narrativas quando agrupadas, produzem um discurso cuja significação é uma tentativa para a compreensão ou para a explicação da universalidade do todo observado.

O exame da sociedade carioca com suas singularidades pertinentes elaborado pela autora, teve como ponto de partida um minucioso estudo do conjunto dos contextos histórico e político, tanto provincial quanto nacional. Informou-nos a respeito da variedade de fontes que utilizou para a elaboração seus textos como: jornais, cartas, documentos oficiais, relatos orais e sobretudo aos estudos da obra clássica do historiador Robert Southey.[14]

Desta forma, Maria Graham colocou em perspectiva histórica[15], os cenários locais, sociais e econômicos presentes na cidade do Rio de Janeiro.

---

[13] GRAHAM, Maria. *Diário de Uma Viagem ao Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.p.203.

[14] SOUTHEY, Robert, *History of Brazil.* London: Longmam, Hurst, Rees, and Orme,1810-19,3 vols.in 4º.gr.O tomo primeiro foi reimpresso em 1822.In: GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1990: p.23.

[15] Para justificar minha escolha sobre uma interpretação historicizada da escrita de Maria Graham, recorri aos estudos de Ana Maria Belluzzo, para quem: " O viajante poderia estar habilitado a ler a morfologia do território ou estar apto a

Maria Graham oferece ao leitor, no decorrer do exame da fonte, a experiência inédita de fazê-lo compartilhar dos fugidios, ainda que distantes ecos de suas vozes.

Referências bibliográficas

BELLUZZO, Ana Maria. *O Viajante e a paisagem brasileira.* Revista Porto Alegre: Porto Alegre, v.15, nº25, novembro/2008.

LEITÃO, C. De Mello. *O Brasil visto pelos ingleses.* São Paulo: Companhia Editora Nacional,1934, pp.15-16-19-20.

___. *Visitantes do Primeiro Império.* São Paulo: Companhia Editora Nacional,1934, pp.49-50.

LEITE, Miriam Moreira**.** *A Condição Feminina no Rio de Janeiro século XIX.* São Paulo: Hucitec,1993, p.20.

LIMA, Manuel de, Oliveira**.** *O Movimento da Independência (1821-1824).* Belo Horizonte: Itatiaia,1989, p.92.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.2001, p.71.

PRIORE, Mary Del**.** Cotidiano, Permanências e Rupturas à época da chegada da Família Real. In: IPANEMA, Rogéria de. (Org.) *D. João e a cidade do Rio de Janeiro 1808-2008.* Instituto Histórico e Geográfico do Rio de janeiro,2008, pp.67-69.

SHOUTHEY, Robert. History of Brazil. London: Longmam, Hurst, and Orme,1810-19, 3vols.In: GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia,1990, p.23.

SILVA, Alberto da Costa E. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Crise Colonial e Independência 1808-1830.* Madrid: Mapfre e Editora Objetiva,2011, p.46.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Editora Schwarcz,1983, p.309.

---

colocar em perspectiva histórica o cenário divisado[...]Seria induzido a registrar costumes por motivações diplomáticas ou suas observações seriam sustentadas por interesses comerciais? ". BELLUZZO, Ana Maria. *O viajante e a paisagem brasileira*. Revista Porto Alegre, v.15, nº 25, novembro /2008.

Fonte

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia,1990, pp. 169-195-196-198-199-203-213-217-218-222-223-224-227-241.

Resumo

No presente estudo, privilegiamos a fonte: *Diário de uma Viagem ao Brasil,* tomando como recorte temporal, os anos de 1821 e 1822, quando pretendemos demonstrar que a escritora Maria Graham, a despeito de suas inclinações pelas crônicas descritivas quanto às peculiaridades e excentricidades da paisagem e dos costumes do povo brasileiro, nutriu um grande interesse pelos assuntos públicos e políticos que estavam em curso no Brasil. Ao longo da escrita de seu Diário, a autora documentou os principais fatos políticos brasileiros daqueles anos.

Palavras-chave: Maria Graham; Rio de Janeiro; Política.

Abstract

In the present study, we privilege the source: Diary of a Journey to Brazil, taking as a temporal cut, the years of 1821 and 1822, when we intend to demonstrate that the writer Maria Graham, in spite of her inclinations by descriptive chronicles as to the peculiarities and eccentricities of the landscape and of the customs of the Brazilian people, had a great interest in the public and political affairs that were under way in Brazil. In the course of writing her diary, the author documented the main Brazilian political facts of those years

Keywords*: Maria Graham; Rio de Janeiro; Policy.*

Recebido em 7 de março de 2018. Aprovado em 14 de março de 2018.

GREVE DOS COCHEIROS

Neusa Fernandes[1]

O RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro no século XVII abandonou o Morro do Castelo que não mais podia abrigar a população de 200 habitantes e desceu a várzea. Em seu processo de expansão, a cidade chegou até a Rua do Ourives, atual Gonçalves Dias. Era um sítio pobre, mal cheiroso, limitado por brejos e mangues, que circundavam o núcleo original, exprimido entre os Morros do Castelo e o de São Bento. Esse século abrigou governadores autoritários e era quase inexistente a vida social, marcada por duas festas públicas: em 1641, a comemorativa da Aclamaçaõ de D. João IV, após a restauração, com o povo nas ruas, festa considerada como o primeiro carnaval carioca. Outra, em 1682, com a chegada do primeiro bispo do Rio de Janeiro, D. José de Barros Alarcão, que constou de apresentação de balés e cavalhadas. Mas a cidade também assistiu à execução de Jerônimo Barbalho, decapitado, em pleno Terreiro do Paço, hoje Praça Quinze de novembro, por ter liderado 160 senhores de engenho, vindos de São Gonçalo, na chamada Revolta da Cachaça, também conhecida como Bernarda.

Os revoltosos queriam abolir as taxas impostas pelo governo de Salvador Correa de Sá e Benevides, para pagar o soldo em atraso dos militares.

Tudo era muito precário no Rio de Janeiro: a higiene, a saúde os meios de transporte. O habitante que não tinha recursos, andava a pé. Se alguma coisa possuísse, adquiria um cavalo, que era o melhor transporte, para enfrentar a falta de calçamento.

---

[1] Pós-doutora em História e em Museologia. Presidente do IHGRJ.

Até o meio do século XVII, o Rio de Janeiro só conheceu a *rede e a cadeirinha*, (1639), como meio de transporte particular. Sustentada por duas barras paralelas, a Cadeirinha era carregada por dois escravos, vestidos, mas descalços. Era usada por mulheres, nobres e casadas. Também transportava homens, geralmente bem vestidos, que necessitassem preservar os trajes.. Somente no final desse século, apareceu a cadeirinha de aluguel. A partir de 1722, registramos sanções legais, impostas, pelo ouvidor Antônio de Sousa de Abreu Grade, impedindo que outras mulheres pudessem usar a cadeirinha . Diversidade maior de meios de transporte registra-se no século XIX, sobretudo depois da vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, o que levou a Administração pública a adotar uma série de medidas para regulamentar a sua circulação, considerando- se sua largura e as ruas estreitas da cidade. Surgiram muitos e diferenciados tipos de meios de transporte. Destacamos: a *Serpentina*, cujo nome deriva do adorno colocado na extremidade dianteira do teto e era, geralmente usada por famílias abastadas e em batizados, transportando a madrinha com o afilhado no colo; A *Carroça* com duas ou quatro rodas, servia para o transporte de carga. Era puxada por cavalos, burros ou mulas;. a *Carruagem* - montada sobre molas, para reduzir o impacto ao passar por buracos e outras irregularidades do terreno; o *Trole*, uma carruagem bem simples, que se usava para o transporte de passageiros, principalmente no interior do Brasil; o *Tílburi*, surgido em 1846, era uma espécie de carruagem, de tração animal, com um só lugar, ao lado do Condutor; a *Andorinha*: carroça com quatro lugares, usada muito no bairro da Prainha; *Sege*, um dos primeiros veículos de rodas, com um só assento , usado para logradouros distantes do centro da cidade do Rio de Janeiro. Podia ter duas ou quatro rodas, dois varais e cortina de couro; o *Coche*, destinado ao transporte de quatro pessoas, conduzido pelos cocheiros, que foram os motoristas do Rio de Janeiro, no século XVIII. Condutores de carruagens, os cocheiros eram uma espécie de motorista da nobreza, guiando os imponentes cavalos, que transportavam as famílias reais aos seus destino.. A palavra *cocheiro* é derivada de *coche*, uma espécie de carruagem, de tração animal, antiga e suntuosa. O *cocheiro* era o condutor da carruagem, aquele que guiava os cavalos.

Câmara dos Senadores, tendo, nas imediações, veículos de tração animal

A vida do cocheiro nesses tempos era muito difícil. Cumpriam uma carga horária penosa, trabalhavam em turnos, de 12 a 14 horas por dia, começando às 3 horas e meia da manhã.

Os ordenados eram insignificantes e os constantes regulamentos e Leis, federais ou municipais, dificultavam em muito, a melhoria de vida. O regulamento para cocheiros, no Brasil, durante o Império previa punições policiais para aquele que infringisse as regras estabelecidas no regulamento para sua profissão. No Regula-

mento Policial elaborado, em 1872, pelo chefe de polícia, constam as seguintes obrigações para o cocheiro, entre outras:

1. Apresentar-se decentemente vestido;

2. Não dormir dentro do veículo, nem fumar estando em serviço;

3. Dar cartão ao passageiro quando este entrar no coche;

4. Não se recusar ao serviço do passageiro que o for buscar no ponto da estação;

5. Levar o passageiro para o local que este designar;

6. Caminhar dentro da cidade a trote curto;

7. Seguir sempre à direita, e não passar sobre os lajedos das ruas;

8. Não parar nas esquinas das ruas, nem defronte de outro veículo nas ruas estreitas, nem diante da entrada dos lugares públicos;

9. Examinar o veículo logo que se apear o passageiro, entregando-lhe qualquer objeto nele deixado, ou à repartição da polícia;

10. Agir com polidez para com o passageiro, evitando toda e qualquer alteração;

11. Não estacionar fora das estações, não chamar fregueses, não andar em vai-e-vem em busca deles, não se reunirem em grupo, nem perturbar a tranquilidade pública com gritos, disputas, rixas ou de qualquer outra maneira;

12. Não cobrar preo maior do que o mercado na tabela;

13.Não andar, durante à noite sem duas lanternas acesas;

14. Não maltratar os animais;

15. Responder pelos danos causados pelos trens;

16. Conservar os veículos em estado de asseio, e verificar se os animais que os puxam estão convenientemente seguros.

Vale lembrar que a garantia de direitos por parte do Estado brasileiro, tanto no Império, como na República, foi muito precária e que a grande maioria desses trabalhadores operava por conta pró-

pria, o que lhes permitia entrar em contato com um imenso leque de leis e regulamentos.

Segundo Noronha Santos, os empregados das principais companhias de carris, somavam, em 1890, cerca de 2.006. Em 1892, passou para 2.051, chegando a ser 3.268, em 1894.

Embora tivesse baixado no ano seguinte, vale ressaltar que o contingente desses trabalhadores – contando com os cocheiros de reserva, que eram os substitutos dos funcionários que faltassem – subiu, entre 1890 e 1895, cerca de 62%.

De acordo com Edward P. Thompson, a violência perpetrada em pequena escala também pode adquirir uma conotação política significativa. Provou-nos os cocheiros, classe trabalhadora poderosa e reinvindicadora, que promoveu paralizações, paredes e greves, durante o século XIX, em 1870, 1873, 1876, 1890, 1898, 1900 até 1906 com a participação de quase toda a categoria.

Anteriores, outras categorias marcaram presença: em abril de 1833, a greve dos quitandeiros e pequenos agricultores, que trabalhavam na Praça das Marinhas, dos 32 compositores tipográficos do *Jornal do Commercio*, 26 do *Correio Mercantil* e mais 12 do *Diário do Rio de Janeiro*, iniciada em 8 de janeiro de 1858. Os grevistas paralizaram suas atividades nas oficinas desses jornais diários na Corte do Rio de Janeiro, reivindicando aumento de salário, e a dos empregados do Jardim Botânico, nos anos de 1873 e 1876. Nesse mesmo ano, ocorreu a greve dos carroceiros, resposta à postura expedida pela Câmara, na qual era exigido o rigoroso horário para a retirada de lixo pelos carroceiros das casas particulares. O não cumprimento acarretava multas, consideradas injustas pelos trabalhadores que tiveram suas carroças recolhidas para o depósito. Os fatos levaram os carroceiros, que eram trabalhadores autônomos, a deflagrarem a greve. Essa paralização ganhou muita repercussão, com o apoio da imprensa que associou o lixo acumulado nas ruas à epidemia da febre amarela.

Os carroceiros foram vitoriosos, inclusive com a derrubada da postura da Câmara Municipal.

A GREVE

Historicamente, a palavra greve teve origem em Paris, na Place de Grève, atualmente Place Hotel de Villle, no local onde se reuniam os trabalhadores que abandonavam o trabalho. Para essas reuniões, a palavra de ordem era: reunir-se na Place de Grève.

Considera Marx, que a greve é uma grande ferramenta a serviço do trabalhador. É a expressão mais visível da luta de classe, entre a burguesia e o proletariado. Funciona como apenas um movimento reivindicatório, mas quando bem usada ajuda a conseguir importantes conquistas e, unida à força do trabalho, move as engrenagens do capitalismo. O trabalhador só tem essa ferramenta para se defender e, assim, sua luta por melhor condição de trabalho e melhores salários, o coloca em confronto com o empresário, representante do capital e que tem como objetivo o maior lucro possível.

No Brasil, apesar de ter sido proibida durante a ditadura militar (1964-1985), a greve é assegurada pela Constituição de 1988.

Até 1906, os cocheiros e carroceiros realizaram 22 paralizações na cidade. Dessas, 3 ocorreram no período monárquico, que viveu ao todo 12 paralizações, embora fossem raras as greves durante o Império. Contabilizando, antes da República, houve 13 paralizações, ocorridas entre os anos de 1791 e 1889 sendo 3 dos cocheiros, o que faz da categoria a que mais recorreu à parede como forma de luta. A segunda foi a dos tecelões, com 16 paralizações e a terceira dos sapateiros com 11. Somente no ano de 1890, houve 6 paralizações, inclusive dos cocheiros e carroceiros. Entretanto, há a considerar que as greves ocorridas no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX não podem ser avaliadas como medidas contra as instituições governamentais, embora os trabalhadores do transporte se manifestassem contra as leis, regulamentos e impostos que incidiam sobre carroceiros e cocheiros, enviando à Câmara Municipal requerimentos e abaixo-assinados, dando transparência ao entendimento que faziam dessa medidas. Recursos como a parede, petições e greves foram utilizados como instrumentos de luta, para negociar com o poder público, a inclusão dos trabalhadores no processo de transformação social.

Uma representação entregue à Câmara pelos donos de veículos de praça reclamava dos abusos cometidos pela Polícia. Segundo o jornal O Século, a atuação da Polícia era violenta, registrando-se que, num mesmo dia, os cocheiros sofreram duas ou três autuações.

Dos grevistas, 100 foram presos e levados para a Repartição Central da Polícia e, desses, 97 foram para a Casa de Detenção. Os grevistas eram assistidos pelo advogado Evaristo de Moraes. Nesse período, havia um total de 384 cocheiros e carroceiros na cidade: Entre os presos da Casa de Detenção encontravam-se, dentre outro, condutores, ajudantes de carroceiros, cocheiros de carros de passageiros e de bagagens e os cocheiros de reserva.

Foram os cocheiros os primeiros grevistas e os que mais fizeram paralizações no Rio de Janeiro Trabalhadores, de uma mesma empresa, foram os responsáveis pelos conflitos ocorridos, na cidade, em 1898, quando se revoltaram contra os privilégios recebidos pelos colegas faltosos que ganharam o direito de continuar trabalhando, em detrimento dos assíduos.

A parede que se iniciou em 15 de janeiro de 1900 teve como motivo desencadeante o regulamento da polícia sobre o setor de transporte de veículos e seus trabalhadores, de dezembro de 1899. A paralisação , sintomaticamente, se iniciou no último dia marcado para que os trabalhadores cumprissem o determinado no regulamento.

A greve ocorrida em 1903 foi causada pelo imposto criado pela municipalidade no ano anterior e cobrado durante a administração do prefeito Pereira Passos. Os cocheiros entendiam que o imposto lhes era injustamente cobrado. Os próprios patrões incentivaram a parede, como meio de levar a Prefeitura a suspender o imposto. Nessa paralização, os cocheiros foram substituídos por condutores e fiscais, No ano seguinte, durante a gestão do mesmo prefeito, estourou, no Rio de Janeiro, outra greve de cocheiros e carroceiros. Os grevistas eram, em sua maioria, empregados nas cocheiras da Companhia de Transportes e Carruagens, situada na Rua Barão de São Felix e na Ricardo & Cia, situada no Largo do Depósito, atual Praça dos Estivadores. A greve foi motivada pelo aumento de 3 reis por cavalo. O

próprio prefeito Pereira Passos foi anunciar o aumento ao presidente da República, informando-o que esse aumento deveria ser pago pelos proprietários das carroças.

Assim, os cocheiros reclamavam contra um imposto que não lhes era devido, mas que era descontado dos seus salários. O chefe de Polícia acionou forças da Infantaria e da Cavalaria para acompanhar os movimentos dos grevistas, montando um forte esquema de repressão. Foram presos 100 grevistas, sendo 32 cocheiros, a maior parte empregados da Companhia de Transportes e Carruagens, 24 carroceiros,12 ajudantes de carroceiros e os demais eram moços de cocheira. Todos encarcerados na Casa de Detenção, onde já havia 384 presos, com diversas ocorrências. Embora a maioria delas estivessem ligadas ao trabalho com transporte, havia também detidos com ocupações na área marítima, no comércio, carregadores, agitadores e um total de 13 brasileiros.. Os participantes, em sua maioria, eram brancos, portugueses e solteiros, mas havia 31 casados e 5 viúvos.

Não é despropósito avaliar que os patrões utilizaram seus empregados para conseguir a extinção do imposto promulgado pela Câmara Municipal. Ao final da paralização, o imposto não foi revogado, mas os cocheiros conseguiram evitar o pagamento da taxa.

A paralização ocorrida em 1906 foi organizada pela Sociedade de Resistência dos Cocheiros e Classes Anexas, uma associação criada para lutar por melhores condições de trabalho, aumento de remuneração e redução de e horas de trabalho. O advogado dessa Sociedade era Evaristo de Morais que, no período da greve, assumiu a liderança do movimento.

No ano seguinte, ocorreram muitas greves, na luta pela jornada de trabalho de 8 horas. Mais uma vez, a greve, como paralização do trabalho, foi usada como instrumento de pressão para conquista de reivindicações sociais ou políticas. Vale ressaltar que até 1932, a legislação brasileira nada dispunha sobre greves e/ou paralizações. Somente na constituição republicana, de 1891 foi garantido o livre direito de reunião e de associação.

Singular foi a greve de 1917, mais precisamente em junho de 1917, décadas antes da consolidação das leis trabalhistas no Brasil. Trabalhadores, em sua grande maioria mulheres, promoveram a primeira greve geral do Brasil.[2] Operárias da Fábrica Têxtil Cotonifício Crespi, na Mooca, em São Paulo, paralizaram suas atividades durante 30 dias. Em pouco tempo, a greve se espalhou por diversos setores da economia paulista, pelo Rio de Janeiro e Porto Alegre. Não se pode deixar de considerar que ideologias como o anarquismo e o socialismo marxista, que chegaram a São Paulo através dos imigrantes italianos, infuenciaram na organização desse movimento. As grevistas reivindicavam aumento de salário e redução da jornada de trabalho. No bojo das reivindicações, uma das questões específicas, menos abordada em nossa historiografia: o assédio sexual.[2]

Referências bibliográficas

AGUIAR, Luis Antônio. *A Greve dos Cocheiros*. São Paulo: FTD, 1992.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar , 1993.

SANTOS, Noronha. *Meios de Transporte no Rio*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1996.

TERRA, Paulo Cruz..”Greve como luta por direitos: as paralizações dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). “In: *Revista Brasileira de História.* V. 34 n. 68. São Paulo, jul/dez 2014.

THOMPSON Edward P. *Historia Social e Antropologia,*. México: Instituto Mora, 1994.

Resumo

Este artigo sobre greves ocorridas na nossa cidade, no século XIX, orientou –se por teses já apresentadas sobre o assunto e pesquisas pertinentes que o completaram. O foco do trrabalho são as greves

---

[2] In: TERRA, Paulo Cruz..”Greve como luta por direitos: as paralizações dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). “In: *Revista Brasileira de História*. V. 34 n. 68. São Paulo, jul/dez 2014.

dos trabalhadores de transportes, categoria que mais empreendeu paralizações no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, greve, transporte.

Abstract

This paper is to analyse sreikers and streggles , the ciry Rio de Janeiro, during XIX. During this period, transport wookers formed the category that made more strikes in the ciry

Keywords*: greve, Rio de Janeiro, transport.*

Recebido em 10 de junho de 2018. Aprovado em 20 de junho de 2018.

MINAS GERAIS, CAPITAL GUANABARA

Nelson de Castro Senra[1]

> *...salvo, porém, para o caso do [novo] Estado de Minas Gerais, cuja sede deixaria de ficar na zona limítrofe entre os atuais Estados do Rio e de Minas, para ser, com aplausos unânimes, a inigualável Guanabara.* Teixeira de Freitas[2]

O Brasil seguia errado, não obstante sua abastança. Em termos amplos, precisava ser organizado, e as exceções só realçavam a desarrumação generalizada. Em geral os governos titubeavam e fracassavam, de modo que a nação sofria e desiludia. Dessa forma, com todas as letras, expressaria Teixeira de Freitas suas ideias ao jornal carioca *A Manhã* ao final de 1949, ao abordar matéria que lhe tomava reflexão desde sua década mineira, os anos 1920, qual seja, a redivisão territorial do Brasil (sua reflexão de cabeceira).[3]

Já no Rio de Janeiro, desde finais de 1930, sendo diretor de estatística e informação do Ministério da Educação e Saúde, e muito em especial no contexto da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, onde divide opiniões com Juarez Távora, segue dando curso a essa temática, tendo ainda ocasião de debatê-la com o educador Sud Mennucci[4]. Assim, em 1932, numa memorável conferência no IHGB

---

[1] Doutor em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Economia, Escola Brasileira de Economia e Finanças, Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ). Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

[2] FREITAS, M. A. Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira de Estatística*, v. 8, n. 29, p. 109-124, jan./mar. 1947. P. 119.

[3] Uma excelente abordagem sobre a trajetória da cartografia mineira, com realce ao papel de Teixeira de Freitas, foi feita por Maria do Carmo Andrade Gomes (ver referências bibliográficas).

[4] Sud Mennucci publicaria várias obras sobre esse assunto, e Teixeira de Freitas

(Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), terá ocasião de aplaudir o plano posto pelo então capitão Segadas Vianna[5], tomando-o como referência, não sem lhe apor alguns ajustes.[6] Logo viriam outras palestras e conferências, bem assim, com sua pena indócil, viriam ainda cartas e textos, jamais deixando a temática no esquecimento. A seu juízo, ela era chave.

Naquela ocasião, então, ao ser abordado pelo matutino, não deixa pedra sobre pedra. E diz ao jornalista (José Caó), que dos governos "emanam diretivas que parecem traçadas por cegos, causando desilusão mesmo aos mais otimistas" (FREITAS, 1949, p. 793). Com seu olhar, atento às estatísticas, descreveu a realidade da população, nua e cruamente, e disse: "o território nacional *foi*, realmente, mas não é mais, um 'berço esplêndido'" (FREITAS, 1949, p. 794), e aí estaria seu problema, segundo Teixeira de Freitas. Nesse território desajustado, desequilibrado, em que havia estados grandes e pequenos, – e neles, havendo municípios ora minúsculos, e, às vezes, enormes –, estava a origem dos males do país. Era preciso promover uma redivisão territorial. E é desta mudança que surgiria um Estado de Minas Gerais cuja capital seria o então Distrito Federal, que voltaria ao seu nome antigo, Guanabara: Minas Gerais, capital Guanabara.

O imperativo da redivisão territorial

Claro, os estados teriam tamanhos (mais ou menos) uniformes, e este seria um ponto central da mudança prometida. Outro aspecto essencial estaria focado na capital federal que seria, como há muito se queria, interiorizada, por certo para o Planalto Central, como já vinha sendo estudado e previsto, mas antes havendo uma mudança

---

lhe faria eco em diversas ocasiões, chegando mesmo a dizer-lhe que lhe apoiaria suas propostas facilmente.

[5] À época, Segadas Vianna era ainda capitão, mas ao final da carreira militar alcançaria a patente de general de exército. Pouco a pouco Segadas Vianna deixaria de militar sobre essa matéria.

[6] O texto desta conferência, com poucas mudanças, será publicado na Revista Brasileira de Estatística em 1947, conforme apresentado nas referências bibliográficas.

preliminar. Contudo, tudo isso feito, em nada adiantaria se a estrutura municipal não fosse alterada fundamente, pois nos municípios praticava-se a governança. Em suma, afiançava Teixeira de Freitas: "Do municipalismo que temos, não pode o Brasil esperar salvação. É um caso inteiramente perdido" (FREITAS, 1941, p. 538)[7]. E assim segue dizendo:

> *Os nossos municípios tendem a subdividirem-se ao infinito pelas influências politiqueiras de campanário, para satisfazer às vaidades de mando dos novos chefes políticos que se vão improvisando. [...] Sem vitalidade financeira nada podem fazer em benefício das populações, e a apatia e pobreza da sua vida local afugentam os melhores valores humanos, que emigram para os grandes centros urbanos. Vivem assim sem elites dirigentes, sem organizam administrativa digna desse nome e sem potencial financeiro, inteiramente inaptos, por conseguinte, para o papel que as instituições políticas lhes atribuem. (FREITAS, 1941, p. 539)*

Como corrigir essa situação, pergunta Teixeira de Freitas. A seu juízo, criando uma entidade que associasse municípios pequenos, a que chamará, num primeiro momento, de departamento, e, num segundo momento, de consórcio municipal.[8] (Os grandes municípios, parece evidente[9], seriam, eles próprios, departamentos, ou consórcios de per se; aliás, na reforma dos estados, os pequenos assumiriam a configuração de departamentos). Ao governo dos departamentos (ou dos consórcios) caberia uma atuação dinâmica, restando aos governos dos municípios associados uma atuação estática. Algo como ações

---

[7] O caput da revista informa que o texto então reproduzido referia-se a uma conferência proferida por Teixeira de Freitas em dezembro de 1937 "perante um grupo de eminentes brasileiros", sem, contudo, adiantar o local, nem especificar a composição deste público.

[8] Teixeira de Freitas desenvolve essa nova nomenclatura a partir da redemocratização, em 1946.

[9] As reflexões de Teixeira de Freitas sobre essa temática são bastante complexas, e sofreram pequenas variações ao longo do tempo. Desta forma é preciso acurada atenção na leitura, sendo sempre possível haver equívocos nas conclusões, a menos de grande expertise na matéria, o que não é o nosso caso, que a visitamos apenas como um curioso.

proativas e reativas, ou, ainda, aos departamentos (ou aos consórcios) caberia promover as renovações ou inovações e aos associados a execução das atividades cotidianas.

> *E aí está como, sem investir contra a tradição, sem ferir hábitos, nem formas estáveis de pensamento político, nem sentimentos arraigados, teríamos revitalizado, restaurado, revigorado a ordem municipal, restituindo-lhe, com a garantia de perene integridade no futuro, o papel proeminente e equilibrante que as nossas instituições exigem em justa conformidade com imperativos da realidade brasileira.*
>
> *O que quer dizer também que a solução lembrada atende a um só tempo a dois problemas. Porque ela não é mais do que a generalização do alvitre que permitirá recompor o quadro dos Estados sem entrar em choque com os sentimentos das populações, mantendo como "departamento" os pequenos Estados autônomos, e transformando-os do mesmo passo nos "Estados" de tamanho razoável que a justiça exige e o futuro da Nação reclama. (FREITAS, 1941, p. 541).*

Os departamentos (ou consórcios) seriam criados segundo certa dimensão territorial (entre 20 mil a 60 mil km²), sendo possível idealizar um alcance de 200 departamentos. As cidades-sedes dos departamentos (ou consórcios) deveriam ser desenvolvidas como metrópoles regionais, em amplo sentido: social, cultural, comercial, econômico etc., de modo a atraírem as populações, que assim evitariam aglomerar-se nas metrópoles nacionais, como a Capital Federal e São Paulo. Os departamentos (ou consórcios), caso a caso, seriam configurados por convenções específicas, envolvendo a União, os Estados e os Municípios, aos moldes do que já vinha sendo praticado (desde 1936) nas atividades estatística e geográfica brasileira; por essa prática convencional, as partes cediam direitos e assumiam deveres, e o faziam livremente.

Antes de seguir, convém marcar a ênfase de Teixeira de Freitas de que "jamais, na história brasileira, uma só corrente ponderável de opinião, [se manifestou] reivindicando a intangibilidade do nosso quadro territorial" (FREITAS, 1947, p. 110). Ao contrário, relaciona, valendo-se da memória, como afirma, pessoas que propuseram a

redivisão do território nacional: o primeiro Antônio Carlos, Pimenta Bueno, Francisco Adolfo de Varnhagen, Candido Mendes, Quintino Bocayuva, Rangel Pestana, Amaro Cavalcanti, Felisberto Freire, entre outros. E em tempos mais recentes, à altura em que falava, 1932, enumera: Mello Vianna, Silvio Romero, Alberto Torres, Segadas Vianna, Affonso Celso, Sud Mennucci, Oliveira Vianna, Helio Gomes, Luiz Barbosa Bahiana, Max Fleiuss, entre outros.

O padrão da redivisão territorial

O padrão estaria nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, aquele com 250 mil km², e este com 285 km². Entre os mesmo seria formado o Estado de Iguaçu, resultante das agregações dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, com 290 mil km². Desta forma o padrão estaria, mais ou menos, entre 250 mil e 300 mil km², com uma margem que poderia varia em cerca de 20%. Eventuais polêmicas resultantes, nenhum Estado teria menos que 150 mil km², nem mais que 400 mil km², de modo que os Estados menores seriam somados a outros na forma de departamento (ou consórcio). Áreas por demais despovoadas constituiriam Territórios Federais, a ganharem autonomia no futuro; doutro modo, áreas pouco povoadas existentes no interior de Estados já autônomos, caso a caso, poderiam alcançar a condição de territórios, nesse caso de territórios estaduais, se beneficiando dessas prerrogativas.

Em 1932, ao falar no IHGB, e tendo por norte o plano vindo de Segadas Vianna, o Brasil teria 19 Estados já autônomos par a par com 10 Territórios (ou Estados não autônomos). Ao repensar essa proposta, Teixeira de Freitas sugere novos números: 16 Estados autônomos e 13 não autônomos (ainda Territórios); e muda alguns nomes, mas não a cartografia. Os 16 Estados seriam: Acre, Amazonas, Bahia[10], Borborema[11], Goiás[12], Iguassú[13], Minas Gerais, Maranhão,

[10] No mapa está grafado como Baía.
[11] No mapa está grafado como Nordeste.
[12] No mapa está grafado como Goiaz.
[13] É a grafia que aparece no mapa.

Mato Grosso, Paranaíba, Mucuri, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, São Francisco, São Paulo. E seguem os 13 Estados não autônomos: Araguaia, Araguari, Guaporé, Madeira, Mamoré, Purus, Rio Negro, Rio Pardo, Solimões, Tapajós, Tocantins, Tumucumaque, Xingu. E ainda haveria um Distrito Federal que será visto na seção seguinte. No mínimo, cabe notar que a futura divisão dos Estados de Mato Grosso (em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e Goiás (em Goiás e Tocantins) estavam aí, mais ou menos, previstas; vale ainda notar a total omissão para Fernando de Noronha.

Importa enfatizar que todo esse trabalho de renovação cartográfica cuidava para que nenhum Estado vigente cedesse terreno a outro, nem fosse apagado do mapa político nacional, ou seja, ainda que alguns Estados se somassem, tornando-se departamentos (ou consórcios), em suas fronteiras históricas, permaneciam inatacáveis, desta forma mantendo suas tradições, de modo que só pouco a pouco novas culturas se imporiam, e o fariam sem agressões às tradições por ventura arraigadas. A escolha da capital do novo Estado, ela própria seria feita por consenso, e até se poderia edificar (ou eleger) uma nova capital, de modo a não abalar susceptibilidades. Tudo isso se faria em ambiente convencional, por acordo entre as partes. O que importava, acima de tudo, era a fixação das populações em espaços regionais, dando a todos as melhores condições de vida, seja no sentido da saúde, da educação, da cultura, do trabalho, do comércio etc.

Ao fim e ao cabo, surgiriam as melhores condições de uma "equivalência territorial" e de uma "equipotência demográfica", e ainda afirma: "Tudo quanto já estiver, ao mesmo tempo, bem diversificado e bem unido, segundo os requeridos critérios de justiça e equilíbrio, não precisará ser modificado" (FREITAS, 1949, p. 803). Em contraparte, haveriam os Estados a serem divididos e os Estados a serem somados, e afirma: na primeira situação, que "as Unidades destacadas, ou surgiriam logo como Estados, ou então teriam inicialmente o estatuto de Província[14] ou Território; mas só permaneceriam

[14] Esta é a única ocasião em que sugere a expressão "Província" como alternativa à expressão "Território".

em uma ou outra das duas últimas categorias, até que conseguissem a população e a renda necessárias ao exercício da autonomia plena" (FREITAS, 1949, p. 804), e, na segunda situação, que "nenhum Estado atual toma[ria] ao Estado vizinho (do quadro ora vigente) qualquer área destinada a incorporar-se ao próprio território, em situação de dependência que as populações pudessem repelir" (FREITAS, 1949, p. 803), ou seja, eles se somariam totalmente formando um território em dimensões equivalentes.[15]

Dado o padrão, como seria feito?

Ao tempo do Governo Provisório, o Chefe do Governo estava investido de poderes bastante, em caráter temporário, que lhe daria condições de praticar a mudança. Ao tempo da Carta de 1937, mais ainda haveria condições, agora totalmente discricionárias, de executar a mudança. Já ao tempo da Carta de 1946, em diante, exigiria debates no parlamento, seguido de delicada mudança constitucional, mas que, dada relevância e premência da matéria, vital para o futuro do Brasil, Teixeira de Freitas seguia vendo como viável. Fosse como fosse, em todos os tempos, via nas Forças Armadas um elemento essencial nessa mudança; entendia que os militares percebiam a geopolítica com mais acuidade do que os civis, e sempre os tivera como interlocutores mais interessados. E expressa seu elevado sonho, um sonho de refazer o Brasil:

> *Isso quer dizer: o plano não acresceria os encargos externos da União, mas antes prepararia a economia nacional para em pouco tempo melhor lhes fazer face às responsabilidades; nem aumentaria sequer a dívida interna não lastreada, nem da União, nem dos Estados, nem dos Municípios, mas a todas [as] três ordens de Governo asseguraria um rico patrimônio de valorização crescente, já não*

[15] Teixeira de Freitas ensaia várias alusões à questão das despesas que decorreriam da divisão territorial, sem maiores detalhes, e afirma que elas não seriam muitas. Chega mesmo a dizer que a forma como ela é pensada quase que se autofinanciaria. Enfim, seria algo ainda a ser detalhado, mas não resta dúvida de que ele já o estava pensando, e não é de duvidar que tivesse estudos avançados sobre o assunto.

> *falando no avultamento [sic] certo das rendas públicas e as riquezas mobilizadas haveriam de provocar de imediato.*
>
> *Nesses termos colocada a questão, penso que seria difícil por em dúvida a exequibilidade das diretivas traçadas. E nenhum brasileiro deixará de se sentir empolgado pelas perspectivas fascinantes que a meditação do assunto lhe colocará facilmente na imaginação.*
>
> *Que deslumbramento, com efeito, para todo patriotismo de descortinada compreensão da realidade brasileira, nessa antevisão da empresa grandiosa que seria a reconstrução pacífica do Brasil, num trabalho ordenado, metódico, fecundo, cheio de atrativos empolgantes, empresa a realizar-se, toda ela, "com a consciência perfeita de uma obra perfeita"?*
>
> *Obra perfeita? Sim. Obra prima de arte política; obra prima de planificação econômica; obra prima como gigantesca empresa técnica; obra prima de solidarização nacional; obra prima de colonização moderna; obra prima de assistência social no seu justo sentido totalitário; obra prima de incentivação e organização do trabalho; obra prima de cultura e civilização; obra prima de disciplina patriótica; obra prima de engrandecimento, valorização política no sentido superior da expressão, e mobilização das Forças Armadas a serviço da grandeza do Brasil; obra prima de devassamento, ocupação e mise en valeur do território pátrio; obra prima, numa palavra, de Defesa Nacional, em todos – absolutamente em todos – os sentidos. (FREITAS, 1941, p. 544)*

Desta forma, sua crença nas ideias era tanta que não duvidava na mobilização dos brasileiros pensantes em apoiá-las, fosse na esfera executiva, fosse na esfera legislativa, e nada fala no judiciário, mas, sobremodo, realça o papel das Forças Armadas porquanto entende que a redivisão territorial era fator vital à Defesa Nacional. Tanta era sua crença que não abandonaria essa proposição até seus últimos momentos, e seguiria lutando em diuturna pregação, como um Quixote incansável, mesmo quando já sem nenhum Sacho Pança como escudeiro. Era seu estilo: lutar por seus sonhos, mesmo quando pregava para ouvidos moucos, e nessa matéria talvez os ouvidos sempre tenham sido surdos.

O caso de Minas Gerais. Um novo Distrito Federal

Mas o caso de Minas Gerais seria outro, pois a um só tempo seria dividido, como Estado grande que era, mas também somaria Estados menores ao seu redor, ou seja, os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, e mais ainda o então Distrito Federal, que voltaria a chamar-se Guanabara, com uma função especial. A essa alteração na fisionomia do território estadual se adicionaria a transferência da Capital Federal que, em espera da criação de Brasília no Planalto Central, seria antes posta em Belo Horizonte. Esta cidade, tornada Capital do Brasil, na forma de Distrito Federal, seguiria sendo assim, como segundo Distrito Federal, com funções especiais, no futuro, quando Brasília fosse inaugurada.

> *Com o objetivo de facilitar essa construção [de Brasília] e ao mesmo tempo iniciar a realização do plano revisionista, o Governo Federal mudar-se-ia imediatamente, mas em caráter provisório, para Belo Horizonte. Para isso, porém, seria mister assegurar a esta [cidade], desde logo, uma investidura política até certo ponto equivalente à do Distrito Federal de Brasília (a nova Capital do Planalto Goiano). Devendo o território de Belo Horizonte formar um segundo Distrito Federal, fadado a tornar-se uma forte organização industrial, de significado econômico e político efetivamente ímpar, ser-lhe-ia dada a posse, a guarda e a exploração, por mandato da União Federal e com o auxílio desta, da maior riqueza conhecida do Brasil – as jazidas ferríferas que vão do rio Paraopeba do rio Doce.16 Instituído com essa finalidade, o Distrito Federal de Belo Horizonte haveria de ser bem menor que qualquer Estado-membro, a fim de que aquela especial missão econômica e política lhe pudesse ficar reservada sem quebra dos critérios gerais de equidade e*

---

[16] Criação de um segundo "Distrito Federal", além do da Capital da União. É medida necessária para "nacionalizar" definitivamente o maior patrimônio econômico da Nação – as inigualadas reservas ferríferas da região de Belo Horizonte. Um estatuto especial atribuirá à comunidade social dessa Unidade, instituída obviamente em restrito âmbito geográfico, as prerrogativas de Estado Federado compatíveis com o seu destino, a par dos privilégios correspondentes à sua vinculação direta à vida nacional e ao papel que lhe ficaria reservado, de "Ruhr Brasileiro" (FREITAS, 1949, p. 806)

> *segurança nacional, em que se apoiasse o novo quadro territorial. Tal Distrito teria largas prerrogativas de Unidade autônoma, ainda assim; mas ficaria ligado, de modo particular, ao Governo nacional. Com essa medida receberia deste a ajuda necessária. Ajuda requerida, a um só tempo, pela explicável redução do âmbito territorial e pelo papel político-econômico que àquela nova unidade ficaria reservado. Permaneceria, portanto, em posição privilegiada, sem dúvida, mas como organização mestra da indústria pesada e da defesa nacional, para servir melhor à comunidade federativa.*
>
> *Sem o Distrito Federal de Belo Horizonte, mas com o Estado do Rio, o Espírito Santo, o atual Distrito Federal e, mais, o Estado Associado constituído pelo extremo Sul da Bahia, o atual Estado de Minas Gerais formaria então três novos Estados-membros. Seriam Mucuri (nordeste de Minas, Espírito Santo e Sul da Bahia), Paranaíba (Minas Ocidental com todo o Triângulo, até Belo Horizonte) e o Estado de primeira grandeza, possuídos do mais alto potencial de progresso já conseguido no Brasil, – porque, em verdade, nuclear da unidade nacional, – que perpetuará a tradicional denominação de "Minas Gerais". Formar-se-ia este pela subfederação dos "Estados Associados" que se constituíssem com a parte restante do território mineiro (zonas da Mata e Sul), mais o Estado do Rio e o atual Distrito Federal, tendo como Capital a cidade do Rio de Janeiro, mudado para "Guanabara", o respectivo topônimo. (FREITAS, 1949, p. 804).*

Esse novo Estado de Minas Gerais, capital Guanabara, teria quatro "departamentos" ou "consórcios municipais", a saber: Rio de Janeiro, capital Niterói; Piranga, capital Ponte Nova; Paraibuna, capital Juiz de Fora; e, Sapucaí, capital Lavras (ou São João-del-Rei, ou Três Rios)[17]. E Teixeira de Freitas afirma que esse novo Estado seria muito especial:

> *O povo montanhês, com seu admirável "senso de ordem" e suas magníficas tradições (que continuariam a ser a nota tônica do Estado-membro de Minas Gerais), unindo-se às comunidades políticas que se lhe viessem juntar, assumiria, efetivamente, papel decisivo na*

[17] FREITAS, 1947, p. 119.

> *liderança da vida brasileira. Isto não só em virtude do seu potencial demográfico e econômico, mas ainda porque teria aquele Estado, para apoiar e conduzir o seu progresso, o grande centro industrial e cultural que é o Rio, cujas características cosmopolitas se neutralizariam sob o saudável influxo da nova comunidade estabelecida. O "grande Estado de Minas Gerais", capital Guanabara, mantendo, como é natural, estreitas afinidades de interesses e sentimentos com os de Mucuri e Paranaíba (originados da Minas Gerais de hoje), formariam um núcleo a que estaria reservado, a muitos aspectos, papel histórico destacado, em face dos destinos nacionais. Seu norte político-social seria o meio termo entre o "tradicionalismo" e as tendências de "renovação". (FREITAS, 1949, p. 804/805)*

Antes de seguir, valerá realçar esse contraponto entre "tradição" e "renovação" sempre recorrente nos discursos de Teixeira de Freitas, em diversas ocasiões. No caso do IBGE, desde seu início ele o marca como herdeiro de uma tradição que remontava, ao menos, à Primeira República (com seu mestre José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho), mas que bem poderia retroagir ao Império (com realce a Antônio Correia da Câmara, a Sebastião Ferreira Soares, ao senador Manuel Francisco Correia, entre outros), se não mesmo ao período colonial, neste caso, com realce à figura de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, ao mesmo tempo em que enfatizava que essa tradição a ser respeitada não poderia, em momento algum, ser uma tradição sectária, mas antes uma tradição capaz de se renovar, seguindo os passos dos tempos, tal e qual o IBGE o fez.[18]

Voltando: Teixeira de Freitas, sem contestar a mudança da Capital Federal para o Planalto Central (a que chama Planalto de Formosa ou Goiano), não esconde seu ceticismo, ou, se nada, deixa claro não acreditar que pudesse acontecer rapidamente. Assim, em devendo ser promovida, seja para cumprir o destino histórico, seja mesmo para ocupar o *hinterland* brasileiro (que não nega como essencial), não tem

---

[18] Em 2016, para marcar os 80 anos do IBGE, o autor deste texto ao elaborar uma síntese da história institucional valeu-se exatamente desse contraponto de expressões do fundador Teixeira de Freitas, dando por título ao volume: "Tradição & Renovação. Uma síntese da história do IBGE" (Rio de Janeiro: IBGE, 2016).

o menor receio em propor uma mudança provisória para Belo Horizonte, o que viria bem a calhar à sua já longa catequese da redivisão territorial. Estando já pronta, sendo uma cidade de interior, e estando próxima ao Distrito Federal (Rio de Janeiro), em tudo e por tudo era a melhor solução:

> *A cidade e os edifícios públicos necessários estão prontos, e nas melhores condições que se poderiam desejar. A transferência se limitaria a uma permuta de sedes entre o governo federal e algumas repartições, de um lado, e o governo mineiro e todas as suas repartições, de outro lado, e isto com transporte fácil e gratuito pela Central do Brasil. Além de se poder limitar muito, em benefício justo ao Rio de Janeiro, e talvez mesmo por conveniências técnicas e políticas, o transporte dos serviços federais para Belo Horizonte, ocorre ainda a possibilidade de se permutarem, entre a União e o Estado de Minas, inúmeras instituições e serviços, mesmo daqueles que deveriam acompanhar os respectivos governos, e com suas sedes, pessoal e material, o que diminuiria imensamente o corpo de funcionários e o vulto do material a deslocar. Finalmente, ainda se admitiria sem qualquer prejuízo, e com vantagens práticas, permutas entre funcionários federais e estaduais dos serviços que devessem trocar de sede, reduzindo-se deste modo, apreciavelmente, o deslocamento do pessoal administrativo e, consequentemente, as despesas com ajudas de custo para mudança de residência. (FREITAS, 1947, p. 121).*

Para melhor entender essa proposta, tenha-se presente que haveria uma mudança de capitais, ou seja, para Belo Horizonte, que era então uma capital estadual, estava indo uma capital federal (novo Distrito Federal), e que para o antigo Distrito Federal (que seria a Guanabara) estava indo uma capital estadual (do novo Estado de Minas Gerais). Assim, serviços básicos, como polícia, bombeiro, escolas, hospitais, postos de saúde, e outros, não precisariam ser mudados, bastando serem permutados, e ainda nessa linha, em caso de serviços específicos, mais técnicos ou burocráticos, especialmente nos executivos federal e estadual (mas talvez também na esfera legislativa) talvez pudessem ser permutados com alguma simplicidade, trocando apenas as pessoas. De novo, segundo Teixeira de Freitas que se fizessem convenções, acordando livremente vontades.

O antigo Distrito Federal levaria vantagem

Em sua referida entrevista ao matutino carioca *A Manhã*, em 1949, Teixeira de Freitas volta às suas ideias com muita força. Entre vários pontos, defende os ganhos que adviriam ao antigo Distrito Federal ao formar o Estado de Minas Gerais, cedendo posição a Belo Horizonte como Capital Federal. Como então recém-ocorrera a segunda expedição geográfica de definição do território da futura capital (Brasília)[19], surgira a proposta de tornar o antigo Distrito Federal em um estado autônomo, ou uma "cidade livre", e Teixeira de Freitas o ironiza, dizendo-o "minúsculo e insustentável Estado da Guanabara; cabeça enorme, para um corpo ridículo..." (FREITAS, 1949, p. 806). Sua proposta, ao contrário:

> *Garantia de que a cidade do Rio de Janeiro, onde a Nação já acumulou os melhores frutos do seu trabalho e da sua civilização, durante os quatro séculos de hegemonia que a cidade já desfrutou, não perderá cousa alguma, nem em riqueza, nem em prosperidade, nem em importância política, com o lhe ser retirado agora o primado metropolitano. A decadência do Rio, ou certa parada do seu progresso, a que não haviam de faltar, também, incríveis dificuldades econômicas e financeiras, sobreviriam fatalmente, caso a cidade não adquirisse novos fatores de enriquecimento e prestígio político, capazes de lhe manterem a vitalidade e o dinamismo. Mas tais fatores ficarão plenamente garantidos no plano revisionista. [...] Em segundo lugar, intercorrerá a nova e relevantíssima função metropolitana do Rio de Janeiro, com os foros que lhe serão outorgados em relação ao novo Estado-membro que, na Federação brasileira, será detentor do maior potencial de riqueza e prosperidade. Significará isto, bem alto mas muito justo privilégio. Substituirá aquele oneroso e paralisante estatuto político, que se tem pensado atribuir-lhe. Nada mais nada menos que uma "cidade livre" conservando-se-lhe apenas o território atual – 1200 km², não seja esquecido – para*

[19] Ver PEREIRA, Sérgio Nunes. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). *Veredas de Brasília. As expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. P. 51-74.

> *formar o minúsculo e insustentável Estado da Guanabara. Cabeça enorme, para um corpo ridículo... (FREITAS, 1949, p. 806).*

No início dos anos 1950 novos passos seriam dados no sentido da mudança da capital para o Planalto Central.[20] Teixeira de Freitas seguia aplaudindo a iniciativa e chegou mesmo a influir nos debates no parlamento, com sua pena indócil.[21] Mas seguia também cético quanto a celeridade da construção, que a seu juízo demoraria muitíssimo. Assim sendo, ao seu juízo, suas ideias de uma mudança provisória para Belo Horizonte continuavam oportunas, e bateria nessa tecla, o que ecoava no antigo Distrito Federal.

> *Não se imagine que o projeto da mudança [para Brasília] importa em despojar a cidade do Rio de prerrogativas justas e insubstituíveis, que lhe pertençam a título irrevogável.*
>
> *[...]*
>
> *Podemos ir mais longe. Nem mesmo no terreno da cultura ou sob o ponto de vista político, o Rio perderia fosse o que fosse, uma vez realizada a reversão salutar – e urgentíssima – que se pensa imprimir ao atual estado de coisas. A posição de "Capital biodinâmica do Brasil", conforme uma expressão feliz, ninguém mais lha tirará. Erga-se o mais alto possível – econômica, social e politicamente – a região privilegiada pela natureza que se situa no coração do Brasil; povoe-se o Brasil-Ocidental; seja afinal desbravado o Brasil-Amazônico; cumpram-se todos esses primordiais imperativos da soberania nacional –, e depois de tudo isso as justas prerrogativas do Rio, naquele papel, estarão mais acentuadas. Os próprios benefícios econômicos que lhe resultem porventura dos foros atuais, como Capital da República, nem esses mesmos lhe serão retirados ou diminuídos.*

---

[20] Ver CASTIGLIONE, Luiz Henrique G. Brasília, codinome Vera Cruz: a comissão engenheira que fundou as bases da construção da nova capital. In: SENRA, Nelson de Castro (org.) Veredas de Brasília. As expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. P. 93-113.

[21] Ver, por exemplo, vários textos de Teixeira de Freitas em anexo ao volume SENRA, Nelson de Castro (org.) Veredas de Brasileira. As expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. P. 159-189.

> *Somente pequena parte da administração federal precisará acompanhar o Governo Nacional. O resto ficará no Rio. Mas a presença do completo aparelho governativo, que forçosamente terá de ser instalado no Rio, valerá mais, no aspecto econômico, do que a dos poucos órgãos administrativos que houverem de acompanhar o Governo da Federação. Substituído este pelo Governo Regional que representará a união da cidade com a área que lhe for incorporada, vindo o Rio a ter os foros a que faz jus, como Capital de um dos mais ricos Estados do Brasil, já não haverá nenhum impedimento para que o Distrito Federal obtenha a autonomia que pleiteia e até agora não lhe pode ser dada. (FREITAS, 1951, p. 62).*

Que fique claro, os foros especiais que a cidade viesse a ganhar, ela ganharia no contexto de sua posição como capital do Estado de Minas Gerais, criado na redivisão territorial. Seria uma dimensão de privilégio decorrente de capital de um Estado naturalmente privilegiado, como em muitas ocasiões Teixeira de Freitas teve o cuidado de realçar. Assim, a ideia original de Teixeira de Freitas era tornar a cidade a capital de um Estado poderoso, mantendo sua dimensão poderosa, como viveu seu longo status de capital do Vice-Reino, do Reino Unido, do Império e da República. Não se tratava de reconhecer autonomia ao antigo Distrito Federal, como uma "cidade livre", como queriam alguns, ou, por fim, fazê-lo um Estado autônomo, como viria a acontecer, como Estado da Guanabara, nem de, ao torná-lo apenas a capital do Estado do Rio de Janeiro, um Estado fraco e pobre, apequená-la como cidade.

A grandeza de Teixeira de Freitas

Em 2017, o advogado e geógrafo Luiz Ugeda, doutor em ambas as formações, editou o livro "Direito Administrativo Geográfico. Fundamentos na geografia e na cartografia oficial do Brasil"[22], prefaciado pelo jurista Eros Grau, no qual depõe sobre o trabalho de Teixeira de Freitas. Para começar, ele é referido na dedicatória: "A Visconde do Rio Branco, Rui Barbosa, José Nicolau dos Santos, Mário Augusto

---

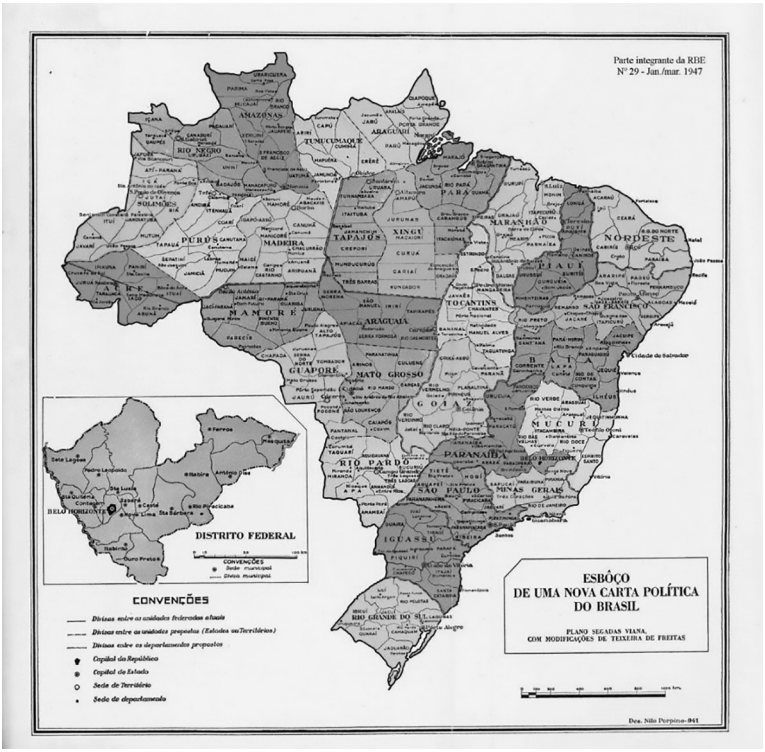
[22] Agradeço a David Wu Tai, diretor do Centro de Documentação e Disseminação de Informações, do IBGE, ter-me dado acesso a este livro.

Teixeira de Freitas e Milton Santos, cinco formações jurídicas que moldaram a Geografia de Estado do Brasil em momentos distintos e viabilizaram a interdisciplinaridade entre Geografia e Direito". Adiante, ao longo do livro, ele é referido com destaque, e valerá fazer um realce:

> *O advogado e estatístico Teixeira de Freitas, assim como sua geração de geopolíticos, militava por um Brasil territorialmente ordenado. Teixeira de Freitas buscava promover um plano de cooperação interadministrativa, de âmbito federal, estadual, distrital e municipal que unificasse os dados estatísticos enquanto técnica geográfica.*
>
> *Ao estabelecer a base para a edificação de uma renovada Geografia de Estado, Teixeira de Freitas pregava a reestruturação da administração brasileira com base, dentre outros pontos, na reforma administrativa, na revitalização dos municípios e na redivisão territorial, incluindo, mas não se limitando à interiorização da capital. Como uma espécie de sucessor das ideias de Visconde de Rio Branco, o Patrono do IBGE, correlacionava estatística, enquanto técnica geográfica, ao Direito Administrativo, de modo que pode ser considerado, de fato, quem institucionalizou o Direito Administrativo Geográfico no Brasil, por versar sobre o critério espacial da administração pública e do critério coercitivo dos espaços geográficos de uma forma integrada e sob orientação estatal. Sua vanguarda foi tamanha que sua obra é contemporânea à Revista de Geopolítica de Karl Haushofer e aos enunciados de [Nicholas] Spykman, que escreve, no mesmo ano de criação do IBGE, um artigo relacionando Geografia e Direito Internacional. (UGEDA, 2017, p. 142).*

Pois é deste homem, Teixeira de Freitas, de parte de sua vasta obra, que falamos neste texto, agora no âmbito da atividade geográfica, ou geopolítica, e que é visto pelo autor acima numa dimensão mais que geopolítica, mas também geojurídica. Isso amplia seu escopo que sempre se soube enorme, para além de formulador (ou normalizador) da atividade estatística brasileira, com foco no IBGE, para além, sim, pois foi um pensador brasileiro: da educação (quando ajudou a definir sua primeira classificação e levou a campo suas primeiras pesquisas sistemáticas), da cultura (quando pensou a criação de um planetário,

de um palácio da cultura, e concebeu um conjunto de divulgações radiofônicas) e do idioma (que propôs reformar, tendo estudado a utilização do esperanto), da vida rural (com a criação das colônias de fixação das pessoas no campo), afora a temática aqui abordada do território, do município, e da mudança da capital, sem olvidar que foi um matemático (tendo proposto uma solução ao Teorema de Fermat, antes da solução oficial ter sido aceita) e um filósofo da religião, que buscou pensar em termos racionais.



Referências bibliográficas

FREITAS, M. A. Teixeira de. A redivisão política do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 3, n. 3, p. 533-554, jul./set. 1941.

FREITAS, M. A. Teixeira de. O problema do município no Brasil atual. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira de Estatística*, v. 4, n. 16, p. 699-714, out./dez. 1943.

FREITAS, M. A. Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira de Estatística*, v. 8, n. 29, p. 109-124, jan./mar. 1947.

FREITAS, M. A. Teixeira de. A localização da nova capital da República. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.) *Veredas de Brasileira. As expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. P. 159-189. (Versão fac-símile do original de 1948)

FREITAS, M. A. Teixeira de. O revisionismo territorial brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira dos Municípios*, v. 2, n. 8, p. 793-808, out./dez. 1949.

FREITAS, M. A. Teixeira de. A transferência da capital. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira dos Municípios*, v. 4, n. 13, p. 59-63, jan./mar. 1951.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. *Mapas e Mapeamentos. Políticas cartográficas em Minas Gerais, 1890-1930*. São Paulo: Annablume, 2015.

SENRA, Nelson de Castro (Org.) *Veredas de Brasília. As expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SENRA, Nelson de Castro; CASTIGLIONE, Luiz Henrique. O mapa do Brasil em duas propostas de mudanças, no Império e na Primeira República. Porto Alegre, *Estatística e Sociedade*, n. 2, p. 175-223, nov./2012. Disponível em seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade. Acesso em 30/04/2018.

SENRA, Nelson de Castro. T*eixeira de Freitas e a criação do IBGE. Correspondência de um homem singular e plural*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

SENRA, Nelson de Castro (Org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios. O pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

UGEDA, Luiz. Direito administrativo geográfico. *Fundamentos na geografia e na cartografia oficial do Brasil*. Brasília: Geodireito, 2017. (Prefácio de Eros Grau).

Resumo

Desde os anos 1920, e com maior intensidade a partir dos anos 1930, seguindo pelas décadas de 1940 e 1950, Mario Augusto Teixeira de Freitas defendeu, em conferências e textos, a redivisão territorial do Brasil, como forma de resolver os desequilíbrios demográficos, econômicos e sociais que dizia haver. Dentre os estados que seriam criados, surgiria um novo Estado de Minas Gerais, resultante das zonas da Mata e do Sul do antigo (e ainda atual) Estado de Minas Gerais, e mais o Estado do Rio de Janeiro, tendo por capital o então Distrito Federal, que se chamaria Guanabara. Assim, antes que a capital federal fosse mudada para Brasília, Belo Horizonte seria uma capital provisória, e o antigo Distrito Federal manteria sua grandeza, porquanto se manteria como capital de um estado dinâmico e poderoso.

Palavras-chave: Redivisão territorial. Teixeira de Freitas. Minas Gerais. Guanabara. Capital Federal. Capital Federal.

Abstract

Since the 1920s, and with greater intensity since the 1930s, following the 1940s and 1950s, Mario Augusto Teixeira de Freitas defended, in conferences and texts, the territorial redivision of Brazil, as a way to solve the demographic, economic imbalances and social issues it claimed to be. Among the states that would be created, a new State of Minas Gerais would emerge, resulting from the Mata and the South areas of the former (and still current) State of Minas Gerais, and the State of Rio de Janeiro, and more de former Federal District, which would be called again Guanabara. Thus, before the federal capital was moved to Brasilia, Belo Horizonte would be a temporary federal capital, and the old Federal District would maintain its greatness because it would remain as capital of a dynamic and powerful state.

Keywords*: Territorial redivision. Teixeira de Freitas. Minas Gerais. Guanabara. Federal District. Federal Capital.*

Recebido em 7 de março de 2018. Aprovado em 14 de março de 2018.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

CONCURSO HISTORIAS DO RIO

APRESENTAÇÃO DO CONCURSO HISTORIAS DO RIO

O Concurso *IHGRJ Tema: Histórias do Rio* foi aberto no período de 09 de março a 30 de setembro de 2017, para o qual se inscreveram 15 candidatos.

A Banca julgadora foi composta dos sócios Ana Maria da Silva Moura, Lucia Helena Pereira da Silva, Miridan Bugyja Britto Falci e Neusa Fernandes.

Em duas etapas a Comissão se reuniu e julgou a pertinência dos trabalhos em relação às exigências do concurso, e aos seguintes tópicos, originalidade, qualidade de linguagem, concisão do texto e qualidade do conteúdo. Foram concedidos dois prêmios – Premio Mem de Sá graduação e Premio Mem de Sá Pós-graduação.

Foi concedido o primeiro lugar de graduação a Carlos Henrique Milhono Campos (pseudônimo Eneida) com o trabalho *Nos trilhos da folia: os bondes no carnaval carioca* e primeiro lugar pós-graduação a Caroline Amorim Gil (pseudônimo Maria do Rio), com o trabalho *Vende-se ou aluga-se: o mapeamento do leite mercenário no Rio.*

No dia 14 de dezembro de 2017, na Sessão Magna, foram concedidos os prêmios e informação da publicação na Revista 2017 do IHGRJ de artigos selecionados com menção honrosa.

Neste número da revista, com a necessidade de serem digitalizados e acrescidos com os parâmetros de uma publicação de artigo (resumo, abstract, etc) foram publicados artigos indicados para publicação.

Miridan Britto Falci
Diretora da Revista
do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

VENDE-SE OU ALUGA-SE: O MAPEAMENTO DO LEITE MERCENÁRIO NA BELLE ÉPOQUE TROPICAL

Caroline Amorim Gil[1]

Na virada do século XX a infância aparece como questão importante nos debates acadêmicos em prol do desenvolvimento nacional. A criança surge no cenário político como meio de se constituir uma pátria forte, ao mesmo tempo em que era elevadíssima a mortalidade infantil. Neste âmbito, a alimentação se consolidava como cerne para o desenvolvimento de políticas públicas e temáticas de discussões médicas.

Este artigo tem por objetivo apresentar dados sobre o estudo da ama de leite, na cidade do Rio de Janeiro, em fins do século XIX e início do século XX. Tendo como ponto de partida as Posturas Municipais depositadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, publicadas ao longo da segunda metade do século XIX quando aparecem diversas propostas para regulamentar o serviço de leite mercenário. Fechamos o quadro com a primeira década do século XX com anúncios de oferta e procura de amas de leite na imprensa, publicados no jornal Correio da Manhã entre os anos de 1900 a 1909. Tempo em que os discursos médicos em periódicos como O Brasil Medico e a Tribuna Médica defendiam o aleitamento materno, mesmo com alguma dubiedade.

---

[1] Graduada em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em História das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós Graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHC/COC FIOCRUZ). E-mail: carolinegil91@yahoo.com.br.

Segundo Margarida de Souza Neves[2] a sensação ao caminhar pelas ruas da cidade na virada do século era de uma turbulência de acontecimentos; a vida parecia se acelerar. A cidade crescia com a chegada de imigrantes e suas estruturas se tornavam complexas. No interior não se percebia o tempo da mesma forma, ao contrário, nas fazendas e nos sertões do país 'nada parecia romper a rotina secular'[3].

As mudanças urbanas realizadas sob a gestão do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, abriram espaço para a especulação imobiliária, atingindo diretamente as habitações populares com o aumento no preço dos aluguéis. A política de saneamento e embelezamento estava relacionada a uma elite empresarial com vistas a ocupar este espaço e gerar capital. A população de baixa renda que ocupava cortiços e casas de cômodo tinha como opção pagar aluguéis exorbitantes ou se mudar para o subúrbio, ficando distante dos locais de trabalho.

> *Obviamente, no entanto, no confronto entre aqueles que tinham muito – a grande burguesia comercial- e aqueles que tinham menos que estes - a pequena burguesia exploradora das habitações coletivas e do comercio a varejo – os maiores perdedores foram aqueles que nada tinham – a classe trabalhadora, que morava em grande número, nas habitações coletivas cada vez mais escassas, caras e precárias, das freguesias centrais da cidade.* [4]

De acordo com o censo realizado no Distrito Federal em 1906, o trabalho da mulher pobre se apresentava como uma 'extensão das funções domésticas', que era realizada em sua própria casa ou na casa da família empregadora. Condição que a colocava em uma relação de independência ao homem, mesmo com dificuldades conseguia criar

---

[2] Neves, Margarida de Souza. Os centenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. IN: O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3ªed. Pp. 13-44. (O Brasil Republicano; v.1.)

[3] Ibidem, p.15.

[4] CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. p.94.

seus filhos, o trabalho fazia parte de sua vida. Mais do que isso, concedia respeito e integridade moral, em outras palavras: "para a mulher pobre o trabalho remunerado é um aspecto essencial da construção de sua identidade social". [5]

Este ponto levantado por Chalhoub se torna fundamental para nosso trabalho na medida em que nos permite problematizar a questão da mulher trabalhadora e a amamentação infantil – fosse aleitando o próprio filho ou oferecendo seus serviços como ama mercenária. E imiscuindo-se nesta triangulação estava o médico que procurava intervir neste processo, ao buscar resolver a questão da mortalidade na primeira infância (de zero a um ano de idade), combatendo o aleitamento mercenário.

Em meados do século XIX, encontramos registros de médicos conclamando as mulheres para a alimentação materna, difundida entre as classes populares que, em geral, não tinham recursos para custear uma ama mercenária. No entanto, através dos anúncios em busca de amas identificamos uma alteração deste quadro, percebido por meio dos endereços apresentados. Observamos nos anúncios que requisitavam serviços de amas, ao longo da primeira década do século XX, localidades populares e a presença de algumas fábricas, o que nos possibilita levantar a hipótese de que tal prática se tornou comum entre as operárias. Estas mulheres pertenciam às camadas populares e dispunham de renda para contratar os serviços de outra mulher que cuidasse de sua prole. Vemos aqui a hierarquia social no seio das classes populares, que longe de ser homogênea, seria marcada por particularidades.

A cidade e suas demarcações territoriais: uma geografia da pobreza

> *Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! (...) A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço de muitos seres. (...) A rua sente*

[5] Ibidem, p.139.

> *nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas.*[6]

Para compreender a rua é "preciso ser aquele que chamamos de *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flanar." [7] Flanar é "ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem"[8]. Para Walter Benjamim[9] o flâneur era produto da vida urbana, da modernidade, a típica representação do burguês do século XIX, a caminhar pelas ruas de Paris enquanto se distraía ao observar cada vitrine. "A rua transforma-se na casa do flâneur, que se sente em casa entre as fachadas dos prédios, como o burguês entre as suas quatro paredes."[10]

A rua é responsável por criar tipos urbanos, cada praça tem uma espécie de reduto ou público concentrador. Além de tipos, é capaz de influenciar seus habitantes e "inocular-lhes misteriosamente gostos, hábitos, modos, opiniões políticas" [11]. E, não deixa de contribuir para a formação de estereótipos, "há meninas que cheiram a Botafogo, a Haddock Lobo, a Vila Isabel"[12]. Dentre estes tipos encontramos tanto fatores culturais quanto financeiros como demarcadores para a sua construção, o rapaz do Largo do Machado fazia o tipo americano, com roupas à inglesa, calças dobradas e bengala; enquanto que o do Estácio estaria a usar botas de bico fino, cabelos com muito óleo e lenço no bolso de dentro do casaco.[13]

---

[6] RIO, João. *A alma encantadora das ruas*. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 20.

[7] Ibidem, p.22.

[8] Idem.

[9] BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte, Autentica editora, 2015.

[10] Ibidem, p.39.

[11] RIO, João. Op. Cit. Ibidem, p.31.

[12] Idem.

[13] Idem.

Quanto às moradias, a Cidade Nova era foco das estalagens, a Gamboa e a Saúde locais de atuação dos agentes de ratos.[14] Dentro da disposição de capital republicana, as reformas empreendidas nos primeiros anos do século XX tiveram influência direta sobre a vida dos trabalhadores. Caracterizados por residirem próximo aos locais de trabalho, a fim de obterem custos mais baixos de locomoção, a reforma culminou em demolir ou reduzir em grande parte os casarões que abrigavam, a preços mais acessíveis, diversas famílias em seus cômodos. Mas, em contrapartida representava, a curto prazo, a oportunidade de empregos na construção civil.

Neste cenário as freguesias de Santana, Santa Rita e Santo Antônio demarcavam as áreas mais degradadas, o que Lucia Silva chama de *core* urbano.[15] Representava a Pequena África do Rio de Janeiro. Após a Reforma, as freguesias, então transformadas em distritos, onde a picareta havia passado tiveram seu número de habitações coletivas diminuído. E, nos seus arredores verificou-se, justamente, o contrário – ou seja, percebe-se que a população pobre migrou de um distrito atingido pelas picaretas da prefeitura, para uma região próxima a áreas atingidas pela reforma.[16] Em 1906 ainda havia em Santana centenários africanos, e vale destacar que ao longo dos sete primeiros anos do serviço de fiscalização e atestação de amas do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipai),[17] localizado na Rua Visconde do Rio Branco, o maior índice de candidatas era negro, correspondendo a 227 mulheres, seguidas por 137 mestiças e 83 brancas.[18]

---

[14] Ibidem, p.47.

[15] SILVIA, Lucia. A Paris dos trópicos e a pequena África na época do Haussmann Tropical. In: *História Urbana*. Rio de Janeiro, FGV, 2013.p.216.

[16] Idem.

[17] O Ipai foi criado em 1899 pelo médico Arthur Moncorvo Filho e tinha, entre suas atribuições, a realização do exame de atestação de como amas de leite mercenárias.

[18] PIRES, Almeida. Das amas de Leite (Trabalho do Dispensário Moncorvo). *Quarto Congresso medico latino americano*. Rio de janeiro, Imprensa Nacional, 1909, p.3.

Mortalidade infantil: uma das faces do problema da infância

Desde meados do século XIX é possível perceber nos discursos médicos e teses[19] da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) um direcionamento para a infância. A criança se torna constante nos conteúdos de trabalhos de conclusão de curso, a questão central gira em torno da higiene e da alimentação adequada para o desenvolvimento saudável do futuro adulto e contribuinte com a pátria. [20]

Em meados do século XIX, o médico Antonio Ferreira Pinto[21], publica o livro intitulado *O medico da primeira infância ou O conselheiro da mulher grávida.* Seus conselhos se dirigem às mulheres das classes abastadas, a fim de que despertassem para a importância do amamentar, e aos senhores de escravos, advogando por melhores cuidados com as cativas grávidas. E, ainda criticava as 'senhoras pretensiosas' que se recusavam a amamentar em nome da beleza "Quanta dista então a mulher, que se diz sendo civilizada, da fêmea de um animal! Quanto se mostra esta mais discreta, mais carinhosa, mais prudente, mais sublime, mais mãe!"[22].

---

[19] Temos na segunda metade do século XIX um crescimento de trabalhos de médicos envolvidos com a causa da infância, a fim de combater o alto índice de mortalidade de crianças entre zero e um ano de idade. Teses da FMRJ e publicações relacionadas à criança se colocam na ordem do dia. Ver: EVES, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FMRJ, 1873; MASSON, Luiz Nicoláu. *Da alimentação nas primeiras idades: Estudo crítico sobre os diferentes methodos de aleitamento*. Rio de Janeiro: FMRJ, 1885; entre outros.

[20] Este estudo não tem em vista a criança abandonada, de modo que apontamos sua presença na sociedade. Temos por objetivo trabalhar o grupo de crianças pertencentes a famílias pobres, por isto a reeducação de seus familiares se fazia tão presente na fala e defesa de médicos envolvidos com a questão.

[21] Pinto, Ferreira Antonio. O medico da primeira infância ou O conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infancia. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

[22] Ibidem, p.205.

A preocupação com o desenvolvimento da criança adentra o século XX como motor de atuação para médicos como Arthur Moncorvo Filho e Antonio Fernandes Figueira.[23] Percebe-se, desde o último quartel do século XIX, uma tentativa de regularização da atividade de ama de leite, a fim de que as mulheres passassem por uma fiscalização, garantindo a diminuição dos riscos de contaminação.

Em 1876 era publicado na Gazeta Médica da Bahia, o "Projeto de regulamentação das amas de leite"[24], escrito pelo médico Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo. Propunha a criação de um Escritório anexo a Junta de Higiene Pública da corte imperial que previa o exame de mulheres livres e escravas, e gratuito para as que atestassem pobreza. Ficando os senhores submetidos à obtenção de um certificado para sua escrava, antes de alugá-la como ama. O exame era realizado com base em três preceitos: condições físicas, morais e a qualidade do leite.

Sem aprovação, somente em 1884 tramita na Câmara Municipal um Projeto de Posturas Sobre Amas de Leite[25] e aprovado propunha que: "Toda mulher que se destinasse ao serviço de ama de leite fosse obrigada a tirar titulo de aptidão no Instituto Municipal de amas de leite, para que sujeitar-se-á aos exames necessários, inscrevendo-se para isso no registro geral de matricula"[26].

---

[23] Arthur Moncorvo Filho foi o médico fundador e diretor do Ipai, voltado ao atendimento de crianças pobres e ensinamentos higiênicos aos pais. A instituição era também local de exame para amas de leite na cidade do Rio de Janeiro. O médico foi figura constante na impressa e em congressos de medicina. Fernandes Figueira foi diretor da Policlínica de Crianças do Rio de Janeiro, criada em 1908, local de prática para os alunos da Faculdade de Medicina. Também seria figura presente em congressos médicos e nas discussões de políticas de saúde para o infante.

[24] FIGUEIREDO, Carlos Arthur Moncorvo de. Projecto de regulamentação das amas de leite. IN: Hygiene Publica. Gazeta Medica da Bahia, ano. VIII, n. 1, 1876. pp. 496-504.

[25] Projeto de Posturas sobre amas de leite. Posturas (1880-1888). 24, 25, 25A ,25 B. Códice 18-2-10. AGCRJ.

[26] Ibidem, p.24.

Em paralelo a busca por uma fiscalização, em 1879 foi criado pelo médico Carlos Costa o jornal *A Mai de Familia*[27], publicado quinzenalmente, ao longo de mais de dez anos e voltado ao público feminino. Torna-se um espaço importante para a difusão médica do papel da mulher na alimentação da criança. A amamentação era defendida como meio mais seguro contra infecções alimentares, buscavam, assim, transformar os hábitos das famílias.

> *A preocupação dos médicos com a alimentação transcendia as questões filosóficas e adentrava o campo comportamental. Garantir uma alimentação adequada logo nos primeiros meses de vida consistia em uma maneira de assegurar que a criança, ao crescer, pudesse ser aperfeiçoada moralmente o que, por conseguinte, traria benefícios à Nação.*[28]

Precisa-se & aluga-se: a dinâmica de trabalho das amas de leite na Primeira República.

Ao buscar pelo termo 'ama de leite' na base da Biblioteca Nacional, entre 1901 e 1909, encontramos 357 ocorrências no Jornal Correio da Manhã.[29] Vale destacar que a ocorrência não corresponde, necessariamente, a quantidade de anúncios para emprego da ama de leite, ao contrário, ela apareceu das mais diversas formas - como per-

---

[27] CARULA, Karoline. Carlos Costa e a Mai de Familia: Concepções acerca da maternidade em fins dos Oitocentos. IN: BESSONE, T., NEVES, L., GUIMARÂES, L., (Org). *Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 85-112.

[28] CARULA, Karoline. Alimentação na Primeira Infância: médicos, imprensa e aleitamento no final do século XIX. IN: SANGLARD, Gisele (org.) *Alimentação e políticas públicas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2016. p.32-33.

[29] A Escolha do Jornal Correio da Manhã se deu pela relação de seu fundador com uma instituição de assistência à infância, o Ipai, e a utilização do veículo como meio de divulgação de preceitos médicos. Edmundo Bittencourt, fundador do jornal, foi benemérito e membro da comissão de imprensa do Instituto. E o periódico foi utilizado como meio de promoção do IPAI e das ideias de seu diretor, o médico Moncorvo Filho, envolvido com as tentativas de profissionalização das amas.

sonagem de peças teatrais, discussões médicas e em anúncios de leite esterilizado.

A procura e oferta se davam mediante dois termos: "Precisa--se" e "Aluga-se". São eles que aparecem demarcando seu emprego. No termo "precisa-se" fica expressamente estabelecida a busca pelo serviço, através de anúncios colocado no jornal por uma família ou pessoa contratante. Por outro lado, a designação "aluga-se" representava a ama que vendia sua força de trabalho, utilizando o intermédio do jornal para ser contratada e informando o endereço de seu estabelecimento para comparecimento. Para exemplificar, apresentamos dois anúncios, no primeiro encontramos uma ama de leite "portuguesa, de 20 anos, sadia e com abundante leite, tendo-lhe falecido seu filhinho de 8 dias de nascido, aceita uma criança para criar; para informações na Rua Barão do Bom Retiro 30 K, Engenho Novo".[30] E, no segundo "aluga-se uma ama de leite, de dois meses, trata-se na Rua do Lavradio, n. 47".[31]

No primeiro anúncio uma mulher oferta seus serviços no jornal, de modo a informar suas características. Sabemos que era portuguesa, acrescenta suas aptidões físicas, condições que a levaram a buscar pelo emprego, como a morte do filho, e por fim disponibiliza um endereço no Engenho Novo, para aqueles que tivessem interesse em contratá-la. O segundo anúncio, também do ano de 1902, aparece com o termo "aluga-se", nos apresenta uma ama de leite com dois meses, os interessados deveriam se dirigir à Rua do Lavradio.

Deste modo, buscaremos tecer o quadro que cerca a presença da ama na *Belle Époque* carioca e trabalhar sua interação social frente aos discursos médicos que condenavam seu emprego como fonte alimentar e, em concomitância com as tentativas de sua profissionalização. Conhecer o público contratante da ama e as mães que se destinavam ao serviço parece-nos fundamental para compreender a

---

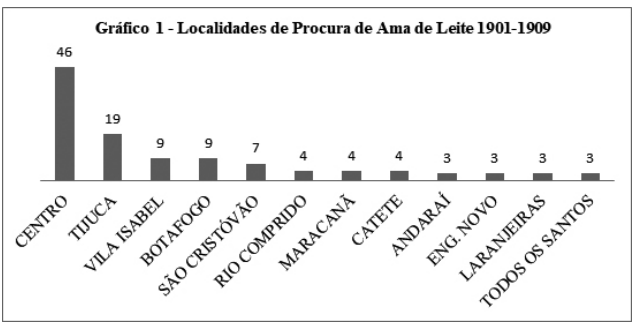
[30] Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 Set. Ano. II, N. 465. p. 03. 1902. [(PR_SPR_00130_089842 Edição 00465. (1)]

[31] Correio da Manhã, Rio de Janeiro 22 Maio. Ano. II N. 342. p. 04. 1902 [PR_SPR_00130_089842 Edição 00366 (1)]

dinâmica urbana dos primeiros anos do século XX, a maior presença da mulher no mercado de trabalho e os cuidados destinados à infância, em um período em que o combate à mortalidade infantil se mostrava crucial. [32]

A cidade e os espaços de procura por amas de leite

Dos 319 anúncios destinados a oferta e procura da ama de leite verificamos que 188 correspondem a oferta e 131 a procura. Tendo em vista o desconhecimento de 18 localidades, os endereços identificados se colocam deste modo:



Fonte: Correio da Manhã, 1901 a 1909. Hemeroteca Digital/FBN

Os espaços de procura da ama se adensavam, em especial, no Centro da cidade e em bairros que acompanham sua expansão em direção a zonas fabris. Se Botafogo aparecia no cômputo geral como o segundo maior índice numérico de anúncios, era Tijuca, Vila Isabel, São Cristóvão, Rio Comprido, Maracanã, Andaraí e Engenho Novo localidades a figurar com um relevante contingente que buscava pelos serviços de uma mulher para aleitar a prole. Os dois primeiros concen-

[32] Entre os anos de 1901 e 1909 foram descritas pela base de dados da Biblioteca Nacional 332 ocorrências para o termo. Contudo, ao se tabular os dados foi percebido que em uma mesma edição havia mais de um anúncio, indicando para um total de 356 eventos. Destes, 10 se referiam a peças teatrais; 20 retratavam artigos ou notícias; 7 anúncios de produtos; e 319 destinados ao emprego da ama mercenária – para este artigo nos concentramos nos índices de oferta e procura de amas de leite.

travam um reduto significativo em busca dos serviços da ama mercenária. Vale destacar serem as duas localidades áreas fabris, espaço da tradicional Fabrica das Chitas, há ao menos quatro anúncios para Vila Isabel, na Rua Salgado Zenha.

"Precisa-se de uma sadia ama de leite com leite de 2 a 4 meses, paga-se bom ordenado à rua Salgado Zenha n. 7, Fabrica das Chitas".[33] Esta busca será anunciada três vezes em maio de 1903, alterando o período de leite entre dois e cinco meses. Após alguns anos a Fábrica novamente integrava a lista daqueles que procuravam por uma ama de leite: "Precisa-se de uma boa ama de leite, na rua Desembargador Isidoro, 73, Fabrica das Chitas".[34]

Outra localidade foi a Aldeia Campista, nos limites do bairro de Vila Isabel, que nasce como espaço fabril, surgindo em fins do XIX para a moradia de operários. "Precisa-se de uma boa cozinheira e uma ama de leite sadia, prefere-se preta; à Rua Maxwell n. 14 B, Aldeia Campista".[35]

Em 1882 foi promulgado um decreto que isentava de impostos aduaneiros as indústrias que construíssem casas populares para seus operários,[36] o que Mauricio de Abreu salienta ter sido realizado por muitas delas na década seguinte. É nesse período que Vila Isabel e Sampaio despontam como espaços de operários:

> *Em 1889 foi então criada a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, de Arthur Sauer, (...) Ainda na década de 1990 a empresa inaugurou cinco "vilas operarias", construídas tanto nas proximi-*

---

[33] *Correio da Manhã*. 07 Maio. Ano. III. N. 695. P.05. 1903. [PR_SPR_00130_089842 Edição 00695. (1)]

[34] *Correio da Manhã*. 09 Mai. Ano. VII. N.3.026 P.06. 1907. [PR_SPR_00130_089842 Edição 03026. (1)]

[35] *Correio da Manhã*. 04 Ago. Ano. IV. N.1.148. P.05. 1904. [PR_SPR_00130_089842 Edição 01148. (1)]

[36] ABREU, Mauricio de. Op. cit.p.57.

> *dades do Centro (Vila Rui Barbosa, na Rua dos Inválidos), como nos bairros operários de Jardim Botânico (Vila Sampaio).*[37]

Levanta-se assim a hipótese de que o público contratante de amas de leite era aquele formado por famílias operárias, uma prática não mais restrita às classes abastadas. Agora também presente na dinâmica da mulher que precisava se inserir no mercado de trabalho para sustentar ou complementar as finanças de casa. Era a mulher operária o foco dos discursos do médico Fernandes Figueira e o público atendido na Policlínica das Crianças, situada ainda na freguesia de São Cristóvão (atualmente Cidade Nova).

São Cristóvão antes imperial, frequentado pela aristocracia estrangeira, a burocracia brasileira e grande rival do bairro de Botafogo na década de 1880[38], após a proclamação da República tem sua aparência modificada. Torna-se procurado por indústrias que buscavam localização próxima às ferrovias e ao centro da cidade. Nesta freguesia é possível verificar uma variação na oferta salarial para a contratação de amas, em 1903 a remuneração oferecida era de 70 mil réis: "Precisa-se de uma ama de leite na Praia de S. Cristóvão n. 45. Ordenado 70$000"[39]; em 1905 o valor apresentava um reajuste: "Precisa-se de uma ama de leite, sadia e sem filhos, na rua de S. Cristóvão n. A 77; paga-se 90$000 mensais"[40].

Se compararmos com outras localidades, as condições de emprego e remuneração ganham uma maior disparidade, variando entre 35 a 130 mil réis. Como pode ser verificado em uma série de anúncios do jornal Correio da Manhã.

Botafogo, em 1902, oferecia entre 35 a 40 mil réis: "Precisa-se de uma ama de leite, pagando se de 35 $ a 40$ e de uma menina de

---

[37] ABREU, Mauricio de. Op. cit.p.57.

[38] ABREU, Mauricio de. Op. cit. p. 45.

[39] *Correio da Manhã*. 01 Maio. Ano. III. N. 689. P.04. 1903.[PR_SPR_00130_089842 Edição 00689. (1)]

[40] *Correio da Manhã*. 09 Set. Ano. V. N.1.521. P.05.1905. [PR_SPR_00130_089842 Edição 01521. (1)]

12 a 14 anos, na Rua Dezenove de Fevereiro n. 47".[41] No ano seguinte uma ama de leite era alugada no centro da cidade por 100 mil réis: "Aluga-se por 100$, uma ama de leite, sem filho; na Rua da Assembleia n. 69".[42] Após dois anos, ainda no centro, nas imediações da Praça XI, o serviço era contratado por 120 mil réis: "Precisa-se de uma ama de leite. Paga-se 120$000 na rua Presidente Barroso n. 64"[43]. E, em 1908, na Tijuca, com a exigência da certificação do Ipai uma ama obtinha emprego por 130 mil réis "Precisa-se de uma ama de leite, devendo trazer o atestado do Dr. Moncorvo Filho, sito à Rua Visconde do Rio Branco n. 12. Paga-se 130$000. Trata-se na Rua Conde de Bonfim 12-D"[44].

No ano de 1903 a remuneração da mulher que se empregasse em São Cristóvão era mais elevada do que aquela contratada em Botafogo, contudo, os maiores salários estavam concentrados na área central. Os relatórios do Ipai fazem supor também um aumento da procura, tendo em vista que em 1913 Moncorvo Filho cria um regulamento[45] interno para a instituição, de fiscalização e certificação de amas mercenárias. A busca pela ama de leite continuava presente, bem como a persistência na crença de residir na mulher negra o leite mais forte. Os anúncios se colocam, justamente, em oposição aos estudos dos alunos da FMRJ e do próprio Fernandes Figueira no Livro das Mães[46], quando atenta para a inexistência do leite fraco e nega a influência da cor na qualidade do leite. Contudo, em 1903 encontramos

---

[41] *Correio da Manhã*. 10 Dez. Ano II. N. 548. P.05. 1902[PR_SPR_00130_089842 Edição 00548. (1)]

[42] *Correio da Manhã*. 16 Fev. Ano III. N. 615, p.03. 1903. [PR_SPR_00130_089842 Edição 00615. (1)]

[43] *Correio da Manhã*. 15 Dez. Ano. V. N.1.618. P.07.1905.[PR_SPR_00130_089842 Edição 01618. (1)]

[44] *Correio da Manhã*. 23 Mar. Ano. VIII. N.2.443 P.05. 1908.[PR_SPR_00130_089842 Edição 02443. (1)]

[45] MONCORVO FILHO. *Regulamento do Instituto, Rio de Janeiro*, Set, 1913. (Base Biblioteca da Pontifício Universidade Católica do Rio de Janeiro – 03_caderneta).

[46] FIGUEIRA, Antônio Fernandes. *Livro das Mães*, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1926. Ressalta-se que a primeira edição do livro é de 1910.

anúncios que buscavam especificamente pela mulher negra, como em: "Precisa-se de uma ama de leite, de cor preta; informe-se na Rua Barão de Itapagipe, n.74, armazém".[47]

Com a expansão da cidade para os subúrbios, a procura poderá ser observada na proximidade das estações de trens. Maurício de Abreu aponta que desde a segunda metade do XIX a cidade terá um maior contingente de linhas em direção aos subúrbios, este público de residentes de áreas mais afastadas do centro também fazia uso da ama e do jornal como meio de divulgação. Se as localidades mais distantes foram ocupadas pelos que podiam realizar grandes deslocamentos, também foi pelas classes populares que não conseguiam um espaço nas casas de cômodos, para residir próximos aos locais de trabalho, assim as estações do Méier, Mangueira e Rocha iriam figurar nas páginas do Correio da Manhã: "Precisa-se de uma ama de leite, com atestado e leite de sete a oito meses; na rua Oito de Dezembro 31, estação e Mangueira"[48] e "Precisa-se de uma ama de leite; rua Joaquim Meyer n.12, estação do Meyer, com urgência".[49]

Tabela 1- Demais Localidades de procura de ama de leite Correio da Manhã (1901-1909)			
Copacabana	2	Estação da Rocha	1
Glória	2	Praça da Bandeira	1
Sampaio	2	Sem Localização	1
Catumbi	2	Localização não identificada	4
Méier	2		

Fonte: Correio da Manhã, 1901 a 1909. Hemeroteca Digital/FBN

O centro da cidade que apresenta o maior índice de procura era marcado por ruas como a do Ouvidor, da Quitanda, do Rosário, da Assembleia, da Ajuda e da Sete de Setembro. Áreas mais nobres

[47] *Correio da Manhã*. 26 Fev. Ano. III. N. 624. P.04. 1903.[PR_SPR_00130_089842 Edição 00624. (1)]

[48] Correio da Manhã. 06 Out. Ano. IV. N.1.211 P.05.1904[PR_SPR_00130_089842 Edição 01211. (1)]

[49] Correio da Manhã. 27 Fev. Ano. V. N.1.327 P.03.1905.[PR_SPR_00130_089842 Edição 01327. (1)]

próximas a recente Avenida Central, o maior símbolo do modelo parisiense e das transformações urbanas e sanitárias que marcam a virada do século. Os residentes de seu entorno, ainda que populares, podiam ser aqueles possuidores de sobrados, de um pequeno comércio a dispor de empregados.

A Lapa será outro espaço de demanda, rua da Lapa, do Lavradio e do Hospício eram espaços típicos das classes populares formada por trabalhadores, espaço da vida boêmia na cidade.

Este cenário também será marcado pela procura de amas partindo da freguesia mais pobre da cidade, a de Santana, ruas como a do Areal, da Constituição e a Visconde do Rio Branco que compunham a Pequena África.[50] Todas no entorno do Campo de Santana, espaço típico de cortiços e casas de cômodo, também será de contratação de amas de leite.

A cidade e os espaços de oferta de amas de leite

Dos 188 anúncios destinados a oferta, nos quais encontramos a ama de leite disponibilizando seu serviço no mercado de trabalho, é possível observar os mais diversos casos; desde a mulher que acabara de chegar da roça e desejava se empregar, a que o filho havia falecido ou aquela que buscava emprego como doméstica, mas também poderia ser ama de leite.

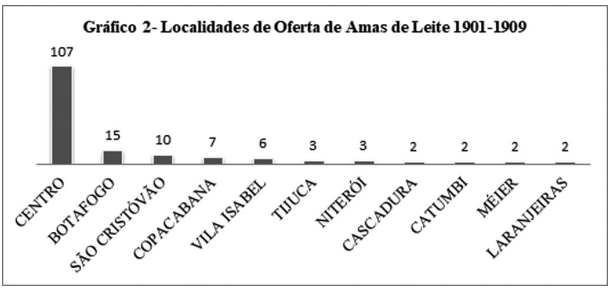
Tem-se mulheres vindas de Portugal e dos diversos distritos da cidade que se colocam como ama devido a morte da criança, ocorrência corriqueira dentre os anúncios de oferta: "Ama de leite portuguesa, uma de 20 anos, sadia e com abundante leite, tendo-lhe falecido seu filhinho de 8 dias de nascido, aceita uma criança para criar; para informações na Rua Barão do Bom Retiro 30 K, Engenho Novo".[51]

---

[50] SILVIA, Lucia. Op. cit. p.216.

[51] *Correio da Manhã*. 22 Set. Ano. II, N. 465. p. 03. 1902. [PR_SPR_00130_089842 Edição 00465. (1)]

Outro fator era a presença da criança com a mãe que se dispunha a trabalhar como ama, os anúncios, por vezes, trazem esta especificidade a fim de que a família estivesse ciente daquela que iria contratar: "Uma senhora sadia, deseja se empregar de ama de leite, levando consigo uma criança de quatro meses; quem precisar anuncie por esta folha." [52] "Aluga-se uma ama de leite com dois meses e abundancia, é estrangeira, não leva filho, ordenado 100$; informa-se à Rua da Assembleia n. 69, sobrado."[53] A oferta de amas de leite na cidade estava assim distribuída:



Fonte: Correio da Manhã, 1901 a 1909. Hemeroteca Digital/FBN

Outro fator que vale destacar é que algumas mulheres não colocarão um endereço de procura, pedindo ao interessado deixar um contato no jornal, este se colocava como o intermediário da transação de contrato de trabalho. Mais do que isso, como apresenta o anúncio abaixo estas mulheres buscavam demonstrar sua posição de respeito na sociedade, conduta moral, e qualidades para o emprego:

> *Ama de leite uma senhora morena, muito seria e respeitável, casada, e sadia, com muito leite atestado do Exmo. Sr. Dr. Moncorvo, de muito bom gênio e carinhosa e de educação, pretende empregar-se como ama de leite em uma casa de família de tratamento; quem pretender rogar-se a gentileza de dirigir-se por carta fechada com as iniciais R. S. para a posta restante desta folha, dizendo logo as*

---

[52] *Correio da Manhã*.14 Jan. Ano III, N. 582, p.05. 1903. [PR_SPR_00130_089842 Edição 00582. (1)]

[53] *Correio da Manhã*. 24 Março. Ano III. N. 651. P.04. 1902. [PR_SPR_00130_089842 Edição 00651. (1)]

condições das vantagens que oferece aos tratamentos e preços bem como indicando o numero da casa e os nomes da rua e patrões para ir procurar e fixar o acordo.[54]

Mauricio de Abreu aponta[55] que até 1903 as freguesias centrais continuavam densas, em paralelo ao crescimento das do Engenho Velho, São Cristóvão e Lagoa, em fins do XIX. Os cortiços já se colocavam como preocupação desde fins do século, quando a administração de Barata Ribeiro empreende uma guerra para seu combate. Como aponta Sidney Chalhoub: "A destruição do Cabeça de Porco marcou o início do fim de uma era, pois dramatizou, como nenhum outro evento, o processo em andamento de erradicação dos cortiços cariocas"[56], destruído em 1893, estava situado na Rua Barão de São Félix, a mesma que figurava como um polo de oferta para o serviço de leite. Sobretudo, com Pereira Passos tivemos o desenvolvimento da intervenção direta do Estado sobre essas áreas. [57]

As localidades de oferta da ama estavam concentradas primordialmente na área central, dos 188 anúncios de oferta, 107 correspondiam ao centro, quase 57% da oferta de amas de leite. Seguindo em demanda para Botafogo, São Cristóvão, Copacabana, Vila Isabel e Tijuca, a presença maciça da zona fabril que se coloca como espaço de procura não será observado como espaço de oferta. Ao analisar que centro se coloca como maior espaço de oferta é possível perceber que será justamente aquele ao entorno da freguesia de Santana, do público atendido pelo Ipai na Rua areal, que apesar de ser a localização da instituição, somente, em 1914, em 1909 ainda concentrava uma gama de cortiços e casas de cômodo.

Será um centro marcado pela Gamboa, com pelo menos 12 ofertas dentre elas a Ladeira do Barroso, a Rua Barão de São Félix e a

---

[54] *Correio da Manhã*.17 Set. Ano. V. N.1.529. P.06. 1905. [PR_SPR_00130_089842 Edição 01529. (1)]

[55] ABREU, Mauricio de. Op. cit.p.48-49.

[56] CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.P.17.

[57] ABREU, Mauricio de. Op. cit.p.50.

Rua Visconde de Itaúna, regiões denominadas por João do Rio como de atuação dos "agentes de rato", conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

Espaços como a Rua da Assembleia, Praça da República, a Rua do Resende, S. Diogo (na Saúde), Senhor dos Passos, Praia Formosa, Largo do Capim, Senador Pompeu, por uma dezena de ruas nas proximidades da Central do Brasil, destruída para a construção da Avenida Presidente Vargas, nos anos de 1940'. Um centro que se adensava entre as freguesias da Candelária e a de Santana. A oferta também vinha lá para os lados da Rua da Misericórdia, que Joao do Rio dizia ser das "hospedarias lúgubres, a miséria e a desgraça, os corredores bafientos, é completamente lamentável"[58]. Anúncios também vinham do Largo do Capim, que chamava de "ruas de meeting"[59].

Tabela 2 - Demais Localidades de oferta de ama de leite

Correio da Manhã (1901-1909)

Largo do Machado	1	Ipanema	1
Santa Teresa	1	Catete	1
Sapopemba	1	Leme	1
Maracanã	1	Gávea	1
Engenho Novo	1	Madureira	1
Estácio	1	Sem Localização	5
Flamengo	1	Localização não identificada	12
Rio Comprido	1		

Fonte: Correio da Manhã, 1901 a 1909. Hemeroteca Digital/FBN.

Apontamentos

É possível perceber que a procura por amas vai se concentrar em bairros tipicamente fabris, enquanto o cerne da oferta será a área central. Este dado interfere diretamente na política de sociabilidades e na economia vigente na virada do século. Se os médicos do século XIX estavam preocupados em orientar as mães para que elas

[58] RIO, João. Op. cit., p. 25.

[59] RIO, João. Op. cit., p. 27.

não deixassem de amamentar a prole por vaidade, os da virada do século tinham no aleitamento artificial e na maior inserção da mulher no mercado de trabalho como dois grandes competidores com o leite materno.

Se a ama mercenária era recurso das famílias abastadas, na virada do século os dados indicam para uma mudança no público que procurava pelos serviços. Os anúncios do Correio da Manhã apresentam um índice de famílias residentes de áreas fabris como Botafogo, Tijuca, Engenho Novo e mesmo um deslocamento para o subúrbio da cidade.

Em 1870 os trens passam a estar mais adequado aos horários de trabalho na área central. Para Abreu a consequência imediata foi o processo de ocupação do subúrbio até Cascadura que "adquiriu impetuosidade ainda maior na década seguinte, levando a inauguração das Estações de Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, Meier, Mangueira e Encantado"[60]

O público de mulheres que alugavam seus serviços estará, em especial, restrito ao Centro, não pertencerá aos espaços fabris. Se o pagamento da ama podia chegar a 120 mil réis, entendemos que os rendimentos da família contratante eram possivelmente superiores a este valor, a fim de cobrir as despesas. Acreditamos assim que as preocupações de médicos como Fernandes Figueira e seus discípulos se voltam para a conscientização da mulher operária, pois a mesma estava para o que chamam "de copiar os hábitos das mulheres de elite" ao deixar de amamentar seus filhos.

A comparação das localidades de oferta e procura de amas de leite nos atenta para uma espécie de inversão de espaços, se o centro, Tijuca e Vila Isabel eram as maiores localidades de procura de ama de leite, o de oferta estava concentrado na área central. A oferta estava adensada nas casas pertencentes a um centro marcado pela Praça da República, a Ladeira do Barroso, e para os lados da Praça XV. Um

---

[60] ABREU, Mauricio de. Op. cit., p. 50.

centro que não estava próspero pelas mudanças urbanas, mas daquele que fora afetado pelas demolições e reordenamentos. A oferta será daquela habitante da "casinha", "do segundo andar", "do primeiro andar", "do sobrado", "do quarto", assim anunciado: "Aluga-se uma ama de leite, de cor parda, com leite de quatro meses, prefere casa de tratamento: na Rua do Rezende n.122, casinha n.8"[61].

A Rua General Câmara, no centro, chama atenção por corresponder a um polo de oferta e procura de ama de leite. Descrita no Brasil Gerson como a antiga Rua do Sabão, destruída para a construção da Presidente Vargas, era caminho para a Candelária.[62] Em 1906 aparece pela primeira vez no jornal para emprego de uma ama de leite, no número 57, em uma casa de quitanda: "Emprega-se uma moça para ama de leite; Trata-se na rua General Câmara n. 157. casa de quitanda."[63] No ano seguinte outro estabelecimento, na mesma rua, no número 120 procurava os serviços de uma ama: "Precisa-se de uma ama de leite, preta ou branca: rua General Câmara n.120."[64]

Considerações finais

O Rio de Janeiro da virada do século representava uma cidade marcada pela aglomeração urbana que se expandia em paralelo ao crescimento da malha ferroviária, mas vivia assolada por epidemias. Foi nos primeiros anos do século XX palco efetivo de transformações urbanas, a contar com uma elite remanescente do império e uma burguesia financeira advinda de profissões liberais. Entre 1902 e 1906, ao longo do governo do prefeito Pereira Passos, a cidade foi transformada em um canteiro de obras, com vistas à limpeza urbana, o alargamento de ruas e a criação de avenidas.

---

[61] Correio da Manhã.26 Set. Ano. V. N.1.538. P.05. 1905. [PR_SPR_00130_089842 Edição 01538. (1)]

[62] Brasil Gerson. História das Ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1954.

[63] Correio da Manhã. 22 Fev. Ano. VI. N.1.686. P.07. 1906. [PR_SPR_00130_089842 Edição 01686. (1)]

[64] Correio da Manhã. 19 Jan. Ano. VII. N.2.016 P.07. 1907. [PR_SPR_00130_089842 Edição 02016. (1)]

O crescimento da mulher no mercado de trabalho, as transformações ideológicas em torno do alimentar e do ser mãe, são importantes em reforçar um velho mercado de trabalho: o de ama de leite mercenário, o qual existia desde tempos remotos, cuja regulamentação vinha tentando ser feita desde o último quartel do século XIX. É, sobretudo no século XX que se verá uma economia movimentada pelo exercício da ama, a tentativa de fiscalização mais sistemática e busca diária de seus serviços na imprensa.

No século XVI a ama de leite era utilizada como parte da cultura de elite, presente no cotidiano das famílias mais abastadas, fosse por uma escrava a amamentar o filho do senhor ou através de uma mulher contratada para os serviços, proveniente, em geral das classes populares. Ao longo do século XIX, percebemos uma maior mobilização médica em prol de mudanças na cultura da alimentação infantil, a busca pela desconstrução das falsas noções de problemas advindos pelo ato de amamentar.

Em paralelo à busca pela conscientização das mulheres de elite ocorre a construção de uma rede de assistência à infância voltada ao filho da mulher pobre, de modo a cuidar clinicamente da criança e difundir preceitos de higiene entre os pais. O Ipai e a Policlínica das Crianças se constituem como centros difusores de cuidados para a infância, polos de ações em prol de políticas que regulamentassem a segurança do desenvolvimento da criança. Esses médicos estarão publicando não apenas nos espaços acadêmicos, mas também em jornais, revistas e folhetins de alcance do grande público.

A partir dos anúncios duas perspectivas foram analisadas: a procura e oferta de amas de leite. Esse aspecto nos permitiu perceber uma notória mudança nos hábitos da sociedade, com o espraiado do aleitamento mercenário entre as classes populares.

Dentre os espaços de procura da ama estavam Glória, Copacabana e a continuidade da área central em favor das novas freguesias rumo a praia, como laranjeiras, catete, Largo do Machado, Flamengo, Leme, a contar com um número de procura pequeno ou inexistente. A única freguesia que se destaca é a de Botafogo, espaço tradicional

de cortiços e casas de cômodo que conviviam com os palacetes da elite. O cerne de busca se encontra nos bairros fabris da cidade como Vila Isabel, Tijuca, São Cristóvão, Engenho Novo, temos aqui uma mudança considerável no público que busca a ama de leite, eram agora provenientes de espaços fabris. Pertenciam as classes populares e dispunham de renda para custear os serviços de uma ama. Mais do que a hierarquia presente no interior das classes populares indica a maior inserção de mulheres no mercado de trabalho, a ausência de tempo para cuidar dos filhos. Justifica a prática de Fernandes Figueira em convencer as mães a não deixarem de amamentar, a manter ao menos o uso da ama de leite, que oferecia menos risco a infância do que o leite industrializado.

A ama de leite apesar de não reconhecida como uma profissão pelos poderes públicos na regulamentação da Inspetoria de Higiene Infantil de 1923[65], mas denominada como indústria, foi reconhecida e efetivada pela população, mais do que isso, fazia parte da cultura das classes populares. O quadro aqui apresentado permite-nos acompanhar a disseminação desta prática entre as camadas populares e entendermos as razões pelas quais o médico Fernandes Figueira teria escolhido a mulher operária como o público alvo de suas ações de assistência à infância.

Referências bibliográfica

ABREU, Mauricio de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*.2ª Edição, Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1982.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte, Autentica editora, 2015.

BRASIL GERSON. *História das Ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1954.

CARULA, Karoline. Carlos Costa e a Mai de Familia: Concepções acerca da maternidade em fins dos Oitocentos. IN: BESSONE, T.,

[65] *Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública*. Decreto 16.3000. Dez.1923.

NEVES, L., GUIMARÂES, L., (Org.). *Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 85-112.

CARULA, Karoline. Alimentação na Primeira Infância: médicos, imprensa e aleitamento no final do século XIX. IN: SANGLARD, Gisele (org.) *Alimentação e políticas públicas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira (1902-1928)* (No prelo)

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

NEEDELL, J. D. *Belle Époque Tropical – sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia. das Letras; 1993.

NEVES, Margarida de Souza. Os centenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: *O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3ªed. Pp. 13-44. (O Brasil Republicano; v.1.)

RIO, João. *A alma encantadora das ruas*. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol.26, nº44: p.437-459, jul/dez 2010.

SILVIA, Lucia. A Paris dos trópicos e a pequena África na época do Haussmann Tropical. In: *História Urbana*. Rio de Janeiro, FGV, 2013.p.216.

Fontes primárias

CÂMARA Municipal da Corte. “Projeto de posturas para a indústria das amas de leite”, 1884.

FIGUEIRA, Antônio Fernandes. “Bases científicas da alimentação da criança: suas consequenciais sociais (carta aberta ao Sr. M. R. G. P)”. Rio de Janeiro, 1905.

MONCORVO FILHO. Regulamento do Instituto, Rio de Janeiro, Set, 1913. (Base Biblioteca da Pontifício Universidade Católica do Rio de Janeiro – 03_ caderneta)

PIRES, Almeida. Das amas de Leite (Trabalho do Dispensário Moncorvo). Quarto Congresso medico latino americano. Rio de janeiro, Imprensa Nacional, 1909,

Periódicos

FIGUEIREDO, Carlos Arthur Moncorvo de. Projeto de regulamentação das amas de leite. In: Hygiene Publica. *Gazeta Medica da Bahia*, ano. VIII, n. 1, 1876. pp. 496-504.

CORREIO DA MANHÃ, 1900-1909. Biblioteca Nacional (www.hemerotecadigital.bn)

Resumo

Na virada do século XX a infância aparece como questão importante nos debates acadêmicos em prol do desenvolvimento nacional. Neste âmbito, a alimentação se consolidava como cerne para o desenvolvimento de políticas públicas e temáticas de discussões médicas em prol da criança. Este artigo tem por objetivo apresentar dados sobre o estudo da ama de leite, na cidade do Rio de Janeiro, em fins do século XIX e início do século XX. Tendo como ponto de partida as Posturas Municipais depositadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que apresentavam diversas propostas para regulamentar o serviço de leite mercenário. Fecha-se o quadro com a primeira década do século XX com anúncios de oferta e procura de amas de leite na imprensa, publicados no jornal Correio da Manhã entre os anos de 1900 a 1909. Deste modo, buscou-se formar uma cartografia do serviço de leite mercenário da cidade do Rio de Janeiro e analisar a relação entre as práticas culturais e o discurso médico.

Palavras-chave: Ama de Leite, Rio de Janeiro, Infância.

Abstract

At the turn of the twentieth century, childhood would appear as an important issue in academic debates for national development.

In this context, feeding was consolidated as the core for the development of public and thematic policies of medical discussions for the benefit of the child. The objective of this article is the study of wet nurses in the city of Rio de Janeiro in the late 19th and early 20th century. Taking as starting point the Municipal Postures, deposited in the General Archive of the City of Rio de Janeiro, with several proposals to regulate the mercenary milk service. We close the frame with the first decade of the twentieth century with advertisements of supply and demand of wet nurses in the press, published in the newspaper Correio da Manhã between the years 1900 to 1909. In this way, we seek to form a cartography of the mercenary milk service of the city of Rio de Janeiro and analyze the clashes between cultural practices and medical discourse.

Keywords*: Wet nurse, Rio de janeiro, Childhood.*

Recebido em 29 de março de 2017. Aprovado em 15 de outubro de 2017.

NOS TRILHOS DA FOLIA: OS BONDES NO CARNAVAL CARIOCA

Carlos Henrique Milhono Campos[1]

No prefácio do livro *A subversão pelo riso,* de Rachel Soihet, Ronaldo Vainfas apontava a contradição de, sendo o Brasil o "país do Carnaval", haver até então (1998), pouco interesse da historiografia brasileira na sua festa mais popular. Sobretudo, levando-se em consideração que no exterior importantes obras sobre o tema, no âmbito da história cultural, já vinham sendo produzidas há algum tempo. Entre as quais, ele próprio destacava: *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento,* de Mikhail Bakhtin (1965). *O Carnaval de Romans*, de Emmanuel Le Roy Ladurie (1979), e *Le Carnaval*, de Júlio Caro Baroja (1979)[2].

A mesma constatação fez Maria Clementina Pereira da Cunha, alguns anos mais tarde, apresentando como possíveis explicações, a força do carnaval como símbolo nacional, algo inato a todos os brasileiros, o que dispensaria maiores reflexões, e a tendência dos historiadores a considerá-lo um tema menor, já de tudo desvendado pelos trabalhos clássicos dos memorialistas carnavalescos. Decorrendo disso a formação de uma imagem cristalizada do carnaval, merecedora de ser revista[3].

É bem verdade que o carnaval já havia sido tema em "terras tupiniquins" de importantes obras como a de Eneida de Moraes, *História do carnaval carioca* (1958) e, em especial, no campo das

---

[1] Professor de História formado com graduação pela Unirio.

[2] VAINFAS, Ronaldo. Prefácio à 1ª edição. *In:* SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso.* Uberlândia: EDUFU, 2008.

[3] CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp.308-309.

ciências sociais, como a de Roberto Da Matta, *Carnavais*, *malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro* (1978), e a de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Carnaval brasileiro, O vivido e o mito* (1992). Quanto à primeira, Felipe Ferreira destaca sua importância não só como rica fonte de informações para a maioria das obras posteriores, como também por organizar "a definição e a classificação das diferentes brincadeiras populares do Carnaval carioca"[4].

Quanto às duas outras obras citadas, foram analisadas por Rachel Soihet que, mesmo atribuindo-lhe inegáveis qualidades, ressaltava que ambas reforçavam a ideia do carnaval como "válvula de escape para as tensões do cotidiano, permitida, controlada e estimulada pelos grupos dominantes (...) para manipular e reforçar a ordem vigente"[5]. E assim, deixavam de enfocar, talvez por não terem sido escritas por historiadores, tanto o aspecto da resistência empreendida pelas camadas populares ante as tentativas de imposição de regras e censuras sobre as suas formas de brincar o carnaval por parte das elites políticas e intelectuais, quanto o eventual potencial transformador da festa, conforme já apontavam autores estrangeiros.

Passados mais de dez anos daquela constatação feita por Vainfas, a situação hoje é bem melhor. Se ainda não temos uma produção historiográfica sobre o carnaval extensa na mesma proporção da importância e espaço ocupado por essa festa popular no tal "país do carnaval", foram produzidos nesse período trabalhos importantes e originais. No entanto, alguns aspectos, mais específicos, sobre a nossa maior festa popular ainda merecem ser melhor abordados ou mesmo revelados. O carnaval nos bondes, manifestação carnavalesca comum no Rio de Janeiro entre os anos de 1920 e 1960, com suas batalhas de confetes, motorneiros e passageiros fantasiados e eleições de rainhas, uma verdadeira folia sobre trilhos, que apesar dos quase cinqüenta anos desde o desaparecimento dos bondes das ruas cariocas permane-

---

[4] FERREIRA, Felipe. *O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 267.

[5] SOIHET, Raquel. Reflexões sobre o carnaval na historiografia – algumas abordagens. Tempo, Niterói, v.4, n.7, Jul 1999. Disponível em http://www.historiauff.br/artigos_livres/artg7-8.pdf Acesso em 31 ago 2017.

ce ainda bem vivo na lembrança daqueles que dele participaram, é a nosso ver, um deles.

Desde o final do século XIX e durante toda a primeira metade do século XX o bonde foi o principal meio de transporte do carioca, estando presente em todos os aspectos da vida da cidade. Desde o seu aparecimento em 1859, sendo a cidade do Rio de Janeiro a primeira da América do Sul a adotar esse meio de transporte[6], o bonde desempenhou inúmeras funções além do simples transporte de passageiros e cargas. Ajudou a cuidar da saúde da população com o bonde-assistência, prestou as últimas homenagens aos falecidos com o bonde mortuário, levou ilustres passageiros à ópera no chamado bonde ceroula, entregou correspondências pelo bonde-correio, foi palco de casamentos e batizados com carros especiais.

Além desses "serviços materiais", Olavo Bilac[7] em uma crônica de 1903, destacava os "grandes serviços morais" do bonde. Para ele este era o "operário da democracia", o "Karl Marx dos veículos", o apóstolo do Socialismo", que ia "passando a rasoura nos preconceitos, e pondo todas as classes no mesmo nível" ao transportar lado a lado ricas e pobres. Era também o "veículo da hospitalidade e da sociabilidade", ou seja, um ponto de encontro do carioca, onde se travavam relações fossem elas de negócios, políticas, de amizade ou romances. Era, portanto, mais que um simples meio de transporte. Daí sua popularidade. E perguntava Bilac: "Haverá alguém que não te ame, *bond* carioca?

É claro que, como toda história de amor, nem sempre tudo eram flores. Por diversas vezes o bonde foi alvo da fúria popular. As revoltas do Vintém (1880) e da Vacina (1904) onde bondes foram virados e incendiados são alguns exemplos dessas rusgas do povo carioca com o seu veículo predileto. Além desses, os quebra-quebras de 1901,

---

[6] Para mais sobre a história dos bondes na cidade do Rio de Janeiro, ver o estudo pioneiro de Charles Dunlop. *Apontamentos para a história dos bondes no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1953.

[7] BILAC, Olavo. *Obra resumida*. Organização e inrodução de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p.435-439.

1909, 19056 e 1957, todos motivados ou pelo aumento do preço da passagem ou pelo mau funcionamento de veículos[8], mostram o quanto podia ser turbulento o caso de amor do carioca com os bondes.

Ainda assim era amor verdadeiro, que se manifestava de diversas formas, na poesia, de Bilac e Carlos Drummond de Andrade[9], na literatura de Lima Barreto, Machado de Assis e muitos outros, na música popular, até mesmo no cinema. E como não poderia deixar de ser, na principal festa da cidade: o carnaval.

Sendo o principal meio de transporte utilizado pela população do Rio de Janeiro durante a *belle epóque* carioca, era também nos dias de carnaval o principal condutor dos foliões, que saídos de todos os cantos da cidade iam em direção ao centro da cidade e da folia. Esquemas especiais eram montados pelas companhias de bondes, para suprir a demanda que crescia assustadoramente no domingo e terça-feira de carnaval, dia dos desfiles das grandes sociedades[10], e pelo poder público para tentar controlar a confusão nas ruas do centro. Não seria estranho imaginar que a festa já começasse nos bondes, que seguiam abarrotados de foliões mascarados.

Essa idéia é confirmada pelo superintendente geral de tráfego da Light, Elmer Barton, que em 1926, às vésperas dos festejos carnavalescos, pedia ao chefe de polícia providências "contra certos abusos que costumam verificar-se, todos os annos durante os dias de

---

[8] SILVA, Maria Laís Pereira da. *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos*.1ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes do Rio de Janeiro/Divisão de editoração, 1992. p. 141-146.

[9] É digna de nota a crônica de despedida publicada por Drummond de Andrade no momento da extinção do serviço de bondes na Zona Sul carioca, 1963. Verdadeira declaração de amor ao velho meio de transporte, após fazer uma recapitulação da trajetória dos bondes e ressaltar a sua importância para a cidade, terminava tentando consolar a si mesmo e ao povo carioca dizendo ser preciso ter esperança "de que surja por aí um novo e ideal veículo que não ocupe lugar nos espaços, não imite os jatos nem as tartarugas, dê todo o conforto ao nosso irmão corpo e não custe caro". ANDRADE, Carlos Drummond de. Acabou-se o din din seu condutor. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09 mar 1963. 2° caderno. p.9.

[10] SOIHET, Raquel. *A subversão pelo riso.* Uberlândia: EDUFU, 2008. p.66.

carnaval, nos bondes praticados por menores e indivíduos mascarados sem escrúpulos"[11]. Esses foliões, ano após ano, atormentavam a vida de motorneiros e condutores, durante o período de carnaval, que, conforme o Sr. Elmer Barton:

> *(...) independente da gritaria que costumam fazer nos carros, aproveitam toda a occasião para retirar as lâmpadas deixando os bondes às escuras; o mais grave porém, consiste em fazerem uso constante das campanhinhas que servem para dar os signaes de parada e partida, motivando com esses abusos, que dificilmente pode ser reprimido pelos nossos conductores, paradas onde não são necessárias e sahidas quando há passageiros, especialmente senhoras e crianças occupadas em embarcar ou desembarcar do carro*[12]

Somava-se a isso a superlotação dos veículos, que seguiam com foliões pendurados nos estribos ou mesmo no teto, o que, além dos atrasos, podia acarretar em "conseqüências funestas", isto é, acidentes e mortes.

A folia sobre trilhos, no entanto, não ficaria restrita apenas a algazarra de passageiros mascarados em busca de diversão. Nos anos de 1920 o bonde seria palco de uma manifestação carnavalesca específica e organizada, que se tornaria tradição na cidade do Rio de Janeiro, ficando conhecido apenas como "carnaval no bonde".

Não é possível precisar quando teria surgido o "carnaval no bonde", havendo diferentes versões para sua origem. Para Eneida de Moraes, ele teria surgido em 1926 quando moradores de uma batalha de confete no bonde Ponta do Caju, que se repetiu no ano seguinte, dessa vez homenageando a "mãe preta" e "nosso pai", apelidos dados respectivamente ao condutor e ao motorneiro desse bonde[13].

---

[11] JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 12 fev. 1926. p.13

[12] JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 12 fev. 1926. p.13

[13] MORAES, Eneida de. Carnaval e os bondes. *A Turbina,* Rio de Janeiro, Ano 5, n. 56, fev. 1959. P.5-11.

A Light, empresa que desde 1905 começa a operar os bondes na cidade foi responsável pela totalização da eletrificação e unificação dos serviços ao adquirir as demais empresas que atuavam no ramo, no entanto, vai apresentar outra versão para o aparecimento do carnaval no bonde. Na "versão oficial", já que a empresa controlava o serviço de bondes na cidade, a brincadeira teria surgido no carnaval de 1928, quando passageiros habituais do bonde São Januário formaram o "Grupo dos Apertados"[14] e decidiram homenagear o velho motorneiro do bonde Ivo Costa, o "comedor de bacalhau com molho". Enfeitando o bonde com faixas e serpentinas, os "apertados" promoveram no dia 4 de fevereiro uma batalha de confete durante a viagem, não sem antes eleger a coroar a senhorita Zulmira Azeredo como rainha do bonde[15].

Entretanto, mesmo antes de 1926, data apontada por Eneida, podemos encontrar nos jornais[16] referências a esta forma de brincadeira de carnaval. No dia 19 de fevereiro de 1826 saía na seção especial que o Jornal do Brasil dedicava aos festejos carnavalescos a segunda nota:

> *Uma batalha no trem da Leopoldina e outra no Bond "Bonsucesso" – Realizam-se amanhã duas monumentaes batalhas de confetti e lança-perfume organizadas pelo bloco "Apertas o olho". Uma no Bond "Bonsucesso" que parte às 10½ horas da Praça da Bandeira,*

---

[14] O nome do grupo fazia referência ao aumento do número de passageiros do bonde e que não foi acompanhado pelo tamanho dos bondes. Contava na época com 30 "apertados" efetivos, dos quais 12 eram mulheres, que somados com agregados e aspirantes totalizavam cerca de 80 pessoas. REVISTA LIGHT. Rio de Janeiro, Ano I, n.2, mar 1926. p.12.

[15] REVISTA LIGHT, Rio de Janeiro, Ano I, n.2, mar 1928. p.12.

[16] Os jornais constituem-se uma importante fonte de pesquisa para o carnaval nos primeiros anos do século XX e, como tal, foram analisadas por Eduardo Granja Coutinho, para quem a imprensa atuando como mediadora entre as classes populares e as classes dominantes, realizava uma espécie de "pré-oficialização" do carnaval, antecipando-se e muito ao governo Vargas de reinterpretar a integrar os signos populares ao sistema de valores da classe dominante. COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006. p.63.

e outra, à tarde no trem que parte da Praia Formosa as 18:35. Um afinadíssimo choro animará o pessoal[17].

Nesta nota vemos também que não era apenas sobre os trilhos dos bondes que o carnaval se fazia presente. O carnaval nos trens, no entanto, não parece, ter vingado na folia carioca, não havendo praticamente nenhuma referência a ele, mas que provavelmente deveria se assemelhar muito ao dos bondes.

Em outra nota publicada no mesmo jornal em 18 de fevereiro de 1927 é anunciada uma "pyramidal batalha de confetti e lança-perfume" que seria realizada no dia 26 daquele mês no bonde Coqueiros pelos membros do bloco "Se você viu?...cala a boca!. Batalha essa que, ainda segundo a nota publicada, já vinha sendo realizada a 3 anos consecutivos.

É, no entanto, a partir de 1928, quando a Light vai encampar a brincadeira, é que o "carnaval no bonde" vai se popularizar na cidade. A empresa, que pelo que podemos inferir da queixa do superintendente geral de tráfego da Light ao chefe de polícia em 1926, não via com bons olhos a folia sobre seus trilhos, passa naquele ano a apoiar e divulgar os festejos nos seus bondes.

Tanto que uma segunda batalha de confetes promovida pelo grupo dos Apertados no dia 18 de fevereiro, duas semanas após aquela que teria sido para a Light o marco inicial da brincadeira, a companhia inclusive mandaria "gentilmente" seu fotógrafo para acompanhar e registrar a festa, conforme já agradecia uma nota publicada pelos "apertados" na imprensa no dia anterior[18]. Vale lembrar que nessa batalha o homenageado não foi o motorneiro, o condutor ou qualquer outro funcionário da empresa, mas sim a própria Light.

Talvez tenha sido justamente o fato de homenagear motorneiros e condutores de bonde – o eu não verificamos nos anúncios das batalhas dos bondes de Bonsucesso e Coqueiros já citadas – o que

---

[17] *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1925. p.11.
[18] *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro, 17 fev. 1928. p.12.

despertou o interesse da empresa e a fez mudar de postura quanto à brincadeira sobre os seus veículos. Isso nos remete ao exemplo dos ranchos, cordões e escolas de samba. Em todos esses casos, os grupos populares neles envolvidos buscaram se aproximar e negociar com as instâncias de poder para garantir a sobrevivência e legitimidade das suas manifestações carnavalescas, antes mal vistas e marginalizadas. O mesmo ocorria com a folia nos bondes da Light, antes visto apenas como algazarra e vandalismo, e apontado pela empresa como responsável por atrasos, acidentes e prejuízos materiais. Dessa forma, ao homenagear os funcionários dos bondes, e, algumas vezes, a própria Light, não estariam os adeptos do carnaval no bonde adotando a mesma estratégia?

De qualquer forma, a Light logo percebeu as vantagens em apoiar e supervisionar a brincadeira nos seus bondes durante os dias de folia. Era, sobretudo, uma maneira de conseguir melhorar sua popularidade, que nunca foi das melhores entre os cariocas, sendo inversamente proporcional à popularidade dos bondes.

Assim, a Light passaria de principal inimiga do carnaval no bonde para a condição de sua principal divulgadora, sobretudo pelas páginas da Revista Light[19], periódico de comunicação institucional da empresa, que a partir da batalha promovida pelos "Apertados", em 18 de fevereiro de 1928 e pelos anos seguintes registraria por meio de textos e imagens o carnaval nos bondes da empresa. O discurso da Light era que o carnaval no bonde, ao homenagear os funcionários da empresa, era uma "expressiva demonstração da sympathia popular pela Companhia"[20], e o reconhecimento da dedicação e qualidade dos serviços prestados, inclusive durante o carnaval. E é justamente nesse

---

[19] A *Revista Light* foi publicada entre os anos de 1928 e 1940 e apesar de ser uma publicação interna, além de assuntos relacionados as atividades da empresa eram também publicados artigos sobre temas diversos como hábitos e costumes cariocas, história, etc. Entre seus colaboradores merecem destaque Di Cavalcanti, J. Carlos, Américo Jacobina Lacombe, Luís Edmundo, Charles Dunlop, entre outros.

[20] *Revista LIGHT*, Rio de Janeiro, Ano I, n.2, mar. 1928. p.12.

aspecto da brincadeira que a Light vai enfatizar na sua cobertura do carnaval no bonde, conforme fica evidente na passagem abaixo:

> *É exacto que essas batalhas são feitas sempre em homenagem especial a determinados conductores e motorneiros veteranos de certas linhas e que assim souberam ganhar a estima dos passageiros habituaes dos carros que conduzem. Esse aspecto merece ser assignalado, pois, é ainda uma lição proveitosa sobre a maneira de tratar o público*[21].

A homenagem aos motorneiros e condutores seria também um "ato de justiça", pois enquanto a população toda se divertia, eles não podiam participar da festa, permanecendo no seu "posto de honra", para garantir a plena diversão de todos[22]. O carnaval no bonde era, para tanto, uma boa propaganda para a Light.

Mas o incentivo institucional não ficou apenas na divulgação da brincadeira. Não demorou muito para que funcionários da Light, com a benção e incentivo dos seus superiores, organizassem diversos blocos e passassem eles mesmos a enfeitar os bondes nos dias de folia. O primeiro desses bondes carnavalescos oficiais sairia já em 1931, "tripulado por funcionários da sede da Rua Larga[23]. No decorrer das décadas seguintes vários outros blocos compostos de empregados da companhia seriam formados e com eles mais bondes ricamente decorados e apinhados de funcionários fantasiados sairiam das oficinas de Triagem, da sede da Rua Larga ou da subestação da Frei Caneca, desfilando pela cidade nos dias de folia, contribuindo para aumentar a animação nas ruas[24]. A companhia ensaiou ainda estender a festa aos ônibus da Viação Excelsior[25], mas tal como aconteceu com os trens a iniciativa não foi bem sucedida.

---

[21] *Revista LIGHT*, Rio de Janeiro, Ano VI, n.62, mar. 1933. p.35.

[22] Ibiden. p.34

[23] *Revista LIGHT*, Rio de Janeiro, Ano IV, n.37, fev. 1931. p.19.

[24] A folia viaja de bonde. *Memória da Light.* Suplemento do Jornal da Light. Rio de Janeiro, ano IV, boletim n.39, jan. 1991.

[25] *Revista LIGHT*, Rio de Janeiro, Ano VI, n.62, mar. 1933. p.35.

Ao longo da década de 1930, com a ajuda da Light, o carnaval no bonde vai se consolidar e garantir o seu espaço dentro do carnaval carioca, disseminando-se por toda cidade. A Revista Light em suas páginas vai destacar, além do bonde de São Januário "que empunha, sem favor, o bastão de *leader* dos bondes foliões"[26], a folia nos bondes da André Cavalcanti, de Ramos, de Cascadura, do Méier, da Penha, da Piedade. Eneida de Moraes em artigo feito para a revista *A Turbina*, também produzida pela Light a partir de 1954, destaca o bonde do Leme como palco de uma das mais importantes batalhas de confete da cidade[27]. Forjava-se nessa época uma tradição que até a década de 1960 seria marcante no carnaval do Rio de Janeiro.

Quanto ao formato, o carnaval no bonde lembrava muito uma outra brincadeira, mais antiga e elitista, da qual os adeptos do carnaval no bonde não podiam participar, apenas contemplar de fora: o corso. Segundo Eneida de Moraes, o corso teria surgido em 1907, quando o ainda pequeno grupo de donos de automóveis existente na cidade, inspirados em um passei de carro que fizeram as filhas do presidente Afonso Pena de um extremo ao outro da Avenida Central, "começaram a ir e vir pela avenida, subindo-a e descendo-a em automóveis, enquanto jogavam de um para outro, serpentinas, confetes e até mesmo esguichadas de lança-perfumes"[28].

A brincadeira elegante e profundamente condizente com o ideal de progresso e modernidade da época, logo virou moda entre a elite carioca e mesmo aqueles que não possuíam automóveis podiam alugá-los especialmente para essas batalhas de confete motorizadas. Longas filas de carros decorados e abarrotados de foliões fantasiados percorriam as grandes avenidas da cidade, descarregando todo o seu "arsenal" carnavalesco nos pedestres e, principalmente nos carros que

---

[26] *Revista LIGHT*, Rio de Janeiro, Ano IV, n.37, fev. 1931. p.19.

[27] MORAES, Eneida de. Carnaval e os bondes. *A Turbina*, Rio de Janeiro, Ano 5, n.56, fev. 1959.

[28] MORAES, Eneida de. História do carnaval carioca. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1958. p.151. Felipe Ferreira, no entanto, vai apontar as batalhas de flores no Carnaval de Nice, depois substituídas por confetes, como a verdadeira inspiração para o corso. FERREIRA, 2004. p.238-239.

vinham em direção contrária. A Avenida Central, principal palco do corso, nos dias de folia chegava a ficar durante grande parte do tempo exclusiva para isso, só sendo liberada a via para os desfiles das Grandes Sociedades na terça-feira e dos grupos populares na segunda, após as 21 horas[29].

As camadas menos favorecidas, excluídas da brincadeira motorizada, contudo, não deixaram passar em branco a novidade e logo se apropriaram dela, adaptando-a as suas condições, tal como fizera antes com outras brincadeiras criadas ou importadas pelas elites, cujo exemplo mais contundente foram as sociedades carnavalescas e seus préstitos, reelaboradas pelos populares na forma de ranchos, blocos e cordões.Nesses termos, tais práticas podem ser enquadradas naquilo que o historiador italiano Carlo Ginzburg chamou de *circularidade cultural*, isto é, o processo de "interligação e reapropriação contínua entre formações culturais de elites e camadas sociais subalternas[30].

Primeiramente trazendo as batalhas de confetes para o chão, com moradores de diversas partes da cidade se organizando e montando coretos com bandas de música, em torno dos quais aconteciam as batalhas e eram distribuídos prêmios aos foliões mais espirituosos, moças mais bonitas, melhor fantasia, bloco mais simpático, etc. Essas batalhas terrestres, que começavam a acontecer semanas antes do carnaval, tornaram-se muito populares na década de 1920, recebendo grande cobertura da imprensa, onde eram anunciadas com antecedência.

Mais tarde, ainda naquela década, os populares vão novamente colocar as batalhas de confete sobre veículos, mas não mais sobre rodas e sim sobre trilhos. Na falta de automóveis, a população carioca tem nos bondes a sua versão para o corso das elites. Assim como no

---

[29] FERREIRA, Felipe. *O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 138.

[30] ARAÚJO JÚNIOR, S.M.; LIMA, H. C.N.; PERES, Olavo Vianna; ANDRADE, M. R.; VIANA, A.C. L. Entre palcos, ruas e salões: processsos de circularidade cultural na música dos ranchos carnavalescos do Rio de Janeiro (1890-1930). *Em Pauta* (UFRGS), v.16, p. 73-94, 2006.

corso, o carnaval no bonde era caracterizado como uma batalha de confete motorizada, que tinha seu ápice no encontro de bondes decorados e apinhados de foliões fantasiados circulando em sentidos contrários.

Vale lembrar, no entanto, que o aparecimento do carnaval no bonde vai coincidir com a decadência do corso, que a partir do final dos anos 1920 enfrentaria dificuldades diversas. Essas, segundo Eneida, iam desde o surgimento de automóveis com capota fixa, mais modernos e menos propícios para aquela forma de brincadeira, cada vez maiores dificuldades de tráfego e o alto custo da gasolina[31]. Felipe Ferreira acrescenta ainda a gradual desinteresse da alta burguesia por aquela forma de brincar o carnaval[32]. Teria sido a popularização do corso na forma do carnaval nos bondes contribuído para esse desinteresse? Talvez em parte, se levarmos em consideração que, conforme Felipe Ferreira, um dos motivos mais importantes para a participação das elites no carnaval de rua brasileiro desde meados do século XIX era ver e ser visto[33], além de marcar a distância da condição social deles para o povão em geral.

De qualquer forma, em fins da década de 1930, o corso desapareceria do carnaval carioca, conforme lamentava Eneida, que mesmo tendo escrito sobre o carnaval no bonde, não enxergava nele continuidade alguma com o corso carnavalesco. A ligação entre o elegante corso e o popular carnaval no bonde nos parece, no entanto, evidente, sendo o primeiro a fonte de inspiração do segundo. E mesmo o bonde não representando mais, nessa época, um símbolo do progresso e da modernidade – sendo inclusive já alvo de críticas[34] - a apropriação desse meio de transporte pelo povo para a criação de uma nova ma-

---

[31] MORAES, Eneida de. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1958. p.153.

[32] FERREIRA, Felipe. *O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 244.

[33] Ibidem. p.237.

[34] O Plano Agache elaborado no final da década de 1920 já sugeria inclusive a necessidade de se suprimir a maior parte dos bondes da cidade que atrapalhavam o trânsito e cuja velocidade já não seria mais satisfatória. SILVA, 1992. p.80.

nifestação carnavalesca, teve a mesma importância e significação que teve o surgimento do corso vinte anos antes. Isto é, a incorporação de avanços tecnológicos e da modernidade aos festejos de Momo. O que ajuda a explicar o sucesso e rápida disseminação, tanto do corso como do carnaval no bonde, na época de seus respectivos surgimentos, da mesma maneira que as inovações tecnológicas e efeitos especiais apresentados hoje nos desfiles das grandes escolas de samba encantam o público e logo são copiadas pelas outras agremiações nos desfiles dos anos seguintes.

Porém, enquanto o corso se extinguia, a folia nos bondes decorados com faixas, estandartes, cortinas de serpentinas ou enormes máscaras, com foliões fantasiados em pé nos bancos, estribos, até no teto dos carros, tocando freneticamente a campanhia, com suas batalhas de confete, homenagens a condutores e motorneiros e distribuição de prêmios, duraria até a década de 1960, quando também desapareceriam os bondes. Esse corso popular durante mais de 35 anos foi presença marcante no carnaval assim como os bondes eram na vida do carioca. Não é de se admirar, portanto, que até no célebre filme *Orfeu Negro*[35], com sua visão, ainda que estereotipada, sobre o Brasil e sua cultura, o protagonista fosse um motorneiro de bonde e o carnaval no bonde fosse devidamente registrado em uma das cenas desse filme.

Um último aspecto da relação dos bondes com o carnaval carioca merece ser ainda mencionado: a música. Apesar de desde o início do século XX, ser possível encontrar músicas tratando dos bondes, segundo José Ramos Tinhorão, é a partir da década de 1930 que elas ganham "constância matemática" na música popular[36]. É também nessa época que surge e se consolida o carnaval no bonde, o que nos faz pensar que, mais que apenas uma coincidência, a valorização do bonde como tema de sambas e marchinhas, foi também um reflexo da participação dos bondes no carnaval carioca.

---

[35] Produção ítalo-franco-brasileira de 1959, dirigida por Marcel Camus e adaptada da peça Orfeu da Conceição de Vinícius de Moraes. Ganhadora do Oscar de melhor filme estrangeiro em 1960.

[36] TINHORÃO, J. Ramos. 50 anos de bondes na música popular. *O Cruzeiro*. Edição comemorativa do IV Centenário. Rio de Janeiro, p.67-71, nov. 1965.

Coincidência ou não, o fato é que até a década de 1960, quando, à exceção de Santa Teresa, os bondes deixaram de circular pela cidade, foram compostas dezenas de músicas tendo o bonde como tema, revelando, segundo Eneida, "o amor e a importância dos carnavalescos pelos bondes[37]. Cenas do cotidiano dos bondes e seus usuários, romances e desilusões amorosas tendo o bonde como pano de fundo, além de homenagens, sátiras e críticas aos condutores, motorneiros e à Light serviram de inspiração para compositores de sucesso como Eduardo das Neves, Lamartine Babo e Noel Rosa.

Segundo levantamento feito por Ramos Tinhorão, no período de 1927 a 1962, pelo menos 35 composições tiveram os bondes como fonte de inspiração[38]. E algumas delas se tornaram verdadeiros clássicos da música popular como a marcha de Alvarenga e Ranchinho do ano de 1937 "Seu condutor" e o famoso samba de 1941, "O bonde de São Januário", composto por Wilson Batista e Ataulfo Alves, cuja primeira versão, exaltando a malandragem, foi modificada após pressão do Estado Novo tornando-se um hino de louvor ao trabalho[39]. Essa última é também mais um exemplo de como a popularidade dos bondes junto à população serviu, pelo viés carnavalesco, para fins de propaganda, só que dessa vez, estatal.

Com a extinção do serviço de bondes em 1968, então vistos pelo poder público como um obstáculo ao progresso e também devido a pressões de grupos ligados ao setor automobilístico, desaparece o carnaval no bonde, que durante mais de três décadas foi presença marcante no carnaval carioca. O que de certo contribuiu para o gradual enfraquecimento do carnaval de rua no Rio de Janeiro verificado a partir daquela década.

Não é, portanto, de se admirar que, com a revitalização do carnaval de rua que vem ocorrendo desde o final da década de 1990 e que pode ser comprovada pelo sucesso anual de blocos como o *Suvaco*

---

[37] MORAES, Eneida de. Carnaval e os bondes. *A Turbina*, Rio de Janeiro, Ano 5, n.56, fev. 1959.

[38] TINHORÃO, op. cit. p. 67-71

[39] SOIHET, Raquel. *A subversão pelo riso.* Uberlândia:EDUFU, 2008. p. 139.

de Cristo, *Simpatia é quase amor,* além do tradicional *Cordão da Bola Preta*, haja novamente espaço para que bondes e carnaval voltem a se misturar. E eis que ressurge no início do século XXI, no seu último reduto na cidade, o bairro de Santa Teresa, o carnaval no bonde, por iniciativa do bloco *Céu na Terra*, que fazendo circular o seu *Bonde da Folia* resgatava a antiga tradição. Não seriam os únicos.

Infelizmente um grave acidente em 2011 paralisou o serviço que só retornou no fim de 2015 e no carnaval do ano seguinte, os integrantes do Céu na Terra não puderam fazer o uso do transporte nos seus festejos carnavalescos[40]. Se a retomada do carnaval no bonde vai ter continuidade e conseguir reviver os dias de glória desse veículo na folia carnavalesca, só o tempo dirá...

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. Acabou-se o din din seu condutor. *Correio da manhã.* Rio de Janeiro, 09 mar. 1963. 2° Caderno. p.9.

ARAUJO JUNIOR, S. M.; LIMA, H. C. N.; PERES, Olavo Vianna; ANDRADE, M. R.; VIANA, A. C. L.. Entre palcos, ruas e salões: processos de circularidade cultural na música dos ranchos carnavalescos do Rio de Janeiro (1890-1930). *Em Pauta* (UFRGS), v. 16, p. 73-94, 2006.

BILAC, Olavo. *Obra Reunida.* Organização e introdução de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 435-439.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Dunlop. *Apontamentos para a história dos bondes no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1953.

---

[40] LOUREIRO, Cissa. Céu na Terra reuniu 8 mil foliões em Santa Teresa. O Globo, Rio de Janeiro, 30 jan. 2016. Carnaval 2016. Disponível em: HTTPS://oglobo.globo.com/rio/carnaval/2016/ceu-na-terra-reuniu-8-mil-folioes-em-santa-teresa--18575933#ixzz4tzaMRZ99. Acesso em: 25 set 2017.

FERREIRA, Felipe. *O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, ano XXVI, n.27, 12 fev. 1926. p.13.

___. Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 43, 19 fev. 1925. p.11.

___. Rio de Janeiro, ano XXXVII, n.33, 17 fev. 1928. p.12.

LOUREIRO, Cissa. Céu na Terra reuniu 8 mil foliões em Santa Teresa. O Globo, Rio de Janeiro, 30 jan. 2016. Carnaval 2016. Disponível em: HTTPS://oglobo.globo.com/rio/carnaval/2016/ceu-na-terra-reuniu-8-mil-folioes-em-santa-teresa-18575933#ixzz4tzaMRZ99. Acesso em: 25 set 2017.

MORAES, Eneida de. Carnaval e os bondes. *A Turbina,* Rio de Janeiro, Ano 5, n. 56, P.5-11, fev. 1959.

___. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1958.

ORFEU Negro. Direção de Marcel Camus. [S.I.]: Dispat Films; Gemma Cinematográfica; Tupan Filmes, 1959. 1 DVD (90 min.). Tela Cheia 4:3, colorido. Distribuído por Versátil Home Vídeo.

Revista LIGHT, Rio de Janeiro, Ano I, n.2, mar. 1928. p.12.

___. Rio de Janeiro, Ano IV, n.37, fev. 1931. p.19.

___. Rio de Janeiro, Ano VI, n.62, mar. 1933. p.35.

SILVA, Maria Laís Pereira da. *Os Transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos*.1ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes do Rio de Janeiro/Divisão de editoração, 1992.

SOIHET, Raquel. Reflexões sobre o carnaval na historiografia – algumas abordagens. *Tempo,* Niterói, v.4, n.7, Jul 1999. Disponível em http://www.historiauff.br/artigos_livres/artg7-8.pdf, Acesso em 31 ago 2017.

___. *A subversão pelo riso.* Uberlândia: EDUFU, 2008.

TINHORÃO, José Ramos. 50 anos de bondes na música popular. *O Cruzeiro*. Edição comemorativa do IV Centenário. Rio de Janeiro, p.67-71, nov. 1965.

Resumo

O presente artigo relata a utilização de bondes no carnaval do Rio de Janeiro no final do século XIX até a primeira metade do século XX. Primeiramente, os bondes eram utilizados por populares para o deslocamento até o centro da cidade. Depois de algum tempo, Light, responsável pelos bondes na cidade começou a patrocinar concurso para eleger o bonde mais enfeitado.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, carnaval, bonde.

Abstract

This article reports the use of trams in the Carnival in Rio de Janeiro in the late 19th century until the first half of the 20th century. First, the trams were used by popular for the offset to the center of the city. After some time, Light, responsible for trams in the city began to sponsor contest to elect the tram snazzier.

Keywords*: Rio de Janeiro, Carnival, tram.*

Recebido em 29 de março de 2017. Aprovado em 15 de outubro de 2017.

BATUCADA À MEIA NOITE: WALT DISNEY NA "SAMBA SCHOOL" DA PORTELA

Pablo Santos Ribeiro Hernandez[1]

Disney e a Política da Boa Vizinhança.

Em 17 de agosto de 1941 Walt Disney desembarcou no Rio de Janeiro. Vinha incumbido pelo governo norte-americano da missão de auxiliar no estreitamento de laços com o Brasil e atuar como divulgador da Política Boa Vizinhança. Veio acompanhado de parte dos melhores artistas de seu estúdio. Veio para fazer cinema.

Podemos apontar vários motivos para esta expedição de Disney à América do Sul (o animador visitaria ainda a Argentina e o Chile), mas é certo que a viagem esteve totalmente associada a uma intenção clara do governo estadunidense de efetivar uma maior proximidade cultural dos países latino-americanos e Disney foi uma escolha especial do OCIAA *(Office of the Coordinator of Interamerican Affairs)*, agência criada para articular essa aproximação entre os EUA e os países da América Latina.

A política da Boa Vizinhança foi implementada durante os governos do presidente Franklin Delano Roosevelt[2] nos Estados Unidos (1933 a 1945). Se configurou como uma estratégia de relacionamento com os países latino-americanos na qual se abandonava a

---

[1] Mestre em História pelo PPGH-UNIRIO e Doutorando em História pelo PPGH-UNIRIO.

[2] Político do Partido Democrata, foi o 32.° presidente dos Estados Unidos(1933-1945), cumpriu quatro mandatos e morreu durante o último. Durante sua estada na Casa Branca, teve de enfrentar o período da Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Em seu mandato procurou modificar as relações diplomáticas com a América Latina na chamada Política da Boa Vizinhança, como será descrito adiante.

prática intervencionista que prevalecera nas relações dos EUA com esses países desde o final do século XIX. Com essa mudança, passaria a ser privilegiada a negociação diplomática e a colaboração econômica e militar com o objetivo de impedir a influência europeia na região (notadamente havia a preocupação com os avanços do nazismo e o comunismo). Principalmente, era necessário manter e ampliar a liderança norte-americana nas Américas[3]. Dentro dessa política, existia a ideia de que seria imprescindível um estreitamento de laços em termos culturais também. Era preciso garantir um alinhamento com os países latinos em termos ideológicos e em termos de referencias culturais e sociais, de modo que essa confluência impedisse que outras visões de mundo e outras culturas pudessem penetrar nas mentes e corações latino-americanos[4]. Importante ressaltar que em meio a esse contexto, em 1939 inicia-se a Segunda Guerra Mundial, agigantando assim a necessidade dos EUA consolidarem laços firmes com os países latino--americanos, mantendo a América como território livre de influência do Eixo nazifascista.

Foi o próprio presidente Franklin Delano Roosevelt, que indicou[5] o nome de Disney a Nelson Rockefeller[6], diretor do já mencionado OCIAA.Diane Disney Miller, filha do cineasta, relata[7] que Rockfeller pediu em nome do Governo dos EUA que Disney fizesse um giro pela América do Sul especificamente como um "Embaixador da

---

[3] TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra.*São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p 186.

[4] MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana.* São Paulo: Brasiliense, 1985. Tudo é História. p 48.

[5] GABLER, Neal. *Walt Disney: O Triunfo da Imaginação Americana.* Osasco, SP: Novo Século Editora, 2013. p.426.

[6] Empresário americano, filantropo, funcionário público e político. Um membro da poderosa família Rockefeller, atuou no governo do presidente Franklin Roosevelt comandando o programaem relação a América Latina, se tornando diretor do OCIAA.Tempos depois se tornou governador de Nova Iorque (1959-1973) e vice-presidente dos Estados Unidos (1974-1977), no governo do presidente Gerald Ford.

[7] MILLER, Diane Disney. *A História de Walt Disney.* São Paulo,Editora Vecchi,1960.p.152.

Boa Vontade". Ela aponta que um dos argumentos para convencê-lo fora que os seus filmes eram muito populares na região. Outra questão apresentada para convencer Walt Disney teria sido, segundo sua filha, que sua visita poderia ajudar a combater certa influência nazista na América do Sul.Neste sentido, Rockfeller encontrou em Disney um grande defensor de sua iniciativa de utilizar o cinema como parte da campanha da boa vizinhança para a América Latina, disposto a fazer parte de um projeto que difundisse o cinema estadunidense e auxiliasse os esforços de guerra norte-americanos[8]. Em junho de 1941, o OCIAA aprovou a viagem de boa vontade de Walt Disney pela América Latina[9]. Desse modo,Walt e seus artistas deveriam visitar Rio de Janeiro, Buenos Aires e outras localidades no continente estudando e pesquisando os costumes e culturas dos países visitados para usar em uma série de filmes. Disney realizaria filmes contendo temáticas latino-americanas e se utilizando de temas, influências e ideias advindas de sua incursão na América do Sul. Ao mesmo tempo, os artistas deveriam servir de embaixadores da boa vontade estadunidense para com os países latino-americanos, fazendo contatos profissionais com outros famosos desenhistas, pintores, músicos e cineastas destes países, além de efetuar encontros com autoridades governamentais. A intenção era transformar a indústria cinematográfica, a fim de aprofundar os laços de amizade com os latinos e fazer da Política da Boa Vizinhança um grande sucesso de bilheteria.

No Rio de Janeiro entre sambas e sambistas.

A viagem de Disney ao Brasil teve inúmeros eventos e implicações. Vamos nos ater a uma questão que foi importantíssima para o trabalho artístico de Disney, para Política da Boa Vizinhança e, sobretudo, uma questão que nos exemplifica as diversas demandas existentes no Brasil acerca da identificação do país e sua gente no estrangeiro: a música.

---

[8] TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra.*São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p 47.

[9] BARRIER, J. Michael.*The Animated Man: A life of Walt Disney.*Califórnia, University of California Press, 2007.p 76.

Disney e sua equipe de artistas desembarcam no Brasil primeiramente em Belém do Pará no dia 16 de agosto de 1941. Ele esteve em um jantar no restaurante do hotel, no qual uma banda no local tocava uma seleção de músicas norte-americanas e sul-americanas. Uma música em especial despertou a atenção de Walt Disney. Era o samba "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso[10], uma canção do chamado "samba-exaltação", estilo dito mais sofisticado, que exaltava as qualidades e a grandiosidade do país e por essa razão se coadunava com a política cultural nacionalista do Governo Vargas. O cineasta estadunidense teve uma impressão bastante positiva da música e essa boa impressão inicial iria permanecer e aumentar a medida que Disney fosse conhecendo mais a música brasileira. Ele seguiu com sua equipe no dia seguinte para o Rio de Janeiro, cidade onde iria concentrar seus esforços artísticos.

Logo na primeira reunião depois da chegada ao Rio de Janeiro a equipe chegou a conclusão de que era necessário incorporar o samba aos filmes sobre o Brasil.Inicialmente, segundo o planejamento, a ideia era utilizar música erudita brasileira. Walt havia se encontrado com Villa-Lobos[11] e com outros compositores como Hekel Tavares[12], discutindo a possibilidade de um "Fantasia"[13] à brasileira, como um

---

[10] Compositor brasileiro de música popular, mais conhecido como autor de Aquarela do Brasil, foi também indicado ao Oscar de melhor canção original com a música "Rio de Janeiro" do filme "Brasil" (1944).

[11] Heitor Villa-Lobos foi um maestro e compositor brasileiro considerado o maior expoente da música do modernismo no Brasil, compondo obras que contém nuances das culturas regionais brasileiras, com os elementos das canções populares e indígenas.

[12] Foi um compositor, maestro e arranjador brasileiro. Seu maior interesse era a música popular, principalmente a que vinha dos cantadores de desafios e dos reisados.Foi muito influenciado pelo movimento modernista e criou um tipo de música situado na fronteira do erudito e do popular.

[13] Animação produzida pela Walt Disney Pictures em 1940. É o terceiro filme de animação dos estúdios Disney e consiste de oito segmentos animados acompanhados cada um de músicas clássicas conduzidas por LeopoldStokowski, sete deles foram apresentados pela Orquestra de Filadélfia. Nele Disney tentava ampliar o conceito de animação como arte e sua divulgação era um ponto importante da viagem à América do Sul.

curta metragem. Contudo, a partir do momento da chegada de Disney ao Brasil, Walt e a sua equipe estavam fascinados pela música popular brasileira, principalmente com ritmo do samba. O samba estava em todo lugar: nas ruas, no rádio e nas festas[14].

Charles Wolcott[15], membro da equipe responsável pelas musicas, dedicou então a maior parte de seu tempo visitando shows e apresentações de samba por intermédio dos quais entrou em contato com importantes músicos brasileiros como Dorival Caymmi[16], Silvio Caldas[17], Radamés Gnattali[18] e com o compositor cuja canção havia chamado tanto a atenção de Walt Disney, Ary Barroso[19].

No dia 21 de agosto o jornal, “A Manhã” [20] publicou uma entrevista concedida por Walt Disney para Vinicius de Moraes[21]. “Uma Tarde Com Walt Disney: Fundamentos de sua estética e seu trabalho”

---

[14] IAA 41-06-21 página 23

[15] Era responsável pela parte musical. Wolcott havia deixado seu trabalho no rádio para ingressar no estúdio Disney. Era compositor e atuava como maestro.

[16] Foi um cantor, compositor, violonista, pintor e ator brasileiro. O primeiro grande sucesso “O que é que a baiana tem?” cantada por Carmen Miranda em 1939 não só marca o começo da carreira internacional da Pequena Notável vestida de baiana, mas influenciou também a música popular dentro do Brasil.

[17] Foi um cantor e compositor, consagrou-se como um dos grandes cantores brasileiros.

[18] Arranjador, compositor e instrumentista brasileiro. Durante trinta anos trabalhou como arranjador na Rádio Nacional. Foi o autor da parte orquestral de gravações célebres como a do cantor Orlando Silva para a música Carinhoso, de Pixinguinha e João de Barro e da gravação original de Aquarela do Brasil de Ary Barroso.

[19] Compositor brasileiro de música popular, mais conhecido autor de Aquarela do Brasil. Foi também indicado ao Oscar de melhor canção original com a música "Rio de Janeiro" do filme "Brasil" (1944).

[20] A MANHÃ.Rio de Janeiro, 21 ago. 1941, página 08.

[21] Foi um diplomata, dramaturgo, jornalista, poeta e compositor brasileiro. Sua obra é vasta, passando pela literatura, teatro, cinema e música. No período da visita de Walt Disney ao Brasil, Vinícius se dedicava a diversas atividade relacionadas com o Cinema, sendo crítico de cinema no jornal "A Manhã" e colaborador da revista especializada "Clima".

foi o título dado.Vinicius então narra seu primeiro encontro com Disney que havia se dado no dia anterior a entrevista, quando Disney fora escutar músicas brasileiras nos estúdios do Rádio Club. Vinicius perguntou se Disney já havia entrado em contato com a música brasileira e se algo havia agradado aos seus ouvidos. Disney respondeu que o contato não havia sido direto ainda e que iria buscar influências no samba e na música regional. Vinicius aconselhou Disney a, quando estivesse em São Paulo, visitar a discoteca do Departamento de Cultura, organizada por Mario de Andrade[22], que segundo ele era o homem que mais conhecia música no Brasil. Após a entrevista, Vinicius registrou que Disney foi ouvir músicas brasileiras tocadas pela orquestra do Radio Club e chamou sua atenção o fato de Disney pedir para repetir seguidamente "Aquarela do Brasil". Disney se mostrou bastante satisfeito com a canção e suas possibilidades, na conjunção com os seus desenhos, como uma aquarela de cores e sons.

No dia 22 de agosto foi apresentada uma "Noite Brasileira" em homenagem à Disney no Cassino da Urca. Um grande banquete oferecido por Lourival Fontes, diretor no Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, responsável pelo controle cultural no Estado Novo varguista. A noite correu com a apresentação de um show dito "tipicamente brasileiro", com a reconstituição do quadro "Três Raças Tristes" que havia feito sucesso na revista "Joujoux e Balangandans". Participariam do show artistas como Madeleyne Rosay[23],Candido Botelho[24], Trio de Ouro[25], Linda Batista[26],Virginia Lane[27], Grande Ote-

---

[22] Foi um poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista, ensaísta brasileiro. Ele foi um dos pioneiros da poesia moderna brasileira e exerceu uma grande influência na literatura moderna brasileira. Como ensaísta e estudioso—foi um pioneiro do campo da etnomusicologia—sua influência transcendeu as fronteiras do Brasil.

[23] Cantora brasileira.

[24] Famoso cantor de música popular brasileira da época.

[25] Conjunto vocal brasileiro formado por Herivelto Martins em 1937.

[26] Cantora Brasileira, estrela do Cassino da Urca no período.

[27] Atriz, cantora e vedete brasileira. Recebeu o título de "A Vedete do Brasil", dado pelo Presidente Getúlio Vargas.

lo[28], Russo do Pandeiro[29], Dalva de Oliveira[30], e Emília Borba[31]. A direção do show caberia a Luiz Peixoto[32]. Participaram do banquete, autoridades, jornalistas e representantes da impresa norte-americana.

A organização de uma "Noite Brasileira" por parte de Lourival Fontes aponta para uma disposição de tentar fazer com que o artista observasse manifestações artísticas e culturais que fossem merecedoras de uma chancela governamental. O evento, desta forma, apresentaria a Walt Disney o que o Estado Novo estava selecionando como próprio pra ser apresentado como cultura brasileira aos EUA e aos outros países que futuramente assistiriam as películas de Disney. Claro que era preciso uma negociação de termos. Os artistas deveriam refletir a cultura popular brasileira, mas uma cultura que teria passado pela "filtragem" do governo e seria apropriada para caracterizar o país internacionalmente. O dito "samba de salão" era o que se queria que Disney identificasse como genuinamente brasileiro e transpusesse como cultura nacional em seus filmes.

O jornal "Diário da Noite" [33] do dia 25 de agosto de 1941 relata um fato que é de grande importância para compreendermos as múltiplas tensões entre as possíveis caracterizações do samba e do Brasil. Esse fato é a visita de Disney à Escola de Samba Portela, na noite anterior. A reportagem leva o título de "Walt Disney e a Gente do Morro - A estrada do Portella". Nela é narrada a incursão de Disney à

---

[28] Ator, comediante, cantor, escritor e compositor brasileiro. Artista de cassinos cariocas e do chamado teatro de revista. Participou ainda de diversos filmes brasileiros de sucesso.

[29] Famoso compositor e percussionista brasileiro.

[30] Famosa cantora do Brasil ganharia o título de Rainha do Rádio. Foi também casada com o cantor e compositor Herivelto Martins, e participou do Trio de Ouro.

[31] Uma das mais populares cantoras brasileiras. No período estava em fase de ascensão. Seria mais tarde coroada Rainha do Rádio e alcançaria sucesso nacional.

[32] Letrista, teatrólogo, poeta, pintor, caricaturista e escultor brasileiro. Foi um dos nomes mais importantes do teatro de revista do Brasil, tendo produzido mais de cem peças do gênero.

[33] DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 25 ago. 1941, página 2.

Escola de Samba e o encontro dele com Paulo da Portela[34], afirmando que o estadunidense demonstrou estar muito contente e satisfeito com o que observava no terreiro e com as músicas que ouvia. O jornal "A Manhã"[35] também noticiou o fato, afirmando que Disney "bebeu a melodia do povo na sua fonte mais pura". A reportagem lamenta o pouco apoio que se dava às Escolas de Samba e outras organizações populares e que era necessário dar-lhes "certo sentido social", pois a carência material das Escolas de Samba era algo lamentável. A reportagem lamenta que, na visita de Walt Disney esta falta de estrutura possa ter atrapalhado o trabalho artístico do cineasta. Afirma repetidamente que era imperativo que as Escolas de Samba tivessem amparo para aproveitar o brilhante material humano que ali se encontrava. Destaca ainda o desempenho de Paulo da Portela à frente da bateria, performance esta que teria deixado Disney encantado, levando este a dar um abraço em Paulo, cumprimentando-o pelo seu desempenho. A reportagem relata que existiriam inúmeros "Paulos da Portela" pelos morros do Rio de Janeiro que precisariam ser auxiliados. Caberia aos organismos de defesa artística elaborar alguma forma de permitir-lhes desempenhar sua arte e mostrar seu talento. Termina afirmando contundentemente que "O morro também deixou de ser um caso de polícia.".

Ainda sobre a visita de Disney à Portela, mas com percepção oposta, a revista "A Cena Muda" em sua edição de setembro de 1941, publicou um artigo intitulado "Walt Disney na costa d'África" [36], escrito por Renato de Alencar[37]. Neste artigo, o autor relata que Walt Disney, acompanhado de seus artistas teria saído do Copacabana Palace direto a um "batuque em Madureira". Seria esta a primeira visita

---

[34] Sambista e compositor, Paulo da Portela fundou com Antônio Caetano e Antônio Rufino dos Reis, o *Conjunto Oswaldo Cruz*, que depois foi renomeado para *Quem nos Faz é o Capricho*, *Vai Como Pode* e, finalmente GRES Portela, em referência à Estrada do Portela.

[35] A MANHÃ.Rio de Janeiro, 25 ago. 1941, página 5.

[36] ALENCAR, Renato de. *Walt Disney na costa d'África.*Cena Muda,Rio de Janeiro, p.5, 02 set. 1941.

[37] Renato de Alencar foi colaborador, redator chefe por duas vezes de Scena Muda e Secretário Geral da Companhia Editora Americana.

do cineasta a uma Escola de Samba. O autor considera a Escola de Samba um esquisito fruto da nossa evolução social, um ambiente inapropriado para Disney. Alencar, que considerava a Escola de Samba a "Embaixada do Morro", tece algumas considerações sobre esta incursão da Disney à Escola de Samba da Portela. Afirma que apesar de compreender que o samba é uma característica brasileira interessante para os estrangeiros, ficava estupefato com a maneira com que os brasileiros costumavam apresentá-lo a pessoas ilustres como Walt Disney. Demonstrava Renato de Alencar estar extremamente incomodado com o fato de Disney ter sido apresentado a este, segundo ele, "africanismo deprimente" que permeia o Brasil. Advogava que todas as grandes cidades teriam algo de exótico e pitoresco e que tudo residia na maneira específica com isto seria apresentado ao visitante ilustre. O autor considerava que tais traços socioculturais por ele indesejados deveriam ser apresentados de uma maneira organizada, categorizada e ressignificada, se afastando da forma que tais manifestações ocorrem naturalmente.

Para reforçar seu argumento, o autor diferencia o samba em duas grandes categorias: o "de morro" e o "de arte". Ao primeiro, que envolve "batucada, dança litúrgica bárbara e sensual", Alencar não atribui beleza nenhuma, uma vez que é para ele "monótono e triste como todo produto de povos torturados e incultos". O samba "de arte", por sua vez seria influenciado pelos "mais altos pendores líricos" com a participação de "inteligências apuradas nas letras e nas músicas".

Nesta diferenciação Renato de Alencar deixa evidente o que ele considerava que deveria ou não ser mostrado para Disney. O samba do morro era para ele feio, cheio de traços africanos, de referências aos orixás, simbolizava um Brasil pobre e atrasado. O "samba dos salões", "de arte", era algo que ele considerava como a característica exótica do Brasil ressignificada, adaptada a vivência por ele considerada culta e civilizada e por isso digno de ser apresentado ao famoso visitante. Para ele o samba "de arte" era o que poderia realmente levar a etiqueta *"Made in Brasil"* e ser apresentado sem receios a qualquer estrangeiro.

Seguindo esta linha de raciocínio, Renato Alencar se mostra contrariado pelo fato de não terem evitado que Disney observasse o espetáculo da "batucada, grotesca, selvagem e senegalesca", em suas palavras, e se faz um questionamento: o que aconteceria caso Disney resolvesse realmente se inspirar no que havia visto na Portela para seus filmes sobre o Brasil? Agradaria ao brasileiro se o cineasta norte-americano fizesse a transposição para a tela de tais influências? O autor do artigo afirma que não.

Ressaltando o caráter inventivo de Walt Disney aponta que a Portela certamente havia lhe despertado ideias. Fazendo um paralelo com o filme "Fantasia", que era a produção mais comentada de Disney na época, Alencar indica a possibilidade de Disney pensar em tipo de "Fantasia" "à brasileira" com os batuques da Escola de Samba. Tal pensamento não era completamente errado uma vez que Disney realmente procurou firmemente bases musicais e se inspirou muito nos processos de "Fantasia". O que é realmente marcante é o temor demonstrado por Alencar que Disney fizesse um filme contendo aquela que para ele era uma "detestável exibição de negros e cabrochas sensuais".

Por fim, Alencar afirma que isso iria era causar um grave problema para o próprio Disney, fruto de uma própria incoerência brasileira. Explica: Uma vez que o estúdio Disney apresentasse um filme sobre o Brasil mostrando a Escola de Samba, os negros e mulatos dançando, o batuque, o samba com elementos africanos, os mesmos indivíduos que festejam a viagem de Walt Disney e o aclamam como grande artista, o chamariam de ingrato e mal-agradecido, por ter sido tão bem recebido em terras brasileiras e ter dado como paga esta caracterização nefasta do Brasil. Segundo o autor do artigo, Disney seria acusado de ter "inventado" para o país esse Brasil africanizado, mas a culpa caso tal desastre viesse a acontecer era mesmo de quem o havia levado para a Portela, fato que Disney não poderia apagar de sua mente para se concentrar em elementos mais edificantes do Brasil, como O Guarani, por exemplo.

Destaca-se neste artigo a visão bastante negativa do fato de Disney ter ido a uma Escola de Samba. É ironizado também o encontro de Disney com um "desses bambas" que acrescentariam analfabetismo "por simples contágio". Demonstra-se uma percepção, do autor e da publicação de que havia uma parte do Brasil, ou pelo menos uma parte da cultura brasileira que era digna de vergonha, não deveria ser mostrada para nenhuma personalidade célebre, muito menos para um estrangeiro. Essa parte deveria ser escondida sempre e se fosse necessário, substituída por uma versão sua controlada, adaptada para que o olhar de fora não percebesse o Brasil como uma nação não civilizada.

Neste sentido o "samba de salão", artístico era tolerado, o do morro, não. Outro ponto importante é que a maior parte dos aspectos negativos vistos pelo autor do artigo no samba eram referentes as heranças da África. Os negros são tratados com desdém, o batuque é sinal de barbárie e o culto aos orixás é algo abominável. Levanta a possibilidade de compreensão de que na percepção de Alencar o Samba precisaria se ver livre destes elementos, purificado de certo modo. E assim e somente assim estaria apto a ser apresentado aos olhares de Disney e qualquer outra figura de importância.

O artigo demonstra uma noção, calcada nesta percepção de que certos elementos deveriam ficar escondidos, de uma espécie de "cultura de exportação" no qual o samba que poderia ir para o estrangeiro, aparecer no filme de Disney e simbolizar o Brasil e o Rio de Janeiro jamais poderia ser o samba do morro, dos negros. Este tipo deveria ficar escondido, restrito a certas áreas e públicos. O samba que levaria a chancela do Brasil, que representaria a pátria mundo afora teria que ser o samba artístico, com letras e harmonias construídas pela intelectualidade, do qual se retiraria ao máximo os traços de africanismos.

Podemos perceber que havia uma discordância significativa acerca do valor da cultura popular e especificamente da Escola de Samba para o Brasil e com relação ao caso em si, se seria apropriado ou não permitir que Disney visualizasse este aspecto das manifestações artísticas nacionais. Percebe-se que tanto pela carência de estru-

tura ou mesmo pelos traços oriundos da África, os elementos presentes na Escola de Samba são percebidos como algo que deveria passar por uma espécie de "triagem" antes de serem apresentados à Disney. A percepção de Renato de Alencar é radical no sentido de que este não seria o "Samba tipo exportação". No dia 26 de agosto de 1941 o "Diário da Noite" [38] informa na coluna social "½ Noite no Rio" que Disney afirmava que seguiria neste mesmo dia para a cidade de São Paulo. Dizia ainda o artista que as noites no Cassino da Urca e na Portela deixaram uma ótima impressão do Rio. Em seus relatos posteriores[39] Disney afirma que a visita à "*Samba School*" foi algo "*wonderfull*" e que ficara encantado com a melodia e o ritmo do samba do morro.

As noites de Samba de Disney

Analisando as questões por trás da apresentação no Cassino da Urca, das interações com os músicos brasileiros e da visita de Disney à Portela, podemos refletir que era importante para diversos segmentos internos do Brasil tentar de certa maneira controlar alguns aspectos da produção da imagem do Brasil, neste caso específico a imagem que seria veiculada nos filmes de Disney. Nesse sentido, a definição de qual samba seria "produto de exportação" era um ponto de cabal importância. Afastar o artista estadunidense de qualquer influência que pudesse provocar uma ideia de apresentar o "samba do morro" como uma expressão genuinamente brasileira erademanda de parte da intelectualidade e do governo nacional.

Disney se dispôs a pesquisar a fundo (tanto quanto pode) as múltiplasexpressões do samba e sua importância na cultura brasileira. De Ary Barroso a Paulo da Portela procurou percorrer e compreender as variantes do samba e suas conexões culturais com a cidade e com o povo. Decidiu sem muitas dúvidas que esse seria o ritmo representativo do Brasil em seus filmes e se esforçou para tentar captar as nuances e minúcias que o mundo do samba possuía no Rio de Janeiro.

---

[38] DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 26 ago. 1941, página 11.

[39] DIÁRIO CARIOCA.Rio de Janeiro, 18Jan . 1946, página 8.

Contudo, em parte pelas demandas da Política da Boa Vizinhança que tinha como um de seus desígnios não desagradar os "irmãos" latino-americanos[40], sobretudo suas elites econômicas, políticas e intelectuais, em parte pela própria percepção artística que acabou construindo, Disney fez opção pelo "samba exaltação" Aquarela do Brasil para integrar sua sequencia animada sobre o Brasil no filme "Alô Amigos". Não foi desta vez que o "samba do morro" se viu representando a genuína expressão musical da nação, mas era inegável nesse momento a máxima importância do ritmo que se consolidava como símbolo do Rio de Janeiro e do Brasil.

Referências bibliográficas

BARRIER, J. Michael.*The Animated Man: A life of Walt Disney.*Califórnia, University of California Press, 2007.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira (1822 – 1985).*São Paulo: Ed. Ática, 1986.

COX, Robert W. *Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: Um ensaio sobre o método* In: Gill, Stephen (org) Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.

GABLER, Neal. *Walt Disney: O Triunfo da Imaginação Americana.* Osasco, SP: Novo Século Editora, 2013.

KAUFMAN, J.B. *South of the Border With Disney: Walt Disney and the Good Neighbor Program, 1941-1948.*Disney Editions, 2009.

McCANN, Frank D. *Aliança Brasil - Estados Unidos (1937-1945).* Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

MILLER, Diane Disney. *A História de Walt Disney.* São Paulo,Editora Vecchi,1960.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 à 1942.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

---

[40] MOURA, Gerson. *Sucesso e ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

___.*Sucesso e ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

___.*Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana.* São Paulo: Brasiliense, 1985. Tudo é História.

SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite (org.). *A quarta dimensão das relações internacionais: A dimensão cultural.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra.*São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Fontes

Séries Documentais

Arquivos relativos ao Brasil do *OCIAA* (Office oftheCoordinatorofInteramericanAffairs) situados no CPDOC. Referência: FGV/CPDOC, IAA-41.06.21

Periódicos

A Cena Muda – Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

A Manhã – Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

Diário da Noite – Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

Diretrizes – Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

Diário Carioca – Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional)

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os elementos inerentes a Política da Boa Vizinhança relacionados com avisita de Walt Disney ao Brasil. Será apresentada a visita de Disney a escola de samba Portela e quais foram as discussões e debates catalisados por esse fato. O trabalho discutira, dessa forma que elementos culturais os brasileiros passam a desejar que sejam representados nas telas do cinema de Hollywood, focando em especial nas discussões acerca do samba..

Palavras-chave: Samba; Cinema; Disney.

Abstract

The present work aims to present the elements in the Good Neighbor Policy related to Walt Disney’s visit to Brazil. Will be presented the Disney visit to the samba school Portela and what were the discussions and debates catalyzed by this fact. The work will discuss, in this way, which cultural elements Brazilians want to be represented in the screens of Hollywood cinema, focusing in particular on the discussions about samba.

Keywords*: Samba; Cinema; Disney.*

Recebido em 29 de março de 2017. Aprovado em 15 de outubro de 2017.

O PASSADO E O FUTURO: O BONDE E O VLT NO RIO DE JANEIRO

Thatiane Piazza de Melo[1]

Na metade do século XIX existia, no Brasil os primeiros bondes impulsionados por tração animal (Imagem 1). Na maioria das vezes eram burros de carga utilizados para a locomoção do veículo, e tinham capacidade aproximada de carregar 16 pessoas. (LUCENA, 2015). Nos anos finais do século tentaram utilizar o vapor, mas devido aos altos custos, algumas companhias não se adaptaram, e voltaram a usar a tração animal. No início do século XX começaram a surgir bondes elétricos, coexistindo com os de tração animal por anos na cidade do Rio de Janeiro.

Um importante registro do período foi a crônica de Machado de Assis: "Como comportar-se no bonde" datada de 1883, na qual descreve como as pessoas deveriam utilizar o bonde. (ASSIS, 1883). Destacando os "encatarroados" que não poderiam tossir mais de três vezes em um período de uma hora, "posição das pernas" para mantê-las fechadas, a não ser que a pessoa fosse pagar mais de um lugar no bonde e a "leitura dos jornais" ter muito cuidado com a pessoa que está ao seu lado, para não derrubar seus chapéus. Também os "quebra-queixos" que estavam proibidos no bonde com passageiros, "amoladores" pessoas que queriam contar suas coisas íntimas, e os "perdigotos" no qual o primeiro banco era reservado para a emissão de perdigotos. As "conversas" entre as pessoas sentadas distantes uma da outra não poderiam falar muitas palavras, "pessoas com morrinha" não deveriam entrar no bonde e a "passagem as senhoras" seria quando uma mulher entrava no bonde, assim, o homem da ponta deveria levantar-se para dar passagem.

---

[1] Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

No Brasil o processo histórico da queda da Monarquia e início da República entre 1870 a 1902, representou para o Rio de Janeiro uma transformação aos moldes europeus. Por ser capital do país, utilizou influência da *belle époque*, no intuito era modificar sua aparência colonial. A cidade do Rio de Janeiro nos fins do século XIX apresentava ciclos quase anuais de pestes e doenças, como da febre amarela. Nesse contexto, foi tornada obrigatória a vacinação contra a varíola pelo diretor-geral de Saúde Pública Oswaldo Cruz, o que gerou a Revolta da Vacina em 1904. (SOUZA, 2010).

A política de saúde higienista determinou que os responsáveis pela proliferação das doenças eram as moradias populares, os cortiços. Assim, a iniciativa foi de derrubar essas moradias, fazendo com que seus moradores se deslocassem para os arredores da cidade. Essas transformações marcaram o governo do prefeito Pereira Passos, entre os anos de 1902 a 1906 que tinham como objetivo:

> *Dentre as mui relevantes conseqüências desta medida, sobressaem as seguintes:*
>
> *dar maior facilidade de comunicação aos diferentes bairros da cidade, barateando os fretes e a taxa de passeio aqui tão caras;*
>
> *permitir o estabelecimento de um traçado vantajoso para as grandes linhas de canalização, evitando as freqüentes aberturas de valas em ruas estreitas;*
>
> *impedir a valorização constante dos prédios antiquados das ruas estreitas por onde passa hoje o mais forte movimento urbano, permitindo a sua substituição numa época não remota;*
>
> *facilitar o enxugo do subsolo da cidade pela arborização, impraticável nas ruas estreitas;*
>
> *despertar o gosto arquitetônico, pois oferecendo a mais larga e bem situada uma renda compensadora aos prédios nela edificados, os proprietários animar-se-ão a construí-los em melhores condições.*

> *Entretanto, se todos têm estado de acordo em que o saneamento da cidade deve inclinar-se pela abertura de avenidas, ninguém até hoje logrou realizar os planos imaginados ou explorar as muitas concessões decretadas, nem a administração pública pode fazer mais do que algumas ligeiras modificações de alinhamento.*
>
> *É que a solução do problema não é tão simples como se poderia supor. Estes trabalhos de abertura de ruas, acarretando grandes desapropriações, são assaz dispendiosos e é necessária muita cautela para planeja-los. (...) (ROCHA, 1995, p.66).*

Nesse relatório pode se observar as principais questões relativas às reformas urbanas naquela época, tais como impedir a especulação imobiliária, a necessidade de cautela ao planejar as desapropriações, além de realizar a abertura de avenidas mais largas para facilitar a comunicação entre os bairros. O "bota-abaixo" de Pereira Passos marcou profundamente a cidade do Rio de Janeiro, não só com mudanças urbanísticas e arquitetônicas, mas transformando socialmente e alterando a composição de classe de quem deveria frequentar o centro da capital. As demolições abriram caminho para a Grande Avenida e para um novo projeto de cidade que deveria passar a ser a vitrine do país: limpa e saneada de ratos e pobres.

> *A inauguração da avenida Central separou para a cidade, se não para o Brasil, duas épocas. Os costumes modificaram-se, e com eles surgiu uma nova mentalidade. O carioca ampliou seu ângulo de visão. Estava preparando o caminho para o novo Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa. (MARTINS, 1995, p.69).*

A primeira fase da expansão da malha urbana depende dos transportes como os: bondes e os trens. A primeira concessão a favor dos bondes de tração animal foi outorgada à Botanical Garden Railoard Company, que posteriormente viria a ser chamar Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, uma empresa americana que teve sucesso e levou a criação de empresas similares. A "Light"[2] surge em 1903 e

---

[2] Seu nome era "Rio de Janeiro, Light and Power Co. Ltd." Em 1904 a partir de uma carta patente a nova empresa apresenta o nome: "The Rio de janeiro, Tramway, Light and Power Company".

unifica aos poucos os serviços de bonde, adquirindo empresas como: Companhia de São Cristóvão, Companhia de Carris Urbanos, Ferro Carril de Vila Isabel, Ferro Carril Carioca e posteriormente a Ferro Carril Jardim Botânico.

> *Em abril de 1907, antes mesmo de incorporar a Cia. Jardim Botânico, a Light já controlava 212 quilômetros de linhas de bonde, dos quais 64 eletrificados. Neles, rodavam 330 veículos, sendo 262 puxados a burro e 68 elétricos. Foram transportados, somente naquele ano, cerca de 90 milhões de passageiros, um total quem em 1909 chegaria a 93,6 milhões. (CABRAL, 2005, p.15).*

Outras mudanças são observadas a partir da iluminação na cidade através de usinas hidrelétricas e uma termoelétrica, o que permite o desenvolvimento de bondes elétricos, telefones e o fornecimento de gás. A companhia The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Limited foi autorizada a funcionar no Brasil em 30 de maio de 1905. Já em 1910, comprou a maioria das ações da SAG (Société Anonyme du Gaz), empresa que era responsável pela concessão do serviço de iluminação pública na cidade. Neste período o gás e a energia elétrica disputavam espaço na iluminação pública, assim, o gás predominou até 1912. (FERREIRA, 2009). Mas as vantagens da energia elétrica já tinham conquistado diversas casas na cidade e acaba atingindo também o espaço público.

As ruas da cidade do Rio de Janeiro aos poucos foram adquirindo o sistema de iluminação elétrica. Tendo início na Avenida Central e na Beira Mar, um trabalho executado pelo engenheiro Otto de Alencar após assumir a Inspetoria Geral de Iluminação da Capital Federal.

> *Na rua do Ouvidor, no Centro, a troca fora realizada ainda em 1911 e comemorada em sucessivas noites de festa: as elegantes cariocas fizeram questão de sair de casa para admirar a luz clara e brilhante das lâmpadas de arco voltaico, e todos os cafés, sobretudo a confeitaria Paschoal, ficaram lotados por um público animadíssimo com a novidade. (CABRAL, 2005, p.16).*

A The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Limited no início do século XX além de fornecer a energia elétrica, adquiri outros segmentos, como: os condutos de gás, as linhas telefônicas, cabos elétricos, e os trilhos de bonde. Os bondes elétricos dependiam de um grupo gerador de energia, o dínamo, instalado próximo ao Largo do Machado. Para atender a demanda, foi construída a hidrelétrica Usina de Fontes, inaugurada em 1908 como a maior hidrelétrica da América Latina e a segunda maior do mundo e posteriormente ampliada para proporcionar energia elétrica ao interior do estado.

Nas primeiras décadas do século também coexistiam outro meio de transporte na cidade, era o ônibus elétrico. "Em 1919, sete ônibus elétricos já trafegavam pelas ruas do Rio: os jornais elogiavam os carros confortáveis(...)". (CABRAL, 2005, p.22). Vale ressaltar, que no início da década de 20, a Viação Excelsior chega ao Rio de Janeiro, com o ônibus movidos a combustíveis tendo lotação máxima de 30 passageiros no primeiro piso e 32 no segundo, logo apelidados de "chope duplo".

A instalação de bondes era perto dos eixos ferroviários, portos e ao centro da cidade. O mesmo transforma-se num importante veículo para a população, pois além dos carros comuns – mais utilizados por trabalhadores-, existiam bondes de distinção como: bondes de casamento e batizados (Imagem 2), mortuário, especial para doentes contagiosos, correios, entre outros. Um tipo de bonde que ficou famoso nesse período foi o bonde de carnaval. "Os bondes, ornamentados a partir de 1928, sediavam batalhas de confete e emprestavam seus estribos ao desfile dos foliões." (CABRAL, 2005, p.34). (Imagem 3). Inspirando diversas marchinhas de carnaval:

Seu condutor, dim, dim, / Seu condutor, dim, dim
Pare o bonde pra descer o meu amor
Seu condutor, dim, dim / Seu condutor, dim, dim
Pare o bonde pra descer o meu amor.
(ALVARENGA E RANCHINHO, 1936).

O processo de verticalização da cidade do Rio de Janeiro teve como incentivo o Plano Agache (1928-1930), encomendado pelo Pre-

feito Antônio Prado Júnior. (ALMEIDA, 2005). Esse urbanista desenhou um programa de "remodelação" que propunha uma verticalização do espaço urbano. O plano tinha como objetivo atender a demanda do crescimento demográfico e do aumento populacional, o que proporcionou maiores congestionamentos e arranha-céus na cidade. Um dos primeiros prédios com grandes proporções foi o Edifício A Noite, onde ficava a Rádio Nacional, na Praça Mauá no ano de 1930.

Vemos assim a importância crescente dos meios de transporte dentro da cidade, especialmente através da proliferação dos carros que começaram a disputar as ruas com os pedestres. Nesta época, as regras para a convivência entre os transeuntes e os carros eram conturbadas, pois os guardas de trânsito começaram a multar as pessoas que infringiam as normas em relação à circulação nas ruas. É interessante que muitas vezes aquele que era multado era o transeunte e não o motorista. Além do uso do bonde elétrico, começam a se desenvolver na cidade, com importância crescente, o uso do ônibus, todos os meios de transporte coexistiam na mesma via: ônibus, bonde e carro.

Em 1930 as oficinas da Light eram inauguradas no bairro de Triagem, no Rio de Janeiro. "Ali, quase 2 mil especialistas e suas máquinas eram capazes de construir 150 bondes e 50 ônibus por ano, num padrão industrial sem precedentes no país." (CABRAL, 2005, p.39). Ou seja, neste período a produção nacional de transportes coletivos foi extremamente incentivada, uma política típica do governo do presidente Getúlio Vargas. (BENTO, 1983). Outros exemplos foram a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1938, a Companhia Siderúrgica Nacional em 1940, a Vale do Rio Doce em 1942 e a Hidrelétrica do Vale de São Francisco em 1945, entre outros.

Neste período algumas músicas sobre o bonde foram produzidas por sambistas. Como a música "Coisas Nossas" composta por Noel Rosa no ano de 1932, trazendo uma crítica a modernização acelerada do país, trazia importantes personagens que estavam na miséria, sumindo cada dia mais do espaço urbano:

Baleiro, jornaleiro

Motorneiro, condutor e passageiro
Prestamista e vigarista
E o bonde que parece uma carroça
Coisa nossa, coisa nossa (...). (ROSA, 1932).

Ao descrever que o "bonde que parece uma carroça", atribui ao "bonde" a modernidade e inovação. (TOTA, 2001). Pois aos poucos são inseridos nesse transporte elementos como a eletricidade e apitos, que compõem com uma cidade que se expandia com fábricas, chaminés, rádios e etc. Já a "carroça" seria a outra parte do país, o sertão ou o Nordeste que permanece com suas estruturas coloniais e agrárias. Contudo, essa frase pode também destacar a lentidão com que os bondes trafegavam, é importante recordar como já apontado no artigo, que neste período coexistiam também nas ruas ônibus e carros que chegavam em uma velocidade bem maior.

Outra produção um pouco posterior, traz uma perspectiva diferente do bonde, a letra "O bonde São Januário" composta em 1940 por Wilson Batista:

O Bonde São Januário/ Leva mais um operário/ Sou eu / Que vou trabalhar (BATISTA, 1940).

Essa exaltação ao trabalho não era comum neste contexto, pelo contrário, já que algumas músicas traziam o malandro como uma figura de destaque na sociedade. O Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo censurava e coagia os compositores, para que abandonassem o culto a malandragem nos sambas. Por isso, alguns historiadores acreditam que a letra original de Wilson Batista era diferente. Apesar disso, essas melodias representam uma parcela do imaginário popular sobre esse veículo coletivo. (GOMES, 2004).

Já nos anos pós-guerra nota-se um incentivo do Plano de Metas, que tinha como objetivo expandir industrialmente o Brasil. No mandato do presidente Juscelino Kubitscheck, além das mudanças no país com a criação de Brasília, ocorreram diversos investimentos no Rio de Janeiro, como a inauguração do Maracanã. Com relação aos transportes, continuava existindo a convivência de ônibus, carros e

bondes nas ruas. Apesar de haver trilhos para os bondes, os outros transportes não tinham espaço para andar ao seu lado, ou seja, causavam congestionamentos nas cidades, além de acidentes:

> *No Rio, o crescimento vertiginoso do tráfego vinha provocado mais e mais acidentes. Só entre 1946 e 1949, ônibus, bondes e automóveis atingiram o total de 72 mil veículos, um aumento de 144%. Diariamente, o Departamento de Tráfego da Light recebia cerca de 500 telegramas sobre ocorrências de incêndios, atropelamentos, quedas de rede aérea e até batidas. Os cariocas também reclamavam da lentidão excessiva dos bondes, cujos trilhos eram tomados por ônibus e carros. (CABRAL, 2005, p.56).*

No entanto, os bondes que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro nos anos 1960, eram veículos fabricados, no mínimo, três décadas antes. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Light, que fabricava os bondinhos, deixou de produzi-los, o que freou a evolução desse meio de transporte. No ano de 1961 os bondes para a Zona Sul foram encampados pelo governo da Guanabara. Em 1963, o governo do Estado resolveu encampar as últimas linhas de bonde que pertenciam a Light.

> *Mas a nova proprietária, a Companhia de Transportes Coletivos (CTC), manteve os bondes por pouco tempo. Entre 1965 e 1968, as linhas foram desativas e, somente em Santa Teresa, bairro que cresceu por conta do veículo, o bonde continuou a circular. (CABRAL, 2005, p.68).*

Os bondes foram substituídos por uma frota de ônibus, e aos poucos seus trilhos foram escondidos sob o asfalto. Com o intuito de possibilitar mais espaço nas garagens, o coronel Manuel Moreira, da diretoria industrial da CTC propôs como solução queimar os bondes e vender a sucata de metal para a Companhia Siderúrgica Nacional. Um grupo de americanos chegou a comprar parte dos bondes, e colocou no Museus de Carris dos Estados Unidos. Alguns ainda estão em atividade. (VOGEL, 2016).

Mesmo depois de todo esse cenário do bonde no Brasil, nota-se que esse transporte permaneceu no Rio de Janeiro com dois mo-

delos, o bondinho do Pão de Açúcar e o bonde de Santa Teresa. Este primeiro foi inaugurado em 1912, e depois tornou-se um símbolo turístico da cidade. A estrutura anterior era muito semelhante a carcaça do bonde, ver Imagem 4, mas é necessário reconhecer a diferença de estrutura por esta ser suspenso por cabos. Mesmo assim, curiosamente permaneceu com o nome de "bondinho" e proporciona uma bela vista aos turistas. Já o bonde de Santa Teresa atualmente voltou a funcionar no bairro, mas não de forma ininterrupta, pois em agosto de 2011 ocorreu um grave acidente com mortos e feridos. (HANOWER, 2011). Assim, o bonde voltou a funcionar apenas em 2015, com um trajeto bastante reduzido. Vale, contudo, relembrar a canção feita por Taiguara para o bonde de Santa Teresa em 1994:

> *São quase seis da tarde, o bonde tá/ que já nem cabe guri*
> *Depois de um geladinho na estação/ a gente pode subir*
> *Bondinho é tão gostoso!/ Corre não. Sobe bem*
> *pras Naves e Prazeres.../ pois o chopp também...*
> *E os bondinhos vão partindo.../E os choppinhos vão saindo...(TAIGUARA, 1994).*

A partir de todos os apontamentos levantados, seria impossível não concluir que o bonde faz parte da história da cidade do Rio de Janeiro, e mais que isso, ainda está presente no imaginário e na vida da população carioca. Atualmente a história se repete, já que em 2009 o prefeito eleito Eduardo Paes inicia um projeto de revitalização da cidade. Não coincidentemente ocorreram diversas remoções arbitrárias em nome do progresso e da modernização do espaço urbano. O número de pessoas removidas de suas casas durante o governo Paes chegou a superar o de Pereira Passos, com a retirar 67 mil pessoas de suas casas. (FAULHABER, 2015). Até 2016 várias transformações ocorreram, como alargamento das ruas, criação de túneis, praças, museus, e etc. Além de todas essas mudanças, um antigo morador volta ao centro do Rio de Janeiro, o nome dele é bonde, (Imagem 5) mas atualmente por conta de sua tecnologia avançada, é chamado de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). Contudo algumas pesquisas mostram que seu caminho é quase idêntico aos bondes do século XIX, e apesar de toda sua tecnologia a velocidade permanece a mesma, de aproxi-

madamente 15 km/h. (MOURA, 2015). O futuro chega depressa, mas será que estamos percorrendo os trilhos do passado?

FIGURA 1 – Bonde de tração animal.

FONTE: Acervo Digital da Bibilioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1485735/icon1485735.jpg Acesso em: 26 de ago. 2017.

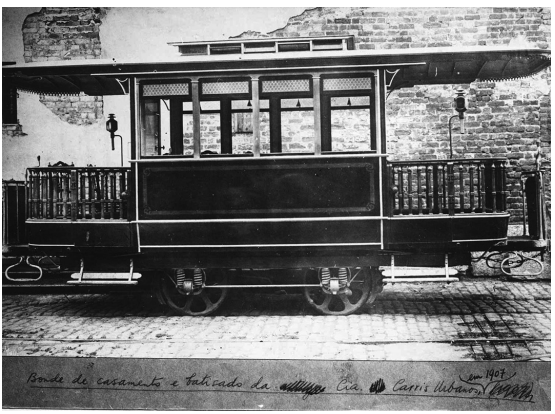


FIGURA 2 – Bonde de casamento e batizado.

FONTE: AUGUSTO, Malta. Acervo Digital da Bibilioteca Nacional, 1900-1920. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1499332/icon1499332.jpg Acesso em: 26 de ago. 2017.

FIGURA 3 – Bonde de carnaval.

FONTE: Acervo Digital da Bibilioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1512911/icon1512911.jpg Acesso em: 26 de ago. 2017.

FIGURA 4 – Bondinho do Pão de Açúcar..

FONTE: Disponível em: http://www.bondinho.com.br/site/wp-content/gallery/historicas/01-Bondinho-antigo.jpg Acesso em: 27 de set. 2017.

FIGURA 5 – Veículo Leve sobre Trilhos.

FONTE: Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/secpar/vlt. Acesso em: 25 de set. 2017..

Referências bibliografica

ABREU, Mauricio de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ALMEIDA, Daniel Valter. Plano Agache: a cidade do Rio de Janeiro como palco do 1º Plano Diretor do País e a consolidação do urbanismo no Brasil. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.* Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/02.pdf Acesso em: 24 de set. 2017.

ASSIS, Machado. *Como comportar-se no bonde*. 1883. Disponível em: http://www.ivt-rj.net/museus_patri/antariores/bonde/cronicas.htm Acesso em: 23 de set. 2017.

BENTO, Claudio Moreira. *Getúlio Vargas e a evolução da doutrina do exército (1930-1945).* Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, n.339, 1983, p.63-71. Disponível em: https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/108032-revista-ihgb-volume-339.html Acesso em: 23 de set. 2017.

CABRAL, Ligia Maria. *Light: Um século de muita energia 1905-2005.* Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, Light, 2005.

CATANI A.M. e SOUZA, J.I. de M. *A chanchada no cinema brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CORREIA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 2003.

DINIZ, Andre. *Almanaque do samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=on37wuwuMS0C&oi=fnd&pg=PA237&dq=samba+sobre+bonde+&ots=07SnjNR_6b&sig=Wium2xQcfR9TRND4gFj_HtnPcU8#v=onepage&q=samba%20sobre%20bonde&f=false Acesso em: 20 de set de 2017.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976.

FERREIRA, Milton Martins. *A evolução da iluminação na cidade do Rio de Janeiro: contribuições tecnológicas*. Rio de Janeiro: Synergia: Light, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. São Paulo: Nacional, 1936.

GARCIA, Lúcia. *Para uma história da Belle Époque: A coleção de cardápios de Olavo Bilac.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 288 p. Prefácio de Alberto da Costa e Silva. Disponível em: https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/108080-volume-466.html Acesso em: 22 de set. 2017.

GILL, Maria da Penha Caetano de Figueiredo. *As territorialidades de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia: Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

GOMES, Tiago de Melo. *Gente do samba: malandragem e identidade nacional no final da Primeira República*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 171-198, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.

php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2004000200171&lng=en&nrm=iso Acesso em: 21 de set de 2017.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

PARANHOS, Adalberto. *A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social*. Revista História, São Paulo, v. 22, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/%0D/his/v22n1/v22n1a04.pdf Acesso em: 20 de set. de 2017.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995, 2ª edição.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *E o samba pegou o trem: cultura e sociabilidade popular no subúrbio carioca na primeira república*. Revista XIV Encontro Regional da ANPUH Rio Memória e Patrimônio, UNIRIO, Rio de Janeiro, p.1-9. ISBN: 978-85-60979-08-0. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732104_ARQUIVO__ANPUH2010_Eosambapegouotrem.pdf Acesso em: 19 de set de 2017.

TOTA, Antonio Pedro. *Cultura, política e modernidade em Noel Rosa*. São Paulo Perspec, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 45-49, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102--88392001000300007&lng=en&nrm=iso Acesso em 22 de set de 2017.

Jornais:

HANOWER, Felipe. *Acidente com bonde em Santa Teresa deixa mortos e feridos*. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/acidente--com-bonde-em-santa-teresa-deixa-mortos-feridos-2670931 Acesso em: 25 de set. 2017.

LUCENA, Felipe. *História dos bondes no Rio de Janeiro.* Diário do Rio, 2015. Disponível em: http://diariodorio.com/historia-dos-bondes-do-rio-de-janeiro/ Acesso em: 26 de set. 2017.

MOURA, Athos. *Escavação revela que traçado do VLT é quase o mesmo de bondes do século 19.* Disponível em: http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de--janeiro/2015-07-18/escavacao-revela-que-tracado-do-vlt-e-quase-o--mesmo-de-bondes-do-seculo-19.html Acesso em: 27 de set. 2017.

NUNES, Fernanda. *Bondinho de Santa Teresa volta a funcionar no Rio de Janeiro.* Disponível em: http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,bondinho-de-santa-teresa-volta-a-funcionar-no-rio-de--janeiro,10000005844 Acesso em: 24 de set. de 2017.

VOGEL, Jarson. *Antigos bondes do Rio de Janeiro rodam nos Estados Unidos* Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/carros/antigos-bondes-do-rio-de-janeiro-rodam-nos-estados-unidos--19462312#ixzz4tnREcGNI Acesso em: 20 de set. 2017.

WEHRS, Carlos. *Machado de Assis e a música*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, a.152, n.373, 1991, p.1057-1070. Disponível: https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/108054-revista--ihgb-volume-373.html Acesso em: 22 set. 2017.

Sites:

Diretrizes do Estado Novo, 1937 - 1945. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45 Acesso em: 22 de set. 2017.

Veículo Leve sobre Trilhos. Disponível em: http://vltrio.rio/ Acesso em: 25 de set. 2017.

Bondinho do Pão de Açúcar. Disponível em: http://www.bondinho.com.br/historia-e-curiosidades/ Acesso em: 27 de set. 2017.

FAULHABER, Lucas. *Livro Mapeia remoções de moradores na gestão de Eduardo Paes*. 2015. Disponível em: http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/ Acesso em: 28 de set. 2017.

Músicas:

Alvarenga e Ranchinho. "Seu Condutor", 1936. Disponível em: https://www.letras.mus.br/alvarenga-ranchinho/1585308/ Acesso em: 25 de set. 2017.

Noel Rosa. "Coisas Nossas", 1932. Disponível em: https://www.letras.mus.br/noel-rosa-musicas/397361/ Acesso em: 26 de set. 2017.

Wilson Batista. "O bonde São Januário", 1940. Disponível em: "https://www.letras.mus.br/wilson-batista/259906/ Acesso em: 26 de set. 2017.

Taiguara. “Meu amor, Santa Teresa”, 1994. Disponível em: https://www.letras.mus.br/taiguara/683048/ Acesso em: 22 de set. de 2017.

Resumo

O artigo trata da trajetória do bonde no Rio de Janeiro. A partir de músicas, crônicas e imagens que apontam para um meio de transporte que fez parte da cultura da sociedade carioca. Ao longo dos anos foram sendo desativados e retirados por completo as linhas de bonde da cidade, permanecendo apenas o bonde de Santa Tereza e do Pão de Açúcar. Com as atuais reformas urbanísticas da cidade, em 2016 temos a implementação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).

Palavras-chave: Bonde; Rio de Janeiro; VLT.

Abstract

The article deals with the path of the tram in Rio de Janeiro. From songs, short stories and images that point to a means of transport that was part of the culture of the carioca society. Over the years were being deactivated and removed completely the city train lines, leaving only the Santa Teresa train and the sugar loaf. With the current urban reforms of the city in 2016 we have the implementation of VLT (Light Rail Vehicle).

Keywords*: tram; Rio de Janeiro; VLT..*

Recebido em 29 de março de 2017. Aprovado em 15 de outubro de 2017.

PELO DIREITO AO LAZER: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS CLUBES DANÇANTES 1900-1910

Juliana da Conceição Pereira[1]

No dia dois de dezembro de 1903, a secretaria de polícia do Distrito Federal receberia um requerimento enviado pelas diretoras do Grêmio das Diamantinas solicitando ao Chefe de Polícia permissão para funcionarem em sede própria. Não querendo mais continuar seus divertimentos na sede do Club dos Diamantinos (na rua Chile), associação a que foram afiliadas "durante dois anos"[2], as senhoras organizaram um estatuto próprio e conseguiram um espaço para a sede social na rua da Carioca.

Após conseguirem a permissão, assim que foi realizado o baile de inauguração da nova sede, o *Jornal do Brasil,* na coluna "Palcos e Salões", emitiu uma nota sobre afestividade:

> *E porque não haviam de fundar um grupo a parte as gentis diamantinas se tudo quanto de graça e elegância que costumava abrilhantar as suas festas acompanhou-as entusiasticamente, no intuito mesmo de não deixar desaparecer por um capricho esse adorável grêmio, ontem nascido (...) A festa que anteontem realizaram as Diamantinas em sua nova sede, foi uma prova brilhante de seu desenvolvimento e pujança.*

O elogio ao festejo não deixa de sugerir que a separação dos "Diamantinos" pode não ter sido tão amigável. O esforço das sócias em "vencer as dificuldades e obstáculos" para a realização do baile

---

[1] Doutoranda do PPGH UFF Mestre em História pelo PPGH UFF. Graduada em História pela PUC-RJ. Bolsista do CNPq. Atualmente é membra do grupo de estudos e pesquisa Culturas Negras no Atlântico (CULTNA) na UFF.

[2] Palcos e Salões, *Jornal do Brasil*, 11 de dezembro de 1903, p. 03.

que "gloriosamente proclamou sua independência" [3], foi reconhecido pelos visitantes da imprensa que ali estiveram presentes.

Antes de se tornarem um grêmio independente, a agremiação já era bem conhecida nas páginas dos jornais, pois suas diretoras tinham participação ativa nos festejos que eram realizados pelo clube a que eram afiliadas (Diamantinos) e outras associações congêneres.

O motivo para a mudança da sede ficou no privado. Nem os jornais e, muito menos, a documentação de polícia trazem essa informação. O que sabemos é que Carminda de Magalhães e sua irmã Constância de Magalhães somadas às senhoras Bernarda Paula de Jesus, Clarinda Ferreira, Alice de Aguiar, Manoela Gonçalves, Justina Vianna, Emília Nogueira, Luiza Teixeira, Marianna Ferreira e Ermelinda Paiva, que formaram a diretoria do clube, resolveram ter seu espaço de autonomia[4].

Em seus novos estatutos, as Diamantinas deixavam evidente que seus objetivos se ligavam ao lazer dançante e que aceitavam em seu meio social tanto mulheres quanto homens. Chama a atenção que a diretoria permitisse homens entre os membros, pois isso demonstra que a mudança da sede não seria para garantir um espaço de diversão frequentado exclusivamente pelo sexo feminino, mas provavelmente uma possibilidade de adquirir autonomia em seus festejos. Suas sócias

---

[3] "Grêmio das Diamantinas", A notícia, 29/30 de dezembro de 1903. p. 03.

[4] Nem todas as damas que frerquentavam o club dos Diamantinos faziam parte do Grêmio das Diamantinas. O grupo que saiu para uma sede própria era formado principalmente por membras da diretoria. Uma das jovens que era citada frequentemente nos bailes oferecidos pelas Diamantinas era Maria Augusta da Silva. No ano de 1905 ela se casou com o presidente dos Diamantinos, o português João Simões Ferreira da Costa. Assim que as Diamantinas mudam de sede, o nome de Maria Augusta não aparece mais na lista de damas frequentadoras do grêmio. (Registro de casamento disponível em: "Brazil, Rio de Janeiro, Civil Registration, 1829-2012", databasewithimages, FamilySources (https://familysearch.org/ark:61903/1:1:XJ32-1X7:30December 2014). João Simões Ferreira da Costa and Maria Augusta da Silva, MarriageRegistrationciting 06a Circunscrição, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Corregedor Geral da Justiça, Rio de Janeiro (Inspector General of Justice, Rio de Janeiro); FHL microfilm 1, 286, 589).

não seriam apenas um elemento a mais a contar a contar na diversão de outros clubes, mas seriam as promotoras de seu próprio lazer.

A presença feminina era uma realidade nas atividades proporcionadas pelos clubes dançantes. Surgidos entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, esses clubes recreativos, herdeiros de uma lógica associativista, se constituíram como uma das formas privilegiadas da experiência cotidiana dos trabalhadores cariocas. [5]Embora a historiografia recente venha dando atenção a esses espaços do lazer como importantes locais de articulação de laços de identidade, ainda são escassos os estudos que se voltem para a presença das mulheres no associativismo recreativo. O objetivo deste trabalho é justamente analisar a participação das mulheres nas pequenas associações recreativas, e o modo como, mesmo estando sujeitas "poder" masculino, encontraram caminhos de luta e subversão no lazer.

"As Morenas do Catete"

No jornal *Gazeta de Notícias* do dia 15 de dezembro de 1905, foi publicada uma crômica da autoria de Viriato Corrêa, denominada "Sociedade Recreativa e Dançante da Flor da Simpatia das Morenas do Catete"[6]. A crônica era sobre uma suposta visita do autor de baile de posse da diretoria que era formado somente por damas.

De acordo com Viriato Corrêa, quando chegou na sede social as 21:30 da noite, foi bem recebido por ser "a imprensa". A presidenta (o autor não cita o nome), que, segundo o autor, era uma "preta imensa de uns seios colossais", o convidou para entrar e se sentar e o deixou acompanhado por seu pai – Chico Silva, para resolver algumas pendências referentes ao baile. Chico Silva, que, de acordo com o cronis-

---

[5] Conf. PEREIRA, Leonardo A. Miranda. "O Prazer das Morenas: Bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República." In: vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 278.

[6] "Sociedade Recreativa e Dançante da Flor da Simpatia das Morenas do Catete". *Gazeta de Notícias,* 15 de dezembro de 1905, p. 03.

ta, lá "pelo Catete, todo mundo conhecia", tinha orgulho de sua filha, pois em suas palavras, ela era uma "rapariga de juízo".

> *– Não era uma mulher de andar na rua, arreganhando os dentes para esses pardos vadios. Não, senhor; tinha muito juízo, viva em casa com as suas posturas e estava com o dono de uma casa de pastos.*

O "velho", que mancava de uma das pernas, continuava falando enquanto o cronista observava os convidados que chegavam. Em uma análise geral, a maioria das mulheres é descrita por Viriato, como "pretinhas com gestos elegantes de menina branca".

Para além das caracterizações que o autor faz da sociedade, chama atenção na crônica a descrição na hora das danças. Após a chegada dos convidados ao salão, a presidente, de braços dados com a fiscal, que era uma "cafusa magra, muito tortinha com seu colete *devantdroit*[7], e uma escassez deplorável de cabelos" se aproximou da porta, tocou uma campainha enquanto a fiscal gritou:

Cavalheiros e damas, vai começar o baile. (..) – Valsa, cavalheiros tirar damas!"

A orquestra começou a tocar a valsa e aos poucos toda a sala fervilhava. Chico Silva trouxe um das "pretinhas" que vinha passando para dançar com Viriato Corrêa, mas par a sua alegria a música parou antes que eles pudessem dançar.

A campainha tocou novamente e a fiscal bradou " – Polk. Damas tirar cavalheiros". Nessa hora, como descreve o cronista, as damas obedeceram e tiraram os cavalheiros para dançar. Enquanto observava a cena, uma "morena" se aproximou do cronista e:

---

[7] O colete *devantdroit*, de acordo com Gilberto Freyre, era o que havia de mais moderno em espartilho. Veio para substituir o antigo colete Docloresse. As propagandas enfatizavam as comodidades que esse novo colete traria para as mulheres e inclusive era recomendado por higienistas brasileiros. (Freyre, Gilbert. *Modos de homem e modas de mulher.* Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015).

Toda ela curvou-se delicadamente e, com um gesto gracioso, convidou-me:

> *– O cavalheiro concede-me o prazer de dançar esta polk?*
>
> *– com imensa satisfação, respondi. Ela sorriu-me e deu-me o braço. E durante um quarto de hora rodei, dancei, suei. Ao final a morena sentou-me e, talvez por descuido, sentou-se também. Travei conversa. A fiscal chegou-me toda amável:*
>
> *– O cavalheiro quer conceder-me o favor... É proibido conversar no recinto social.*
>
> *Pedi desculpas.*

A próxima dança anunciada pela fiscal seria uma *schottisch*[8]. Dessa vez, a mesma adverte que os cavalheiros deveriam tirar as damas para dançar, porém sem escolher. Sem entender o motivo para tal definição, Corrêa buscou esclarecimento com um dos sócios presentes no baile. O sócio respondeuque havia umas quatro convidadas que não haviam dançado ainda e o motivo seria porque "eram feias e ninguém as queria". Enquanto tocava o *schottisch,* o cronista observa rodarem pela sala as três (sic) convidadas no braço de homens.

O baile continuava, quando, no corredor, um dos convidados que havia bebido bastante resmungou com outro: "Isto é uma droga. Minha irmã pagou trinta mil réis e não me quiseram dar vinho do Porto. É só agua ardente. É porque sou preto". Um dos membros do clube o aplacou dizendo: "olha a imprensa. É preciso respeitar" e o rapaz se acalmou. De repente no corredor houve uns murmúrios. Eram copos no chão, "homens atracados", "cacetes que cantavam", uma confusão.

---

[8] Gênero musical. Antiga dança de salão aos pare, que se movimentam sincronicamente, geralmente em compasso binário. Aproxima-se da polca (Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: http://dicionariompb.com.br/ acesso: 01 set 2016). Xico Braz em 1915 a define como: "A *schottisch* ou *scottish* é uma dança escocesa muito em voga em todas a (sic) reuniões. A maneira de dançar é como se o par fosse valsar. (BRAZ, Xico. *Danças de Salão,* Op. cit.)

Por mais que gritassem: "respeitem a imprensa", não havia naquele ambiente "respeito possível".

O trecho da crônica nos sugere a visão que Viriato Corrêa[9] tinha dos freqüentadores assíduos desses clubes, evidenciando que para ele não existia nenhuma marca de elevação nas atividades proporcionadas pelas agremiações. Os sócios dos pequenos clubes, em sua concepção, eram indivíduos amorais. Com sua ironia e sarcasmo, Viriato mostra torná-las como simples expressão do atraso de seus componentes e de sua incapacidade de se fazerem civilizados e moralizados. A descrição de Viriato é permeada por uma imagem radicalizada de gênero, cheia de adjetivos sexualizados, e de cor.

As personagens de sua narração são negras e mestiças e, geralmente, quando trata de mulheres, sua descrição se apega aos atributos corporais. Ao descrever a "morena" que com ele dança uma polka, destacou o decote que permitia-lhe ver a "cor azevichada do seio", ou ainda, quando afirma que a presidenta do clube tinha "uns seios colossais". Parece que, por mais que tentassem se comportar com "gestos de moça branca" a sexualidade já estava expressa em seus corpos. A

---

[9] Manuel *Viriato Corrêa* Bayma do Lago Filho (1844-1967) foi um escritor maranhense com uma longa trajetória intelectual. Atuou em várias esferas culturais, entre as décadas de 1900 a 1960, tendo sido jornalista (em vários periódicos), político, escritor de peças de teatro e de livros destinados ao público infantil. A obra de Viriato Corrêa tinha como características marcantes a utilização de temáticas relacionadas ao Brasil e a seus costumes e tradições. E, segundo Vanessa Cavalcante, sua escrita seria marcada por uma linguagem simples e didática. Sua trajetória na Gazeta de Notícias começou pouco tempo depois de sua chegada à Capital Federal, quando iniciou o trabalho como redator, por intermédio do Jornalista Medeiros e Albuquerque. No ano de 1906, Viriato assume a coordenação da coluna "Gazeta das Crianças", espaço em que obteve êxito na Gazeta de Notícias. Embora fizesse sucesso na coluna infantil, eventualmente escrevia crônicas para o público adulto, como a crônica analisada. (CORREIA, Viriato. CAM. DEP. Deputados brasileiros; FERNANDES, J. Brasil; LUIZ, J Fran; MARTINS, M. Dicionário. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Viriato.pdf . Acesso 05 mar 2017. E, CAVALCANTE, Vanessa Matheus. "O teatro de Viriato Corrêa: uma escrita de História para o povo brasileiro". Tese – CPDOC. 2012, p. 02.

crônica, que mistura sensualidade com sarcasmo, reforça estereótipos usados para se referir as mulheres mestiças e negras, que eram em sua maioria as freqüentadoras desses salões.

A mestiçagem já vinha sendo debatida desde meados do século XIX, período apogeu das teorias raciais. No Brasil, diferentes intelectuais preocupavam-se com os "supostos prejuízos"[10] resultantes de um grande número de mestiços que aqui viviam. Nesse contexto foram forjadas imagens de inferioridade para homens e mulheres "mestiços"[11]. Para as mulheres descendentes de negros e brancos, as mulatas, recaía uma série de estereótipos erotizados e sensuais. Elas seriam "puro corpo representadas por vários atributos físicos, seus corpos eram objeto de desejo e cobiça dos homens. [12]

A cultura de homens e mulheres negros estava situa fora das fronteiras civilizacionais das sociedades. Descrições como as de Viriato Corrêa demonstram o quão radicalizado era o olhar de muitos cronistas sobre as atividades de negros e seus descendentes.

Moralidade e Discurso Jurídico

Sueann Caulfield no livro *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*[13] demonstra que no período Republicano havia um consenso entre os juristas, médicos e reformadores de que a sociedade moderna trouxera uma degeneração moral. E em busca da civilização do país, a moral, a honestidade e o bom trabalho apareciam como um referencial para a sociedade que se desejava formar.

---

[10] Ibidem.

[11] RODRIGUES, Raymundo Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal n Brasil. Bahia: Imprensa Econômica, 1894.

[12] CORRÊA, Mariza. "Sobre a intervenção da mulata". *Cadernos Pagu*, 2010, p. 40.

[13] CAULFIELD. Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940.* Campinas, SP: Editora da Unicap, 2000.

De acordo com Caulfield, enquanto um homem honesto era aquele considerado um bom trabalhador, a honestidade das mulheres referia-se ao comportamento sexual[14]. E, para os reformadores, sem a força moralizadora da honestidade sexual feminina, a modernidade causaria a dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social. Os juristas da virada do século, por exemplo, chegara a propor que se educasse a população na valorização da honra sexual feminina, como uma medida de "estabelecer a ordem e o progresso"[15]. Sueann Caulfield observa que a honra sexual representava um conjunto de normas que, "estabelecidas aparentemente com base na natureza", sustentavam a manutenção de relações de gênero, raça e classe completamente hierárquicas.

Respaldados pelas teorias cientificas europeias,, que vieram para o Brasil no final do século XI e eram baseadas no positivismo, evolucionismo, e no darwinismo[16], os médicos higienistas caracterizavam as mulheres como seres biologicamente mais fracos. Era dessa fragilidade física que advinha sua delicadeza, submissão e a vocação maternal[17]. Os homens, ao contrário das mulheres, tinham o vigor físico e moral. Não eram vulneráveis. Suas racionalidades e forças os capacitavam a cuidar do "sexo frágil". Foram esses modelos biológicos que forjaram maneiras de se "comportar" e de "sentir"[18] diferentes para homens e mulheres. Mas, para o gênero feminino a definição de padrões normativos de conduta "adquiriu uma maior relevância"[19].

---

[14] Conf. ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

[15] Ibidem, p. 172.

[16] Conf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Uma História de ´Diferenças e desigualdades´ – as doutrinas raciais no século XIX". In: O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1920. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 57.

[17] CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim.* Campinas, SP: Editor da Unicamp, 2008, p. 50.

[18] GELER, Lea. "´Nuestro *sexo está* de pie´. Voces afrofemeninas em la Buenos Aires de 1876-78". *Claroscuro,* n° 6. Rosario, Argentina, PP. 109-137, p. 114-115.

[19] RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil. 1890-1930. *Olhares Feministas,* p. 223, 1994.

Esses modelos se estendiam em todas as áreas do cotidiano, inclusive no lazer. Haviam regras rígidas de controle social que limitavam a circulação e o divertimento das mulheres no espaço público. Ainda que de forma subjetiva, o lazer feminino estava completamente condicionado a uma posição de passividade em relação ao lazer masculino. Questões como o horário, a companhia e o destino estavam sob julgamento[20].

Em seu livro *Meninas Perdidas*, Martha Abreu cita um processo de uma jovem branca de 14 anos de idade que vai com uma amiga a um baile da Sociedade Flor do Abacate. Em determinado momento do baile, a jovem encontrou seu namorado. O rapaz, após dançar com a jovem a conduziu para "uma área nos fundos e ali quis deflorá-la". No processo jurídico movido pela mãe da jovem contra o rapaz, Martha Abreu observa que as ofendidas se tornavam, mais que os acusados, "o centro da análise do julgamento". Julgadas pelos "referenciais normativos da elite", muitas das vítimas pesquisadas pela autora passavam para a categoria de culpadas por não se comportarem da maneira esperada pelos juristas.

Vale ressaltar que no caso das mulheres pobres, embora esses referenciais disciplinadores recaíssem sobre os seus costumes, todas essas regras dialogavam com suas vivências. Seus modelos de vida estavam muito aquém do modelo burguês de família que propunham os reformadores da Nação.[21]

A análise de Sidney Chalhoub[22] sobre o cotidiano dos trabalhadores cariocas no início do século XX é um importante trabalho que ajuda a problematizar essas diferenças. O autor argumenta que as "condições materiais de vida da classe trabalhadora" possibilitaram que esses indivíduos tivessem um tipo de relacionamento amoroso que se diferenciava dos "estereótipos dominantes da relação homem-

---

[20] ESTEVES, Martha Abreu. "*Meninas Perdidas*". Op. cit.

[21] SOIHET, Rachel. "A interdição e o transbordamento do desejo: Mulher e Carnaval no Rio de Janeiro (1890-1945)". *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 2, ano 2, 1995, pp. 53-70.

[22] CHALHOUB, Sidney. "*Trabalho, lar e botequim.* Op. cit.

-mulher". Ele afirma ainda que isso se devia a três "fatores combinados": os fortes laços de solidariedade entre parentes, compadres e amigos que levavam a interferência destes no "relacionamento do casal"; o desequilíbrio numérico entre os sexos que garantia a possibilidade de as mulheres arrumarem outro parceiro com certa facilidade e o fato das mulheres exercerem atividades remuneradas, que permitiam seu próprio sustento e as liberava da dependência econômica masculina.

Sidney Chalhoub constata, então, que esses contingentes indicavam uma relação mais simétrica entre os sexos. Isto é, os homens não conseguiam impor totalmente sua dominação entre as companheiras. Embora os três fatores sejam relevantes, o que mais interessa ressaltar para nossos objetivos é a questão do trabalho. A maioria das mulheres pobres tinha seu espaço de atuação não somente no espaço privado do lar, mas também fora dele, já que necessitavam trabalhar para providenciar o sustento familiar. Essa atuação possibilitava para as mesmas certa independência em relação ao homem, já que, assim, elas podiam conseguir e garantir a sobrevivência, sem depender de seus parceiros.

O trabalho remunerado feminino se constituía como um aspecto essencial da construção identitária social das mulheres pobres. Muitas "famílias"[23] viviam em condições de carência financeira e os homens nem sempre conseguiam assumir o papel de mantenedor da casa. Logo, várias destas necessitavam sair de suas casas para prover ou ajudar com as despesas. O trabalhador fora de casa, além de garantir a sobrevivência, possibilitava as mulheres independência na relação que mantinham com o sexo masculino.[24]

---

[23] Os modelos de família eram muito diversos. Existia um grande número de famílias nas "classes populares" que eram chefiadas por mulheres. Ver: *CAULFIELD*, Sueann. *"Em defesa da honra..." Op. Cit* (p. 241) e SANTIAGO, Silvana. "Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas." Tese-Unicamp, 2006.

[24] Sobre esse tema ver: CHALHOUB, Sidney. "Armando". In: *Trabalho, lar e botequim. Op Cit.; CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra.; Op. Cit.* FONSECA, Cláudia. "Ser mulher, mãe e pobre". In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo:

Diferente das mulheres da elite, essas trabalhadoras tinham maior liberdade de locomoção pelas ruas da cidade, iniciativa nas decisões e não se submetiam passivamente a dominação masculina. Chalhoub ainda desta que embora as relações entre homens e mulheres pobres fossem regidas por seus interesses e experiências, que eram distintos dos que predominavam na chamada "família tradicional brasileira"[25], a luta dessas mulheres e afirmação de uma relação mais simétrica também tinha suas regras e seus limites bem definidos. Uma conduta muito independente também era reprovada pelos seus pares.

Somado a essas experiências cotidianas, que impuseram às mulheres pobres uma conduta de vida mais ativa, a historiadora Rachel Soihet[26] observa que um importante movimento das reivindicações por autonomia, direitos civis e políticos femininos ganhou força no país, desde o protesto da escritora Nísia Floresta[27] ainda na década de 1830. O surgimento de uma imprensa feminina, que lutava em prol do abolicionismo e do feminismo, é um exemplo desse movimento. Com a instauração da República, em 1889, novos debates se incluiriam na luta das mulheres pela aquisição de direitos plenos e cidadania: o direito do voto e da elegibilidade das mulheres.

Soihet afirma que a maneira de luta das mulheres acontecia de formas diversas:

Contexto/Ed. UNESP, 1997, p. 510-553. e SOIHET, Rachel. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano". In: DEL PRIORE, Mary (org) & BASSANEZI, (coord. de textos). *Op. Cit.,* p.362-400.

[25] CHALHOUB, Sidney. "Armando". *Op. Cit.,* p.184.

[26] SOIHET, Rachel. "A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista Bertha Lutz". Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez 2000 N° 15, p. 97-117.

[27] *Nísia Floresta Brasileira Augusta,* pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em 1810 no rio Grande do Norte. De acordo com o texto de Rachel Soihet, revoltada com a educação deficiente e a provação de direitos às mulheres no país, em 1832, com 22 anos, publicou a primeira edição de sua tradução da obra *Vindication of Rights of Women* de Mary Whoolstonecraft. (*SOIHET, Rachel. "Discutindo Biografia e história das mulheres"* In: *FUNK, Susana Bornéo, Minella, Luzinete Simões, Glaucia de Oliveira (Orgs). Linguagens e Narrativas: Dessafios feministas.* Vol. 1. Tubarão-SC:Copiart, 2014, p. 63 a 79.

> *Mulheres brasileiras, como aquelas da Europa e dos Estados Unidos, reclamavam direitos, reagindo contra a condição a que estavam submetidas. Algumas se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis na ânsia de subverter sua situação. Lançavam mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência.*

Essa luta por aquisição de direitos e participação nas decisões políticas se atrelava a própria busca de autonomia da mulher, ao desejo de conduzir a sua vida. Seus posicionamentos e práticas, dentro daquilo que lhes era possível, foi o que possibilitou a algumas mulheres certo protagonismo em situações cotidianas. Em seus momentos de lazer, as trabalhadoras usaram esse espaço para lutar e reagir às condições de vida que estavam submetidas. Ao não renunciarem a um posicionamento ativo na diversão, estas jovens, sem deixar de dialogar com os modelos dominantes, se tornaram senhoras do seu lazer[28].

A moralidade nos clubes

A situação vivida pelas mulheres nos pequenos clubes dançantes era muito diversa daquela por elas experimentadas nas Sociedades[29] mais antigas e prestigiadas, freqüentadas pelas elites.[30] Para situar o leitor em tal questão, cabe recorrer as sugestões propostas por Cristiana Schettini Pereira no artigo *Os Senhores da Alegria: A pre-*

---

[28] NASCIMENTO, Aline Carneiro do. *As donas do baile: a agência feminina nos clubes dançantes de trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Monografias. PUC-Rio. Departamento de História, 2012.

[29] As Grandes Sociedades foram criadas na década de 1860, e eram formadas principalmente pelos grupos dos Fenianos, Democráticos e Tenentes do Diabo, estas se destacavam como baluartes do Carnaval carioca no final do século XIX. Para uma análise completa sobre essas sociedades ver em: PEREIRA, Leonardo. *O Carnaval das Letras.* 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. E CUNHA, Maria Clementino Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre os anos de 1880 e 1920.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[30] NASCIMENTO, Aline Carneiro do. "*As donas do baile". Op. Cit.*

sença das mulheres nas Grandes Sociedades Carnavalescas cariocas em fins do século XIX.[31]

A autora mostra que as Grandes Sociedades Carnavalescas eram as agremiações freqüentadas pelas elites cariocas desde a segunda metade do século XIX. Compostas por uma minoria de homens letrados, comerciantes e estudantes, eles utilizavam essas Sociedades para cultivar o que a autora chama de uma "licenciosidade carnavalesca". Essa licenciosidade fazia com que as Grandes Sociedades fossem reconhecidas como espaços de libertinagem.

Autodenominando-se como os "senhores da alegria", os homens que frequentavam as Sociedades se viam na possibilidade de interferir nos lugares e nas formas de diversão das mulheres. Suas esposas e filhas não tinham espaço nos divertimentos oferecidos pelas Grandes Sociedades. Elas não frequentavam as atividades sociais e no carnaval deveriam estar apenas como espectadoras, recolhidas às sacadas e janelas "protegidas das multidões das ruas". Enquanto isso, as "mulheres públicas", que eram prostitutas famosas e cobiçadas, tinham parte reconhecida e ativa na diversão. Faziam-se presentes tanto nos carros alegóricos com que essas sociedades desfilavam pelas ruas quanto nos bailes que eram oferecidos para os seus sócios.

A imagem feminina dentro desses espaços era concebida por esses homens das altas rodas, cariocas que compunham esses clubes como objetos de sua distração. Ali não se buscava afirmar um caráter familiar. Muito pelo contrário, as "senhoras fluminenses", que eram as esposas desses sócios, não tinham espaço nos divertimentos oferecidos pelas Grandes Sociedades.[32]

---

[31] PEREIRA, Cristiana Schettini. Os Senhores da Alegria: A presença das mulheres nas Grandes Sociedades Carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. Carnavais e outras festas: ensaios de história social da cultura. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

[32] É importante explicar que Cristiana Schettini não nega a frequência das senhoras da elite nas Grandes Sociedades. Elas até poderiam participar dos bailes proporcionados, o que está em jogo aqui é uma participação ativa nos festejos. Eram em espaços privados e cercados de outras mulheres que essas damas poderiam ter

Essa libertinagem não era vista nos clubes frequentados por trabalhadores. Mesmo se baseando no modelo de prestígio e requinte das Grandes Sociedades[33] eles tinham seu espaço de autonomia em seu modo de ver o mundo. A questão moral era um problema específico para esses pequenos clubes e não para as Grandes Sociedades.

Era o que mostrava, por exemplo, no ano de 1908, os estatutos da Sociedade Dançante Carnavalesca Triunfo das Violetas,[34] sediada no Morro da Providência. Segundo o 13° artigo, ao "mestre sala" competia "respeitar as sócias como suas filhas que fossem legítimas". Ao exigir que o mestre de salas respeitasse as sócias do clube como nos sugerem a imagem familiar que seus sócios desejavam ver vinculadas a seu clube. A proteção moral feminina, ali, aparecia como fruto de um zelo que tinha base familiar, pois o clube seria freqüentado justamente pelas famílias de seus sócios. É verdade que a regra dialoga com o modelo de dominação masculina em que os homens deveriam proteger e cuidar das mulheres, mas esse cuidado se dava a partir de suas vivências cotidianas.

Fato é que, embora assumissem a função de "protetores" da moral feminina, esses sócios garantiam que o lazer fosse compartilhado "igualmente" por homens e mulheres. Como exemplo, no ano de 1903, os sócios do clube Prazer dos Inocentes, oriundo de Madureira, demonstravam que a inserção feminina não aparecia ali apenas como a de convidadas para o baile. Ao deixarem evidente em seus estatutos que "a palavra sócio abrange a ambos os sexos", os foliões de Madureira mostravam que as mulheres poderiam fazer parte de suas agremiações como sócias titulares. Elas e eles teriam os mesmos direitos e deveres dentro da agremiação. Utilizando de estratégia diferente para garantir a permanência das mulheres na sociedade, os diretores da Sociedade Dançante Carnavalesca e Familiar União das Rosas de

---

voz e autonomia.

[33] Conf. CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia. Op. Cit.,* p. 159.

[34] *Arquivo Nacional,* GIFI 6C 250 ("Sociedade Dançante Carnavalesca Triunfo das Violetas", 1908).

Dona Clara,[35] no ano de 1912, além de democratizarem a admissão dizendo que seu meio social seria composto de um ilimitado número de pessoas de "qualquer nacionalidade, estado, cor e profissão", afirmavam que as futuras sócias de sua agremiação não precisavam pagar a mensalidade de dois mil réis que era critério de admissão para os sócios. Elas contribuiriam "unicamente com uma quantia que entre sim (sic.) estipularem para ocorrer às despesas de Carnaval." A cortesia oferecida às sócias pela diretoria da associação não era uma forma de enxergar as futuras sócias como um adorno do salão ou como objetos de distração masculina. Pelo contrário,tendo em vista que esta associação era formada por muitas famílias que moravam em Dona Clara, dificilmente essas famílias que formavam seu quadro de membros teriam condições financeiras para arcar com as despesas associadas ao valor de mais de uma mensalidade. Desta maneira, ao suprimir a mensalidade das sócias, a sociedade permitia que mais homens e mulheres casados pudessem, junto com seus filhos, ser membros da sociedade e participar ativamente das diversões familiares e carnavalescas, que era a finalidade da sociedade.[36]

Alguns desses divertimentos chegaram a ser descritos na coluna "Nos subúrbios", da *Sociedade Anônima a Época,* como a participação da diretoria em soirées[37] realizadas por outros clubes vizinhos e passeios a outros bairros feito pelos sócios:

> *D. Clara – O rancho União das Rosas deste local fez no domingo último um picnic na Penha, o que encantou por completo a população daquele pitoresco arrabalde. O União das Rosas quando saiu de D. Clara com destino a Penha, foi executando uma marcha esplêndida, chamando a atenção dos passageiros que viajavam no mesmo trem do subúrbio. Quando em Lauro Muller embarcou no trem da Leopoldina, reinava sempre a mesma alegria e harmonia. (...)*

---

[35] *Arquivo Nacional,* GIFI 6C 365 ("Sociedade Dançante Carnavalesca e Familiar União das Rosas de D. Clara", 1912).

[36] Conf. NASCIMENTO, Aline Carneiro do. "*As donas do baile". Op. Cit.*

[37] "Nos subúrbios". A Época, 23 de dezembro de 1912, p. 7.

> *As pessoas que compunham aquele rancho eram as seguintes: presidente, Eleutherio de Sant´Anna; vice-presidente, Henrique Pedro da Rocha; 1° secretário, Manoel Garcia Martins; 2° secretário Anachagas Camara Chagas; procurador Alcindo Magalhães; 2° procurador, Sabino de Oliveira; fiscal, Valentim Dias da Silva; 2° fiscal, Gabriel Ribeiro; ensaiador geral, Germano Feliz Torres; 1° mestre de sala, Carlos Fogaça da Silva; porta-bandeira, Carlinda Magalhães Couto; caçadoras, Eugênia Fernandes da Silva, Eulina Marcolina Pereira, Orlandina Soares de Freitas, Esidora Marcolina Pereira, Maria Felix Dias da Silva, Januário Mindo e demais cavalheiros que nos escaparam. (...)*[38]

Embora na descrição o número de sócios homens seja bem maior em relação ao das sócias, é relevante o fato das mulheres presentes no piquenique terem sido todas citadas no jornal em uma atividade que reafirmava o caráter familiar que os sócios propunham em seus estatutos. A listagem das pessoas que faziam parte da associação também nos permite observar uma repetitividade de sobrenomes deixando subentendido que era um clube freqüentado por muitos parentes.

O cuidado e a proteção, diferente do que propunha os discursos higienistas, não anulava a ação dessas senhoras e senhoritas nas pequenas agremiações. Era por dentro da lógica de dominação masculina que essas mulheres foram ganhando seus espaços de autonomia e protagonismo.

Inserção feminina

Muitas jovens que freqüentavam as agremiações eram responsáveis pela ornamentação e decoração do salão social.[39] Todavia,

---

[38] "D. Clara". *A Época*. 13 de março de 1913, p. 5.

[39] Margareth Rego observa que nos diversos modelos de associações a presença feminina se dava somente como "filhas, esposas e mães" isto é, na "condição de subordinadas" aos líderes masculinos. (RAGO, Margareth." *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930.* Paz e Terra, 1985, p. 64. Outros trabalhos que tematizam o silenciamento feminino são: SOIHET, Rachel. "Mulheres moldando esteticamente suas existências: feminismo como alavanca para

reduzir a presença destas somente a essa função seria um equívoco. A participação das mulheres nos clubes dançantes mistos poderia se estender nos carros alegóricos, nas atividades sociais e nos cargos das diretorias junto com os homens. [40] Se recorremos a nota sobre o piquenique dos sócios do clube União das Rosas, veremos que o articulista cita o nome de algumas mulheres que faziam parte do piquenique. Dentre elas estava a porta-bandeira[41] Carlinda Magalhães Couto.[42]

Batizada como Carlinda Ribeiro Neves, quando se casou com o operário paulista Alcino Magalhães, tinha 21 anos de idade e era doméstica. Possivelmente, ela, junto com seu marido, fazia parte da sociedade União das Rosas desde a sua fundação, pois Alcino já aparecia como membro da diretoria[43] desde a fundação da sociedade. Também foi o endereço do casal na rua Antonieta, número 50, na Estação de dona Clara que foi informado como sede pela diretoria no pedido de licença de funcionamento enviado à polícia.

Sobre a porta-bandeira, poucas informações foram encontradas nos periódicos. O caminho para encontrar uma informação maior sobre ela teve que ser por seu marido Alcino Magalhães. Através dele[44] que foi encontrado o registro de casamento,[45] do ano de 1909.

---

uma sociedade mais justa". *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PUC/SP. Vol. 45* (2012) jul/dez. e SCOTT, Joan W. "O Individualismo radical de Madeleine Pelletier". *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem.* Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p. 105-154.

[40] NASCIMENTO, Aline Carneiro do. "*As donas do baile*". *Op. Cit.*

[41] A porta bandeira era aquela que carregava o estandarte da agremiação.

[42] "*Nos subúrbios*". A Época, 13 de março de 1913, p. 5.

[43] "Sociedade C. F. União das Rosas de D. Clara". *Jornal do Brasil,* 29 de janeiro de 1912, p. 06.

[44] Benito Bisso SCHMIDT trabalha com mulheres que tiveram sua existência ligada a figura de homens ilustres. Para saber mais sobre tal discussão, ler SCHMIDT, Benito Bisso. "Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher ´excepcional`". In: Ângela de Castro Gomes e Benito Bisso Schmidt (Orgs.) *Memórias e narrativas autobiográficas.* Rio de Janeiro: Editora FGV/Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009, p. 255-276.

[45] Brazil, Rio de Janeiro, Civil Registration, 1829-2012 "database with images,

O jornal *O Imparcial*,[46] em 1914 em uma pequena nota sobre a sociedade, apresenta Carlinda como diretora geral, sendo o único artigo encontrado falando a respeito de tal assunto. As funções exercidas por Carlinda Magalhães descritas nos jornais não aparecem nos estatutos da sociedade; seu nome nem chegou a ser citado na lista da diretoria. Na verdade, em uma sociedade onde os homens eram maioria, é provável que a visibilidade das mulheres não fosse uma preocupação[47] deles. Ainda assim, elas encontraram maneiras de se fazerem vistas.

Experiência muito semelhante foi vivenciada na Sociedade Dançante Carnavalesca Filhas das Jardineiras. Aparentemente fundada em 1906[48] na rua São Roberto (Estácio), a associação tinha prestígio na cidade. Seus bailes estavam sempre noticiados nos jornais. Os elogios se centralizavam na atuação da porta-estandarte Lydia Maria da Conceição, no som de sua "afinadíssima orquestra"[49] regida pelo "batuta"[50] Irineu de Almeida.[51] E suas pastoras. No carnaval de 1907, três dessas moças se estacariam no informe da *Gazeta de Notícias*[52].

FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:KFSD-9GF: accessed 12 January 2016), Alcino Magalhães Couto and Carlinda Ribeiro Neves, Marriage Registration; citing 12ª Circusncrição, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil; Corregedor Geral de Justiça, Rio de Janeiro (Inspector General of Justice Offices, Rio de Janeiro); FHL microfilm 1.390.861.

46 "União das Rosas de D. Clara". *O Imparcial*, 23 de fevereiro de 1914, p. 4.

47 RAGO, Margareth. "*Do cabaré ao lar...*" *Op. Cit.*

48 Encontrei um único registro no jornal que dizia que a sociedade foi fundada em 1906por Ida Maria da Conceição. (*Gazeta de Notícias,* 27 de janeiro de 1907. p. 7).

49 "Filhas da Jardineira", *O Paiz*, 25 de fevereiro de 1911, p. 4.

50 "Clubs", *A Imprensa,* 04 de abril de 1911. p. 5.

51 Irineu Gomes de Almeida (1873-1916) também era conhecido como "Irineu Batina". De acordo como Dicionário Cravo Albin Irineu... "Integrou a Banda do Corpo de Bombeiros desde sua formação, em 1896, atuando sob a regência do compositor Anacleto de Medeiros. Foi um dos freqüentadores do "Cavaquinho de Ouro", ponto de encontro de chorões como Quincas Laranjeiras, Heitor Villa-Lobos, Luís de Souza, entre outros. Foi professor de Pixinguinha, a quem convidou em 1911 a integrar a orquestra do Grupo Carnavalesco Filhas da Jardineira, rancho fundado em 1905." Disponível em: http://dicionariompb.com.br/irineu-batina. Acesso 02 mar 2017.

52 Gazeta de Notícias, 11 de fevereiro de 1907, p. 1.

A diretoria da Sociedade Dançante e Carnavalesca dos Filhos (sic.) das Jardineiras é arrojada e de um bom gosto nunca visto. Ela está assim composta: Alberto Andrade, presidente; Julio Ribeiro de Campos, secretário; João Machado da Silva, tesoureiro; Josino Augusto de Azevedo, diretor técnico. A porta estandarte, Mlle. Lydia M. da Conceição; porta-bandeira Mlle. Alzira Martins, 2ª diretora: Mlle. Virgínia Costa, diretora de canto.

Ao lado dos diretores, as jovens aparecem conduzindo o estandarte, a bandeira do grupo e cantando. O estandarte e a bandeira eram os mais importantes símbolos das associações. Eles eram o elemento da identificação das sociedades. Empunhar e portar a bandeira eram cargos de honra e deveriam ser exercidos por uma pessoa de confiança que pudesse representar o clube.[53]

Em uma pequena "quadrinha", cantarolada pelos "Filhos das Jardineiras", vemos a exaltação à porta bandeira Alzira Martins:

Eu fico orgulhosa de ver a porta bandeira,

Essa catita menina é filha da Jardineira!

Ao declararem, nos versos cantados para saudar os redatores da *Gazeta de Notícias*, que sua porta-bandeira lhes dava "orgulho", os "Filhos das Jardineiras" enfatizavam ainda mais a importância do cargo exercido por uma de suas sócias. Esse valor fica ainda visível na foto das pastoras da associação publicada pela Revista da Semana, em Janeiro de 1911.

Elegantemente, vestidas de branco e com rosas nos cabelos[54], essas jovens, a seu modo, ganharam espaço e valorização no clube que faziam parte. Em meio a tantos homens, sua presença no clube estava longe de uma imagem licenciosa ou de adereço. Na pesquisa realizada nos jornais foi possível perceber uma infinidade de cargos que fo-

---

[53] BATALHA, Cláudio. "Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República.

[54] "As filhas das Jardineiras". *Gazeta de Notícias,* 30 de janeiro de 1911, p. 04.

ram exercidos por damas que freqüentavam os clubes. Além de porta-bandeira e porta-estandarte, foram encontrados caçadoras, coristas[55], estrelas[56], diretoras de canto[57], rainhas[58], e alguns outros[59]. Provavelmente esses cargos eram simbólicos, mas o importante é a visibilidade que as mulheres passam a ganhar nos jornais. Elas se tornaram, aos poucos, elemento essencial da formação identitária de clubes em que os homens eram a maioria.

Um Grêmio para as moças

Como se tornava cada vez mais ativa a presença feminina nas associações recreativas, os diretores dos clubes começaram a incentivar e apoiar a formação de clubes organizados por mulheres. Cientes da capacidade de articulação feminina, associavam seus clubes a esses novos grêmios coordenados por elas. Experiências como essas ocorreram em diferentes agremiações. Coirmã do Grêmio das Diamantinas e freqüentadoras assíduas das suas atividades, o Grêmio das Estrellas se formou em dezembro de 1902 e foi criado por iniciativa dos diretores do Diamante Club[60]. O grêmio funcionava na rua Chile (sede do Diamante Club) e era formado por moças e senhoras que faziam parte do Diamante Club. Assim como as Diamantinas, no ano de 1904, as diretoras do grêmio das Estrellas adquiriram seu próprio espaço de lazer.

> *As encantadoras Estrellas, que durante tanto tempo deram a nota chic aos salões do apreciado Diamante Club, na rua Chile, agora*

---

55 "O Ameno Resedá". *Gazeta de Notícias*, 3 de março de 1908, p. 02.

56 "Yaya Formosa". *A imprensa*, 18 de janeiro de 1910, p. 04.

57 "Moreninhas de Santa Tereza". *A imprensa*, 15 de janeiro de 1910, p. 04.

58 "Flor dos Chinezes". *Gazeta de Notícias,* 14 de fevereiro de 1904, p. 04.

59 Encontrei na *Gazeta de Notícias* alguns cargos que acho importante ilustrar para o leitor. Os Caçadores de Montanhas tinham diretoras de canto, pastoras mestre, dama de frentes, batedoras. (*Gazeta de Notícias,* 30 de janeiro de 1910). O União das Rosas destaca suas bailarinas (*Gazeta de Notícias*, 21 de janeiro de 1911).

60 "Palcos e Salões". *Jornal do Brasil,* 10 de dezembro de 1902, p. 03.

ainda o fazem com mais brilhantismo na nova sede do Club, à rua do Catete.[61]

Diferente das Diamantinas, a mudança do espaço de lazer não significou para o Grêmio das Estrellas, rompimento dos laços com o Diamante Club. A festa de inauguração da nova sede foi dedicada aos "senhores sócios do Diamante" [62] e nas notas enviadas ao *Jornal do Brasil* ainda se denominavam como filiadas ao Diamante Club.

De modo equivalente, no ano de 1903, o Club Familiar de Botafogo[63] em seus estatutos enviados à secretaria de polícia, afirmava que era permitido a organização de "grupos de moças" desde que estas prestassem obediência a sua diretoria. Em maio do mesmo ano, os sócios conseguiram formar o Grêmio das Violetas[64]. Mesmo com uma diretoria própria, as sócias do grêmio mantiveram ligações estreitas[65] com os diretores do clube de Botafogo. Nos eventos sociais, as "Violetas" eram juntamente com os foliões de Botafogo, representadas pelo operário Luiz Barbosa.

Oriundos do mesmo bairro, os diretores do Club Recreativo Coiós de Botafogo[66] também permitiam a formação de "grupos de moças", acrescentando ainda que poderiam ter sua própria diretoria. No caso destes, a associação feminina chamava-se Grêmio das Rosas. Sua presidenta Flausina Gomes prestava obediência a um diretor que era representante do grêmio (e este prestava obediência aos diretores do clube Coiós de Botafogo)

Aquela variedade de novos grêmios[67] femininos filiados aos clubes mostram que esse processo se difundiu na cidade. A presen-

---

[61] "Palcos e Salões". *Jornal do Brasil,* 14 de julho de 1904, p. 04.

[62] "Palcos e Salões". *Jornal do Brasil,* 24 de setembro de 1904, p. 03.

[63] "*Arquivo Nacional,* GIFI 6C 102 ("Club Familiar de Botafogo", 1903).

[64] *Jornal do Brasil,* 26 de maio de 1903, p. 03.

[65] *A Notícia,* 12-13 de julho de 1903, p. 02.

[66] "*Arquivo Nacional,* GIFI 6C 102 ("Coiós de Botafogo", 1903).

[67] Destaco que a palavra Grêmio não era sinônimo de associação feminina, nos estatutos colhidos pude perceber que haviam outras associações, organizadas por

ça feminina era uma realidade e a possibilidade de ter suas próprias associações recreativas demonstram o quanto foram conquistando o protagonismo nos momentos de lazer.

Em suma, a presença das mulheres nos pequenos clubes dançantes era efetiva. A documentação de imprensa é um dos melhores caminhos para se estudar a inserção feminina nas associações. Através de fotografias e notas publicadas as mulheres passaram a ganhar visibilidade que até então era quase nula nos estatutos das associações dirigidas por homens. De fato, os modelos de moralidade que foram projetados para as mulheres recaíam sobre todas as áreas do cotidiano, inclusive do lazer. Fato é que na maioria dos estatutos, os diretores se colocavam como protetores da moral das sócias. Esta preocupação com a honestidade das sócias não acontecia de forma homogênea. As fronteiras eram fluídas e se adequavam ao cotidiano dos "populares" da cidade do Rio de Janeiro.

Em meio às regras que se estabeleciam, e no diálogo com elas, as mulheres foram dando-se conta de sua posição "marginal"[68] na sociedade. Embora sua realidade fosse dominada por uma lógica machista, as mulheres enxergavam e criaram possibilidades de um lazer autônomo. Pequenas ações individuais, como participar de um grêmio feminino filiado a seus clubes de origem ou na criação de suas próprias associações recreativas[69], foram os caminhos possíveis para que reagissem contra sua suposta passividade e a dominação a que estavam submetidas.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. "Histórias musicais da Primeira República", *Art-Cultura,* vol. 13, n. 22, jan/jun. 2011, pp.71-83.

---

homens, que adotaram a nomenclatura.

[68] DAVIS, Natalie Zemom. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[69] Existiam vários clubes que se formaram por iniciativa feminina. O trabalho monográfico de Aline Carneiro Nascimento é uma bela iniciativa de pesquisa dessas associações pouco abordadas pela historiografia de carnaval.

___. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro,* 1918-1940. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CÔRTES, Giovana Xavier da Conceição. *Brancas de almas negras?: beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação* (EUA, 1890-1930). Tese. Unicamp: Campinas, SP. 2012.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre os anos de 1880 e 1920.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras F(r)estas: ensaios de história social da cultura.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

DAVIS, Natalie Zemon; FEIST, Hildegard. *Nas margens: três mulheres do século XVII.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GELER, Lea. "´Nuestro sexo está de pie`. Voces afrofemeninas em la Buenos Aires de 1876-78" *Claroscuro,* nº 6. Rosario, Argentina, pp. 109-137.

PEREIRA, Leonardo A. Miranda. "O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República." In: *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930).* Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

PEREIRA, J. C. Com que Roupa? O associativismo recreativo e a questão da moralidade entre os trabalhadores do Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro,* v. nº 9, pp. 411-423, 2015.

SOIHET, Raquel. "A interdição e o transbordamento do desejo: Mulher e Carnaval no Rio de Janeiro (1890-1945)". *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 2, ano 2, 1995, pp. 53-70.

THOMPSOM, Edward Palmer. *Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Resumo

O presente artigo trata da participação das mulheres em clubes dançantes no Rio de Janeiro, exclusivamente femininos e a repercussão na imprensa das atividades dos referidos clubes (1900-1910).

Palavras-chave: Rio de Janeiro, clubes dançantes, mulheres.

Abstract

This article deals with the participation of women in dancing clubs in Rio de Janeiro, exclusively female and the repercussion in the press of the activities of these clubs (1900-1910).

Keywords*: Rio de Janeiro, dancing clubs, women.*

Recebido em 29 de março de 2017. Aprovado em 15 de outubro de 2017.

OS FOLHETINS LÍRICOS DE LUIZ CARLOS MARTINS PENNA E A ÓPERA DA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO IMPERIAL (1846-1847)

Luiz Costa-Lima Neto[1]

Um autor teatral censurado

Consagrado como o fundador da comédia de costumes no Brasil – gênero teatral que trata dos hábitos de uma determinada parcela da sociedade abordada pelo dramaturgo de maneira crítica e até satírica[2] –, Luiz Carlos Martins Penna (Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1815 – Lisboa, 07 de dezembro de 1848) escreveu não apenas comédias e dramas históricos, mas também folhetins líricos. Assim como outros autores ligados ao romantismo literário, o autor se dirigia ao público por meio dos dois instrumentos de comunicação principais de sua época: o teatro e o jornal.[3] Entretanto, diferentemente de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Teixeira e Souza, Manoel de Araújo Porto-Alegre, José de Alencar e Agrário de Menezes, Martins Penna utilizou os folhetins[4] dos periódicos não para veicular romances, mas sim para escrever críticas de óperas e outros espetáculos apresentados nos teatros principais da cidade do Rio de Janeiro.

---

[1] Doutor em Musicologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, pós-doutor em História pela Universidade Federal Fluminense/UFF.

[2] GUINSBURG *et alli*, 2009.

[3] MATTOS, 1981, p. 111.

[4] Os folhetins surgiram originalmente no início do século XIX, na França, ocupando o rodapé de uma ou mais páginas dos jornais. Consistiam num tipo de crítica musical mais voltada para o entretenimento do que para a análise musical rigorosa, antes do surgimento dos periódicos especializados em música. Os folhetins franceses que publicavam romances melodramáticos em capítulos seriados chegaram ao Brasil em 1838, com *O capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, seguindo a fórmula: "Continua no próximo número". MEYER, 2005 (1996), pp. 57-84.

Num total de 52, os folhetins de Martins Penna foram publicados no *Jornal do Commercio*, entre 08 de setembro de 1846 e 06 de outubro de 1847[5]. O autor começou a escrevê-los cerca de um ano após sua comédia *Os dois ou o inglês maquinista* (1842 – data provável)[6] ter sido censurada pela Câmara dos Deputados, em agosto de 1845. O estopim da censura foi aceso quando a família imperial – incluindo o próprio Pedro II, então com 20 anos – esteve presente ao teatro de São Pedro de Alcântara e assistiu, ao fim do espetáculo, à comédia de Martins Penna. O episódio reverberou na Câmara dos Deputados, que criticou, especialmente, a cena na qual "um contrabandista de africanos [trazia] um debaixo de um cesto".[7] Tratava-se da cena XIII da referida comédia, na qual Martins Penna incluiu o personagem de Negreiro, um jovem grã-fino (traficante) que cortejava, indiretamente, a Mariquinha, obsequiando sua mãe, Clemência, com um presente escondido dentro de um grande cesto: um pajem, isto é, um escravo de sete para oito anos de idade. O personagem de Negreiro informa que a criança fora recém-desembarcada ilegalmente na praia de Botafogo – na época um local relativamente afastado do centro comercial e residencial da cidade do Rio de Janeiro.

Para compreendermos o contexto da comédia de Martins Penna, é necessário assinalarmos que, desde a promulgação da lei de 07 de novembro de 1831, proibindo o tráfico negreiro, todos os africanos que entrassem no território do Brasil estariam livres. A lei, contudo, nunca foi cumprida à risca, ficando conhecida popularmente como "lei para inglês ver" e, no período entre 1831 e 1850 – ano em que o tráfico negreiro é definitivamente extinto –, foram desembarcados ilegalmente, no Rio de Janeiro e cercanias, mais de 750.000 africanos escravizados.[8] Em 1845, quando a comédia de Martins Penna foi censurada pela Câmara dos Deputados, estava no auge a contenda entre Brasil e Inglaterra, diante da qual as camadas endinheiradas da sociedade na-

---

[5] MARTINS PENNA, 1965 (16 fev. 1847).

[6] MARTINS PENNA, 2007.

[7] Ver *Jornal do Commercio*, "Atas da Câmara dos Deputados", 08 ago.; 08 set. 1845.

[8] CHALHOUB, 2012, p. 46.

cional defendiam o "direito soberano" de o Brasil continuar a praticar o comércio negreiro ilegal, enquanto os navios ingleses policiavam as águas continentais brasileiras para coibir o tráfico, obrigando os traficantes aos mais diversos expedientes para desembarcar clandestinamente suas cargas humanas.

As críticas dos deputados tiveram como reflexo imediato a interrupção da bem sucedida temporada da comédia *Os dois ou o inglês maquinista*, de Martins Penna, que tinha obtido dez representações desde o mês de janeiro, quando estreou no teatro de São Pedro.[9] Na realidade, a comédia foi censurada não apenas porque expunha publicamente para as plateias a grave questão do contrabando negreiro ilegal, mas também porque o presidente da diretoria daquele teatro, no período 1845-1851, estava diretamente ligado ao comércio de escravizados, sendo considerado o maior traficante negreiro do Rio de Janeiro no segundo quartel do século XIX.[10] O português José Bernardino de Sá (c. 1802-1855) era comendador, dono do jornal *Mercantil* e de três fazendas nos municípios de São Sebastião e Ubatuba (SP), utilizadas na receptação de africanos contrabandeados,[11] além de proprietário, entre 1847 e 1855, do Solar onde antes havia residido a Marquesa de Santos, em São Cristóvão.[12] Exemplificando as relações perigosas entre José Bernardino de Sá e o governo imperial, o grande traficante negreiro recebeu o título de barão e, depois, de visconde de Villa Nova do Minho.[13] Não interessava a José Bernardino de Sá que em seu teatro fossem representadas comédias que denunciavam o

---

[9] Segundo informação da *Revista Dyonisos*, 1966, p. 82.

[10] PESSOA, 2017, pp. 14-17.

[11] As três fazendas eram denominadas da Lagoa, Tabatinga e Poço verde, localizadas nas praias vizinhas da Lagoa e da Tabatinga, em Ubatuba/SP. É interessante notar que, atualmente, ao lado das duas praias referidas, existe o Quilombo da Caçandoca, na praia homônima. Ver *Jornal do Commercio*, 11, 20 ago. 1847, p. 4; 23 fev. 1856, p. 2.

[12] ACCIOLI, 2011, p. 21.

[13] José Bernardino de Sá recebeu o título de barão em 17 de fevereiro de 1851, e o de visconde de Villa Nova do Minho em 11 de abril de 1855, três meses antes de falecer. Ver *Jornal do Commercio*, 23 fev. 1856, p. 2; Lista dos irmãos e irmãs sepultados no Cemitério de S. Francisco de Paula (ver referências).

tráfico negreiro ilegal – atividade na qual o comendador estava metido até o pescoço.[14]

Censurado pela Câmara dos Deputados e pela diretoria do teatro onde a maioria de suas comédias foi representada entre 1838 e 1847, Martins Penna sofreu outra censura, em dezembro de 1845, agora por parte do Conservatório Dramático Brasileiro, instituição que ele ajudou a fundar em 1843, e na qual ocupava o cargo de 2º. Secretário. O conservatório censurou sua comédia *Os ciúmes de um pedestre ou o terrível capitão do mato* (1845-1846) – uma paródia da tragédia *Otelo ou o mouro de Veneza*, de William Shakespeare, uma das peças mais famosas do repertório do ator João Caetano, o qual desempenhava o papel do general Otelo, enciumado e enfurecido com a suposta traição de sua amada. Martins Penna inseriu na comédia dois fatos verídicos ocorridos na capital imperial. Um desses casos foi a tentativa de invasão de domicílio por parte do português Manuel Machado Caires, encontrado na noite de 01 para 02 de outubro de 1845 no telhado de uma casa. Munido de armas e lenços, Caires aparentemente pretendia amordaçar e sequestrar uma moça de família, pela qual estava apaixonado – esta moça era filha de um dos associados do Conservatório Dramático... A segunda alusão fazia menção ao caso de um proprietário de escravos que pôs o corpo de um destes num saco, ordenando a outro de "seus" negros que o atirasse ao mar.[15] Na comédia, o personagem correspondente ao proprietário assassino é André Camarão, um pedestre, ou seja, um policial que tinha por função principal perseguir os escravos fugidos e que, na comédia, mantem presas em casa suas mulher e filha, Anacleta e Balbina, com medo de ser abandonado por ambas, tentando matar todos os que delas se aproximam.

Os censores do Conservatório Dramático criticaram as alusões da comédia de Martins Penna ao ator João Caetano e ao membro associado do conservatório cuja casa foi invadida pelo português

---

[14] Para outras informações sobre José Bernardino de Sá, ver CONRAD, 1985, pp. 122-127; p. 167.

[15] MAGALHÃES JÚNIOR, 1972, p. 166.

apaixonado, além do caso do escravizado "morto, ou matado" por seu senhor:

> *[A comédia Os ciúmes de um pedestre] importa em uma cena de vida doméstica bem pouco decente [e] apresenta duas alusões a meu ver indesculpáveis e cuja representação não se deve permitir. Há pouco a polícia desta Corte fez deportar um homem que, sendo apaixonado por uma moça, subiu ao telhado e desceu as escadas de um sótão para lhe falar. E isto é o que faz Paulino logo no começo da peça, e até repete estas palavras que se publicaram a respeito em folhas – caminho dos gatos e dos amantes à polca – aludindo aos telhados. [...] O outro ponto da alusão vem a ser que discute-se este ano perante os tribunais uma ação criminal contra um homem que tinha escondido em um saco certo escravo morto, ou matado, para ser posto no mar. Ora, André, crendo ter morto o amante da mulher e a esta, quer usar e usa efetivamente do saco para transportar os corpos – logo eis a alusão toda perfeita. [...] Por tanto sou de opinião que se não deve representar a farsa.*[16]

As censuras da Câmara dos Deputados e do Conservatório Dramático obrigaram Martins Penna a abrir uma nova frente de trabalho para si mesmo ao passar a escrever críticas de ópera, publicadas semanalmente nos folhetins do *Jornal do Commercio*, ao mesmo tempo em que utilizava o espaço do jornal como tribuna política, investindo contra as pessoas e instituições que antes o haviam censurado e que continuavam a combatê-lo publicamente.

Os Folhetins líricos e a ópera da política

> *Se a poesia se apodera de nossa alma e nos exalta o pensamento, e se com esta predisposição temos a fortuna de assistir à representação de uma ópera bem escrita e cujos cantores conscienciosa e artisticamente fazem o seu dever, encaramo-la como o mais belo e magnífico espetáculo que tem cogitado e cogitará jamais o espírito humano. Vemos nela a reunião de todas as belas-artes, da música, da poesia, da pintura, da arquitetura, da ótica e da mecânica, em*

[16] André Pereira de Lima citado por MAGALHÃES JÚNIOR, 1972, p. 166.

uma palavra, a grande obra por excelência, como o seu nome indica – Ópera. [...]

Mas se a nossa alma está despida de toda a poesia, se olhamos para o mundo e para as ações da vida com a zombaria que merecem, e se, assim pensando, temos de assistir à representação de uma mal sabida e mal cantada ópera, de diferente modo a julgamos. Levanta-se o pano, e se a cena, por exemplo, representa uma praça, vemos, quando muito, uma sala de trinta pés quadrados; de um lado e outro cinco ou seis bastidores com quatro pinceladas, simulando casas feitas em talhadas; no fundo, um grande pano com torres e edifícios arruados e pintados, com rasgões aqui ou ali, os quais, vistos de longe, fingem cavernas na terra ou buracos no céu. Se um homem passa por trás deste pano e o toca levemente, principiam as casas e torres a tremerem e a dançarem como se houvesse terremoto na cidade. Meia dúzia de trapos pendurados ao comprido à maneira de roupa a secar e pintados de azul representam o céu. Uma vela de sebo atrás de uma roda de papel oleado é a lua; quatro tiras de paninho azul diante das luzes dos candeeiros fazem o luar; abaixam-se os paninhos, é o sol. Sai de dentro dos bastidores o cantor ou a cantora, com ridículos vestidos bordados a ouropel; o vermelhão lhes afogueia e ilumina as faces, que descoram com o correr do suor; riem-se sem que ninguém os faça rir, e do mesmo modo choram. Fecham os punhos de raiva, deitam a cabeça para trás, incham as veias do pescoço, caem em convulsões, e arrancam dos atormentados pulmões ganidos e regouços; atiram-se nos braços uns dos outros, beijam-se e afagam-se quando talvez desejassem arranhar e morder; caem, fingem-se de mortos, espicham-se no chão; e todas estas momices são feitas a compasso! Na orquestra, uns poucos homens esfregam os arcos nas rabecas com tal rapidez de braço que causa vertigens, ao mesmo tempo em que outros assopram suas cornetas e fagotes com as bochechas entumecidas e luzentes à semelhança de querubins de andor. E o público dos camarotes e plateia, velhos e moços, donas e donzelas, olham para tudo isto de boca aberta, riem-se, choram, aplaudem, entusiasmam-se, e à meia-noite voltam para casa calcando lama e, quando Deus quer, debaixo de aguaceiro.[17]

---

[17] MARTINS PENNA, 1965 (17 mar. 1847), pp. 171-172.

Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, em 1808, a cidade tornou-se a capital do império português ultramarino e palco de mudanças profundas. Tiveram que ser recriadas, no lado americano do Atlântico, instituições estatais como o Desembargo do Paço, o Conselho da Fazenda, a Junta de Comércio, a Imprensa Real, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, o Museu Nacional, a Escola de Belas-Artes, dentre outras instituições.[18] A música recebeu grande atenção do monarca D. João VI: em 1808, ele fundou a Capela Imperial, com 50 cantores estrangeiros e nacionais, além de grande orquestra e, em outubro de 1813, inaugurou o Real Teatro de São João do Rio de Janeiro.[19] Como assinalado por Souza (2012, p. 121), a história deste teatro é exemplo da "íntima ligação entre acontecimentos políticos e palco". Recebeu inicialmente o nome de Real Teatro de São João, em homenagem a Dom João VI, mas em 1824, após a Independência, passou a chamar-se Teatro de São Pedro de Alcântara; em 1831, após a abdicação de Dom Pedro I, Teatro Constitucional Fluminense e, posteriormente, com a maioridade (antecipada) de Pedro II, novamente Teatro de São Pedro de Alcântara.[20]

À época em que Martins Penna escreveu seus folhetins, o teatro de São Pedro tinha 456 gerais, 238 cadeiras e 100 camarotes de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª ordens, acomodando um total estimado de mais de 1.000 pessoas.[21] Os preços dos ingressos eram: a) Geral – 1000 réis; b) Cadeira – 2000 réis; c) Camarote de 2ª ordem – 5000 réis e d) Camarote de 1ª ordem – 6000 réis.[22] Os teatros eram frequentados pela elite

---

[18] SCHWARCZ, 2011, p. 207.

[19] CARDOSO, 2008, pp. 8-9.

[20] Atualmente é denominado Teatro João Caetano, em homenagem ao ator e empresário brasileiro João Caetano dos Santos, contemporâneo de Martins Penna. SOUZA, 2002, p. 121.

[21] Ver "Mapa demonstrativo da Receita e Despesa do teatro de São Pedro de Alcântara". *Jornal do Commercio*, 12 set. 1850.

[22] Para fins de comparação, com base no anúncios do *Diário do Rio de* Janeiro, informamos que um exemplar deste jornal custava 60 réis, enquanto que partituras de modinhas com acompanhamento de piano ou violão eram vendidas por cerca de 200 réis e, uma galinha, por 600 réis. Um realejo grande custava 80.000 réis, enquanto que um piano de cinco oitavas, 120.000 réis.

composta pela Família Real, pela aristocracia e pelas grandes oligarquias e famílias que dominavam a política, a administração e a economia desde a colônia (aproximadamente 2 a 5% da população total da corte). Além da elite, afluíam aos teatros a classe média urbana integrada heterogeneamente por brasileiros e imigrantes, na qual figuravam intelectuais, estudantes, artesãos, doutores, músicos, costureiros, comerciantes, donos de pequenos negócios e burocratas, dentre outros profissionais.[23] Geralmente, os negros escravizados não participavam diretamente dos espetáculos e estavam no teatro de São Pedro apenas como guarda-costas, pois não tinham cadeiras na plateia e ficavam nos corredores, fora dos camarotes, para servir a seus "senhores". Sua presença, algo fantasmagórica, compunha "a pintura estática da hierarquia social local" e sua aparição inconstante como serviçais dependia dos desejos e solicitações eventuais de seus "donos".[24] Relatos de viajantes, contudo, revelam que a presença de negros libertos se fazia sentir no coro, na orquestra e na plateia do teatro italiano, onde "as ricas mulatas julgavam poder vingar-se do desprezo que lhes acarretava a cor, pelo luxo extravagante dos adornos, o ouro e as joias que sobre sua tez cobreada cintilavam."[25]

Os programas apresentados pela companhia lírica italiana, acompanhada de orquestra e coro, além de corpo de baile e da companhia dramática portuguesa, eram extensos e podiam começar às oito horas da noite, terminando às duas da madrugada. A ópera italiana ocupava o topo de uma hierarquia, acima de outros tipos de espetáculo, como o teatro declamado e o teatro musicado. No topo, o gênero sério ou melodramático e, em segundo plano, o cômico ou bufo.[26]

---

[23] MAGALDI, 2004, pp. xiii, xix.

[24] *Idem*. 2004, p. 39.

[25] Lavollé citado por TAUNAY (ver referências).

[26] BRITO; CYMBRON, 1992, p. 129.

Figura 1 "Ária de Bravura".
Caricatura de Manuel de Araújo Porto-Alegre. Revista Lanterna Mágica, 1845.

Os longos programas noturnos eram divididos geralmente em três partes: a) representação de uma ópera italiana ou de uma tragédia ou comédia (frequentemente antecedida por uma "sinfonia", isto é, uma abertura orquestral); b) bailado e; c) entremez.[27] As comédias em um ato de Martins Penna eram geralmente apresentadas na parte final do espetáculo, embora pudesse ocorrer que duas comédias do autor fossem encenadas na mesma noite ou, ainda, que uma de suas poucas comédias em três atos fosse apresentada como a parte principal do espetáculo, sendo os intervalos entre os atos preenchidos com números vocais, coreográficos, instrumentais, de malabarismo, equilibrismo ou com feras amestradas.[28]

---

[27] O entremez era um gênero teatral em um ato, de caráter jocoso, surgido no século XVII, na península ibérica, sendo apresentado entre os atos da peça principal (comédia, tragédia ou drama) ou no final do espetáculo. Sua função principal consistia em atenuar a tensão dos dramas mais longos e era geralmente terminado por um número musical-coreográfico. Constituído hibridamente por matrizes musicais ibéricas e afro-brasileiras o entremez chegou ao Brasil em fins do século XVIII. BUDASZ, 2008, pp. 5-22. SOUSA, 1968, p. 183.

[28] Ver *Diário do Rio de* Janeiro, 10 ago. 1845; 07 ago. 1847; 17 jun. 1853; 17 jun. 1853; 20 jun. 1853; 16 jun. 1853; 25 out. 1853; 22 jun. 1855, 24 nov. 1857; 18 mai. 1865.

O teatro de São Francisco,[29] por sua vez, era administrado pelo ator e empresário brasileiro João Caetano (1808-1863), mantendo duas companhias; uma lírica francesa, a outra dramática, formada por uma maioria de artistas brasileiros. O São Francisco mantinha a mesma estrutura tripartite do seu rival São Pedro, embora com repertórios diferenciados. Geralmente trocava a ópera italiana pela ópera cômica francesa[30] ou o bailado por um *vaudeville*,[31] uma peça musical instrumental ou, ainda, uma ária cômica encenada pelo cantor-ator-dançarino negro Martinho Correa Vasques (1822-1890) – uma das estrelas da companhia dramática de João Caetano. O final festivo era obrigatório em ambos os teatros.

A ópera, em sua versão italiana, chegou ao Rio de Janeiro nos anos de 1820. Para serem viabilizadas nos teatros da capital do Império as obras tinham, contudo, que passar por um processo de adaptação, sendo cortadas e rearranjadas para que "coubessem" nas orquestras pequenas e no elenco reduzido de cantores e cantoras. Além disso, era normal que fossem colocadas juntas partes de obras diferentes. Em seus folhetins Martins Penna critica, por exemplo, a prática dos "espeques" no teatro de São Pedro:

> *Suponham, por exemplo, que uma ópera já não dá casa, como se costuma dizer em linguagem técnica. O que se faz? No intervalo do*

---

[29] O Teatro de São Francisco foi construído em 1832, para servir como uma pequena sala de espetáculos destinada à "encenação de atores amadores franceses, que trabalhavam como caixeiros, modistas e contramestres na Rua do Ouvidor". SOUZA, 2002, p. 41.

[30] As origens da *opéra comique* remontam aos teatros ao ar livre, que funcionavam na França por volta de 1715. O termo designa espetáculos franceses dos séculos XVIII, XIX e XX com música instrumental e vocal, diálogos falados e, eventualmente, recitativos. O repertório, de apelo popular, se opunha à ópera séria e a música era composta especialmente, ou em grande parte. CRANMER, 2013, pp. 213-224.

[31] O *vaudeville* francês é um antecessor da opereta e seu significado está ligado à ópera cômica. Trata-se de uma comédia entremeada de canções, com enredo simples e diálogos intercalados de canções. Os personagens são tipos populares inspirados na vida cotidiana, com um tom picante e espontâneo. MENCARELLI, 1999, p. 121.

> *primeiro ao segundo ato especa-se a dita com árias e duetos avulsos; se ainda assim não fica segura, aplicam-se outros espeques nos intervalos dos seguintes atos; e como os mais arruinados edifícios, sendo rodeados de bons espeques, aguentam-se ainda por algum tempo, do mesmo modo as óperas vão se sustentando com eles.*[32]

O "espeque" consistia na inserção de árias e duetos nos intervalos das óperas italianas representadas no teatro de São Pedro, um recurso utilizado pela diretoria para, supostamente, tornar menos maçante a repetição de óperas que "já não dão casa". Martins Penna sugeria, em contrapartida, que a diretoria mandasse buscar na Itália

> *burlettas*[33] *em um ato, para que sejam cantadas e representadas no fim das óperas sérias, como se fazem com os entremezes e farsas a respeito dos dramas. A companhia lírica é numerosa, e sobra gente para este mister. Daí resultam três vantagens: 1ª., fazer trabalhar os que em santo ócio ganham ordenado sem darem o menor lucro ao teatro; 2ª., variar os espetáculos, e chamar-se assim mais concorrência de espectadores; 3ª., acabar-se com o desastroso sistema dos espeques, que está estragando grande número de óperas novas, e fazendo-as perder de seu interesse quando delas se houver de lançar mão.*[34]

Muitos espeques eram instrumentados pelos Sr. Gianinni ou pelo regente da orquestra, o Sr. Ribas, assim como em "algumas das óperas que aqui se tem cantado a instrumentação não é do próprio compositor [...] em atenção à fraqueza e pouco volume da voz das cantoras que as executam".[35] O próprio Martins Penna tentou incluir um "espeque" que ele compôs na ópera *Gemma di Vergy*, de Gaetano Donizetti (1797-1848): uma ária que escreveu especialmente para a soprano Sra. Meréa, no papel de Ida, "para ser cantada imediatamente após o coro".[36] A solista principal, a Sra. Lasagna, contudo, se sentin-

---

[32] MARTINS PENNA, 1965 (23 mar.1847), p. 180.

[33] Burleta é uma peça cômica entremeada de canções e números de dança. GUINSBURG et alli, 2009, p. 74.

[34] MARTINS PENNA, 1965 (23 mar. 1847), p. 180.

[35] *Idem*. 1965 (26 mai. 1847), p. 242.

[36] *Idem*. 1965 (15 set. 1847), p. 355.

do diminuída perante sua rival, iniciou campanha contra ela e, com o apoio do presidente da diretoria, o comendador-traficante português José Bernardino de Sá, fez com que a ária composta por Martins Penna não fosse cantada.

Uma prática importante nos dois teatros diz respeito aos assim chamados benefícios, os quais, no contexto do teatro de São Pedro, consistiam numa forma de os artistas "equilibrarem as suas finanças, pela insignificância de alguns ordenados".[37] Martins Penna informa em seus folhetins que havia benefícios previstos ou não em contrato e que, no caso destes últimos, o costume era de

> *repetir o artista o espetáculo que dera em seu benefício em proveito da casa [...], por isso que tendo o teatro dispendido tempo na prontificação de qualquer espetáculo de benefício, justo é que também dele se aproveite.*[38]

Nem sempre, contudo, as relações entre artistas e empresários se pautavam pela justiça, pois, como criticava com razão Martins Penna, por vezes o teatro de São Pedro exigia injustamente que o artista repetisse, em proveito da casa, os benefícios previstos em contrato. Dessa forma, a diretoria do teatro auferia ganhos extras à custa dos artistas.

No trecho a seguir, Martins Penna descreve as providências e dificuldades enfrentadas pelos artistas quando da organização de seus benefícios:

> *Em geral, o público olha para o beneficiado em cena sem comoção nem interesse, ignorando os mistérios, tormentos, contrariedades e amofinações por que ele passa primeiro que consiga levar à cena o premeditado espetáculo. Para o mísero tudo são embaraços: os artistas e companheiros que prometem coadjuvá-lo, e depois faltam sob o mais fútil pretexto: as susceptibilidades e ciúmes que erguem-se por ser esta cantora convidada e aquela não; as intrigas que*

---

[37] BASTOS, 1994 [1908], p. 24.

[38] MARTINS PENNA, 1965 (10 fev.1847), pp. 134-135; p. 137.

> *daí nascem; os empenhos que é preciso ajeitar para conseguir da diretoria algum desusado favor; as inúmeras voltas que dá a fim de passar os bilhetes; o infalível logro que lhe pregam os passadores e amigos oficiosos [...] Míseros beneficiados, e ainda mais miserabilíssimo o público, que enfim de contas é quem tudo paga!*[39]

Exemplificando as "táticas" empregadas pelos artistas para atrair público, utilizando, por vezes, atrações inusitadas, os periódicos anunciavam programas como o seguinte:

> *Lindíssimo divertimento da companhia italiana, em benefício do primeiro tenor Marinangeli. Haverá o Barbeiro de Sevilha, com os competentes recheios para fazer o lindíssimo divertimento mais digno do respeitável público, a quem se promete muito agradável noite com o concurso dos amadores; e fazendo apêndice a tudo isto uma história de Columella no meio dos doidos, que tocarão em instrumentos fingidos as melhores ouverturas dos grandes maestros.*[40]

O benefício, com direito à ópera bufa italiana, "fogo de vistas e os doidos que fingiam" tocar as aberturas mais conhecidas do público do teatro de São Pedro, deu uma "enchente", levando "uma torrente de povo ao teatro"[41] O exemplo deste benefício do primeiro tenor italiano, o Sr. Marinangeli, anunciado pela imprensa de maneira espetaculosa, demonstra como o jornais eram utilizados pelos artistas e empresários para estimular a opinião pública e, assim, promover as apresentações teatrais, em busca de "enchentes" de público e boas receitas. Noutro folhetim, o próprio Martins Penna descreve os "ingredientes" desta "receita" comercial:

> *Teatro de São Francisco*
>
> *Receita infalível para se fazer dinheiro nos teatros – Tome-se uma tira de papel e nela se escreva quatro ou mais linhas, dizendo que a cantora fulana é um anjo e canta como um serafim, e que a cantora sicrana é um demônio e canta como uma coruja, e mande este escri-*

---

[39] *Idem*. 1965 (22 jun. 1847), p. 263.

[40] *Idem*. 1965 (20 jan. 1847), p. 114.

[41] *Idem*. *Ibidem*.

> *to para a imprensa. Tome-se depois outra tira de papel e diga-se o contrário do que se disse na primeira, e remeta-se do mesmo modo para a imprensa. Isto feito, espalhe-se voz pela cidade que os partidos das cantoras vão dar pateadas e assobios. À noite abram-se as portas do teatro e sirva-se quente.*[42]

Os diletantes[43] afluíam então aos teatros como a praças de guerra, prontos para defenderem suas divas prediletas ou, pelo contrário, a atacarem seus desafetos, utilizando, por vezes, "armas" insuspeitas. Isto ocorreu, por exemplo, quando da apresentação da ópera *La Favorite*, de Donizetti, levada à cena não no teatro de São Pedro (pela companhia lírica italiana), mas pelos artistas líricos franceses do teatro de São Francisco:

> *Foi esta ópera à cena em homenagem de Mme. Mège, e, como era de esperar, caiu tanta versalhada dos camarotes, e tal catarata de coroas e palmas, ramos e ramalhetes, que ficaria a cena obstruída se Mme. Levasseur não os fosse apanhando no meio das volatas e trinados, e conduzindo para dentro dos bastidores. Dentre os lançadores de flores havia algum inimigo figadal de Mme. Mège, que sem dúvida a pretendia matar fazendo-lhe pontaria da terceira ordem com ramos que pesariam meia arroba. O assassinato por meio de flores é o mais poético e romântico que conhecemos, mas [...] nem por isso Mme. Mège o deseja.*[44]

As críticas ao elenco de cantoras francesas do Teatro de São Francisco ocorriam nos folhetins de Penna, mas em menor número do que aquelas feitas às cantoras italianas do Teatro de São Pedro: "hoje teremos a satisfação de ouvir a Dama Branca, linda ópera de Boïeldieu. A linda Mme. Mège desempenhará a parte de Ana, uma das do seu repertório, e far-nos-á ouvir a grande ária que Mlle. Duval deixou de cantar nas outras representações desta ópera por não ter tido o ne-

---

[42] *Idem*. 1965 (31 mar. 1847), p. 190.

[43] José de Alencar definia o diletante como "um sujeito que vê a cantora, mas não ouve a música que ela canta; que grita bravo justamente quando a prima-dona desafina, e dá palmas quando todos estão atentos para ouvir uma bela nota". MAGALHÃES JÚNIOR, 1972, p. 81.

[44] MARTINS PENNA, 1965 (03 mai. 1847), p. 221.

cessário tempo para estuda-la."[45] Da mesma forma, Martins Penna não poupava elogios ao ator e empresário brasileiro João Caetano, o qual administrava o pequeno teatro de S. Francisco:

> *Dizer o que o Sr. João Caetano dos Santos é capaz de fazer em um teatro que dirige, é repetir o que todos sabem e o que a experiência tem mostrado. Só, lutando com o colosso de S. Pedro de Alcântara, sem outro auxílio mais que seus próprios e incansáveis esforços, tem sabido sustentar o seu teatro com luxo e esmero, e carregar com duas companhias.*[46]

Na realidade, João Caetano enfrentava uma concorrência economicamente muito mais poderosa do que ele. Também em Portugal, os cantores italianos de ópera séria eram contratados a peso de ouro pelos empresários. Nos teatros de ópera portugueses, como o de São Carlos, os custos com os cantores atingiam 30% a 50% dos orçamentos das temporadas.[47] Segundo a lista de salários dos artistas e técnicos do Teatro de São Pedro, publicada por José Bernardino de Sá no *Jornal do Commercio*, em 12 de setembro de 1850, sabemos que a cantora italiana Ida Edelvira recebia o maior salário: um conto e 250 mil réis, enquanto que a soprano Augusta Candiani recebia 700 mil réis, o Sr. Ribas, regente da orquestra, 130 mil réis e o contrarregra, Sr. Pessina, apenas 60 mil réis. O mestre de canto, Sr. Gianinni, recebia 250 mil réis, salário que, segundo Martins Penna, era "igual ao de seis ou oito professores da orquestra"[48] – os quais recebiam por apresentação, mas não pelos ensaios.

Os altos salários oferecidos aos cantores estrangeiros pela diretoria do teatro de São Pedro faziam com que estes chegassem da Europa todos os dias, "como aves de arribação".[49] Como exemplo, Martins Penna menciona o Sr. Filippo Tati, o qual se fazia passar por tenor, embora fosse um barítono decadente que veio buscar no Brasil o

---

[45] MARTINS PENNA, 1965 (11 nov. 1846), p. 73.
[46] *Idem*. 1965 (20 jan. 1847), p. 120.
[47] CYMBRON, 2012 p. 73.
[48] MARTINS PENNA, 1965 (25 ago. 1847), p. 337.
[49] *Idem*. 1965 (14 out. 1846), p. 48.

prestígio e o sustento que ele não encontrava mais na Europa. Para que coubessem na tessitura vocal desse "tenor" as óperas eram "mutiladas, cerzidas e remendadas",[50] como ocorreu, por exemplo, com uma ária da ópera *Anna Bolena*, de Donizetti. Os coristas, por fim, percebiam os piores vencimentos entre todos: "30 mil réis por mês para cantarem todos os dias desde pela manhã até alta noite".[51] Essa era uma das dificuldades para se constituir um bom coro, especialmente quanto às coristas, pois as mulheres que sabiam ler música e que demonstravam "uma educação mais cultivada" resistiam a aceitar uma função que representava "uma posição tão mal conceituada e de insignificantes vantagens".[52] O próprio Martins Penna, por fim, antes de ser censurado pelo Conservatório Dramático, recebia 80.000 a 100.000 réis de pagamento por suas traduções e comédias.[53] Ele estava, portanto, próximo à base da hierarquia sócio profissional do teatro de São Pedro, junto aos coristas e professores brasileiros da orquestra.

As censuras que o Conservatório Dramático fazia aos espetáculos teatrais receberam críticas por parte do folhetinista, como assinalado a seguir:

> *E, pois era um dia, e na capital de um vasto império, liberal e ilustrado, que de há muitos anos goza da vantagem do regime representativo e da liberdade, isto é, da vantagem de ler, quatro ou seis meses por ano, discursos demostênicos, cotidianamente discussões e novidades jornalísticas, e de vez em quando o seu trecho de interessante, moralíssima e espirituosa novela; nessa capital, onde, se é solta a língua dos palestrantes, não menos soltas são as penas dos jornalistas de profissão ou dos jornalistas acidentais; nesta capital, enfim, que se chama o Rio de Janeiro, havia uma associação mais ou menos literária, composta de... todo o mundo e de mais alguns literatos de polpa, com o fim de fecundar o solo dramático brasileiro, e fazer crescer e medrar a arte teatral no império. A essa sociedade o governo, protetor das letras, querendo dar um sinal de sua aten-*

---

[50] *Idem*. *Ibidem*.

[51] *Idem*. 1965 (11 mai. 1847), p. 228.

[52] *Idem*. 1965 (14 out. 1846), pp. 46-47.

[53] *Idem*. 1965 (29 jun. 1847), p. 271.

> *ção e fazer-lhe honra, cometeu a atribuição policial da censura das composições dramáticas, para vedar a representação de peças imorais, de declamações que solapassem as bases da sociedade civil, religiosa ou política. Querem alguns que o governo não podia fazer isso... Deixemos porém esses chicanistas lá com suas argumentações: a prova de que o podia é que o fez; fê-lo já lá vão seus bons cinco anos, e fá-lo, e todos se lhe sujeitam.*[54]

O trecho acima foi escrito por Martins Penna logo após o Conservatório Dramático ter censurado a ópera cômica *Diamants de la Couronne* (Diamantes da Coroa), de Daniel Auber, com libreto de Eugène Scribe e Jules-Henri Vernois de Saint-George, que seria encenada no Teatro de São Francisco.[55] O motivo da censura devia-se ao enredo da ópera: a rainha de Portugal deixava o seu palácio real disfarçada e se dirigia a um acampamento de ciganos, contrabandistas e falsificadores, para que estes substituíssem as gemas verdadeiras de suas joias por pedras sem valor, a fim de poder vender as autênticas. Ocorre que a rainha se chamava D. Maria I, coincidentemente o mesmo nome da soberana louca, bisavó de D. Pedro II, que morrera no Rio de Janeiro em 20 de março de 1816, após ter ficado longo tempo internada no Convento da Ajuda. A semelhança entre ficção e realidade fez com que primeiramente o Conservatório Dramático proibisse a apresentação da ópera, contudo, após a campanha exaltada do público, inconformado com a proibição, a ópera foi liberada, mas com cortes e mudanças profundas em seu enredo. Martins Penna não perdeu a oportunidade de mais uma vez ridicularizar o Conservatório Dramático:

> *A peça se passa na Dinamarca; ainda bem. Não é a coroa da Dinamarca das mais afamadas pela sua riqueza em brilhantes; mas enfim vá essa concessão. Em correspondência a essa mudança, fizeram-se mudanças idênticas nos nomes dos personagens: tudo passou a dinamarquesar-se. Santa Cruz passou a ser Turvik, Pedro passou a ser Peters, e assim por diante. Devido a esta transformação, Jesus,*

---

[54] *Idem*. 1965 (17 jan. 1847), p. 109.

[55] MAGALHÃES JÚNIOR, 1971, p. 217.

> *meu Deus! Que espantoso milagre se operou! A ópera cessou de ser antimonárquica, antidinástica.*[56]

Os dois folhetins acima exemplificam a trajetória do Conservatório Dramático, desde seu início brevíssimo como associação voltada para "fecundar a arte teatral no império", passando logo à função de censora governamental "das composições dramáticas" a serem encenadas nos teatros da capital imperial.

"Dinheiro é sangue, dizem os ricos; sem dinheiro não se come, murmuram os pobres, e sem comer não se canta, acrescentam os coristas".[57] O baixo salário, os ensaios excessivos e o atraso de três meses no pagamento foram os motivos que levaram os coristas a entrarem em greve, no que foram seguidos pelos atores da companhia dramática e pelos professores da orquestra:

> *Ordenou-se aos coristas que subissem para a sala do piano, a fim de ensaiarem algumas das óperas que estavam em estudo; mas estes aí chegando, revoltaram-se de novo, e levantando gritos de desobediência, principiaram a dançar a polca e o fado, dando gritos das janelas para o Largo, donde se lhes respondia com palmas e assobios; e depois, apagando as velas e fechando as janelas com estampido, desceram no meio da mais completa assuada. Nessa ocasião entrava uma autoridade teatral na sua sege, e palavras menos respeitosas lhe foram dirigidas. A que estado de desmoralização chegou o imperial teatro de S. Pedro de Alcântara!*[58]

Sabemos por meio de relatos (racistas) de viajantes estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro imperial, como Carlos Humberto Lavollé, que os coros do teatro de S. Pedro eram "compostos de mulatos" e que "dois negrinhos barrigudos, de encarapinhada trunfa, faziam o papel de filhos da Norma!",[59] na ópera italiana homônima de Vincenzo Bellini (1801-1835), estreada em 17 de janeiro de 1844.

---

[56] MARTINS PENNA, 1965 (17 jan. 1847), p. 112.

[57] *Idem*. 1965 (11 mai. 1847), p. 229.

[58] *Idem*. 1965 (06 jul. 1847), p. 281.

[59] Carlos Humberto Lavollé citado por TAUNAY, 1942, pp. 276-277.

Martins Penna apoiou a greve, motivando a campanha violenta movida pelo jornal *Mercantil*, cujo dono, como já assinalado, era José Bernardino de Sá, presidente da diretoria do teatro de São Pedro – e notório traficante negreiro.

> *Tocaremos agora no ponto mais incômodo ao farçola, a que respondemos; e é a censura que faz à diretoria pela economia de não comprar dramas e traduções: é justamente aqui que lhe aperta a fivela. Sabem todos que o Sr. Penna vendia ao teatro [de São Pedro de Alcântara] as suas composições e traduções, e que além da paga pecuniária, era considerado empregado da casa, e tinha por isso entrada franca nos espetáculos. Ultimamente o teatro não tem comprado as suas traduções, por ter ainda muitas peças que ainda não pode pôr em cena; e mesmo porque as do Sr. Penna são inferiores às que já estão compradas; o inspetor de cena, por não querer ofender o amor próprio do exímio vendedor de comédias, dizendo-lhe que estas não prestavam, desculpou-se com a necessidade em que estava a empresa de ser econômica; o Sr. Penna não o entendeu, e encavacou com o fato de não realizar a venda dos seus alcaides.*[60]

Note-se acima a tentativa da diretoria do teatro de S. Pedro de desqualificar Martins Penna, chamando-o de "empregado da casa" e "exímio vendedor de comédias" que "não prestavam". Contradiz o discurso da diretoria o fato de, ao longo de 1845 e 1846, terem estreado 14 comédias de Martins Penna no teatro de S. Pedro, sendo 11 em um ato e 3 em três atos.[61] Segundo o *Mercantil*, o folhetinista do *Jornal do Commercio* agia por rancor, por não ter conseguido um lugar na "governança do teatro":

> *O seu autor traz a sua alma em perene cogitação acerca do teatro; é o teatro seu pensamento de cada hora, o sonho de todas as noites; e na procura de encartar-se, por qualquer modo, na sua direção, emprega ele a mor parte de seu tempo: almejando um lugar na governança do teatro, vendo nisto a sua felicidade, a tudo tem recorrido para alcança-la.*[62]

---

[60] *Mercantil*, 08 jul. 1847, p. 2 – nossos grifos.

[61] RONDINELLI, 2012, p. 45.

[62] *Mercantil*, 08 jul. 1847, p. 2.

Enquanto os artistas estrangeiros do teatro de S. Pedro recebiam altos salários e gozavam de privilégios, os artistas brasileiros eram desvalorizados e explorados em sua mão de obra, além de serem os primeiros a serem despedidos – como exemplificava o caso do próprio Martins Penna. Na realidade, desde antes de a greve dos coristas ser iniciada, o folhetinista vinha apoiando a criação do Conservatório de Música, visando três objetivos relacionados a) criar um "corpo de coristas de ambos os sexos, com as habilitações necessárias, e digno de se fazer ouvir em cena"; b) formar bons instrumentistas para atuarem numa "orquestra de um teatro de canto" e c) criar um novo gênero misto de teatro e música, a "ópera cômica brasileira".[63]. Foi assim que, num de seus primeiros folhetins publicados no *Jornal do Commercio*, Martins Penna escreveu:

> *Há três para quatro anos, senão mais, que o corpo legislativo concedeu loterias para a criação de um Conservatório de Música: aplaudimos semelhante concessão por muito útil e louvamos as pessoas que lhe tinham dado impulso. (...) O Sr. Francisco Manuel da Silva, professor bem conhecido, devia figurar à testa deste estabelecimento, e isto já era por si a garantia de bom êxito. A desgraça, porém quis que a realização dessa ideia encontrasse obstáculos. Dezenas de loterias correm todos os anos para diferentes objetos; só as concedidas para o mencionado fim não tem podido achar uma aberta para serem extraídas. Lá se vão alguns anos e uma só ainda não se vendeu ou nela não se cuidou. Com esse estabelecimento [o Conservatório de Música] uma carreira honrosa se abriu para muitos filhos do país, cujas circunstâncias não permitem seguir uma arte liberal por lhes falecerem os meios necessários.*[64]

O protesto do folhetinista surtiu efeito e, três meses depois, foi extraída a primeira loteria autorizada pelo governo, sendo promulgado, ainda, o Decreto de 21 de janeiro de 1847, no qual eram apresentadas as bases segundo as quais devia se estabelecer o Conservatório de Música e a comissão diretora composta pelo Sr. Francisco Manuel

---

[63] MARTINS PENNA, 1965 (08 jun. 1847), p. 257.

[64] *Idem*. 1965 [14 out. 1846], p. 48.

da Silva, diretor interino; padre Manuel Alves Carneiro, tesoureiro, e Francisco da Mota, secretário.[65]

Enquanto isso, em meio à crise teatral, chegou ao folhetinista uma "carta" misteriosa:

> *Meu caro Folhetinista,*
>
> *Glória a Deus no céu, e paz na terra aos homens.*
>
> *Sou uma pobre alma que goza a bem-aventurança cá em um cantinho do céu. Por algum tempo penei no purgatório, pagando os meus pecados; mas enfim a inesgotável misericórdia divina condoeu-se de mim e para junto de si chamou-me. Isto foi um grande ato de justiça, porque bem merecia o céu quem tanto sofreu na terra, e que sofrimentos! Se os fora contar, seria eterno como a eternidade. Basta dizer que dirigi um teatro, e que tive de aturar a toda essa gente que canta, que fala, que dança, que pula, que pinta, que descompõe, que intriga, que pede constantemente, e o mais que o diabo sabe.*[66]

Na continuação, o "espírito" revela sua identidade:

> *Quando estive no mundo, lá se vão bons pares de anos, animei um corpo chamado Manuel Luís. Creio que ainda alguém se recorda desse bom homem e do grande préstimo que tinha. Que talento! Que gênio! Que recursos lhe assistiam! Como administrava ele um teatro!*[67]

Na realidade, a "carta" de Manuel Luís era um expediente ficcional por meio do qual o folhetinista Martins Penna passa a criticar os teatros, a diretoria e os cantores italianos de ópera. Na vida real, Manuel Luís – um antigo barbeiro que tocava fagote, era ator cômico e dançarino – havia sido diretor do teatro conhecido como

---

[65] O Conservatório de Música foi inaugurado em 13 de agosto de 1848. É a atual Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. AUGUSTO, 2010.

[66] MARTINS PENNA, 1965 (22 jun. 1847), p. 266.

[67] *Idem*. *Ibidem*.

Ópera Nova, que funcionou no Rio de Janeiro desde os anos de 1770 até a inauguração do Real Teatro de São João, em 1813 (depois, chamado de teatro de São Pedro de Alcântara, hoje João Caetano).[68] Em sua "carta", Manuel Luís revela-se um administrador inescrupuloso, capaz de fazer aparecer em cena um César "de botas de montar, casaca de corte e cabeleira de rabicho", inverossimilhança que provocou a vaia merecida do público, com o qual, contudo, Manuel Luís não se importava em absoluto:

> *Sempre disse no mundo, e ainda agora que estou no céu o repito, o público só serve para pagar os bilhetes de entrada, e no mais meta-se consigo e deixe de falar do que não é da sua conta. Se não gosta do espetáculo, vá-se embora, contanto que deixe o dinheiro. De portas a dentro do teatro, deve ele perder a sua soberania e contentar-se com o que lhe dão, sem tugir nem mugir. Quer entrar? Compre bilhete; se não, muito boa noite.*[69]

Martins Penna assim censurava – por meio da "voz" de Manuel Luís – o então inspetor de cena do teatro de São Pedro, o português Sr. Romero, o qual punha em cena atores e cantores com vestimentas "disparatadas e ridículas", como o fidalgo Conde d'Alma Viva da ópera de Rossini vestido como um pirata, o barbeiro portando uma navalha enorme, um imperador bizantino com a espada enferrujada ou a Sra. Canonero com um enorme nariz de papelão vermelho:

> *Nos bailes de carnaval, nos desvarios e extravagâncias das mascaradas, não vimos uma figura mais ridícula do que a da Sra. Canonero no papel de Berta. Para caracterizar-se de velha, pintou a cara como uma zebra, e encobriu o nariz que Deus lhe deu com um narigão frontal de papelão, que sendo muito mais branco do que o resto da cara, dava-lhe uma fisionomia inqualificável. [...] Houve quem dissesse à Sra. Canonero que o seu narigão estava muito branco, e por este aviso, no 2º. Ato apresentou-se com ele vermelho, o que deu causa a certo dito que não ousaremos repetir.*[70]

---

[68] BUDASZ, 2008, p. 35.

[69] MARTINS PENNA, 1965 (22 jun. 1847), p. 267.

[70] *Idem*. 1965 (18 mai. 1847), p. 237.

Em seus folhetins finais Martins Penna cria uma espécie de fábula, cujos personagens e alegorias consistiam de espíritos desencarnados, anjos e santos. Além do já citado Manuel Luís, o folhetinista inclui outros "espíritos ilustres", como o francês Molière e o brasileiro Antônio José da Silva (o "Judeu"), os quais aproveitam o tempo livre para discorrer sobre "os diferentes gêneros e propriedades da comédia".[71] Encimando a hierarquia celestial fictícia o anjo Gabriel, responsável por levar e trazer as "cartas" para a Terra e, ainda mais no alto, quase a se perder de vista, São Pedro e São Francisco, os quais "conhecendo que seus teatros estavam perdidos lançaram-se nos braços um do outro e desataram a chorar como duas crianças".[72]

Após a "alma de Manuel Luís" encerrar sua "carta", Martins Penna lhe escreve uma resposta, enquanto anuncia publicamente o final de seus folhetins:

> *Meu caro Manuel Luís,*
>
> *Recebi a vossa carta, e tantas verdades nela se contêm e tão de acordo vão com o meu pensar, que a tenho como escrita por mim. O teatro italiano está nos seus paroxismos; morrerá e muito breve. Dizem que o seu presidente vai convocar uma junta, para que o doente não lhe morra nas mãos [...].*
>
> *O teatro francês não está em circunstâncias menos críticas. A prima-donna enfadou-se, e pede mais dinheiro para nos dar um ar de sua graça [...] É incrível que a cantora que mais favores e obséquios deve ao público seja a causa principal da dissolução da companhia francesa! Bem se diz que de ingratos está a terra cheia; mas, coitada! A culpa não é dela.*
>
> *Suspendo por ora minhas revistas. Se algum dia se erguerem [os teatros] do abatimento em que jazem, e ninguém o deseja mais do que eu, continuarei a sua crônica com a costumada imparcialidade.*
>
> *O vosso servo obrigadíssimo*

---

[71] *Idem*. 1965 (28 set. 1847), p. 301.

[72] *Idem*. 1965 (06 out. 1847), p. 377.

O Folhetinista.[73]

Enquanto se despedia dos leitores do *Jornal do Commercio*, ao mesmo tempo nosso autor parecia estar se aproximando do "mundo espiritual" – não apenas por meio da narrativa algo fantástica de seus folhetins líricos. Em fins de 1847, Martins Penna viajou para Londres (Inglaterra), a fim de desempenhar a função de adido do consulado brasileiro, mas em novembro de 1848, solicitou e obteve licença médica, pois o clima frio e úmido da capital inglesa precipitara a moléstia pulmonar que vinha se agravando desde 1843. Com a saúde seriamente comprometida Martins Penna chegou a Lisboa (Portugal), de onde esperava zarpar de volta para o Brasil, mas não resistiu à tuberculose e faleceu, aos 33 anos de idade.[74]

Considerações finais

Martins Penna era autor e, ao mesmo tempo, ator do drama vivido pela sociedade brasileira, no início do Segundo Reinado.[75] Entre 1831, quando da promulgação da primeira lei de proibição do tráfico negreiro, até 1850, quando o comércio ilegal de africanos escravizados foi definitivamente extinto, o Brasil foi uma nação não apenas escravocrata, mas também contrabandista, envolvida ativamente no tráfico transatlântico de africanos escravizados.

As censuras sofridas por Martins Penna, devido às críticas veiculadas em suas comédias ao tráfico negreiro ilegal e às engrenagens da escravidão, evidenciam como e por que o autor entrou em choque com pessoas e instituições ligadas ao governo imperial, as mesmas que tentavam controlar os espetáculos teatrais apresentados na cidade do Rio de Janeiro, então capital imperial. Estava em foco então a presença de grandes traficantes negreiros, portugueses, em sua maioria, atuando na área cultural da cidade do Rio de Janeiro, contando com a cumplicidade e a conivência ativa das autoridades governamentais – que lhes concediam, inclusive, títulos de nobreza. Na realidade, o co-

---

[73] *Idem*, *ibidem*, p. 378.

[74] MAGALHÃES JÚNIOR, 1972, p. 247.

[75] MATTOS, 1981, p. 115.

mendador, barão e visconde de Villa Nova do Minho, José Bernardino de Sá, manteve o mesmo "perfil profissional" dos que o antecederam na direção do teatro de São Pedro, desde sua inauguração em 1813. Seu caso confirma que "a presença do mecenato teatral na soma de ações beneméritas de ricaços sem estirpe, normalmente ligados ao comércio de grosso trato – e ainda ao tráfico negreiro – em busca de ascensão social, [era] uma realidade incontestável."[76] Processava-se, na verdade, uma troca, por meio da qual certos cidadãos recebiam do governante (rei ou imperador) uma graça ou ordem honorífica, adquirindo, assim, prestígio e posições hierárquicas em relação a seus pares, em retribuição a seus gastos e serviços supostamente desinteressados – entre os quais, a administração dos teatros principais da cidade do Rio de Janeiro.

O teatro de São Pedro de Alcântara era uma espécie de microcosmo da sociedade escravocrata, na qual Martins Penna e outros artistas brasileiros – como os coristas e músicos da orquestra – ocupavam um nível hierarquicamente inferior, abaixo dos cantores italianos de ópera e dos artistas portugueses da companhia dramática. Todos esses artistas eram em maior ou menor grau dependentes economicamente da diretoria do teatro – constituída por grandes comerciantes e traficantes negreiros portugueses, como José Bernardino de Sá. O pequeno teatro de São Francisco, por seu turno, era administrado por artistas brasileiros e representava um contraponto ao teatro de São Pedro ao privilegiar não a ópera séria italiana e o teatro de influência portuguesa, mas a ópera cômica e o teatro francês. O folhetinista Martins Penna propôs a criação da "ópera cômica brasileira", como uma alternativa tanto ao entremez português como à ópera italiana e à ópera cômica francesa:

> *Temos visto alguns dramas e comédias de produção brasileira, e eles nos dizem o que podem fazer seus autores a bem da ópera-cômica. Entre nós existem compositores que só esperam o momento e animação para nos oferecerem seus trabalhos: o público, que corre ansioso ao teatro da ópera cômica francesa, para ver um drama que muitas vezes não entende e ouvir música bem diversa da do estilo e*

[76] CARDOSO, 2011, p. 410.

> *gosto nacional, não deixará de sustentar com empenho e aplaudir a ópera cômica brasileira, que para ele será escrita. Longe não está talvez a realização desta ideia.*[77]

Ao mesmo tempo em que entretinha os leitores do *Jornal do Commercio*, com saborosas críticas das óperas italianas e francesas apresentadas nos teatros de São Pedro e São Francisco, Martins Penna utilizava os folhetins como estratégia de resistência. De um lado, o folhetinista criticava a ação censora e policialesca do Conservatório Dramático, de outro, denunciava a falta de uma política cultural por parte do governo imperial, o qual deixava a administração do principal teatro da cidade a cargo de uma diretoria pouco qualificada para tal função, presidida por um grande traficante negreiro português. Exemplificando a polarização do cenário cultural e político à época, enquanto o governo imperial repassava recursos públicos para portugueses gerirem o teatro de São Pedro, o ator e empresário brasileiro João Caetano administrava sozinho o teatro de São Francisco, enfrentando a concorrência estrangeira desleal.

Fez parte da estratégia de resistência de Martins Penna, por fim, seu engajamento na campanha pela criação do Conservatório de Música, visando, entre outros objetivos, que a instituição atendesse aos alunos sem recursos, como os descendentes de escravos do "coro mulato" do teatro de São Pedro – apoiados pelo folhetinista quando da greve pelo pagamento dos salários atrasados. Martins Penna defendeu, no Brasil pós-independência, a criação de instituições públicas de teatro e música para abrir aos "filhos do país"[78] uma carreira livre e promissora, como atores, cantores e instrumentistas. O folhetinista defendia a educação e a cultura como ferramentas de transformação e inclusão social, capazes, talvez, de superar desigualdades da sociedade brasileira escravocrata e patriarcal. Escritos há quase duzentos anos, os folhetins líricos de Martins Penna apontam para um futuro que o Estado Brasileiro atual está longe de querer realizar.

---

[77] MARTINS PENNA, 1965 (08 jun. 1847), p. 257.

[78] *Idem*. 1965 (08 jun. 1847), p. 256.

Referências bibliográficas

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, 2011.

ARÊAS, Vilma de Sant'Anna. *Na Tapera de Santa Cruz: uma leitura de Martins Pena*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.

AUGUSTO, Antônio José. *A Questão Cavalier: música e sociedade no Império e na República (1846-1914).* Rio de Janeiro: Livraria e Edições Folha Seca, 2012.

BASTOS, Antônio Sousa. *Dicionário do Teatro Português.* Portugal: Coimbra: Minerva, 1994 [1908].

BRITO, Manuel Carlos de; Cymbron, Luísa, *História da Música Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992.

BUDASZ, Rogério. *Teatro e Música na América Portuguesa – ópera e teatro musical no Brasil (1700-1822): convenções, repertório, raça, gênero e poder*, Curitiba: DeArtes – UFPR, 2008.

CARDOSO, Lino de Almeida. *O Som social. Música, poder e sociedade no Brasil (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX).* Rio de Janeiro, Edição do autor, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão – Ilegalidade e Costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros – O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CRANMER, David, "A noção de 'ópera portuguesa' no espaço luso-brasileiro: designações e tipologias". Atas do Congresso Internacional *A música no espaço luso-brasileiro: um panorama histórico*. Lisboa, 2013, p. 213-224. Disponível em <http://www.caravelas.com.pt/atas_do_congresso_internacional_a_musica_no_espaco_luso_brasileiro.pdf> Acesso 03 jun. 2017.

CYMBRON, Luisa. *Olhares sobre a música em Portugal no século XIX: ópera, virtuosismo e música doméstica.* Portugal, Lisboa: Edições Colibri, Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

Diário do Rio de Janeiro. 10 ago. 1845; 07 ago. 1847; 16, 17 jun. 1853; 20 jun. 1853; 25 out. 1853; 22 jun. 1855, 24 nov. 1857; 18 mai. 1865.

GUINSBURG, Jacó; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariangela de. *Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos.* São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2009.

Jornal do Commercio. 08 ago.; 08 set. 1845; 11, 20 ago. 1847, p. 4; 12 set. 1850; 23 fev. 1856, p. 2.

Lista dos irmãos e irmãs sepultados no Cemitério de S. Francisco de Paula. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/baixar/cemiterio_catumbi_4.pdf>

MAGALDI, Cristina. *Music in Imperial Rio de Janeiro: European culture in a tropical milieu*. Lanham, MD: Scarecrow Press. 2004.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Martins Pena e sua época*. São Paulo, LISA /INL, 1972.

MARTINS PENNA, Luiz Carlos. *Comédias.* (org. Vilma Arêas). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007, 3 volumes.

___. *Folhetins, a Semana Lírica*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1965.

MATTOS, Ilmar Rohloff de; MATTOS, Selma Rinaldi de. "O juiz de paz da roça ou Uma Aula sobre a Vida Social e Vida Política sob as Regências". *Contacto Humanidades*. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, 1981, ano IV – no. 41.

MENCARELLI, Fernando Antônio. *Cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

MEYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1996].

Mercantil, 08 jul. 1847, p. 2.

PESSOA, Thiago Campos. "A 'Delação Alcoforado' e o comércio ilegal de africanos no Vale do café (c.1831-1853): notas de pesquisa". Texto apresentado no *8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre (UFRGS), de 24 a 27 de maio de 2017.

Revista Dyonisos, Serviço Nacional de Teatro do Ministério de Educação e Cultura, XIII 1966.

Revista *Lanterna Mágica*. 1845.

RONDINELLI, Bruna Grasiela da Silva. *Martins Pena, o comediógrafo do teatro de São Pedro de Alcântara: uma leitura de O Judas em sábado de aleluia, Os irmãos das almas e O noviço.* Dissertação de mestrado. UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, 291 p., 2012, Instituto de Estudos da LinguagemSouza, Silvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Editora da Unicamp, CECULT, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Cultura". In: Silva, Alberto da Costa (coord.). *A Construção Nacional: 1808–1830.* Coleção História do Brasil Nação: 1808–2010. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, volume I, p. 205-248, 2011.

SOUSA, Galante de. *O teatro no Brasil*. São Paulo: Ediouro, 1968.

TAUNAY, Affonso de E.. *Rio de Janeiro de antanho: impressões de viajantes estrangeiros*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1942, p. 276-277. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/373/o-rio-de-janeiro-de-antanho-impressoes--de-viajantes-estrangeiros>. Acesso 26 ago. 2017.

Resumo

Este artigo tem como fonte principal os 52 folhetins líricos escritos por Luiz Carlos Martins Penna (1815-1848), publicados no *Jornal do Commercio*, entre 08 de setembro de 1846 e 06 de outubro de 1847, após o autor ter sofrido censuras por parte da Câmara dos Deputados e do Conservatório Dramático, devido às críticas de suas comédias ao tráfico negreiro ilegal. Os folhetins demonstram a expertise de Martins Penna quanto aos enredos e às escolas de canto, além dos papéis, maquinismos, cenários e figurinos das óperas sérias italianas e cômicas francesas apresentadas nos dois teatros principais da cidade do Rio de Janeiro: o teatro de São Pedro de Alcântara e o de São Francisco. Na interface entre estética e política, os folhetins revelam que os espetáculos teatrais faziam parte de uma delicada rede de relações, que abrangia as instituições governamentais, políticas e

culturais ligadas ao governo imperial. Enquanto escrevia sobre o teatro lírico ou ópera, ao mesmo tempo Martins Penna usava o jornal como tribuna, investindo contra as pessoas e instituições que o haviam censurado e defendendo propostas como a criação do Conservatório de Música, além de apoiar a greve das coristas e músicos do teatro de São Pedro de Alcântara.

Palavras-chave: Martins Penna; Política, Tráfico negreiro, Censura, Comédia, Ópera.

Abstract

*This article takes as its main source the 52 feuilletons (*folhetins*) written by Luiz Carlos Martins Penna (1815-1848) and published in* Jornal do Commercio*, between 8 September 1846 and 6 October 1847, after the author had been censored by the Chamber of Deputies and the Drama Conservatory, due to the criticism of the illegal slave trade in his comedies. The feuilletons clearly show Martins Penna´s expertise concerning the stories, singing schools, roles, stage machinery, sets and costumes of the Italian Opera Seria and French Comic operas performed in the two main theaters of Rio de Janeiro: the São Pedro de Alcântara and São Francisco Theater. In the interface between aesthetics and politics, the feuilletons reveal that the theater at that time formed part of a delicate network of relationships, which covered public, political and cultural institutions linked to the imperial government. While writing about the musical theater or opera, Martins Penna also used the newspaper as a resistance strategy, inveighing against the people and institutions that had censored him and defending proposals such as the creation of the Music Conservatory, in addition to supporting the strike of the chorus and musicians of the São Pedro de Alcântara Theater.*

Keywords*: Martins Penna; Politcs, Slave Trade, Censorship, Comedy, Opera.*

Recebido em 29 de março de 2017. Aprovado em 15 de outubro de 2017.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

SAUDAÇÕES E DISCURSOS

ARQUIVO, HISTORIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO: PONTUAÇÕES PRESENTES[1, 2]

Beatriz Kushnir[3]

"O seu olhar agora/O seu olhar nasceu/O seu olhar me olha/O seu olhar é seu/O seu olhar seu olhar melhora/Melhora o meu" (Arnaldo Antunes, O seu olhar)

Gostaria de agradecer primeiramente, ao convite para compor o quadro de sócios desse Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, deferência que muito me honra. A lembrança do meu nome para integrar essa instituição, que esse ano completa sessenta anos, certamente vincula-se ao Prof. Dr. Paulo Knauss e Cybelle de Ipanema. Além é claro, do querido Olínio Coelho, a quem agradeço muitíssimo as suas palavras de apresentação.

Certamente a minha trajetória acadêmica, mas principalmente a minha atuação a frente do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro justificou essa escolha. Então nada mais justo do que ser ele, o Arquivo da Cidade, a temática de minha exposição. Antes, contudo, gostaria de sublinhar a felicidade de compartilhar esse momento com as três pesquisadoras que me antecederam e, em especial, com a Prof.ª Dra. Ismênia de Lima Martins, minha amiga e companheira de lutas.

***

---

[1] A Saudação feita pelo Dr. Olinio Coelho não chegou à Revista.

[2] Versão ampliada do texto apresentado na cerimônia de posse como sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, no dia 13/04/2017.

[3] Doutora em História Social do Trabalho pela UNICAMP, Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, professora colaboradora dos Programas de Pós-Graduação em História da UFF, e em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO, autora, entre outros, do livro *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5* à Constituição de 1988 (2004/2012).

A partir da perspectiva acadêmica que problematiza a gestão dos acervos públicos, busquei conjeturar o conceito de uma *história pública*, que, para a historiadora britânica Jill Liddington[4], é escorregadia pela amplitude de usos e significados. Por isso, a minha abordagem centraliza-se na imagem de estar do "outro lado do balcão", onde o atendimento/acesso acontece e realiza a missão institucional ao receber o consulente em suas pesquisas acadêmicas, ou para comprovação de Direitos. É deste lugar que estarei ponderando.

O próprio conceito de *história pública* abarca práticas de representações populares sobre o passado, além de tópicos de discussão já bem instituídos no debate historiográfico, como *usos do passado* e *divulgação científica*. Do mesmo modo, se insere a epígrafe escolhida, sugerindo a dialética da apreciação acadêmica dialogando com as práticas institucionais.

É precisamente na perspectiva do enriquecimento, da transformação e da ampliação que essa reflexão se ancora. Poder-se-ia ambicionar também que, para além de ponderar as formas de gestão para o alargamento do acesso, se praticasse com maior frequência a parceria entre esses dois polos. Entre o guardar e o consultar. Atendendo as demandas dos que buscam frente aos limites jurídicos, políticos e econômicos de quem conserva/resguarda.

É preciso pontuar que os arquivos públicos ocupam um *locus* importante na ampla gama de possibilidades de inserção profissional dos historiadores. Há uma relação simbiótica entre as formas como se construíram e se estruturaram as instituições – e as arquivísticas estão neste bojo – e o perfil dos acervos que ali estão depositados. Certamente, houve inúmeras transformações nestes espaços de salvaguarda, expostas na atuação dos profissionais, mas principalmente nas alterações dos suportes documentais.

---

[4] LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo, Letra e Voz, 2012. LIDDINGTON, Jill; DITCHFIELD, Simon. *Public History: A Critical Bibliography. Oral History*. Vol. 33, Re-presenting the Past (Spring, 2005), pp. 40-45.

No Brasil, tendo por exemplo, o trabalho inaugural de Célia Costa[5] acerca da trajetória de uma instituição de guarda e acesso, compreende-se muitos desses limites, mas, principalmente, o histórico desse processo. Não por acaso, Costa teve como seu orientador o Prof. Dr. Manoel Salgado, que se debruçou sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no seu doutoramento.

O projeto implementado pelo IHGB em seu objetivo de construir uma historiografia Nacional foi vivenciado num período que o Estado era demarcado por ações centralizadoras e, por isso, deparava-se com a resistência de diversos setores da sociedade brasileira. O IHGB ao instituir uma linha de interpretação da História brasileira, elegeu como pilar o papel civilizador e progressista do Estado – primeiramente português e, a partir de 1822, brasileiro. Neste panorama, Costa ao analisar a institucionalização do Arquivo Nacional, em 1838, sublinha a condição, no contemporâneo, das instituições de cautela e demonstra que

> *(...) a incipiente política para arquivos no âmbito da administração federal, às vésperas do século XXI, e a fragilidade do Arquivo Nacional, principal instituição arquivística do país, apontam para a necessidade de se pensar sobre sua funcionalidade em relação ao Estado brasileiro desde suas origens. Tomando como referência os arquivos nacionais europeus surgidos no século XIX, observa-se que o arquivo brasileiro encontrou sérias dificuldades para realizar os objetivos inerentes a esse tipo de instituição: "instrumentalizar" a ação administrativa do Estado nacional emergente e subsidiar a pesquisa histórica.*[6]

Durante o século XIX, com a estruturação da chamada *História Científica*, as instituições arquivisticas foram observadas como laboratórios para o historiador, considerando-se os documentos como

---

[5] COSTA, Célia. "Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro". Tese de doutorado em História Social, IFCS/UFRJ, 1997.

[6] COSTA, Célia. "O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, 2000. p.218.

atestados de veracidade que reproduziam objetivamente os eventos do passado. As ideias positivistas deixaram o seu legado nas Ciências Humanas do início do século XX e igualmente marcaram a atuação dos arquivistas/historiadores, ou dos profissionais de arquivo.

Em duas publicações tidas como do *nascimento* da área da Arquivologia enquanto disciplina e profissionalização – *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, conhecido como *Manual dos Arquivistas Holandeses*, de Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e Robert Fruin (1898), editado no Brasil em 1960, pelo Arquivo Nacional, e o *Manual de Administração de Arquivos* (1922), de Sir Hilary Jenkinson – se estabelecem um padrão tecnicista de "neutralidade" e passividade na sua atuação. Eram como guardiões da "verdade" a serviço dos historiadores científicos.

Nesta seara, os pressupostos difundidos pelos intelectuais vinculados à Escola dos *Annales* plasmavam os seus estudos a sobrepujar a visão positivista da "história científica". Priorizando os processos de longa duração, também inseriam novas temáticas e a ampliação do conceito de *documento histórico*. Impulsionando uma mudança na relação entre os historiadores e as fontes documentais dos e nos arquivos – que abandonam a premissa de ser a única ferramenta para o *fazer histórico* –, vista até então pela corrente positivista como relato fidedigno do passado, produto desinteressado das ações humanas.

Em 1956, Theodore R. Schellenberg publicou *Arquivos Modernos: teoria e prática*, primeira obra a analisar os aspectos norteadores da avaliação arquivística e dos prazos de guarda, trazendo para o debate a questão da subjetividade.[7] Nessa perspectiva, o autor colaborou para a interdisciplinaridade da avaliação documental, aproximando arquivistas e historiadores, que formavam uma equipe capaz de ajuizar/ponderar/auferir os documentos por seu caráter comprobatório e informativo.

---

[7] SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos: teoria e* prática. RJ, Ed.FGV, 2008.

A ampla inserção dos historiadores no processo de constituição e tratamento dos acervos nos Arquivos Públicos, e as reformulações no âmbito da constituição historiográfica, a partir desse convívio demandaram desses profissionais um questionamento das suas práticas ao problematizar, por novos ângulos, as fontes. Atentaram, assim, para o contexto em que os acervos foram produzidos, as motivações pelas quais se constituíram e os porquês da guarda receber o caráter "permanente".

A avaliação documental não podia pautar-se somente no "valor através do uso" para pesquisa em História, como defendido por Schellenberg. As influências da historiográfica e os usos não acadêmicos da documentação exigiam outra forma de conduzir a avaliação documental. Assim, a perspectiva pós-moderna na Arquivologia vem sendo paulatinamente responsável por transformações na postura dos profissionais e em suas relações com a instituição do *Arquivo* enquanto um lugar e uma prática, bem como, com os acervos ali depositados.

No cerne destas reflexões, têm-se, como maior influência as ponderações de Terry Cook. Arquivista canadense que numa tradição de formação largamente difundida mundo a fora, igualmente era historiador. Para Cook, a abordagem pós-moderna questiona cinco premissas da arquivística tradicional:

> *1) o de que os arquivistas são guardiões neutros, imparciais da 'Verdade', para usar as próprias palavras de Jenkinson;*
>
> *2) o de que os arquivos, como documentos e como instituições, são subprodutos desinteressados das ações e administrações;*
>
> *3) o de que a proveniência tem raízes em um único órgão de origem e transmissão, em vez de um processo de criação;*
>
> *4) o de que a 'ordem' imposta aos arquivos por meio do arranjo e descrição arquivísticos – para não falarmos da avaliação! – é uma recriação isenta de valores de alguma realidade genuína anterior; e*

> *5) o de que a arquivísticas é uma ciência – pelo menos uma 'ciência' como esse termo é tradicionalmente concebido e utilizado pelos arquivistas, produto da idade do racionalismo científico.*[8]

Assim, para Cook, esse paradigma apreendia as instituições arquivisticas como "um recurso social [...] que respeitava cada vez mais a natureza pluralista e ambígua do mundo pós-moderno e digital ao invés dos padrões monolíticos que tinham dominado as estruturas arquivísticas anteriores". Tendo em mente que a avaliação documental influi e imprimi implicações na produção de pesquisas e na memória coletiva, a abordagem pós-moderna propõe um ajuizamento que leve em conta o contexto sociocultural de produção do documento e seu uso contemporâneo. Prioriza-se o contexto ao invés do conteúdo, de forma a valorizar e preservar memórias plurais sobre um mesmo momento, sem desconsiderar vozes marginalizadas na História.

Essas transformações nas perspectivas historiográficas e arquivísticas podem aferir as instituições arquivisticas práticas democráticas e inclusivas ao reconhecer os diversos usos possíveis da documentação salvaguardada. Mas como os *arquivos* são órgãos de Estado, não há como programar fazeres nestes espaços que não estejam em sintonia com a sociedade em que estão inseridos.

***

No caso do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), a partir de abril de 2005, buscou-se desenvolver planos e atividades a fim de se inserir nos paradigmas contemporâneos. Já que o AGCRJ custodia um dos acervos mais antigos do país, cuja origem da documentação completou com o Rio, 450 anos em 2015, e tem no perfil de seu acervo a trajetória político-administrativa de uma cidade/Capital da Colônia, do Império e de grande parte da República.

---

[8] COOK, Terry. "Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998.

Até 1824, data da promulgação da 1ª Constituição Brasileira, eram as Câmaras Municipais que exerciam as funções de poder Executivo e Legislativo. O acervo documental do Arquivo da Câmara, acumulado desde 1565, foi transferido quando, com a República, instituiu-se a Prefeitura do Distrito Federal, em 1892. O Decreto nº 44, de 05/08/1893, há 125 anos, estabeleceu o Arquivo do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro. Meses mais antigo do que o de Salvador – 1ª capital.

Os aspectos dos muitos quilômetros lineares de documentos e a preocupação de salvaguardá-los, nos inserem nas tradições do Império português. E por isto muito honrou a mim e a minha equipe, que, em 2007, no 1o. ano do Programa Memória do Mundo, Brasil, da Unesco, parte do acervo das "Vereanças do Senado da Câmara" tenha recebido o título desta nominação.

Experiência repetida em 2013, com o Fundo "Comissão Organizadora do Segundo Congresso Operário Brasileiro" e em uma 3a. vez, fomos contemplados com tal titulação para a Série "Aforamentos" – extenso acervo que registra a trajetória fundiária da Cidade. Em 2015, a candidatura dos registros fotográficos das intervenções urbanas entre 1900 e 1950 auferiu pela primeira vez não apenas a indicação nacional, mas regional para América Latina e Caribe do mesmo Programa Memória do Mundo, da Unesco. Esse acervo inclui mais de 35 mil fotografias das reformas urbanas ocorridas nesse período, retiradas de coleções como as de Augusto Malta, Henrique Dodsworth e do Fundo Secretaria Geral de Educação e Cultura, sob a guarda do AGCRJ.

Desde 2013, o AGCRJ esteve vinculado a Secretaria Municipal da Casa Civil e atualmente, ao Gabinete do Prefeito. Certamente tal mudança sentencia que a Prefeitura do Rio compreendeu que o AGCRJ, enquanto gestor de informação e do conhecimento precisa ser apreendido como equipamento do Estado voltado para a eficiência e eficácia dos serviços arquivísticos governamentais.

Os *Arquivos* devem atender as demandas do próprio Estado na tomada de decisões político-administrativas. Igualmente precisam

satisfazer aos cidadãos em busca de provas para defesa de seus direitos. Além, é claro, de facilitar o acesso às informações, auxiliar na produção de conhecimento acadêmico. Neste sentido, os *Arquivos* são constituídos como condição primeira de registros das ações administrativas do Poder Público. Assim, lhe servem de elementos de prova e informação na comprovação de direitos. Cumprindo sua missão institucional ou legal.

Existem, portanto, primeiramente para atender à governança por meio da gestão. E findo o trâmite e o processo administrativo, para embasar a produção de conhecimento, atendendo, portanto, ao campo do Legado. Os Arquivos Públicos têm legitimamente uma missão híbrida: precisam empreender, no Governo, programas de gestão de documentos, *viés de Governança*. Possibilitando o controle sobre a massa documental produzida, autorizando os descartes legalmente permitidos e fomentando a transferência da parcela de caráter permanente aos seus depósitos, como órgão central.

Devem estar envolvidos na construção de políticas de transparência, de dados abertos, da composição de processos administrativos eletrônicos, das políticas de "governo sem papel", bem como, garantindo o acesso sem negligenciar o tratamento, a preservação, a transferência de suporte e a disseminação de fontes de interesse para a História e para a defesa de direitos de cidadania, *viés Social*.

De um lado, para além de conservar o seu papel histórico e socialmente destinado, o AGCRJ tem como função o recolhimento, a preservação e a organização dos fundos documentais produzidos pelo Poder Executivo no âmbito municipal, além dos arquivos privados em depósito. Essas etapas são fundamentais para que os documentos possam cumprir suas funções informativas e/ou probatórias. Nesse sentido, ampliando o diálogo com o conjunto da Prefeitura do Rio, o AGCRJ tem implementado ações primordiais para instituir uma Política de Gestão Documental nos órgãos da municipalidade carioca.

Coadunando-se com a ampliação do acesso e a transparência das ações de Estado, nos exemplos acima descritos, há a instituição da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei Federal nº 12.527/2011 –,

no mesmo dia em que se constituiu a Comissão Nacional da Verdade. A LAI, que regulamenta o direito à informação pública expresso na Constituição Federal de 1988, deveria permitir que os Arquivos, ao executarem as suas missões, possibilitassem a transparência em sua administração.

Estabelecida "de cima para baixo" e sem consulta ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), como também sem o planejamento, nas três esferas, para a implantação da legislação, a LAI não vem permitindo que o Estado se torne menos opaco.[9] No caso do Executivo carioca, o AGCRJ tem forjado iniciativas que disseminem as ideias de parceria e fluxo de informações, de modo que a instituição atue como coordenador, orientador e mediador da Política Municipal de Arquivos – ou como definido na Lei Municipal nº 3.404, de 05/06/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 22.615, de 30/01/2003, no papel de *gestor*.

Aos Arquivos Públicos é exigida uma nova postura que se contraponha radicalmente ao modelo tradicional de *arquivo*, situando-o como Gestor de uma Rede de Informação, integrado sistemas e redes, com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações do seu interesse particular ou coletivo. Acompanhando o processo de geração destes registros até o seu recolhimento.

Caminho longo a ser traçado e, principalmente, constituído é o que iniciamos em janeiro de 2013. Estamos dando os primeiros passos – largos, firmes e seguros –. Quando LAI (Lei 12.527/11), em 2011 –, e o Decreto municipal 35.606/2012 foram promulgados, poderíamos ter comemorado uma década de sucesso, já que a "Lei de arquivos" do Rio, uma das raras cidades que a tem, é de 2002.

Mas o que deve ser sublinhado é que se está fomentando políticas, na constituição e implantação de um Programa de Gestão de Documentos. Para tal, é necessário quebrar com "hábitos" e "culturas",

---

[9] JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói, EdUFF, 1999.

que nacionalmente ainda plasmam aos Arquivos a imagem de um "cemitério do obsoleto". Quando na verdade devemos ser *high-tech*.

Mas no quesito tecnologia, ou no discurso que a utiliza como um alucinógeno vivenciasse um momento crítico. Isto porque, tramitava no Senado Federal o projeto de lei (PLS 146/2007) que, difundindo uma lógica econômica, deseja instituir a digitalização de todos os documentos e após, a destruição dos originais. Ao acharmos que o panorama era difícil, mas com vislumbres, tudo vem se alterando rapidamente. Mais do que nunca precisamos de trincheiras de luta e resistência para garantir o acesso ao passado, presente e futuro.

***

Na cronologia desta ação legislativa que não se iniciou naquele momento, no ano de 2010, o CONARQ se posicionou contrário ao PLS 146/2007, cuja finalidade é dispor "sobre a digitalização de documentos em mídia ótica ou eletrônica [...]" e prevê a eliminação de documentos originais após a transferência para o suporte digital. Em 2015, o PLS 146/2007 foi desarquivado, a pedido do Senador Magno Malta, seu autor. Em 22/11/2016, foi apresentada uma redação substitutiva ao PLS 146/2007, que possui equívocos graves, tais como: tornar vigentes artigos vetados da Lei nº 12.683/2012 e alterar artigos do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/2015); da Lei de Arquivos (Lei Federal nº 8.159/1991) e da Medida Provisória 2.200-2/2001 (regula a certificação digital e ICP-Brasil).

A eliminação dos documentos públicos pelas normativas da Lei nº 8.159/1991, estabelece que, só após o processo de gestão de documentos, se dará por incineração, pela destruição mecânica ou por qualquer outro procedimento que assegure a *desintegração* do mesmo que não ganhou o caráter de *permanente*.

O PLS 146/07, ao buscar a legalização da destruição dos documentos originais após sua digitalização, põe em risco a garantia de autenticidade dos documentos públicos. Esta poderá ser duvidosa e discutível, impossibilitando futura verificação no caso de suspeita de fraudes, já que a contraprova desaparece, o que pode ser considerada

uma verdadeira "queima de arquivo" (http://queimadearquivonao.webnode.com).

O Projeto de Lei 7.920/2017, número que o PLS 146/2007 recebeu ao ser enviado para a Câmara Federal, se aprovado, extingui a função de "prova" dos documentos públicos. As justificativas são calcadas na redução de custos, no aumento da transparência e da acessibilidade à informação, na sustentabilidade ambiental, na facilidade de manuseio e recuperação, e na redução de espaço físico para as instituições arquivísticas. A sustentação dessas premissas se torna uma falácia quando analisadas sob os preceitos da gestão de documentos, da preservação de longo prazo e preocupações relativas à presunção de autenticidade dos documentos.

Ainda quando tramitava no Senado Federal, em 07/12/2016, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), em reunião ordinária, aprovou um substitutivo que em nada alterou a essência do mesmo. Em caráter terminativo, a matéria foi incluída na pauta da reunião seguinte. Aprovado no Senado seguiu para a Câmara no início do segundo semestre de 2017, sendo distribuído para três comissões. O PL 7.290/2017 continua em seu texto, permitindo que empresas privadas e cartórios realizem operações como a digitalização e certificação de documentos públicos. Assim, onera ainda mais os cofres públicos, já que são tarefas destinadas a execução privada. Além de lidar com o manuseio, a segurança e a confiabilidade de documentos públicos.

A existência de documentos digitais imputa a necessidade de investimentos constantes no ambiente tecnológico de produção, gestão, recuperação e preservação de tais registros. A ideia de que o proposto no PL 7.920/2017 (PLS 146/2007) geraria uma economia de recursos não é verdadeira, já que a segurança dos documentos digitais e sua proteção em longo prazo vinculam-se à disponibilização de somas consideráveis de recursos públicos.

Em 2012, viveu-se algo semelhante quando se aprovou a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, que dispunha sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. A Lei apresentava de forma clara e objetiva, que documentos originais não

podem ser descartados mediante o processo de digitalização. A justificativa do veto, pela presidente Dilma Rousseff, da digitalização na redação inicial, adveio em decorrência da insegurança jurídica que esta ação poderia gerar.

Entre 2012, com o veto, e 2015, há o pedido de desarquivamento do PLS 146/2007. Esse tramite é uma busca, um retorno da questão ao debate, para que, em sua redação, tornar vigentes os artigos da Lei nº 12.683/2012 que foram vetados. No bojo de todas essas tratativas, pode-se perceber um dialogo com iniciativas desenvolvidas pelo Executivo Federal que não contaram com a participação do Arquivo Nacional e/ou do CONARQ.

Tendo por partida o PEN – Processo Eletrônico Nacional –, vislumbra-se uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da Administração Pública. Seu objetivo foi o de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos. Imbuído do discurso da melhoria no desempenho dos processos da administração pública, o PEN tem como missão os ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do público usuário e redução de custos. Para sustentar essa iniciativa, desenvolveu-se o SEI – Sistema Eletrônico de Informações –, que é uma solução de processo eletrônico desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) no âmbito do PEN – projeto Coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Durante a 86ª Reunião Plenária, realizada no dia 1/12/2016 no Salão Negro do Ministério da Justiça e Cidadania, em Brasília, o CONARQ condenou veementemente o proposto no PLS 146/2007. Por decisão da maioria do Plenário, que se posicionou contrário ao referido PLS, se deliberou que o Conselho solicitaria o arquivamento do mesmo, por entender sua inadequação.

O procedimento referente à destinação final do documento é o mesmo tanto para o papel como em meio digital. A documentação de caráter permanente necessita ser arquivada na instituição arquivística pública e em um Repositório Digital Confiável (RDC-Arq). Sem isto, a memória, o valor de prova e a autenticidade não serão preservados.

Perde-se o acervo histórico e probatório. O SEI então, não pode ser considerado um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) por não apresentar todos os requisitos para tal.

Nestes momentos de pós-verdade, a temeridade da aprovação do Projeto "Queima de Arquivo", como vulgarmente o PL 7920/2017 vem sendo conhecido, advém igualmente da sua tramitação estar ausente de um debate aprofundado de suas decorrências, por todas as áreas públicas e privadas, envolvidas. Lamentavelmente, o presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil protocolou no dia 13/09/2017, na Câmara Federal, ofício apoiando o PL 7920/2017. Isto porque, há muito que processos trabalhistas, por exemplo, são eliminados após cinco anos depois de encerrados. Destes permanecem apenas o *acordum*.

Renegado até pelo Senador autor do projeto, que dias depois de sua aprovação e encaminhamento à Câmara, veio a público declarar o seu arrependimento. Mas será que agora é tarde? Para acompanhar os seus desdobramentos, há o link: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao. Ou se informar no site que agrega as manifestações contrárias: http://queimadearquivonao.webnode.com/quem-e-contra/.

SAUDAÇÃO AO SÓCIO JOÃO EURÍPEDES FRANKLIN LEAL[1]

Miridan Britto Falci[2]

Existe palavra ou expressão nas línguas humanas mais bonita do que uma saudação?

Saudação é uma demonstração que o que está vindo é esperado, desejado ansiosamente.

Saudação é um declaração de carinho, de aconchego, de reafirmação de uma amizade, até de um abraço do receptor por aquele que chega.

E em várias situações ou fatos, sentimos, com um aperto no coração, uma saudação.

Quem não se recorda do anjo Gabriel quando saudou Nossa Senhora dizendo: Ave Maria!.

O que quer dizer Ave? Salve, eu lhe acolho, eu lhe venero, eu lhe respeito.

Nessa expressão vai também a acolhida, o agradecimento por sua chegada.

Quem não se lembra da expressão do indígena: "Seja benvindo a cabana de Arakem, no célebre livro Iracema de José de Alencar?"

A saudação foi o testemunho de agrado e alegria por quem chegava.

---

[1] Discurso proferido em 10 de maio de 2018.

[2] Professora de História do IFCS-UFRJ. Vice-presidente do IHGRJ.

É uma homenagem também, exprime o respeito e/ou admiração.

E as saudações têm fórmulas, detalhes. Quem não se lembra da saudação nas capoeiras: os capoeiristas se abaixam na frente de um dos tocadores do berimbau antes de iniciarem ou no término do jogo. É quase um pedido, uma solicitação para exercerem o seu jogo com um agradecimento final por tê-lo exercido.

Assim também nas saudações dos Institutos Históricos é no nosso caso: expressamos uma fórmula quase medieval, de agrado por sua chegada.

Bem vindo Franklin!

Mas para que todos os presentes também o respeitem e o aceitem, se exige que o receptador mostre quem você é, o que fez em relação aos objetivos do Instituto e o que pretende fazer, e porque você foi escolhido para ficar entre nós. É necessário que o receptador assinale a sua grande significação para esta comunidade, como se fosse uma exigência cega, autoritária, declaratória.

E é isso que faremos agora.

Quem é João Eurípedes Franklin Leal?

Nosso empossando é professor titular da Universidade do Rio de Janeiro, UNIRIO.

Franklin como todo professor que alcançou a titularidade em nossas universidades, tem exercido inúmeras funções e trabalhos: o seu curriculum lattes declara que são 17 artigos completos em periódicos, 15 livros publicados, 12 trabalhos publicados em anais de eventos. Nos diz que ele tem oferecido inúmeros cursos de aperfeiçoamento, participando de seminários e congressos de paleografia e diplomática, organização de eventos, membro de banca examinadora para concurso público de professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da UNIRIO. Desde 2008 é membro de ban-

cas de teses de doutorado e mestrado, elaborado também prefácios e posfácios, e dando assessoria em trabalhos técnicos.

E lembro alguns títulos publicados na revista de Historia da Biblioteca Nacional: *O foral novo do rei*, o *Tratado da Terra do Brasil de Gandavo*, *Carta ânua do padre Antônio Vieira*.

Seus trabalhos dizem respeito principalmente a sua especialidade: paleógrafo e historiador. Destrincha, analisa, transcreve, interpreta textos escritos de séculos atrás, XVI, XVII, XVIII e XIX.

Dentre os cursos de aperfeiçoamento de Paleografia destacam-se o que realizou no Congresso Nacional em 2014 e no Supremo Tribunal de Justiça em 2015 e as cinco publicações na *Revista de História da Biblioteca Nacional.* Extremamente significativo foi a sua participação no 1° Colóquio Lusobrasileiro de Paleografia no Arquivo Nacional no Rio em 2017.

Recentemente realizou o trabalho sobre a Estrada Real São Pedro de Alcântara (Ouro Preto à Vitória), e o trabalho *Receituário Médico de 1703* com o manuscrito da Fiocruz e que em outubro ganhou em Paris pela UNESCO o prêmio "Memória do Mundo."

Esta saudação não pode abranger todo o potencial que possui Franklin e ainda mais pela necessidade de sermos sintéticos. Mas quero destacar os cursos de Paleografia que tem ministrado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Das 9 as 17 horas, com a sala da Cephas lotada, Franklin tem dado todos os anos entre agosto e outubro, sozinho, aulas no curso de Paleografia idealizado por ele.

Conceituação, evolução histórica das letras e números, relacionamentos da Paleografia, normas brasileiras de transcrição, materiais e instrumentos pra escrever, sistemas de escritas, a romana, a carolíngia, a gótica e a humanística, números romanos, arábicos e abreviaturas nos documentos antigos.

Todos esses conhecimentos são apresentados com grande conhecimento, uma paciência beneditina e uma dedicação assombrosa na análise dos documentos que apresenta.

Na parte da tarde, as aulas são todas práticas com a transcrição de dois a três manuscritos feitos com enorme interesse pelos alunos, que percebem a força e do interesse e conhecimento desse professor.

Com que alegria recebemos para análise um trecho manuscrito com a bonita letra de D. Pedro II comunicando o nascimento de sua filha, no século XIX e lemos um trecho sobre o Maranhão e seus indígenas do século XVI, ou o manuscrito de remédios do século XVII (Receituário Médico de 1703) traduzido por ele e que recebeu o título valoroso pela UNESCO.

E ele nos ensina que num documento se estuda os aspectos gráficos, os aspectos materiais e os aspectos complementares. Vê o tipo de letra (visigótica, carolíngia, etc.) e projetando o documento na tela da sala de aula, vê o traçado das letras, os sinais e traços extras, os automatismos feitos por reflexos próprios do autor, o ângulo da escrita, os símbolos gráficos no texto, a pontuação e a acentuação.

O calor das explicações, ao mesmo tempo calma e profunda, faz com que os alunos não queiram se ausentar. As cinco horas ainda os alunos estão sentados com seus documentos trocando informes entre os colegas e levando para casa mais alguns para fazer como trabalho de casa.

Franklin você é um de desses professores e historiadores que nos fazem bem e engrandecem a nossa profissão.

Seja bem vindo ao IHGRJ.

INTER-RELACIONAMENTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO NA ÉPOCA COLONIAL

João Eurípedes Franklin Leal[1]

No início da colonização da costa brasileira por Portugal, ressalta-nos a doação da Capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho e da Capitania de São Tomé a Pero de Góes. Interessante observar, que estas duas capitanias, para superar dificuldades inerentes a este primórdio, levou ao estabelecimento de um relacionamento colaborativo entre os donatários que se materializou, com uma fixação de limites, com cedência de importante faixa territorial. Pelas duas Cartas de Doações, o limite seria o rio Itabapoana, também denominado rio Managé (Reunião do povo). Em 14 de agosto de 1539 houve um acordo, que, confirmado oficialmente, em Lisboa, em 12 de março de 1546, o Espírito Santo cedeu larga faixa de seu território estabelecendo como limite o rio Itapemirim, que os donatários chamaram de rio de Santa Catarina, em homenagem a rainha D. Catarina de Portugal, esposa de D. João III. Este limite territorial permaneceu enquanto Pero de Góes, manteve-se na Capitania de S. Tomé como donatário. Entretanto, se haviam colaborações como esta, foi da Capitania do Espírito Santo, em 1546, que partiu, na ausência do seu donatário, que fora a Portugal, um grupo de aventureiros, chefiados por Henrique Luiz, com o objetivo de traficar com indígenas da Capitania de São Tomé e que acabou resultando no rapto do principal chefe indígena, pelo qual pediram um resgate. Este foi pago pelos indígenas, mas Henrique Luiz não entregou seu refém conforme combinara e sim entregou-o a uma outra tribo inimiga dos mesmos, que o devorou. Disto resultou o fim da Capitania de São Tomé, pois os indígenas se rebelaram e Pero de Góes foi derrotado. Por pedido seu, o donatário do Espírito Santo Vas-

---

[1] Paleógrafo e historiador, membro do IHGB e do IHGRJ, Professor Benemérito da Unirio, Livre Docente de Paleografia.

co Fernandes Coutinho, então já de volta a Capitania, mandou barcos a Capitania de São Tomé para trazer à Vitória, em 1547, Pero de Góes e seus colonos, que se refugiaram no Espírito Santo.

Mais tarde, em 1555, Vasco Fernandes Coutinho participou, ativamente, do socorro à luta pela expansão dos franceses na Baía da Guanabara. Uma de suas primeiras iniciativas foi atender ao pedido do cacique Maracaiaguaçu (Gato Grande), chefe indígena que vivia com seu povo, Temininós, na Baía de Guanabara. Ele era amigo dos colonos portugueses e muito temido pelos Tamoios, amigo dos franceses, com os quais já, há muitos anos, mantinha guerra. O pedido, que veio através do filho do Gato Grande, era para que a tribo pudesse se instalar no Espírito Santo. Mas, como o donatário Vasco Fernandes Coutinho estava ausente e por causa da questão de jurisdição, pois habitavam outra Capitania, não pode ser atendido em seu desejo. Pouco depois, o emissário dos Temininós soube do regresso do donatário do Espírito Santo a Vitória e retornou ao Espírito Santo, onde foi prontamente atendido enviando quatro lanchões que os trouxeram a Vila de Vitória, onde tiveram grande acolhida e passaram a viver no local denominado Capixaba.

Gato Grande foi convertido ao Catolicismo e batizado com o nome de Vasco Fernandes Coutinho e sua mulher batizada com o nome Branca Coutinho. Em 1558, o chefe indígena Cão Grande, irmão de Gato Grande, mudou-se com sua gente para Guarapari, onde estabeleceu sua aldeia. Todas estas inciativas tiveram como principal objetivo fortalecer e defender os Termininós que, posteriormente, foram decisivos na defesa do Rio de Janeiro contra os Tamoios e colaborando na fundação do Rio de Janeiro. Na contínua luta contra os invasores franceses na Guanabara, passou pelo Espírito Santo, em 1564, Estácio de Sá, que arregimentou novos combatentes indígenas que seguiram, chefiados por Araribóia, ao Rio de Janeiro. Seguiu também na expedição o Capitão Belchior de Azevedo, militar de grande valor. A ação de Araribóia e sua gente para a libertação da Guanabara é bastante conhecida e pelos méritos, ele recebeu em recompensa uma sesmaria na Praia Grande (Niterói), onde fundou aldeia e foi posteriormente nomeado Cavaleiro de Cristo, com uma tensa de 12.000 reais.

Em fevereiro de 1566 os portugueses do Rio de Janeiro voltaram ao Espírito Santo para obter novos reforços para a luta na Guanabara, o que foi repetido, por Mem de Sá, no final deste mesmo ano, sempre em busca de reforços pra combater os invasores. Portanto, foi intensa a participação da Capitania do Espírito Santo na luta e expulsão dos franceses na Guanabara.

A criação da Ouvidoria Geral do Espírito Santo.

Em 15 de janeiro de 1732, uma Carta Real, criou o cargo de Ouvidor Geral, que tinha jurisdição não só na Capitania do Espírito Santo, como nas vilas de São Salvador dos Campos dos Goytacazes e São João da Barra, na então Capitania da Paraíba do Sul. A criação da Ouvidoria Geral da Capitania do Espírito Santo fora pedida pelo Ouvidor Geral do Rio de Janeiro, Manoel da Costa Mimoso que, anos antes, estivera em correição pela Capitania e aquilatou a grande dificuldade de comunicação entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Nesta época, desenvolvia-se no Espírito Santo, na Serra do Castelo, no rio Manhuaçu, rio Guandu e rio Pardo, uma mineração de ouro, que era ilegal e proibida pelo governo português. Todo este ouro não fora quintado e era contrabandeado levando a crer que o ponto do descaminho se fazia pela Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes. Acusava-se inclusive, a existência nesta vila, de falsos moedeiros. Somente em 22 de novembro de 1740, D. João V nomeou o primeiro Ouvidor Geral do Espírito Santo e da Paraíba do Sul. Era o bacharel Pascoal Ferreira de Veras, de controversa atuação e memória. Não foram de qualidade os demais Ouvidores subsequentes. Apesar do Governo Geral, sediado na Bahia, condenar a mineração do ouro no Espírito Santo, foi criado um posto de quintação deste metal na vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, mas as informações são carentes apesar de existirem. O descaminho do ouro, produzido na serra do Castelo, teve duas fases. Na primeira, entre 1700 e 1771, ele foi extraviado e contrabandeado sempre via Campos dos Goytacazes e dele pouca informação existe atualmente, e o assunto carece de maiores pesquisas. Entretanto, este mesmo metal foi novamente explorado no século XIX , agora com respaldo e apoio de D. João VI após a construção da Estrada Real São Pedro de Alcântara, que ligava

Ouro-Preto a Vitória em 1816. Por ordem real, reativou-se a busca e exploração de ouro nesta região centro–sul do Espírito Santo, mas o ouro continuou a ser contrabandeado via São Salvador dos Campos dos Goytacazes para variados destinos brasileiros, especialmente o Rio de Janeiro. Esta questão pertinente à história do Espírito Santo e do Rio de Janeiro necessita e merece uma mais profunda investigação. Esta mesma Estrada Real, especialmente a partir de 1845, com a construção de vários dos seus ramais, proporcionou a abertura de novas propriedades agrícolas, que foram ocupadas tanto por famílias de origem mineira, como por famílias fluminenses, sendo estas especialmente da região do médio Rio Paraíba, como Valença, Vassouras, Piraí e outras localidades.

Informação interessante foi a criação dos serviços de Correios, entre São Salvador dos Campos dos Goytacazes e a Vila da Vitória, em 1778, e que iniciou seu funcionamento a 1° de janeiro do ano seguinte, o que proporcionou maior intercâmbio a habitantes destas Capitanias. Durante o período de 1784 e 1789, em que José Antônio Alvarenga Barros Freire, foi Ouvidor do Espírito Santo e da Paraíba do Sul, houve uma auditoria que desvendou desmandos como extravios de dinheiro da Fazenda Real e falsificação desmedida de assinaturas em documentos.

Outro ponto de inter-relacionamento se deveu a atuação da Companhia de Jesus, com suas atividades bem conhecidas, e entre elas a de possuir propriedades agrícolas, sendo que a mais marcante para o caso foi a Fazenda da Muribeca, destinada a criação de gado, e que se situava parcialmente no sul do Espírito Santo e se estendia ao norte da Paraíba do Sul. Esta foi formada em meados do século XVII, pelo Padre André de Almeida e em 1694 já possuía casa e Igreja, com 1639 cabeças de gado. Foi a maior fazenda de gado dos Jesuítas e suas terras foram constituídas por doações do Conde de Castelo Melhor e pelo governador do Rio de Janeiro D. Álvaro Silva Albuquerque. Seu território se estendia entre os rios Muriaé, Paraíba, Itabapoana e Itapemirim. Esta fazenda, após a expulsão dos Jesuítas, foi arrematada por José da Cruz e Silva, que pouco tratou dela e os indígenas, que até então estavam pacificados sob a administração dos jesuítas, voltaram

à vida selvagem, prejudicando enormemente a ligação terrestre, via Estrada Geral ente Rio de Janeiro e Vitória. O Espírito Santo também se caracterizou pelo contínuo fornecimento de alimentos ao Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX, inclusive há uma obra de Debret reproduzindo a venda de produtos da Capitania.

Voltando no tempo, ao século XVII, em 10 de março de 1625 uma esquadra com oito naus holandesas comandadas Pieter Pieterzoon Heyn, que regressava à Bahia após um ataque, sem resultados, à Luanda, em Angola, atacou a Vila da Vitória em um dos mais sérios ataques holandeses a costa brasileira. Estes foram derrotados, com a ajuda de um esquadra comandada por Salvador Correa de Sá e Benvides, que vindo do Rio de Janeiro, socorreu o Espírito Santo e foi decisivo para a expulsão dos invasores.

Muito interessante é a questão limítrofe entre a Capitania da Paraíba do Sul e do extremo sul do Espírito Santo, que variou, aparentemente de forma pacífica, usando como marco o rio Itabapoana. Como já vimos anteriormente, este limite foi transferido, na época da Capitania de São Tomé, do Rio Itabapoana para o Rio Itapemirim ou rio de Santa Catarina mas, com a extinção da Capitania de São Tomé, os documentos subsequentes colocam este limite em um lugar chamado Santa Catarina das Mós, hoje inexistente, a cerca de seis quilômetros ao sul do rio Itabapoana. Textualmente, um documento datado da Vila de Vitória, em 11 de julho de 1790, escrito pelo capitão mor do Espírito Santo Ignácio João Mangeardino diz o seguinte: "e desta dita barra do Itabapoana, distância de mais de légua no lugar chamado Santa Catarina das Mós, limita a jurisdição desta Capitania do Espírito Santo". Cumpre informar que o *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*, editado pela Tipografia Nacional, do Rio de Janeiro, em 1878, diz o seguinte: "Santa Catarina das Mós – assim chama o Campo entre a ponta de Manguinhos e o rio Itabapoana, perto da Ponta do Retiro, onde se acham vestígios da antiga povoação. Em cima da Ponta existe um Comoro com umas Mós e daí vem o nome para este campo". Santa Catarina das Mós "desapareceu" da geografia no final do século XIX, sem maiores consequências pra uma disputa limítrofe.

A 31 de agosto de 1832 foram desanexada da Ouvidoria do Espírito Santo as vilas de São João da Barra e de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, que se incorporaram a Ouvidoria do Rio de Janeiro. Anteriormente, na Assembleia Provincial do Império no Rio de Janeiro, na data de 28 de maio de 1832, sob a presidência do deputado Limpo de Abreu, foi discutido o projeto de Lei que desmembrava do Espírito Santo as vilas de São Salvador dos Campos dos Goytacazes e São João da Barra e as anexava ao Rio de Janeiro. A este projeto foi feita uma emenda do deputado Batista Caetano, que manteria a região unida ao Espírito Santo, mas a capital seria transferida de Vitória para Campo dos Goytacazes. A emenda não foi aprovada, mas somente o projeto original.

Pelo pouco aqui exposto já podemos afirmar que foi vasto o inter-relacionamento histórico e geográfico do Rio de Janeiro com o Espírito Santo e que a história regional merece maiores e melhores pesquisas e estudos, objetivando o conhecimento de seu passado, inclusive uma história demográfica, registrando a movimentação de famílias, o que enriqueceria também, os estudos genealógicos.

Referências bibliográficas

DAEMON, Basílio. *Província do Espírito Santo*, tipografia Espiritosantense. Vitória: 1879.

FRANKLIN LEAL, João Eurípedes. *Espírito Santo: Histórias*, IHGES, Vitória: 2016.

LAMEGO, Alberto. Controvérsias Históricas..., *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro: 1950.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*, APES, Vitória: 2008.

SAUDAÇÃO AO SÓCIO JOÃO CARLOS NARA JÚNIOR[1]

Alex Nicolaeff[2]

Ilustre senhora vice-presidente do IHGRJ, professora doutora Miridan Britto Falci;

Ilustres colegas, convivas e demais presentes.

Recebi com alegria a distinção de saudar o nosso novo sócio João Carlos Nara Júnior nesta quinta-feira, dia 10 de maio de 2018. Conheci João Carlos em junho do ano passado aqui mesmo, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, quando falou de seu livro *Arqueologia da persuasão: o simbolismo rococó da Matriz de Santa Rita.*

Na ocasião fiquei impressionado com a abrangência e sofisticação de sua abordagem: a pequena igreja se tornou o fulcro de um amplo leque temático.

Colhi mais informações em seu artigo *Vêm a ter os testadores mais pragas que sufrágios: Os últimos desejos de Manoel Nascentes Pinto (+1731),* publicado em 2016 no número 26 da revista do IHGRJ. O início do título foi extraído por João Carlos do testamento deixado por um rico português, vindo do Porto. Diz, no seu resumo, que o documento *proporciona ao historiador uma envolvente aproximação à sociedade carioca do século XVIII no que tange aos seus valores, à religiosidade de sua gente e ao desenvolvimento urbano.*

Destaco neste resumo as palavras historiador, sociedade, religiosidade, urbano e a época: século XVIII. Compreendi o porquê e

---

[1] Discurso proferido em 10 de maio de 2018.

[2] Arquiteto e sócio do IHGRJ.

o como de tão amplo escopo ao conhecer a formação ou melhor, as formações do autor.

Depois de arquitetura e urbanismo, João Carlos se formou em história e em arqueologia. Participa de estudos sobre religião e é membro do Instituto Pretos Novos.

Começou os estudos com arquitetura. É a mais social das artes. A arquitetura é o testemunho mais presente, permanente e admirado da vida humana. Sempre é a arquitetura que invoca épocas e nos faz lembrar o passado. Neste recordar se destacam os programas religiosos: pirâmides, templos, catedrais. São básicos na representação de culturas. Recebiam grandes investimentos em recursos, emoções e esperanças. Acolhiam o sagrado e neles os fiéis buscavam salvação e proteção.

A igrejinha focalizada por João Carlos contém essa bagagem. Para desvendar seu conteúdo fez valer o saber acumulado nos anos de estudo. O de historiador se revela no paciente exame e debulhar do longo testamento deixado por dom Manoel, revelando passo a passo toda uma maneira de ser e de pensar sociedade, família, cidade, fé, vida e morte.

Ficamos sabendo que Manoel Nascentes Pinto foi dono de bens imóveis, pratarias e escravos. E de um tipo de bem extinto entre nós, o surpreendente ‘ ofício herdavel’. Tinha vários recebidos da esposa que os herdou de um tio. Alguns destes ofícios ficaram com familiares de dom Manuel até o ano da Independência. É o chamado negócio “de pai para filho”. Lembremos apenas que Portugal era uma monarquia absolutista, dom Manoel era fidalgo, e o estamento burocrático gozava de muitos privilégios.

Dom Manoel tinha vinte e nove escravos. Há lista com nomes e atributos, outra com o valor mínimo de cada indivíduo segundo André Antonil (em livro de 1837), e uma terceira coluna com o valor em réis. Calculou-se um valor mínimo de doze contos para a escravaria. Comparou-se este valor com o preço de gado. Transcrevo do artigo

de João Carlos: *Portanto, conforme esse triste cálculo, doze contos equivaliam a cem cabeças de gado.*

João Carlos nos fala da piedade de dom Manuel, de seu desejo de alforriar escravos. Recomenda aos filhos tratarem bem os seus escravos. Em 1955 o genealogista Ruy Vieira da Cunha escreveu sobre "Os Piedosos Nascentes Pinto". De fato, dom Manuel difundiu no Brasil a devoção a Rita de Cássia. A família construiu a ermida, originando *a primeira paróquia dedicada à taumaturga fora da Itália.* Sabemos da importância das igrejas na acolhida de restos mortais, fator que muito contribuiu na organização de irmandades. A de Santa Rita não escapa da regra, pois dom Manuel possuía "*sepultura própria na capela-mor" para si, sua mulher, filhos e descendentes.*

A questão da "*devoção caritativa*", que teria *servido à instrumentalização do altruísmo durante a Modernidade,* segundo Michel Foucault, é levantada por João Carlos. Conclui porém que a visão do filósofo francês é *inapta para avaliar tanto as intenções de dom Manoel quanto o bom espírito do tempo.*

No terreno da história da arquitetura João Carlos se mostra infenso ao barroquismo alardeado como onipresente na cultura nacional, e afirma categórico a presença do estilo rococó em Santa Rita. De fato, é o rococó um estilo com características próprias, independente do barroco, adotado na arquitetura religiosa inicialmente em áreas rurais da Baviera. Chegou a Portugal trazido por peregrinos e /.../ *nos arcazes de alguns conventos do norte iam-se colecionando estampas gravadas em Augsburgo, na Alemanha* segundo narra a historiadora de arte Natália Brito Correia Guedes em seu livro *O Palácio de Queluz*. E dom Manoel era portuense. A igreja de Santa Rita, concluída em 1728 /.../ seria enriquecida *entre 1753 e 1759 com um competente trabalho de entalhe em madeira dourada e policrômica, o qual se considera a primeira fábrica ornamental rococó realizada em terras americanas.*

Entre os muitos assuntos abordados por João Carlos Nara Júnior chama atenção o tema *Inumação desumana: o enterramento dos pretos novos no Rio de Janeiro* apresentado na 9ª Conferência Inter-

nacional sobre diáspora africana da ASWAD – Association for the study of worldwide african diaspora, realizado em Sevilha, 2017. É um assunto incômodo, apesar do local do cemitério dos pretos novos ser conhecido e estar plotado no *Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – Ensaio – 1505-1965*, de Eduardo Canabrava Barreiro, editado pelo IHGB nas comemorações do Quarto Centenário. Está representado por uma mancha do tamanho de um campo de futebol. Hoje está coberto pela trama urbana e é atravessado pela Rua Pedro Ernesto. Incômodo e silenciado, até moradores de uma casa fazerem obras e encontrarem material arqueológico. As obras eram acompanhadas pelo Departamento Geral do Patrimônio Cultural, órgão do qual eu era diretor, sendo prefeito o arquiteto Luiz Paulo Conde. O casal de moradores teve o civismo de nos informar sobre a ocorrência. Convocamos os arqueólogos e em pouco tempo vi sete caveiras enfileiradas na mesa de minha sala, entre muitas outras relíquias. Foi o assunto que mais atraiu imprensa em toda a dinâmica gestão da secretária de cultura Helena Severo. Veio até uma TV de São Paulo. Assim, "a mancha negra de nossa história" que Rui Barbosa tentou "apagar", destruindo arquivos da escravidão, ressurgiu freudianamente como "a volta do reprimido". Hoje é assunto internacional graças a João Carlos e, a bem da verdade, também graças aos gentis e sábios moradores da casa na Rua Pedro Ernesto.

No artigo da Revista do IHGR, referindo-se ao Valongo, diz João Carlos: *A evolução do tráfico escravagista ditou o ritmo e as vicissitudes dessa antiqüíssima área do Rio de Janeiro*.

Nosso novo sócio já tratara do assunto na sua tese de doutorando em História Comparada, no Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, em 2016), com o título *ARQUEOLOGIA DA TRANSIÇÃO: diálogo entre História e Arqueologia no mais antigo cemitério de pretos novos do Brasil.* Recebeu orientação de Flávio dos Santos Gomes & André Leonardo Chevitarese.

No 7º Simpósio Brasileiro de Geofísica (Ouro Preto, 2016) João Carlos apresentou o texto *Detecção do Chafariz de Santa Rita através de GPR*. Gerador GPR é um sistema eletrônico com a capaci-

dade de investigar os terrenos e os materiais, dispensando escavações. No sempre citado artigo está a informação: *Pesquisas arqueológicas recentemente desenvolvidas trouxeram à luz um poço de dois metros de diâmetro no fundo do lote, perto da atual Rua Teófilo Otoni, antiga travessa das Violas.*

Também despertaram a minha atenção algumas pequenas chamadas ao longo do texto, tais como: 'indícios ocultos nas entrelinhas', 'O valor das pistas deixadas por dom Manoel', 'investigação mais detalhada', 'um conjunto orgânico de indícios'. Há todo um clima semelhante ao que encontrei nos romances de Alberto Mussa, cheios de mistérios e sutis pesquisas.

E por aí vai, o nosso novo sócio, abrindo janelas sobre muitos assuntos, sem perder o fio da meada. De fato, a curiosidade de João Carlos Nara Júnior remete ao significado antigo da palavra história: uma investigação em busca da verdade.

Vejamos aspectos interessantes de seu currículo:

É graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal Fluminense em 1997 e em história na UNIRIO no ano de 2014.

Dois anos mais tarde fez mestrado em arqueologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o trabalho intitulado *ARQUEOLOGIA DA PERSUASÃO: Um olhar arqueológico sobre a primeira igreja rococó da América.* Orientação de André Leonardo Chevitarese & Flávio dos Santos Gomes.

Ainda em 2016 torna-se membro do Laboratório de História das Experiências Religiosas do Instituto de História da UFRJ.

A partir de hoje é sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Acrescente-se que é fluente em espanhol e inglês e, ainda, funcional em italiano, latim e grego.

Exerceu atividades nas áreas de arquitetura e urbanismo e recebeu menção honrosa com o trabalho *Ambiente e paisagem da cidade de Niterói*, no Instituto de Arquitetos do Brasil - Prêmio Arquiteto do Amanhã, em 1996 quando ainda era estudante de arquitetura.

Lotado na Coordenação de Preservação de Imóveis Tombados do Escritório Técnico da UFRJ, é diretor da Divisão de Preservação do Museu Nacional (UFRJ), onde fez o *Termo de referência para a manutenção de coberturas de imóveis tombados.* É um documento utilíssimo diante dos maiores inimigos de nosso patrimônio: água e umidade.

Fiscalizou o restauro do Palácio Universitário do Campus da Praia Vermelha; elaborou os projetos básicos de restauração do Palácio Imperial de São Cristóvão e o Plano de conservação preventiva e curativa do Museu Nacional. O prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no largo de São Francisco, também mereceu seus cuidados, tendo mapeado danos existentes.

Em 2016 publicou o livro, tema de sua comunicação: *Arqueologia da persuasão: o simbolismo rococó da matriz de Santa Rita.* Appris, Curitiba.

Na lista de artigos publicados chama atenção o texto *Reflexões epistemológicas a propósito da nova edição brasileira de* O Povo Bíblico, de Daniel-Rops, apresentado em 2016 no VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica: Pentateuco, da Formação à Recepção, realizado em São Bernardo.

No Max-Planck Seminar in São Paulo: História das Instituições Eclesiásticas e suas Normatividades no Brasil dos Séculos XVI – XIX (2015) apresentou *Um padroado particular: A disputa judicial acerca do direito de padroado na Igreja da Irmandade de Santa Rita no Rio de Janeiro setecentista.*

No XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado – CICOP (Bauru, 2014) apresentou *As talhas rococó da matriz de Santa Rita de Cássia, no Rio de Janeiro.*

Na extensa lista vemos que João Carlos Nara Júnior também tem cursos oferecidos sobre diversas temáticas de seu vasto elenco de conhecimentos, como patrimônio, ciência da religião, Novo Testamento e estética, com durações que vão de um semestre a vinte horas, e a seis horas.

Acho importante manter o tédio distante, paro por aqui e parabenizo, pela ordem:

O IHGRJ por contar com tão qualificado profissional em seus quadros;

O dito, por ter se qualificado tão bem;

E o mesmo João Carlos pelo dia de hoje, dia de seu aniversário.

ARMANDO MAGALHÃES CORREIA E A INTEGRAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS E NATURAIS NA PRÁTICA DA PRESERVAÇÃO

M.Sc. João Carlos Nara Jr.[1]

Senhora Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio deJaneiro., professora Miridan Britto Falci

Eminentes confrades. Senhoras e senhores.

Agradeço sobremaneira a honra que me foi outorgada pelo Instituto ao me admitir no quadro de seus sócios. Sinto-me muito obrigado ao arquiteto e urbanista Alex Nicolaeff por me ter apresentado e pela estima de sua acolhida desde que nos conhecemos. E espero corresponder à confiança em mim depositada pela professora Miridan Britto Falci, cuja amizade e interesse sempre me surpreenderam positivamente e consolaram, e a quem sinto o dever de expressar o meu agradecimento mais especial.

I

Assumo a cadeira 29, cujo patrono é Armando Magalhães Correia (nascido a 1889 e finado em 1944). Por feliz coincidência, partilho com meu patrono o orgulho de trabalhar no Museu Nacional, a mais antiga instituição científica e museológica do país, cujo bicentenário será comemorado a 6 de junho próximo.

---

[1] Arquiteto e Urbanista, diretor da Divisão de Preservação do Museu Nacional (Coordenação de Preservação de Imóveis Tombados do Escritório Técnico da UFRJ). Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ. Aluno do Programa de Pós-graduação em História Comparada e membro do Laboratório de História das Experiências Religiosas da UFRJ.

Armando Magalhães Correia — artífice, escultor, pintor, desenhista, escritor, professor, naturalista, etnógrafo — trabalhou por mais de vinte anos como modelador do Museu Nacional, e oferecendo capacitação aos professores. Pioneiro na defesa das reservas naturais brasileiras, recolheu em sua famosa obra *O Sertão Carioca*, publicada em 1936 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, os artigos que escrevera anteriormente para *O Correio da Manhã*. Carioca de Jacarepaguá, Magalhães Correia coligiu informações primárias sobre moradores, tipos humanos, fazendas, casas, objetos, trilhas, estradas, paisagens, campos, praias, lagos, barragens, aquedutos, pontes… Seu ingente trabalho, todo ilustrado por sua mesma pena, traça o perfil da região dominada pelos maciços da Tijuca e da Pedra Branca.

Segundo suas próprias palavras, o sertão carioca, cujo coração é a baixada de Jacarepaguá, era um "exemplo dessa calamidade que abrange todo o território brasileiro" (CORREIA, 1936, p. 237).

A que calamidade fazia referência nosso conservacionista? — Era a calamidade dos sertanejos, carentes dos meios mais elementares de desenvolvimento. Era a calamidade dos homens dessas paragens desatendidas pelo poder público e exauridas dos seus recursos naturais.

O Brasil nacionalista dos anos 1930 — zeloso da própria identidade — já trazia no bojo um contrassenso: nas suas florestas, o brasileiro não encontra mais o pau-brasil; tanto como o habitante do Rio de Janeiro também não encontra mais o rio Carioca. O Brasil tem brasileiros, mas os brasileiros não têm mais o Brasil. Tornando a citar Magalhães Correia (*ibidem*),

> *[...] o problema fundamental no Brasil é o de uma sadia brasilidade, a começar pelo reflorestamento, a conservação dos mananciais, para garantia de nossa fauna, e assim possa haver meios de subsistência aos seus habitantes.*

Armando Magalhães Correia, portanto, partilhava com seus colegas do Museu Nacional — Cândido de Mello Leitão, Paulo Roquette-Pinto, Bertha Lutz, Heloísa Alberto Torres, Alberto José Sam-

paio — a preocupação pela *conservação do patrimônio natural*. No entanto, sua grande contribuição foi saber integrar a preservação da natureza com a *necessidade de reformas sociais*.

Sendo assim, uma indagação se nos impõe: *como integrar na prática da preservação os diferentes aspectos sociais, culturais e naturais?*

II

Para responder tal questionamento, convém compreender a abrangência do conceito de *patrimônio* e o que significa a sua *preservação*.

Pode-se definir *patrimônio* como o conjunto de bens materiais e imateriais que, por seu próprio e relevante valor simbólico, se associa à história ou à identidade cultural de determinado povo ou nação, estando esses bens passíveis de preservação.

É sabido que ao lado do patrimônio natural também se reconhece o construído pelo homem. Conforme se lê na *Carta de Atenas* de 1931, cujo relator foi o arquiteto Le Corbusier, o patrimônio consiste nas

> *[...] obras materiais, traçados ou construções que [...] conferem sua personalidade própria [às cidades] e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. (Carta de Atenas, 1931, nº 65)*

A partir da percepção de que o patrimônio natural é afetado pela antropia, isto é, pela atuação transformadora do homem sobre o ambiente, forjou-se mais recentemente a categoria de *paisagem cultural*. O Rio de Janeiro tem o mérito de ser a primeira cidade a receber tal chancela da UNESCO. Como explica o geógrafo Rafael Winter Ribeiro (2007, p. 111),

> *[...] a grande vantagem da categoria de paisagem cultural reside [...] no seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que as instituições de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo trabalharam historicamente de maneiras apartadas. É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado.*

No entanto, há de se reconhecer que nenhuma dessas abordagens dá conta satisfatoriamente da dimensão social que o patrimônio deve ter. Como alerta o Papa Francisco (Carta encíclica *Laudato sì*, 143), convém prestar atenção

> *[...] às culturas locais, quando se analisam questões relacionadas com o ambiente, fazendo a linguagem técnico-científica dialogar com a linguagem popular. É a cultura — entendida não só como os monumentos do passado, mas especialmente no seu sentido vivo, dinâmico e participativo — que não se pode excluir na hora de repensar a relação do ser humano com o ambiente.*

Portanto, a consciência do débito de cada um para com a sociedade precisa se concretizar em práticas preservacionistas, educativas e desenvolvimentistas, abertas às gerações presentes e futuras, como um corolário do princípio da solidariedade.

III

Mas o que significa preservar? Define-se a *preservação* como a proteção e a conservação de bens culturais cujo significado e permanência constituem referenciais importantes para a memória de uma nação, de um povo, de uma cidade ou região.

Convém estar alerta, pois diversos grupos de interesse reivindicam a prerrogativa de avaliar o passado para estabelecer o que deve ser reconhecido, protegido, resgatado ou restaurado: indígenas, religiosos, políticos, arqueólogos, historiadores, arquitetos, urbanistas, etc. Por outro lado, é recorrente encontrar entre militantes e ativistas a pretensão de possuírem um compromisso antropológico com

os "dominados", isto é, padecem do elitismo de se considerarem no direito de "dar voz" às pessoas sem oportunidade. Além disso, há de se reconhecer que frequentemente ocorrem graves tensões entre interesses locais e globais, e entre interesses econômicos e ideológicos.

Desse modo, fica evidente o quanto a noção de patrimônio precisa ser alargada e mais bem compreendida, a fim de que a sua preservação vise de fato ao bem comum e ao ser humano que dele usufrui, sem que seja reduzida a uma moeda de troca nas mãos ou de uma direita reacionária, ou de uma esquerda beligerante.

IV

A fim de responder à indagação inicial — *como integrar na prática da preservação os diferentes aspectos sociais, culturais e naturais?* —, arrisco apontar três âmbitos de atuação para os conservacionistas, que se incluem como círculos concêntricos.

O primeiro campo que necessita ser mais bem desenvolvido é o da *educação patrimonial*. Embora seja uma exigência dos órgãos de tutela para os agentes que trabalham com os bens protegidos, a educação patrimonial corre o frequente risco de se reduzir à mera ilustração didática dos empreendimentos.

Outro âmbito que reclama uma urgente mudança de mentalidade no Brasil é o da *conservação preventiva e curativa*. Faz-se urgente criar uma "cultura da manutenção". A restauração, último recurso da prática da preservação — que visa a recuperar a apreciação, a compreensão e o uso —, deve ser evitada na medida do possível. Muito mais eficaz e econômico é o combate das deteriorações e perdas, dos processos danosos e dos problemas estruturais.

Finalmente, um terceiro campo estratégico de atuação é o da *preparação dos profissionais* capazes de assumir os desafios concernentes à salvaguarda do patrimônio. Com efeito, a conservação e a gestão patrimonial são trabalhos extremamente exigentes, transdisciplinares e especializados, que levam tempo para serem assimilados e

desenvolvidos. É de justiça que tal serviço seja mais reconhecido e valorizado.

É admirável ler em *O Sertão Carioca* todo um programa de preservação para o Brasil em que Magalhães Correia incluía o saneamento rural, a educação agrária, a assistência judiciária e a gestão racional do povoamento, tendo nos próprios cidadãos interessados o elemento ativo da proteção do nosso patrimônio.

Obrigado.

Referências bibliográficas

CORREIA, Armando Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

Francisco (papa). Carta encíclica *Laudato sì* sobre o cuidado da casa comum, 24/5/2015 (*Acta Apostolicæ Sedis* 107, 9).

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 12, nº 3, p. 1033-1059, set.-dez. 2005.

Le Corbusier. *A Carta de Atenas [1931]*. São Paulo: Edusp, 1993.

NARA JR., João Carlos. *Proposta de Ampliação da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro*: a importância da Freguesia de Santa Rita. *In:* 4º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, de 26 a 28 de setembro de 2016. Anais… Belo Horizonte: UFMG, 2016.

International Council of Museums — Committee for Conservation (ICOM-CC). *Resolução da 15ª Conferência trienal*: Terminologia para definir a conservação do patrimônio cultural tangível. Nova Delhi: 2008.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RECEPÇÃO A NOVA INTEGRANTE DO QUADRO SOCIAL[1]

Vera Lucia Cabana Andrade[2]

Ilma. Sra. Presidente do IHGRJ, ilustres componentes da mesa, caros confrades, Senhoras e Senhores:

Ao aceitar o honroso convite de apresentar a professora, historiadora e gestora universitária Lená Medeiros de Menezes ao IHGRJ escolhi fazer um exercício de memória afetiva e racional, pois, escrever sobre uma vida de relação compartilhada em família e em espaços institucionais – onde dividimos as utopias da juventude, os desencantos e as vitórias da carreira, a perda de entes queridos e as alegrias do nascimento de nossos filhos e netos – me permite contribuir com uma pequena descrição de sua personalidade singular e multifacetada.

Minha amiga Lená é do signo de Leão, possui personalidade complexa, guerreira, ardente como o regente Sol, alimentada pelo fogo da paixão na busca permanente do saber e do fazer. É mulher impulsiva, intensa, impaciente, intuitiva, sensível, criativa, verdadeira, com a emoção sempre à flor da pele e, por isso mesmo, admirada e amada por muitos e criticada e combatida por outros, mas sempre respeitada por todos. Profissional determinada na busca de renovação e reconstrução dos saberes, obstinada na perseguição de grandes ideais, intimista no compromisso com a educação, convicta no resguardo do instituído e na ousadia da mudança, estando em inúmeros acontecimentos à frente de seu tempo.

---

[1] Discurso proferido em 11 de novembro de 2017.

[2] Professora Doutora em História Social pela UFRJ. Professora aposentada da UERJ e do CPII.

Esta imagem plural de uma pessoa comum e ao mesmo tempo especial, que conseguiu ultrapassar obstáculos sociais e preconceitos profissionais, começou a se formar em minha tela mental desde que eu, ex-aluna do Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, estreitei laços de amizade com aquela ex-normalista no Curso de Licenciatura de História da UEG, hoje UERJ. Professora da Escola Municipal São João Batista, em Cordovil, Lená preparava com afinco, até em sua casa, seus alunos da antiga 4ª série primária, dando-lhes melhores condições de competitividade nos excludentes exames de admissão aos ginásios estaduais, nos idos da década de 1960. Já nesta época, como professora da rede municipal de ensino, podiamos perceber seu intento pessoal de lutar pela ascensão social das camadas populares através da escolarização, convicção educacional esta que alimentou por toda a sua trajetória profissional.

Ao integrarmos a equipe de história do CAP, nas décadas de 1970 e 1980, tivemos oportunidades de crescer no campo docente "protegidas/incentivadas" pelo saudoso e insubstituível Professor Fernando Sgarbi Lima. Anos mais tarde, já na Direção da Unidade, hoje Instituto de Aplicação da UERJ, deixou a marca de seu trabalho na organização do Primeiro Encontro de Colégios de Aplicação do Rio de Janeiro, atividade de extensão ocorrida em abril de 1986. Ao homenageá-la no transcurso dos 40 anos de criação do Colégio, a memória coletiva registrou seus exemplos de virtudes e embates pessoais.

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UERJ) ingressou como Professora Auxiliar passando a Professora Assistente ao concluir seu Mestrado em História Social das Ideias, na UFF, em 1985, chegando a Professora Adjunta em História da América após obter seu título de Doutora em História Social, em 1995, pela USP, e a Professora Titular em História Contemporânea, em 2000, após prestar Concurso Público de Provas e Títulos apresentado a Tese: *"Tramas do Mal. A Revolução de Outubro no nível das representações (1817-1921)"*. Chefiou o Departamento de História de 1984 a 1986 e participou da Direção do Instituto em dois mandatos de 1990/91 e 1994/95.

Entre 1996 e 2000 exerceu o cargo de Diretora do Centro de Ciências Sociais – CCS/UERJ, cargo em correspondência com a Decania das Universidades Federais, sendo membro efetivo da Comissão de Pós-Graduação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e Relações Internacionais (1997/98), Presidente do Conselho Técnico e Diretora do ISEBI de 1998 a 2000, inovando, de maneira radical sua proposta curricular a nível de pós-graduação em relação direta com outras universidades brasileiras.

Há 40 anos na UERJ, atuando nas áreas de Graduação e Pós-Graduação, foi membro do Conselho Universitário, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Comissão Permanente de Planejamento de Avaliação Docente, da Comissão Permanente de Graduação, do Comitê Interno de Avaliação do PIBIC (2002), membro permanente e Presidente da Comissão Acadêmica do Programa de Pós-Graduação de História, no período de 2004 a 2009. Foi Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado – 2004) e Coordenadora do Curso de Doutorado em História (2006).

Tanto na Graduação como na Pós-Graduação orientou e avaliou trabalhos de conclusão de curso, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, participando de Bancas de Exames de Qualificação, Bancas de Doutorado, Bancas de Concurso para Professor Titular e Supervisão de Pós-Doutorado, na UERJ, e outro centros acadêmicos, como na Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Universidade Federal do Espírito Santo, e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dentre outras.

Intelectual de renome desenvolveu diferentes linhas de pesquisa, tais como: Política e Cultura; Política e Sociedade; História Social; Estudos de E(I)migração e Estrangeiros; Imigração e Estudos de Gênero, atuando como Coordenadora Geral do Laboratório de Estudos de Imigração – LABIMI e do Grupo de Pesquisa "Imigração Urbana e Diásporas Contemporâneas – GRpesq. De seus principais projetos de pesquisa podemos destacar:

A Emigração da Europa do Sul para a América do Sul. Desenvolvido em rede internacional de pesquisadores – CEPESE, envolvendo alunos de graduação, pós-graduação e pesquisadores de diversas universidades. (2011/2012).

Imigração Portuguesa e Comércio Varejista no Rio de Janeiro: o sonho do negócio próprio como horizonte de possibilidade [1870-1962] (2009/2010).

Como membro do Corpo Editorial de importantes periódicos, como *Revista Brasileira de História* (1996-2000), *Revista (Syn) Theses* (CCS/ 1996-1999), *Revista Maracanan* (PPGH/ 2000-2012), *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2007-2012), Revista do CEPESE* – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Portugal (2009-2012), sempre incentivou a produção da *Revista Diálogos* – dos alunos de pós-graduação em história da UERJ (2009) e da *Revista Ágora* –dos alunos do Programa de Pós-graduação da UFES (2009).

De sua vasta obra intelectual mais recente, podemos destacar livros e artigos publicados no Brasil e no exterior:

MENEZES, L. M. *"Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro"*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. (Prêmio Arquivo Nacional de 1990)

SOUZA, F., MARTINS, I. L., MATTOS, M. I., MENEZES, L. M. (Org.) *"Um passaporte para a Terra Prometida"*. Porto: Fronteira do Caos/CEPESE, 2011.

MENEZES, L. M., ROLLENBERG., MUNTEAL, O. (Org.) *"Olhares sobre o politico. Novos Ângulos, Novas Perspectivas.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

MENEZES, L. M. *"Francesas no Rio de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanack Laemmert (1844-1861)."* Revista do IHGB. v. 423. Rio de Janeiro: IHGB, 2004.

MENEZES, L. M. *"O cimema como arma política: embates ideológicos e representações."* Revista (Syn)Theses. v. 4. Rio de Janeiro: CCS/UERJ, 2002.

MENEZES, L. M. *"Imigração: das práticas às representações. Um ensaio sobre a longa duração"*. Revista Maracanan. v. 1. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

MENEZES, L. M. *"Portugueses sob vigilância: migração, pobreza e expulsão. (Rio de Janeiro 1890-1990)"*. Revista de Ciências Históricas. Universidade Portucalense. v. 13. Porto: Departamento de Publicações, 1998.

MENEZES, L. M. *"Facettes marginales du rêve de civilisation: Imigration française et prostitutin au Brésil (1816-1930)*. In: LAURENT, Vidal; DE LUCA, Tania Regina (Org.). *"Les Français au Brésil, XIXe – Xxe siècle.* Paris: Les Indes Savantes, 2011.

MENEZES, L.M. *"Les Portugais en tant que représentation de l'immobilisme dans la modernisation républicaine au Brésil (1890 – 1920).* In: Maria Matilde Benzoni; Robert Frank; Silvia Maria Pizete (Org.) *"Images des peuples et histoire des relations internationales du XVe siècle a nos jours"*. Paris: Publications de la Sorbonne/EdizionUnicpli, 2008.

MENEZES, L.M. *"Imigração e Negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851 – 1870)"* In: MATTOS, Maria Izilda; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Org). *"Deslocamentos & Trajetórias"*. São Paulo: EDUSC, 2008.

MENEZES, L.M. *"Dancings e cabarés: trabalho e disciplina na noite carioca (1937 – 1950)"*. In: Cristina Bruschini, Heloisa Buarque de Holanda (Org). *"Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil"*. São Paulo: Carlos Chagas/Ed. 34, 1998.

MENEZES, L. M. "Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)". Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. (Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

Das páginas de seus escritos, pautadas no rigor científico da produção acadêmica e releitura das fontes históricas, emergem personagens dotados de alma e historicidade, o que nos remete às reflexões de temas atualíssimos, como as questões de gênero, de trabalho e de

imigração, que marcam o cenário contemporâneo e desafiam o reequilíbrio histórico da "era da pós-modernidade e da pós verdade".

Em suas inúmeras participações em congressos nacionais e internacionais, deixou sempre a marca de sua abordagem original e crítica, como por exemplo:

• XII Congresso de la Sociedad latinoamericana de Estudios sobre America Latina y Caribe. Coordenação de Mesa Redonda. 2012.

Seminário Internacional Momento Itália/Brasil. Comissão científica PUC SP e UERJ, 2012.

• III Seminario Internacional de Derechos Humanos, Violencia y Pobreza/Primer Encuentro Nacional Interdisciplinario: Derechos Humanos y Sociedad Civil. Apresentação de trabalho: *"O poder do silêncio: Historiografia, pobreza e criminalização da pobreza".* Montevideo: Universidad de la Republica, 2010.

• Simpósio Nacional de História da ANPUH. Simpósio Temático *"Minha Terra, Minhas Terras..."*. Organização e Coordenação. São Leopoldo/RS, 2007.

• *"A Emigração da Europa do Sul para a América do Sul"*. Desenvolvido em rede internacional de pesquisadores – CEPESE, envolvendo alunos de graduação, pós-graduação e pesquisadores de diversas universidades. (2011/2012).

Assumindo a Sub-Reitoria de Graduação, em 2008, ampliou sua participação política nos Conselhos, Comissões, Consultoria da SR 1, sendo Membro Efetivo do Conselho da Ordem do Mérito José Bonifácio e Consultor *ad-hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnico – CNPq Brasil, e Membro da Comissão de Avaliação da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Marcou presença no Fórum de Pró-Reitores de Graduação e foi Signatária, representado o Reitor, da Ata de Constituição do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, de 27 de novembro de 2008.

Liderando uma numerosa e diversificada equipe na SR1 valorizou o trabalho dos departamentos fomentando as trocas de experiências e a integração de objetivos para alcance das metas propostas de redimensionamento da Graduação; incrementou o PIBIC, Programa de Iniciação Científica, incentivando a maior participação dos alunos e dos professores na apresentação de seus trabalhos de pesquisa na Semana da Graduação/Uerj, instituindo o "Prêmio Fernando Sgarbi Lima"; criou o PIBID, Programa de incentivo a docência, valorizando a atividade fim do ensino/pesquisa ancorada na formação continuada dos professores.

Partícipe do pioneirismo da UERJ na adoção das Políticas Afirmativas do Governo: Política da Cotas, desde a experiência do vestibular/2003, assumindo a RS1 implementou projetos de aprimoramento do sistema de reserva de vagas para alunos oriundos das escolas públicas, das etnias negras e indígenas e dos portadores de necessidades especiais, propiciando a inclusão acadêmica de parcela significativa das camadas mais populares da sociedade, minimizando a histórica desigualdade social.

Objetivando a mobilização de toda sociedade para esta polêmica questão político-social-acadêmica, como Sub Reitora de Graduação participou de vários programas veiculados pela mídia, tais como, entrevistas de rádio e televisão, mesas redondas, e artigos de jornais esclarecendo o salto qualitativo da reserva de vagas da universidade que passou de sistema racial para sistema social, segundo critério sócio-econômico baseado na renda familiar.

No sentido de dar subsídios para o contínuo aprimoramento do sistema de cotas na UERJ, coordenou vários projetos de identificação do perfil e do desempenho dos alunos-cotistas nos diversos cursos de formação. Dentre estes projetos de pesquisa, podemos citar o Projeto de Avaliação dos Egressos Cotistas., desenvolvido no período de agosto de 2009 a dezembro de 2011, pelo Departamento de Projetos e Inovações – DEAPI/SR1, com o objetivo central de avaliar a possibilidade de ascensão social dos egressos pela formação superior e inserção no mercado de trabalho qualificado. A avaliação pontuou

critérios de ingresso no vestibular, tipo de cotas, permanência no ensino superior, evasão e diplomação, profissionalização e formação continuada. A pesquisa comprovou que houve uma acentuada melhoria social no desempenho efetivo da cidadania, uma inserção qualitativa no mercado de trabalho e, principalmente, uma possibilidade de ingresso no nível da pós-graduação. No concernente aos ex-alunos não concluintes, o projeto de pesquisa serviu de base para a reformulação do PROINICIAR, no sentido de equacionar as demandas apresentadas pelas dificuldades dos alunos cotistas.

A imagem ícone da Lená/UERJ foi de luta por uma universidade idealizada, melhor e mais democrática, e, este sentido, teve reconhecido seu trabalho pelo recebimento do "Prêmio Cientista do Nosso Estado" (FAPERJ, 2009) e pela outorga do "Diploma de Reconhecimento de 40 Anos de Dedicação à UERJ" (2010).

Como partícipe e narradora desta história-memória gostaria de ultrapassar a imagem da professora, historiadora, gestora universitária e, destacar na centralidade do sujeito, outros princípios de diferenciação de seus atributos pessoais, como por exemplos: o de companheira amorosa de uma vida matrimonial, num caminho percorrido a dois; de mãe extremosa sempre preocupada com a formação física, intelectual e moral de seus filhos e netos; de amiga de todas as horas, que sabe iluminar com sua presença encontros festivos e sabe acolher com sensibilidade a dor nos encontros marcados pelo destino.

Para concluir essa apresentação da Prof. Dra. Lená Medeiros de Menezes – esculpida no conhecimento filosófico e científico do que a vida tem de possibilidades e realizações e de lutas individuais e coletivas – gostaria de reafirmar que o IHGRJ se enriquece com o ingresso de mais um "intelectual de skol" em seus quadros. Seja muito bem vinda amiga Lená!

NO SIMBOLISMO DO ATO, O DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E MUDANÇA NO ESPAÇO-TEMPO DO RIO DE JANEIRO

Lená Medeiros Menezes[1]

Ilma Dra Neusa Fernandes, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, cujo dinamismo e liderança há tempos aprendi a admirar;

Ilmos confrades e confreiras, que chancelaram meu nome e hoje me recebem nessa casa;

Queridos amigos, que comigo compartilham esse momento de alegria, em especial os colegas de minha universidade, que seguem demonstrando que a UERJ vive;

Meus amados familiares, que sempre me apoiaram e incentivavam a seguir adiante, apesar de, muitas vezes, lhes roubar momentos preciosos;

Aos eternos ausentes-presentes – meu pai e minha mãe –, que nunca transpuseram os portões de uma universidade ou puderam conhecer rituais acadêmicos, mas possibilitaram que eu aqui chegasse;

Senhoras e senhores ...

Escrever um discurso – principalmente um discurso de posse – é uma tarefa, que impõe muitos e diferentes desafios, começando pela escolha do tema e dos caminhos do dizer. Afinal – de forma consciente ou não, assalta-nos a mente a ambição de propor uma fala inédita, que venha a se tornar boa lembrança, passando a compor a

---

[1] Titularidade.

memória institucional. Por que não dizer, passível de despertar um sempre bem vindo reconhecimento.

Na euforia de primeiro momento, pensei em abordar o grande tema de 2017 e objeto do meu próximo livro, no prelo para publicação: a revolução de outubro de 1917 na Rússia, analisada com base no discurso midiático. Considerei, porém, que este era um tema por demais árduo, pouco adequado a este momento. Acabei por mergulhar na própria historicidade da cerimônia, como fio condutor inicial das "coisas a dizer", contemplando o extraordinário processo através do qual as tradições resistem à voracidade da mudança.

Por outro lado, optei por uma enunciação mais leve, intimista e menos hermética, que me permitisse exercitar a simplicidade, mais próxima de minha natureza, avessa a retóricas rebuscadas. O caminho escolhido deveu-se às minhas próprias origens – ao que tudo indica, nobres em passado longínquo, mas humildes com relação às gerações mais próximas com as quais convivi. Quem sabe, ainda, influência daquele que foi, e continua sendo, minha referência acadêmica de modéstia e sabedoria: Prof. Fernando Sgarbi Lima, ou, ainda, de meu orientador, Prof. Eduardo França, assistente de Fernand Braudel na Universidade de São Paulo, que nunca me cansou de lembrar que toda escrita deve ser simples e de fácil compreensão, distanciada das amarras de "torres de marfim", "aqueles ideais recantos em que se podia fugir à vida agitada ou aborrecida, aquelas torres de marfim às quais não chegavam os ruídos solicitadores da vida".[2] Em outras palavras: aqueles locais que segregavam e afugentavam os não iniciados.

Nesse período de buscas e elaboração, parti do momento presente para buscar, no passado, as referências necessárias para discutir tradições e simbolismos, nem sempre perceptíveis a um primeiro

---

[2] PEIXOTO, Afrânio. Discuros proferido no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 3 de maio de 1936. In: In: COUTINHO, Eduardo F.; RAUD, Vera Lúcia Teixeira (org.). Discursos de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011, p. 61. Disponível em http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/cap-097-discursos_de_afranio_coutinho--miolo-para_internet.pdf. Consulta em 28 de outubro de 2017.

olhar. Dentre eles, a assunção de uma cadeira acadêmica, numerada, referenciada em um patrono, em redor da qual é formada uma cadeia de sucessão. Belo tema, que me agradou prontamente e me fez lançar o olhar sobre a longa duração, no sentido braudeliano.

Com o tempo aderindo ao meu pensamento, para lembrar metáfora criada por Braudel, em que compara o tempo do historiador à terra da pá do jardineiro,[3] até porque, através de meu orientador, tenho com ele alguma filiação, emaranhei-me no universo do simbólico e da longa duração. Nessa jornada, tive a ajuda de minha amiga Mônica Lessa e de escritores referenciais, como Hobsbawm, no caso das tradições,[4] e de Norbert Elias[5] e Arno Mayer,[6] no que se refere à vida de corte e às permanências do Antigo Regime.

Coube a Hobsbawm e Ranger criarem o conceito de "tradição inventada", definindo-o como "conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento, através da repetição", o que implica, portanto, em "passado histórico apropriado". Cabe, então, perguntar: Como o conceito se aplica à esta re/com-memoração?

A resposta à pergunta passa pela consideração de que "... a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização". No caso presente, tradição "inventada" há, pelo menos, três séculos e ressignificada pela Academia. Essa capacidade de ressignificação permite, por exemplo, que Le Goff compare a defesa de uma tese universitária a um combate medieval, no qual as armas são substituídas pela luta discursiva.[7] Nessa proposta de análise, também

---

[3] BRAUDEL, Fernand. *Historia e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1967.

[4] HOBSBAWM, Erica; RANGER, Terence. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

[5] ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a Sociologia da Releza e da Aristocracia de Corte*. [Trad. Pedro Sussekind]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

[6] MAYER, Arno J. A força da tradição. A persistência do Antigo Regime. [Trad. Denise Bottman]. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[7] LE GOFF, Jacques. LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Mé-*

é possível dizer que uma cadeira honorifica no tempo-presente remete a longínquos privilégios de funções.

Fortalece nossa proposição artigo publicado no jornal *Libération*, em 13 de outubro de 1999, intitulado *"Lintervention de Pierre Bordieu: "Maîtres du monde, savez-vous ce que vous faites?'",*[8] no qual o sociólogo resgata uma história emblemática sobre Michelângelo, o grande artista do Cinquecento italiano. Não muito afeito às normas e condutas protocolares, principalmente em suas relação com o papa Julio II, seu mecenas, sempre que possível, ele contrariava a tradição, sentando-se antes do Sumo Pontífice. Face a tal insubordinação com relação à centenária tradição, só restou ao Santo Padre – a cada encontro com o artista, e para salvaguardar o cerimonial da Santa Sé -, sentar-se às pressas, de forma a não perder a corrida no resguardo do passado-futuro das tradições de seu cargo.

O exemplo de Michelangelo pode, hoje, ter um sentido jocoso, mas ele cumpre aqui a função de demonstrar como o ato de sentar foi cercado de condutas inerentes a determinadas posições e funções sociais. Bem sabemos que a irreverência de Michelângelo ficou no passado, bem como as corridas para primeiro ocupar cadeiras, pelo menos literalmente. Ademais, cadeiras de distinção são hoje oferecidas por critérios outros que não os da Renascença, destacando-se, dentre eles o mérito acadêmico.

Para além da indicação de raízes, o episódio cumpriu, também, a função de amenizar um pouco a aridez do discurso, sem esquecer que alguns de seus sentidos - como "nebulosas mentais" (outra expressão de Braudel) – fazem-me, hoje, ser tocada pelo "fetiche" da distinção e, mesmo, da nobreza, que teima em invadir o primado da razão.

---

dia. Tempo, trabalho e cultura no ocidente. [Trad. Maria Helena da Costa Dias]. Lisboa: Estampa, 1980. 391 p. (Imprensa Universitária, 14).

[8] Disponível em www.liberation.fr/auteur/3026-pierre-bodieu. Consulta em 30 de outubro de 2017, por indicação de Mônica Leite Lessa.

No século que se seguiu às disputas simbólicas entre Michelângelo e Julio II, um novo capítulo foi escrito no processo de invenção da tradição da ocupação de cadeiras honoríficas. Dessa vez, o *lócus* desloca-se para a *Académie Française*, fundada por Richelieu em 1634, com o objetivo de preservar os padrões literários da França do *Ancien Régime*. E aqui convido Charles Pinot Duclos a nos contar, através de Tyrtée Tastet, a origem das cadeiras acadêmicas:

> *Aqui está o fato, tal qual é contado pelo acadêmico Duclos: 'No passado, na Academia, só havia uma poltrona – fauteuil (poltrona) – que era o lugar do diretor. Todos os outros acadêmicos, de qualquer categoria que fossem, só tinham cadeiras (...). O cardeal d'Estrées, ficando enfermo, procurou amenizar sua situação quando presente nas assembleias (...). O cardeal pede que lhe fosse permitido trazer um assento mais cômodo do que uma cadeira. Ao ser comunicado o fato ao rei (Luis XIV), que previu as consequências de tal distinção, ordenou ao intendente do guarda móveis que trouxesse quarenta fauteuiel à Academia. A instituição não pode deixar de atender ao rei, que se declarara seuprotetor'. Esta foi a origem das fauteuils, e isto se passou nos primeiros anos do último século.*[9]

Na descrição temos que nos reportar às diferenças de conforto ente uma poltrona (dotada de braços) e uma simples cadeira – ao que tudo indica – bastante desconfortável à época. Por outro lado a poltro-

---

[9] Citado por TASTET, Tyrtée. *Histoire des quarante fauteuils de l'Académie française depuis la fondation jusqu'à nos jours, 1635-1855. Paris:* Comptoir des imprimeurs-Unis, 1855, volume I, p. 11-12. Disponível em http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k314943/f21.image. Consulta em 30 de outubro de 2017. Tradução livre da autora. No original: " Voici le fait, tel qu'il est raconté par l'académicien Duclos: 'Il n'y avait ancienenment dans l'Académie qu1un fauteuil, qui était la place du directeur. Tous les autres académiciens, de quelque rang qu'ils fussent, n'avaient que des chaises. Le cardinal d'Estrées, étant devenu très infirme, chercha um adoucissement à son état dans l'assiduité à nos assembées (...). Le cardinal demanda qu'il lui fut permis de faire apporter um siège plus commode qu'une chaise. On em rendit compte au roi (Louis XIV), qui,prèvoyant les consèquences d'une pareille distinction, ordonna à l'intendant du grade meubles de faire porter quarante feuteuils à l'Académie. La compagnie ne pouvait moins attendre d'um roi qui avait voulu s'em déclarer le protecteur'. Telle fut l'origine des fauteuils, et cela se passait dans les premières anneés du dernier siècle".

na implicava distinção, remetendo, ainda, de forma simbólica, à ideia de trono, enobrecendo, portanto, o indivíduo que a ocupava, razçao pela qual, na Academia, só havia a poltrona do diretor.

Há de ser lembrado o fato do autor desse processo de ritualização não ser um rei qualquer, mas Luís XIV que – melhor do que qualquer outro – fez-se grande inventor de normas e tradições, na corte e fora dela, impondo comportamentos e rituais que vararam os tempos, ainda que ressignificados.

Diferentemente da *Académie Française* e de instituições congêneres, que seguem a tradição das hoje 40 cadeiras, o Instituto Histórico do Rio de Janeiro conta com 50, permitindo-me ocupar a de número 41. Mais uma vez, curvando-me à tradição, rememoro um pouco da trajetória daqueles que, antes de mim, têm seu nome vinculado á referida cadeira, começando pelo patrono: OTHELO DE SOUSA REIS.

Nascido em Itaboraí, em 16 de julho de 1890, quando a República apenas se iniciava, esse erudito, vocacionado desde cedo para o magistério, percorreu um itinerário de sucessos, vindo a falecer em agosto de 1948, com 58 anos. Aluno de humanidades no Colégio Pedro II, torna-se docente na instituição, como professor substituto nas cadeiras de Geografia Geral, Cosmografia do Brasil e Elementos de Cosmografia, tornando-se, mais tarde, professor catedrático de grego. Foi, ainda, docente efetivo de Geografia na Escola Normal do Distrito Federal, Professor da Escola de Aperfeiçoamento, funcionário da Diretoria Federal de Instrução Pública Municipal e professor em várias escolas da rede particular de ensino.

Bacharel em Ciências e Letras e em Ciências Jurídicas, desde muito cedo dedicou sua vida ao magistério. Foi membro da Comissão Nacional do Livro didático, colaborou em jornais e revistas e tornou-se sócio efetivo do IHGB no ano de 1921, passando à categoria de honorário, em dezembro de 1936. Pertenceu, ainda, aos quadros da Academia Brasileira de Filologia e ao Colégio Brasileiro de Genealogia, tendo publicado várias obras, algumas voltadas para o ensino médio: *Manual de redação oficial*, *Guia de análise léxica*, *Geografia*

Geral, *História do Brasil, Breviário da conjugação dos verbos*, *Textos para vorrigir, Cosmografia*, *Temas para redação*, *Três palavrinhas, Geofísica*, *Livro da previdência*, *Primeiros passos da Álgebra, Pesos e medidas, Aritmética* e outros.

Sua erudição e trajetória justificaram sua escolha como patrono de uma das cadeiras do IHGRJ, restando a dizer que ele foi, também, imortalizado no nome de duas escolas municipais (localizadas nos bairros de Cordovil e Santa Cruz,) e de uma rua na cidade de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense.

Até o momento presente, a cadeira teve três ocupantes. O primeiro titular foi JÚLIO RÉGIS BITTENCOURT, engenheiro naval, formado pelo *Royal Naval College*, de Greenwich e autor do livro "Memórias de um engenheiro naval", publicado em 2005 pelo Serviço de Documentação da Marinha. Nasceu em 1º de outubro 1882 e viveu por 82 anos, vindo a falecer em 2 de dezembro de 1964, com 82 anos de idade. Entrou para a Escola Naval em 1900 e foi o primeiro engenheiro naval a ocupar o posto de Almirante. Legalista, opôs-se aos tenentes que chegaram ao poder, com Vargas, em 1930, o que não o impediu, entretanto, de se colocar, igualmente, contra a deposição de Getúlio em 1945.

JOÃO DO PRADO MAIA, também sócio do IHGB, foi o segundo ocupante. Nascido no Pará, em 24 de maio de 1997, ficou órfão de pai e mãe aos oito anos de idade, concluindo o curso primário graças às primas professoras que o acolheram. Com 14 anos, ingressou na Escola de Aprendizes- marinheiros e só depois de adulto, quando já estava fixado no Rio de Janeiro, concluiu o curso secundário, sendo parte de seus estudos realizados no colégio Pedro II. Em 1919, ingressou no quadro de escreventes da Armada e, como militar, acumulou promoções. Teve, também, uma profícua vida civil, construindo uma sólida carreira de escritor: foi colaborador de revistas e jornais, dentre os quais o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*; exercitou a escrita em prosa e verso; produziu obras históricas sobre a Marinha e a Armada, tendo recebido condecorações variadas, com destaque para

a Ordem do Mérito Naval. Faleceu com 92 anos de idade, no ano de 1989 (25 de junho).

Seu sucessor e meu antecessor foi ELYDIO GONÇALVES DE OLIVEIRA BELCHIOR, a quem dedicaremos uma atenção especial. Nascido no Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1923, foi economista, professor universitário e cartofilista. Graduou-se na hoje Faculdade Cândido Mendes, instituição na qual exerceu a docência, como Professor Titular da cadeira de Evolução da Conjuntura Econômica, entre 1949 a 1964. Foi ele um dos maiores colecionadores brasileiros de cartões-postais, tendo inspirado e se tornado co-fundador e presidente da Associação de Cartofilia do Rio de Janeiro. Sócio titular do IHGB, exercia a função de Segundo Secretário quando faleceu em 14 de junho de 2011, com 88 anos de idade. Dentre as obras que escreveu, destacam-se: *Visconde de Cairu: vida e obra* (publicada em 1956 e reeditada em 2000); *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro* (1965); *Aspectos da economia Salineira no Brasil* (1969) e *A Economia brasileira em 1945* (1997).

A busca por elos entre mim e todos eles revelou que o Magistério, em diferentes níveis, é o grande ponto de encontro, possibilitando-me não me sentir "fora do lugar", mas integrante de um conjunto, até porque o Colégio Pedro II tem destaque, para além de mim, na biografia de dois dos que aqui foram lembrados. Acrescente-se que o amor pela pesquisa e o pendor para a escrita, por outro lado, alicerçam, ainda mais, as possíveis relações, apesar de serem múltiplos os olhares e os "lugares" de reflexão.

Com relação, especificamente, a Elydio Belchior, meu antecessor imediato, outro ponto de contato entre nós me causou surpresa: o *hobby* por colecionar cartões-postais, hábito que só abandonei quando optei por eu mesma registrar minhas viagens. Até hoje, porém, conservo os cartões, comprados ou recebidos, por mim ou por minha filha. Atualmente, eles se transformaram em inspiração para mais uma de minhas ousadias: a pintura, preferencialmente de paisagens. Caso pudesse eu ter conhecido meu antecessor, certamente com ele muito

poderia ter conversado sobre a beleza e riqueza de outras terras e de outros povos.

Resta-me desejar, ao tomar relembrar com você a história de vida e a trajetória acadêmica de meus antecessores que a longevidade possa se constituir em outro – e, por que não dizer - fundamental ponto de contato, possibilitando-me permanecer no convívio desta Casa por muitos e muitos anos.

Analisadas as identidades, resta, pelo menos, destacar uma grande diferença, além de uma considerável mudança de trajetória. Como todos já devem ter percebido, apesar de termos uma mulher como presidente da instituição e de eu ter sido saudada por uma confreira, tenho a honra de ser a primeira mulher – e, destaque-se, estudiosa de gênero e feminista - a ocupar a cadeira 41. Isso me faz recordar, com algum orgulho e sem falsa modéstia, que acumulo outros protagonismos de gênero. Fui a primeira – e única mulher –eleita, na primeira eleição para o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UERJ, no ano de 1982, quando o país se redemocratizava. Fui, ainda, a primeira candidata ao cargo, até então "masculino", de Reitor da UERJ, cinco anos depois (1987). Essa última empreitada, uma ousadia que me custou o dissabor de ouvir, em um debate, que meu lugar não era ali e que eu deveria procurar um tanque para lavar roupa. Quantas mudanças em 30 anos!

Outros desafios foram, ainda, por mim enfrentados ao longo da vida, o que quer dizer que minha trajetória foi descrita com muito trabalho e convicção de que poderia sempre ir adiante. Todas as dificuldades encontradas foram absorvidas como experiências de aprendizado e implicaram em um amadurecimento constante, forjando em mim um espírito de luta que, de algum modo, influenciou minha forma de caminhar, como, também, de ver, sentir e escrever a História.

Desde meu nascimento, minha trajetória foi escrita tendo por cenário esta cidade – *locus* privilegiado de minhas pesquisas –, que teima em ser maravilhosa, apesar de seus problemas presentes e passados, como se o belo contorno de suas montanhas, que emolduram o

mar, demonstre sua vocação para a alegria e a felicidade. Sou, portanto, "carioca da gema".

No ano em que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, então Instituto Histórico e Geográfico da cidade do Rio de Janeiro, foi criado, em dezembro de 1957, tinha eu 12 anos e a Universidade do Distrito Federal – hoje UERJ - exatos sete anos de sua recriação, tendo em vista que se tornou herdeira, por decreto, da antiga UDF, ligada à figura de Anísio Teixeira. Talvez por isso, desde cedo tenha se destacado por seus muitos protagonismos, dentre os quais destaco, aqui, os cursos noturnos, que me permitiram continuar meus estudos, e a forma competente pela qual assumiu o sistema de reserva de vagas, mais popularmente conhecido como sistema de cotas.

Nesses tempos idos, dois importantes acontecimentos projetavam-se na vida da cidade, vocacionados para mudar, para sempre, sua história. Em primeiro lugar, as comemorações do IV Centenário, que impulsionaram a rememoração de seu passado, a leitura de seu presente e a prospecção de seu futuro. Em segundo lugar, a criação de Brasília, que pôs fim à sua secular história de capital, com a perda de sua referência política nacional. A perspectiva dessa perda, de algum modo, esteve na raiz da ideia de criação de um instituto histórico e geográfico para a cidade, que garantisse um caminho diferenciado do IHGB.

Nasci no agora já longínquo ano de 1945, no subúrbio de Bonsucesso (ramal da E.F. Leopoldina), no exato momento em que, em Postdam, definia-se o destino da Alemanha, dividida em quatro áreas de influência, quando a bipolarização já se enunciava. Neta de portugueses humildes – e daí minha inclinação para os estudos migratórios – trazia nas veias um pouco do Minho e de Trás-os-Montes, mas pequenos eram os horizontes que se abriam para mim. Meu desejo por conhecimento, porém, cedo se transformou na vontade de ser professora. Bem lembro que transformava minha irmã e meu irmão - aqui presentes – em meus alunos, diante do quadro-negro que havia recebido de presente de meus pais.

Nos idos de 1957, frequentava o curso ginasial em colégio situado na Tijuca – o que melhor preparava para ingresso na Escola Normal. A escolha feita por meus pais, com o intuito de realizar meus sonhos, obrigou-os a sacrifícios extraordinários, convictos de que, pela educação, conseguiria eu forjar um futuro melhor. Por essa época, por conta da distância, a volta para casa passava pelo encontro com meu pai no centro da cidade, para juntos tomarmos o lotação a caminho de Parada de Lucas, onde então morávamos.

Nesse convívio com o centro urbano, gostava de observar o vai-e-vem das pessoas nas ruas, ainda sem qualquer preocupação com a violência. Gostava de acompanhar o deslizar tranquilo dos bondes e os olhares curiosos dos passageiros a descobrir os encantos da cidade... Gostava de constatar a mistura de cores, sons e sabores, em uma cidade que explodia em belas e prazeirosas sensações. Evidentemente já era uma "cidade partida" (recordando Zuenir Ventura) – aliás, sempre o foi -, mas os contrastes talvez não fossem tão agressivos, quem sabe, porque era possível forjar um futuro melhor graças à qualidade da escola pública ou porque a violência – filha do tráfico – ainda não invadia o cotidiano e era possível morar nos morros sem que isso significasse uma sentença de morte.

Professora em 1964, assisti ao início da turbulência política que implantou limites ao ser e censura ao dizer e escrever, tendo entrado na UERJ, para cursar História, no momento de endurecimento do regime, após a passeata dos cem mil da qual participei na euforia idealista de minha juventude.

Na universidade, conheci não só a militância e a violência políticas como, também, a revolução nos costumes. Lembro-me, perfeitamente, do olhar crítico de alguns professores ao ver alunas vestidas com calças compridas. Considerando o tempo de aluna, minha vida entrelaça-se com a da UERJ há 51 anos, devendo a esta instituição todo o meu crescimento profissional, razão pela qual recebi com enorme emoção a medalha e o grau de grão-mestre da Ordem de Mérito José Bonifácio, honraria máxima da instituição.

Professora de História Contemporânea e de Relações Internacionais, transformei em "canteiros" de investigação os estudos migratórios - com o foco no Rio de Janeiro, com um olhar direcionado para os bastidores, além dos estudos de gênero e da história do século XX, com o foco sempre contemplando a dialética entre práticas e representações. A partir de minhas escolhas temáticas e de abordagem, encontrei homens e mulheres humildes, trabalhadores em sua luta diária, desempregados, revoltados, fracassados, transgressores e criminosos. Enfim, excluídos, muitos deles transformados em "indesejáveis" na Primeira República: rótulo que deu título ao meu livro mais conhecido, que se tornou referência para o estudo da imigração e da expulsão de estrangeiros na cidade. Ou quem sabe, recordando palavras do Chefe de Polícia do Distrito Federal, em seu relatório relativo ao ano de 1904, "sobras do arranjo social" que não tiveram aproveitadas suas potencialidades.

Com relação ao Rio de tantos janeiros, venho me dedicando a estudar os contrastes sociais da República; as contribuições dos imigrantes em suas batalhas diárias; as lutas por melhores condições de vida; os bastidores do crime e da contravenção; os motins populares, com o foco colocado em finais do século XIX e primeira metade do XX. No diálogo entre presente e passado, governantes e governados, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, tensões e repressão, tenho buscado desvelar silêncios e esquecimentos, sempre pronta a dar voz aos protagonistas dos processos, buscando, em seus ditos e não-ditos uma melhor compreensão de processos e conjunturas.

Considerando os caminhos de investigação percorridos - tão distanciados da história tradicional - ter sido convidada a ocupar uma cadeira no IHGRJ representa uma grande alegria, que cresce em dimensão quando constato que minhas escolhas temáticas ou teóricas foram aceitas sem restrições, demonstrando ser este um ambiente plural, no qual a liberdade no pensar, no dizer e no escrever promove o engrandecimento da instituição. Possa eu contribuir para que este diálogo seja cada vez mais rico e profundo. Tenham a certeza de que, envaidecida pela distinção a mim conferida, envidarei todos os meus esforços para corresponder às expectativas em mim depositadas. Pos-

sa eu, assim, ser lembrada por aquele ou aquela que me sucederá, espero que em um futuro distante.

Prestes a terminar, minhas últimas palavras são para nossa sempre e "mui leal" cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, nossa cidade maravilhosa, hoje tão corroída, aviltada e violentada, assim como o estão o estado e a nossa UERJ. Para tanto recorro a Darcy Ribeiro, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, para dizer que: "Havemos de amanhecer"! Parodiando o grande educador e prestando tributo a Fernando Pessoa, expresso, ainda, metaforicamente, que reunindo os "sonhos do mundo", desejo, como tantos outros, colorir as faces esmaecidas e tristes do Rio, fazendo com que a cidade se vista de cores vibrantes, alegres e de paz. Afinal, como disse Baudelaire: "existem manhãs em que abrimos a janela e temos a impressão de que o dia está nos esperando". Que esta manhã tenha sido hoje e que o dia esteja nos aguardando em um futuro não muito distante.

Muitíssimo obrigada!

SAUDAÇÃO AO SÓCIO BENEMÉRITO VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA[1]

Miridan Britto Falci[2]

Victorino Coutinho Chermont de Miranda que hoje tenho a honra de falar-lhes com toda a admiração que a ele possuo, é nosso sócio há muitos anos, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ex- presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia. É membro do Pen Clube do Brasil, correspondente da Academia Portuguesa de Historia, de institutos histórico- estaduais e academias ibero-americanas de história.

Distinguimos ainda nesse advogado e pesquisador de história a sua participação no Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo da Unesco e do Conselho Estadual de Tombamento.

Autor de inúmeras obras dentre as quais citamos *A Família Chermont: memória histórica e genealógica*, 1982 e 2016, *A memória paraense no cartão postal, Iconografia e bibliografia dos titulares do Império (9 vol)* e em *coautoria com Bia Correa do Lago, Saudades de um Brasil antigo: a Coleção Oliveira Lima de cartões postais, a Bibliografia fluminense* com Paulo Knauss, *Louça histórica com coautoria com Sylvia Menezes de Atayde* (2000).

Chermont, hoje, numa distinção que a agremiação *Instituto Histórico e Geografico do Rio de Janeiro* possui em seu quadro organizacional, é colocado na categoria de benemérito.

---

[1] Discurso proferido em 12 de abril de 2018.

[2] Professora doutora da UFRJ. Vice-presidente do IHGRJ,. Membro do IHGB.

E embora o google e wiquipédia nos informe ser Victorino Coutinho Chermont de Miranda Advogado(a) com o OAB 15769RJ e possuir centenas de processos indexados, o que nos interessa aqui é sua vida como historiador e genealogista.

Sua vida de historiador e genealogista é eivada de disciplina, trabalho e dedicação ao que faz.

E tenho a honra de fazer essa saudação em oposição à sua fala que se declarava honrado por eu ter lido o seu *A Familia Chermont* (p.20) por ocasião da segunda edição em 2016.

Assim trinta e quatro anos passados, (1ª. ed. 1982) em edição revisada e ampliada, pelo autor, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, torna a nos encantar com os estudos genealógicos.

É que genealogia é uma das ciências auxiliares da História, como a paleontologia, como a numismática, como a epigrafia, onde as lembranças de vidas antigas, entrelaçadas num contexto, digamos, familiar, são apresentadas como por encanto por extensíssima pesquisa.

E lembremos e falemos sobre a genealogia.

Os historiadores, desde a nova História, entre as décadas de 1950 a 1970, principalmente os da Academia ou universidades onde trabalham com a disciplina História, pareceram ter dificuldade em estudar uma família, seguir-lhe as gerações e principalmente fazer notar a sua importância histórico-econômica num país ou região. Muitos deles tiveram olhares negativos como se fosse uma coisa do passado. Muitos desconsideraram a história feita pelo italiano e professor patriótico Cesare Cantu[3] que se esforçaram em uma série de trabalhos populares claros e simples educar o povo e prepara-lo para a liberdade[4].

---

[3] CESARE CANTU, *História Universal*, 30 vol. São Paulo. Santo Amaro. Editora das Américas, 1946

[4] Suas obras foram reeditadas várias vezes e ele declarava: " nas minhas histórias há alguma novidade, é de ter considerado o povo mais do que os reis, os italianos

Preocupados com a visão das classes pobres, a chamada História vista de baixo, dos miseráveis, das mulheres, foi completamente valorizada em detrimento da história e vida dos mais ricos, e fidalgos ou nobres. É como se fosse possível esquecer que se nasce rico ou pobre mas se pode ser transpassado no inverso em pobre e em rico. Pareciam se esquecer que muitos reis foram assassinados e seu poderio usurpado.

A genealogia sofrendo com essas críticas foi olhada com dificuldades principalmente pela necessidade de pesquisas em livros paroquiais, em memórias, em cartas e testamentos, em inventários post--mortem em vários lugares, e em vários países para poder se perseguir uma família. Se esqueciam que a posição, o prestígio e a riqueza de um grupo ou família pode durar apenas poucas gerações.

Com a geração de historiadores de 1970 para cá houve novos olhares nessas histórias de famílias ricas ou simplesmente homens individuais, ricos e poderosos que deixaram nomes na história. E então, enquanto conhecemos as obras de Hobsbawn , o historiador inglês que nos apresentava os *Rebeldes Primitivos: Formas dos Movimentos Sociais no século XIX e XX*, em 1965. traduzido e editado pela Record em 1978 no Brasil, enquanto nos surpreendemos com o trabalho sobre os *Revolucionários,* do mesmo inglês, de 1973, começam a aparecer e despontar nas pesquisas de historiadores as biografias de ricos e importantes como a biografia do rei *São Luis* escrita pelo historiador medievalista Jaques Le Goff, 1982.

Eu mesma, enquanto escrevia sobre a história do Piauí, no século XIX, a sua balaiada, os seus ricos fazendeiros , coronéis ou barões (poucos, na verdade) recebi do historiador Arthur Cézar Ferreira Reis, em 1980 a observação, leia *Rebeldes Primitivos* de Hobsbaw, para compreensão da Balaiada. Hoje com a dicotomia entre direita e esquerda entre os historiadores ficaríamos incrédulos com essa advertência de Dr. Reis: não existe história só de rico ou pobre, existe a verdadeira história, aquela que conhece a conjuntura, as estruturas, os

---

mais do que os seus dominadores....”

líderes e os miseráveis, optando, na verdade por seleção de uma parte que se deseja mais desenvolver por exigência de definição de que objeto se deseja realçar naquele indivíduo ou época.

E assim o que aconteceu com o estudo da História de 30 anos para cá?

Raramente se estuda só um grupo, uma etnia, um período. Com exceção de biografias, ou de apontamentos ou de crônicas, restritas, pontuais, o historiador procura estudar o ser humano procurando perceber sua época, sua conjuntura, suas famílias, suas crianças, suas mulheres, seus homens políticos, e seus miseráveis e agitadores.

Usa-se várias ferramentas. Usa-se em primeiro lugar os "documentos" chamados de históricos (mas o que é ser documento histórico?) podem ser os retratos, as cartas, os diários, os quadros a óleo, as louças brasonadas como fez Victorino, as moedas, e até túmulos, e vasos de cerâmica como fazem os historiadores da Grécia antiga. E se usa, também e muito, aquela ferramenta com que Victorino trabalha dedicadamente, a genealogia.

Victorino Chermont nos mostra na genealogia:

> *a variedade de descendentes, com suas tradições e lembranças, seus velhos retratos, a contar a seus filhos histórias de seus avós. Vaidade, talvez, mas no fundo, no fundo, a certeza que todos temos um passado comum, que não é – nem tem porque ser – melhor do que o dos outros, mas que é nosso.*

A preocupação de Chermont em nota à 2ª. edição do seu livro exemplar sobre *A Família Chermont* não é de uma pretensão de exegese ou problematização acadêmica para as quais ele diz não se achar habilitado. Esse livro tem o objetivo de um memorial, de referencial para a família, permitindo que todos se encontrassem.

E quem foi e é essa famíilia Chermont?

No Brasil, tem início em 1760, com a transferência de um jovem capitão português, Theodósio Constantino, então com dezoito anos, para o Grão-Pará "onde se deixou ficar pelo resto da v ida".

Mas Victorino em suas pesquisas de anos e anos encontrou os familiares Chermont em localidades na Bélgica, na França e na Suiça muito antes do século XVIII. As mais antigas referências datam do século XVI.

Theodósio, o primeiro no Brasil, se destacaria nos serviços de reparação e fornecimento de artilharia das fortalezas do Pará, Mato Grosso, Rio Negro e Macapá mas sua contribuição maior seria no aperfeiçoamento dos métodos da cultura do arroz na região.

Victorino Chermont levanta a 3ª e 4ª geração de Theodósio e outros parentes, sobrinhos que emigraram tanto para a India francesa como para as possessões portuguesas em África e Brasil.

Isso nos mostra como a genealogia enriquece a história: a extensão da migração, a multiplicação das famílias em espaços e mundos distantes dando uma unidade sanguínea ou multifacetada de entrosamento de etnias pois os que migraram muitas vezes casaram e se multiplicaram com famílias locais de outros grupos étnicos, sociais , intelectuais e políticos.

Chermont faz nota explicativa sobre a tábua genealógica de descendência de Theodósio a partir dos conceitos de linha mestra e linhas paralelas explicada pelo historiador Mario Barata e explicita quatro ramos – os Leite Chermont, os Pereira de Chermont, os Chermont de Miranda e os Calandrini Chermont.

O livro apresenta 13 capítulos mostrando as linhas mestras da família e suas ramificações. Trata em 168 páginas, dentre as 384 do total, dessas ramificações.

E os procura em Belém, no Rio , na Bahia, em Portugal, na Bélgica e na França.

São páginas e páginas com a enumeração dos familiares e o primeiro daquela ramificação. E ai encontrei Chermont Jucá, Chermont Martins, Chermont Lisboa, Chermont Araujo, Chermont Roffé, Chermont Bandeira, Chermont Raiol, Chermont de Britto, Chermont de Miranda, etc,etc.

E o que também nos encanta nessa pesquisa exaustiva, foi, ao lado da nominação do primeiro e seus descendentes até o século XX, foram as fotografias, as *carte de visite*, as fotos de Revistas, as fotos de casamento, a foto mortuária, as fotos de festas, e de diversos acontecimentos que enriquecem as nossas vidas.

Ali encontramos retratos de casamento ou do casal chefe familiar, tendo ora o homem sentado e a esposa em pé, como na fotografia de Maria Victoria de Chermont de 1834, (*Carte de visite*), ou na de Victorino Monteiro Chermont de Miranda e sua Alice, 1938, ora em outras fotos dos dois (o casal) como no de Ruth de Chermont Lisboa e seu Alexandre ora na postagem das duas famílias que agora se unem.

A fotografia, como nos disse Miriam Moreira Leite em seu *Retratos de Família,* Fapesp, 1993, parece a própria representação do casamento: o momento isolado entre a separação da família de origem e a integração a uma nova família. A moça parece assustada com o destino desconhecido que a espera, embrulhada numa roupa como quando se prepara um presente vistoso, num envoltório de beleza e suavidade e assim a jovem parece estar preparada para assumir o seu papel social.

E nos retratos isolados, sem ser de um casal, percebemos a suavidade e meiguice do olhar de Beatriz Augusta Chermont, 1919 no *O Malho*, o patricarcalismo da família Leite Chermont com crianças de colo, ou sentados ao chão, jovens, e as vovós, mostrando que a união é fundamental para manter a família.

Assim Chermont nos fala:

Penetra-se no olhar, no porte, na maneira de ser dessa família e sua época. Esses retratos só faltam falar: eles com seus fraques impecá-

> *veis elas com saias roçagantes e lindos penteados a recordar uma época de alegres saraus, danças e contradanças, sob o farfalhar das mangueiras e em plenos céus equatoriais. (p.117).*

E para compreensão dessa família, Chermont apresenta as fotos das casas e retiros onde viviam em Belém ou mesmo na rua Marques de Olinda, no Rio de Janeiro.

E nos assinala que o jovem Theodósio, depois brigadeiro, deixou 19 netos 38 bisnetos e passadas nove gerações, a prole do velho Theodósio já ultrapassa a casa de 1600.

Assim descobrimos que os Chermont tiveram poder politico, foram senhores de terra, fazendeiros e militares, ligados ao jornalismo, aos centros cívicos, as sociedades cientificas e culturais, aliados aos elementos do alto comércio no Pará.

Hoje, disseminados por vários estados do Brasil mantém as ligações com advocacia, medicina, jornalismo, mas não estão mais ligados a política.

É que, como diz Chermont, se essa família manteve o seu prestígio e poder é porque as estruturas econômicas não chegaram a ser afetadas durante mais de dois séculos. Citando Sergio Buarque de Holanda:

> *toda a ordem administrativo do país durante o Império e mesmo depois, no regime republicano, não fez senão prolongar os velhos esquemas da sociedade colonial. E ainda o caráter monolitico da organização familiar unindo descendentes, colaterais além da famulagem e dos agregados de toda sorte, como um todo individual capaz de assegurar aos seus integrantes- com base num verdadeiro pacto de sentimentos e deveres – respaldo para todas as arremetidas e empresas.*

Chermont pesquisou na Torre do Tombo, em documentos na França sobre justificativa de nobreza, em inventários, em memórias, com sensibilidade, e, principalmente, capacidade de pesquisa e organização.

E acompanhou, seguiu por anos e anos, numa paciência beneditina, os membros da família. Por isso vemos o seu filho, o Vitu (jornalista Victorino Chermont que nos deixou no desastre da chapecoiense), feliz, realizado, alegre, na foto "No tempo da TV Record, p. 376".

Compostas após o preparo do livro, as páginas sobre seu filho falecido no acidente da Chapecoiense, jornalista Victorino Chermont destacam a sala de Imprensa inaugurada em 2016 no Centro Desportivo do Clube Flamengo em Vargem Grande com seu nome, e as várias lembranças dos familiares e do sorriso do Vitu, aquele que partiu apressadamente.

E isso, senhores, é um genealogista: perceber costumes, modos de ser, atividades políticas, vida de antanho em milhares de documentos e seguir-lhes, por séculos, as suas andanças.

E nós agradecemos a você estar vivendo entre nós, Chermont.

ALGUMAS PALAVRAS APENAS PARA SIGNIFICAR MEU SINCERO AGRADECIMENTO PELA DISTINÇÃO QUE ORA CONFERIS[1]

Victorino Chermont[2]

Algumas palavras apenas para significar meu sincero agradecimento pela distinção que ora conferis.

Gratidão ainda maior por ter sido saudado pela Professora Miridan Brito Falci, que há dezoito anos me recebeu no quadro de titulares, na cadeira patronímica de Alberto Lamego e em sucessão a Donato Mello Junior, meu saudoso confrade no IHGB e companheiro de pesquisas no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves — Centur, do Estado do Pará.

Nestas quase duas décadas de convivência, pude acompanhar o esforço ingente dos três confrades que estiveram à frente desta Casa: Antônio Pimentel Winz, Cybelle de Ipanema e Paulo Knauss, hoje sucedidos pela não menos dinâmica professora Neusa Fernandes.

Pimentel Winz foi um denodado artífice de verdadeira refundação do IHGRJ, depois do incêndio que consumiu as instalações onde funcionava; Cybelle de Ipanema deu-lhe destacada presença no concerto das instituições congêneres, por diversos mandatos de incansável labor, e Paulo Knauss trouxe para a função presidencial a experiência de sua carreira acadêmica e de gestor cultural, sucedido, já agora, por Neusa Fernandes, com mestria e entusiasmo que todos admiramos.

---

[1] Discurso (ampliado) proferido em 13/04/2017.

[2] Sócio emérito do IHGRJ e titular do IHGB e do CBG.

Aqui, tive o privilégio de receber os confrades Therezinha de Moraes Sarmento Pinheiro, de saudosa memória, José Henrique Millan, Stelio de Alencar Roxo, também já falecido, Ney Carvalho e Roberto Guião de Souza Lima e de poder colaborar com Paulo Knauss, em 2013, na coordenação da *Bibliografia Fluminense – História dos Municípios*, na boa esteira da pesquisa de Marcello e Cybelle de Ipanema.

Tudo isto me vem à lembrança nesta tarde em que me investis na condição de sócio benemérito. Espero poder corresponder às responsabilidades de tal honraria, ajudando-a a aprofundar o resgate da história dos anos primeiros desta Casa, quando foi Instituto Histórico da Cidade do Rio de Janeiro e, depois, do Estado da Guanabara, já iniciado pela nossa presidente, indo aos jornais da época em busca de notícias, hoje facilitada pelas hemerotecas digitais dos principais jornais, notadamente no ano do IV Centenário do Rio, quando chegou a cunhar medalha comemorativa, ao fichário de instituições dele contemporâneas, como o Colégio Brasileiro de Genealogia (ocorre-me, por exemplo, o nome de Amilcar Montenegro Osório, que ali se declarou membro do Instituto Histórico da Guanabara) para um exame dos currículos de associados, aos assentamentos do Cartório de Pessoas Jurídicas desta cidade (onde certamente figuram os registros de nossos atos sociais), às coletâneas biográficas de publicações análogas aos *Who is Who*, então em voga, às primeiras páginas de livros de história e geografia, em busca de informações sobre a titulação de seus autores, a fim de insuflar, tanto quanto possível, as archas de tal braseiro e assim recuperar uma parte importante de nossa história institucional, se não pela cronologia de suas atividades, pelo menos através as biografias dos que nos precederam.

Este, Senhora Presidente, é o melhor legado que poderemos deixar aos vindouros e o melhor tributo à geração de confrades que, um dia, se empenharam na construção desta Casa e da memória desta cidade-estado.

Muito obrigado.

RECEPÇÃO AO NOVO INTEGRANTE DO QUADRO SOCIAL[1]

Vera Lucia Cabana Andrade[2]

Ilma. Sra. Vice Presidente do IHGRJ, ilustres componentes da mesa, caros confrades, Senhoras e Senhores:

Com grande prazer apresento ao quadro social do IHGRJ o economista e pesquisador Manoel José de Miranda Neto, para ocupar a Cadeira de Nº 7, patronímica de Baltazar da Silva Lisboa.

O "carioca/paraense" Miranda Neto possui sólida formação acadêmica.

É Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Brasil (1964), hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Recém-formado, logo iniciou seus estudos de pós-graduação. Seu primeiro Curso de Especialização em Desenvolvimento Econômico foi na CEPAL – Comissão Econômica para América Latina, em 1995.

No ano seguinte (1996) foi Bolsista *Fulbright do Institute Stanford University,* no curso de Economia Rural.

Em 1973, completou o Curso de Especialização em Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano no IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, RJ.

---

[1] Alocução em 10.05.2018

[2] Professora Doutora em História Social pela UFRJ. Professora aposentada da UERJ e do CPII.

Iniciou seu Mestrado em Desenvolvimento Agrícola na FGV – Fundação Getúlio Vargas (1977/79) em convênio com o Ministério da Agricultura e posteriormente com a UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, obtendo sua titulação com a defesa da Dissertação *"A produção familiar e o desperdício agrícola - Região Bragantina do Estado do Pará"*, em 1983.

Sua atuação profissional sedimentou, em paralelo, sua formação acadêmica. No ano de sua graduação (1964) fez estágio no Departamento de Operações Internacionais do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em 1967, foi pesquisador técnico do Setor de Programação e do Setor de Estudos do IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará.

No período de 1975/1976, ocupou o cargo de Assistente Técnico da Diretoria de Planejamento do CODEM – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém.

Sua carreira no magistério superior foi tão rica quanto sua carreira técnica.

Entre 1976 e 1980 foi professor das disciplinas de Economia Amazônica e Geografia Econômica nos cursos de graduação da UFPA – Universidade Federal do Pará.

No período de 1981/1985 foi professor da Escola de Economia do CESEP – Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará, ministrando as disciplinas de Política e Programação Econômica, além de exercer a função de coordenador e professor orientador do escritório de economia.

Entre os anos de 1987 e 1990, foi Professor Adjunto na área de graduação da UCAM – Universidade Cândido Mendes, onde lecionou as disciplinas de Técnicas de Pesquisa Econômica e Orientador de TMB.

Possui, também, experiência internacional, pois foi ainda, no ano de 19__, Professor Visitante no *Latein Amerikanische Institut da Freie Universitat Berlin.*

Miranda Neto possui significativa produção bibliográfica de mais de 20 livros publicados e, muitos deles reeditados, como por exemplos:

– *"Marajó, Desafio da Amazônia: Aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento"* – cuja 1ª edição data de 1976, da Editora Record,Rio de Janeiro; a 2ª edição de 1986, da CEJUP, Belém, ambas com 180 páginas, e a 3ª edição, revista e aumentada, com 200 páginas é de 2005 da própria CEJUP/Belém.

– *"O Dilema da Amazônia"* – cuja 1ª edição foi da Ed.Vozes, RJ, em 1979, com 232 páginas, e a 2ª edição saiu em Belém, 10 anos depois, pela CEJUP, condensada em 154 páginas de texto.

Bem como – *"Os lucros da fome: O mito da escassez de alimentos"* de 1982, editado pela Achiamé, RJ, com 184 p. e reeditado em 1985, pela Ed. Dois Pontos, também no RJ, com o mesmo número de páginas.

De sua vasta produção de pesquisa, destacamos o livro – *"A Utopia Possível: Missões Jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico"*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, 237 p. Este admirável trabalho descreve o processo de desenvolvimento regional sustentável das 30 missões jesuítico-guaranis, instaladas em cerca de 500.000 Km2 nas terras das bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, durante mais de 150 anos. O desenvolvimento da narrativa de análise do suporte econômico-ecológico do "modelo missões" revela a atuação dinâmica dos padres da Companhia de Jesus na diversificação e adaptação da cultura clássica humanística de base catequética e disciplinar, através da introdução de novas técnicas na produção rural e artesanal, na construção civil e naval, respeitando o usufruto racional da biodiversidade regional e o equilíbrio ecológico.

Seus trabalhos, transformados em artigos, foram apresentados em Seminários – *Seminário Internacional "Amazônia: os grandes projetos e a pequena produção"*, Universidade de Berlim,1985;

Congressos – *"Belém 400 anos: da colonização à exploração da borracha"*, Belém, 2016;

Colóquios – *IVº Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros,* RJ, 2008;

Simpósios – *1º Simpósio de Comunicação e Jornalismo,* 2002; dentre outros.

Seus inúmeros artigos encontram-se publicados nos Anais dos eventos e em importantes periódicos acadêmicos, como a RIHGB – *"Alexandre Rodrigues Ferreira - um naturalista brasileiro na Amazônia, século XVIII"*, 2012,v.456 – e jornais, como O Liberal – *"O Poder do Conhecimento",* Belém,2005.

Miranda Neto pertence aos quadros de sociabilidade intelectual de várias instituições culturais:

– Em 1979 foi eleito Membro Efetivo do Instituto Histórico do Pará;

– Em 1995 foi eleito Membro Efetivo da Academia Paraense de Jornalismo, e, em 2005 foi agraciado com a Medalha Comemorativa da Academia Paraense de Jornalismo;

– Em 1999, ingressou como Membro Efetivo na Academia Paraense de Letras, e, no ano seguinte, 2000, recebeu a Medalha José Veríssimo Comemorativa do Centenário de Fundação da Academia Paraense de Letras;

– Em 2012, foi eleito Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Casa da Memória Nacional.

E hoje, 10 de maio de 2018, Manoel José de Miranda Neto chega ao IHGRJ. Seja muito bem vindo ao nosso convívio sóciocultural e receba o abraço fraterno de todos os seus novos confrades. .

ORAÇÃO DE AGRADECIMENTO DE MIRANDA NETO[1]

Miranda Neto[2]

Ilustre Dra. Neusa Fernandes, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, em nome de quem homenageio os estimados confrades e demais autoridades presentes,

Agradeço sensibilizado a oportunidade que me é oferecida. Considero-a grande honra, um privilégio, e reconheço minha enorme responsabilidade. Sobretudo sinto-me animado ao convívio com tão ilustres pesquisadores, alguns dos quais já admiro desde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Agradeço minha ventura ao Criador, à sábia orientação de meus pais e aos verdadeiros amigos. Em especial a minha esposa Sally, por sua compreensão, carinho e permanente encorajamento. E a todos os confrades, sobretudo à Presidente Dra. Neusa Fernandes, à diretora da Revista do IHGRJ, Dra. Miridan Britto Falci e à querida madrinha Dra. Vera Cabana de Andrade, sempre tão solícita e amiga. Espero retribuir com entusiasmo e dedicação a confiança e o apoio recebidos.

Hoje tentarei revelar em tópicos resumidos a trajetória enigmática e fulminante de Francisco Paulo de Almeida (1826-1901). Plena de *zonas de silêncio* ou lacunas importantes, aos poucos decifradas, sua ascensão culmina na figura do dinâmico e extraordinário empreendedor, ativo participante do desenvolvimento e do progresso da região do Vale do Café fluminense.

---

[1] O Discurso do sócio Miranda Neto, foi publicado integralmente na seção Artigos deste número.

[2] Sócio honorário do IHGB.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

PESQUISA DOCUMENTAL

GENEALOGIA DOS PREFEITOS DO DISTRITO FEDERAL – XIX

Paulo Carneiro da Cunha[1]
Victorino Chermont de Miranda[2]

Rivadávia da Cunha Correia

RIVADÁVIA DA CUNHA CORREIA
(16.11.1914-06.05.1916)

Nascido em 09.07.1866, em Santana do Livramento, RS. Filho de José Bento Correia e Ana Martins da Cunha. Advogado, escritor e jornalista.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887, em cujas arcadas iniciou-se na atividade jornalística, fundando com Horácio de Carvalho, o periódico "Ganganelli". Foi também redator-chefe do jornal "República" e atuou, ao lado de Raul Pompéa e Coelho Neto, na folha abolicionista "Onda".

---

[1] Ex-sócio efetivo do IHGRJ e ex-presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia – CBG (†).

[2] Sócio do IHGRJ e do Colégio Brasileiro de Genealogia. Sobrinho-bisneto do biografado.

Com a proclamação da República fez parte da Constituinte de São Paulo, tendo sido um dos autores de suas principais leis orgânicas e relator da Comissão de Orçamento. Em 1895, elegeu-se deputado federal à 2ª legislatura por seu estado natal, reelegendo-se, sucessivamente, às 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª legislaturas (1903), e, posteriormente, à 9ª (1904), tendo integrado as comissões de Constituição e Justiça e Diplomacia e Tratados, tendo sido convicto defensor da política externa do Barão do Rio Branco.

Em 1910, foi nomeado pelo Marechal Hermes da Fonseca ministro da Justiça e Negócios Interiores, tendo realizado a reforma do ensino e a da justiça do então Distrito Federal. Com a primeira delas, introduziu os exames vestibulares, criou o Conselho Superior de Ensino e abriu espaço para a fundação de universidades. Em 09/05/1913 assumiu interinamente as funções de ministro da Fazenda, cargo em que foi efetivado em 11 de agosto seguinte, deixando, em consequência, a pasta da Justiça, e permanecendo em sua nova função até o final do quatriênio presidencial.

Com a eleição de Wenceslau Braz foi nomeado prefeito do Distrito Federal, cargo que exerceu até ser proclamado senador pelo Rio Grande do Sul, em 11.05.1916, na vaga aberta pelo assassinato de Pinheiro Machado, de quem era suplente naquela Casa Legislativa desde 1915.

No jornalismo, foi colaborador do *Correio Paulistano* e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Faleceu em Petrópolis, RJ, em 09.02.1920, tendo sido sepultado no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro. Seu passamento foi objeto de amplo necrológio no jornal *O Imparcial*, desta cidade.

Casou-se com Maria Umbelina de Carvalho Pinto, natural de São Paulo, filha de Bernardo Avelino de Carvalho Pinto e Balbina de Morais Dantas, e falecida, no Rio de Janeiro, em 05.10.1941, de quem não deixou geração.

Referências bibliográficas

ARQUIVO Carlos Eduardo de Almeida Barata, Rio de Janeiro.

ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brazil* - !899 a 1917. São Paulo, [s.n.], 1918. v. 1.

BULHÕES, Augusto de. *Ministros da Fazenda do Brasil*: 1808-1954. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

CALMON, Pedro. *História do Ministério da Justiça (1822-1922)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972. v.1.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Dicionário biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1993, v. 4.

O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, ed. 19 fev. 1920.

Iconografia

..... – Coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

Recebido em 24 de julho de 2018. Aprovado em 6 de agosto de 2018.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

RESENHAS

MIRANDA,Victorino Coutinho Chermont de. *A Família Chermont. Memória histórica e genealógica*. 2ª.ed.revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2016. 372 pág.: il, ret : 16 X 23 cm.

Miridan Britto Falci[1]

Trinta e quatro anos passados, em revisão revisada e ampliada, pelo autor, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, em magnífico livro sobre a família Chermont torna a nos encantar com os estudos genealógicos.

O livro possui XIII capítulos, três Anexos, índice onomástico da família Chermont e índice onomástico de litógrafos, pintores, fotógrafos e ateliês fotográficos. São 355 páginas em bela impressão.

É que genealogia é uma das ciências auxiliares da História, como a paleontologia, como a numismática, como a epigrafia, onde as lembranças de vidas antigas, entrelaçadas num contexto, digamos, familiar, são apresentadas como por encanto por extensíssima pesquisa.

E o genealogista Victorino Coutinho Chermont de Chermont nos mostra nesse livro de genealogia

> *a variedade de seus descendentes, com suas tradições e lembranças, seus velhos retratos e brasões, a contar a seus filhos histórias de seus avós. Vaidade, talvez, mas no fundo, no fundo, a certeza que todos temos um passado comum, que não é – nem tem porque ser – melhor do que o dos outros, mas que é nosso.*

A preocupação de Chermont em nota a esta 2ª. edição não é de uma pretensão de exegese ou problematização acadêmica para as quais ele diz não se achar habilitado. Esse livro tem o objetivo de

---

[1] Professora doutora da UFRJ. Pós-doutora pela /EHESC. Paris. Vice-presidente do IHGRJ. Sócia do IHGB.

um memorial, de referencial para a família, permitindo que todos se encontrassem.

A famíilia Chermont, no Brasil, tem início em 1760, com a transferência de um jovem capitão Theodósio Constantino, então com dezoito anos, para o Grão-Pará "onde se deixou ficar pelo resto da v ida".

Theodósio se destacaria nos serviços de reparação e fornecimento de artilharia das fortalezas do Pará, Mato Grosso, Rio Negro e Macapá mas sua contribuição maior seria no aperfeiçoamento dos métodos da cultura do arroz na região.

Victorino Chermont levanta as 3ª e 4ª gerações de Theodósiso e outros parentes, e muitos sobrinhos que emigraram tanto para a índia francesa como para as possessões portuguesas em África e Brasil.

Chermont faz nota explicativa sobre a tábua genealógica de descendência de Theodósio e explicita quatro ramos – Leite Chermont, Pereira de Chermont, Chermont de Miranda e Calandrini Chermont.

O livro apresenta inúmeras fotos que o faz ter uma significação ímpar pois fotos restauram, também, as vidas e as famílias.

Além da extraordinária pesquisa de 300 anos de família Chermont o que muito nos empolga são as pesquisas apresentadas em notas de rodapé.

Histórias, descobertas em jornais, em cartas, em documentos, em inventários, na França, na Austrália, em Portugal, na Espanha, na Bélgica.

Fica-se empolgada também com as fotos de antanho.

Jovens aguerridos, noivas enroladas nos cetins brancos, coronéis engalanados com suas espadas, crianças nos colos de pais e avós(p.177 e p.258) ou sentadas ao chão nos aniversários de família, (família Pedro Leite Chermont, p.179) residências apalacetadas em

Belém, de Pedro Chermont de Miranda p.132)ilha de Marajó, ou Rio de Janeiro, capelas e Retiros no Pará,(p.133).São fotos e fotos e coleções , e copias de revistas e jornais e de carte de visite.

Além de pessoas, vemos a Farmacia Chermont em Belém (p.318), o vapor Justo Chermont (p. 319),o combatente da primeira guerra mundial (Joseph Chermont, p 321 do jornal A Noticia).

Esse livro mostra não uma família mas famílias, vidas, artistas, empresários, professores, juristas, jornalistas e esportistas.

Recebido em 26 de julho de 2017. Aprovado em 31 de julho de 2017.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
ANO DE 2018

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

Com a presença de sócios e convidados, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro reúne-se, uma vez por mês, às segundas quintas feiras, cumprindo um ritual inicial que marca sua presença: Sessões culturais, sessões de posse, sessões comemorativas, assembleias gerais e ordinárias e sessão magna.

Sessões

As sessões foram plenas todos os meses do ano, compreendendo o formato Leitura da ata da sessão anterior, leitura das Efemérides Cariocas extraídas do livro de Neusa Fernandes e Olinio Coelho, pela segunda secretária Vera Cabana e leitura das Efemérides Fluminenses, extraídas do livro de Cybelle de Ipanema.

Iniciamos a 9 de março, com uma parceria com a Escola de Belas Artes, para a realização da sessão temática Efemérides Cariocas, que contou com a participação do Dr. WILLIAM SEBA MALMANN BITTAR que apresentou a comunicação *O morar carioca,* analisando a arquitetura urbana, através dos séculos no Rio de Janeiro.

O segundo comunicador foi o arquiteto Olínio Gomes Paschoal Coelho que apresentou o livro lançado na mesma sessão, intitulado *Efemérides Cariocas,* de sua autoria e de Neusa Fernandes.

Ao final da sessão, foi distribuído o Edital do Primeiro Concurso de Estudo e Difusão da História do Rio de Janeiro, que se destina a premiar estudantes de níveis médio e superior, incentivando a pesquisa, o estudo e a difusão da História, além de promover e defender o patrimônio natural e cultural da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Os trabalhos deverão ser enviados até o final do mês de junho. Os prêmios serão distribuídos em dezembro.

Durante o coquetel de confraternização, no terraço do IHGB, foi lançado o livro *Efemérides Cariocas* de Neusa Fernandes e Olinio P. Coelho.

Nesta sessão foi apresentado e distribuído o Edital do Primeiro Concurso de Estudo e Difusão da História do Rio de Janeiro, com o objetivo de premiar estudantes de níveis médio e superior, incentivando a pesquisa, o estudo e a difusão da História, além de promover e defender o patrimônio natural e cultural da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro:

Abril

No mesmo mês de abril, dia 13, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro realizou uma sessão de posse, descrita abaixo e planejou uma visita guiada à exposição temporária sobre a nossa cidade, intitulada "Quando o Rio virou mar", do Museu Histórico Nacional. No sábado, dia 29, às 12:00 h., encontraram-se 20 visitantes inscritos, na porta do MHN. Após a visita, os confrades puderam almoçar no bistrô do Museu, usufruindo de um especial desconto, garantido pela direção.

Maio

A sessão do mês de maio contou com a participação do historiador Sebastião Deister que apresentou comunicação sobre as fazendas do Vale do Paraíba, detalhando o histórico de cada uma, seu estado atual, tudo ilustrado com ricas imagens.

Julho

A sessão do dia 8 de julho foi temática: Igrejas do Rio.

Foram apresentadas as seguintes pesquisas: Dr. João Nara: Igreja Santa Rita de Cássia.

Ms. Roselene de Cássia Coelho Martins: Igreja Santo Antônio dos Pobres.

Setembro

Em setembro, por força de restrição de espaço na Casa da Cultura Nacional, o IHGB, onde temos sede provisória, que abrigava grande Simpósio, não realizamos o nosso encontro mensal.

Outubro

No mês de outubro, como a sessão caiu no feriado, dia 12, o IHGRJ organizou uma sessão itinerante, a exemplo do que tem acontecido nos anos anteriores, A visita programada à Fazenda das Palmas, em Paulo de Frontin, obedeceu ao seguinte programa:

8 h30min – Encontro na porta do edifício do IHGB.

11h:30min – Almoço no Hotel Santa Amália, em Vassouras

14:00h – visita guiada à Fazenda Palmas, em Paulo de Frontin

15:00h – Lanche na Fazenda Palmas.

16:00h – Retorno à porta do edifício do IHGB.

Sócios e convidados do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro formaram um grupo coeso, interessado na Fazenda situada no município de Engenheiro Paulo de Frontin, no Estado do Rio de Janeiro. A maior parte dos inscritos para o passeio (16 pessoas) saiu de micro – ônibus da porta do IHGB, às 8h30min. Três sócias do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras se juntaram aos inscritos do Rio, na parada para almoço, que aconteceu no Hotel Parque Santa Amália, em Vassouras. Na ocasião, os participantes da excursão fizeram um tour pela cidade vassourense, conhecendo o mirante, o centro histórico e outras localidades da antiga capital do café do Vale sul paraibano.

Após o almoço, o micro – ônibus seguiu para a Fazenda das Palmas, lá chegando por volta das 14h30min. Os participantes moradores de Vassouras foram no seu próprio transporte. A Fazenda é propriedade do empresário Antônio Carlos de Almeida Braga. Foi construída por Bento Luiz de Oliveira Braga entre o final do Século XVII1 e início do XIX. Nesse momento, um de seus herdeiros, Antônio Félix de Oliveira Braga, fez da propriedade uma próspera produtora de café e aguardente. Segundo relato do funcionário da propriedade que guiou os visitantes, em 1878 a fazenda se destacava por investir na mão de obra livre e na pequena agricultura.

Com o desenvolvimento da cultura do café a partir do início do século XIX, Bento Luiz passou a investir em suas fazendas no Vale

do Paraíba, a das Palmas e a das Cruzes, ambas com enormes extensões de terras.

O interior da casa principal está bastante modificado, com intervenções arquitetônicas feitas pelo atual proprietário, com o objetivo de adaptá-la para sua residência.. O único recinto que guarda maior similitude com o aspecto original é a capela, com retábulo de madeira e altar ornamentados em dourado. O teto de madeira apresenta pinturas originais com referência à paixão de Cristo.

Após o passeio pelo interior da casa sede, os participantes da visita foram convidados a conhecer as instalações da fazenda onde se produz a aguardente Pindorama, em vias de se concretizar a sua exportação. Lá, um funcionário esclareceu como se produz a bebida, cada passo de sua fabricação até ser acondicionada em imensos barris. Encerrando a visita, os proprietários da fazenda ofereceram um lanche com alimentos e bebidas produzidas no próprio estabelecimento. Por volta das 16h, os visitantes retornaram ao Rio.

No dia 28 de outubro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro organizou outra atividade extra-muros: uma visita guiada à exposição temporária sobre a nossa cidade, intitulada "Achados da Leopoldina arqueologia urbana na era digital" do Museu Histórico Nacional. Compareceram 15 pessoas, entre confrades e amigos, que foram guiados na exposição pelo diretor do MHN, o nosso confrade Paulo Knauss.

A exposição "Achados na Leopoldina",Arqueologia Urbana na Era Digital" apresentou a coleção de peças encontradas no sítio arqueológico do Matadouro Público de São Cristóvão (Matadouro Imperial) durante as obras de implantação da fábrica de aduelas (anéis de concreto) para a expansão da malha metroviária carioca. Foram achados no canteiro de Canteiro da Leopoldina, na Zona Norte, tesouros arqueológicos capazes de abrir uma janela para o passado da nossa cidade. Foram utilizados recursos tecnológicos como hologramas, realidade aumentada, anáglifo (imagem com efeito tridimensional) e modelagem e impressão 3D. A mostra contou também ainda com peças do acervo do Museu Histórico Nacional. Após a visita, os confra-

des almoçaram no bistrô do Museu, usufruindo um desconto especial, garantido pela direção.

ATAS DAS SESSÕES SOLENES DE POSSES

No mês de abril, no dia 13, quatro novos sócios efetivos, eleitos em 2015, tomaram posse em sessões solenes: Dra. Ismênia de Lima, Beatriz Kuschnir, Cinara Jorge e Roselene de Cássia Coelho Martins. Dra. Ismênia foi saudada pela confrade Rogéria de Ipanema e as demais por Olinio Coelho. Seguiram-se as comunicações das empossadas:

Dra. Ismênia de Lima Martins: H*istória Regional, Docência e Pesquisa no Brasil Contemporâneo.*

Cinara Jorge: "M*ulheres e a cidadania no Brasil: uma história silenciada".*

Roselene de Cássia Coelho Martins: "*O lazareto dos pretos novos nos tempos de D. João VI: política higienista ou um negócio salutar?"*

Beatriz Kuschnir: *Arquivo, História e Historiografia: O caso do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.*

Novembro

Uma nova confrade incorporou-se ao nosso quadro no dia 9 do mês de novembro ano, em sessão solene: Dra. Lená Medeiros de Menezes, saudada pela sócia Vera Cabana Queiros de Andrade.

Conclui-se que foram enfocados, nas diversas sessões: a cidade do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro, arte e artistas, monumentos, patrimônio, arquivos, arqueologia e arquitetura.

CONCURSO Tema: *Histórias do Rio*

Art. 1 – O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ institui, pelo presente, o primeiro Concurso de Estudo e Difusão da História do Rio de Janeiro, que se destina a premiar estudantes de níveis médio e superior, incentivando a pesquisa, o estudo e a

difusão da História, além de promover e defender o patrimônio natural e cultural da2 Cidade e do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2 – O concurso destina-se à escolha de trabalhos que tratem de pequenas histórias do Rio de Janeiro, passadas em qualquer século e que abordem pessoas, bairros, ruas, instituições, fatos, e/ou quaisquer acontecimentos.

Art. 3 – Poderão participar do concurso estudantes de nível médio e de nível superior, devidamente matriculados em qualquer universidade na cidade e no estado do Rio de Janeiro, que não possuam vínculo de parentesco de até segundo grau com os membros da comissão julgadora.

Art. 4 – Para a presente edição institui-se o Prêmio Mem de Sá em três níveis:

a)- Prêmio Mem de Sá- nível médio

b)- Prêmio Mem se Sá- nível superior

c)- Prêmio Mem de Sá- nível pós graduação

Art. 5 – A premiação do Concurso ocorrerá em cerimônia a ser realizada na sala CEPHAS do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no mês de dezembro, durante a sessão magna do IHGRJ, quando serão entregues os seguintes prêmios:

Livros de autoria de todos os sócios do IHGRJ aos vencedores dos níveis superior e pós graduação

Prêmio especial ao primeiro colocado do nível superior: um laptop.

Publicação dos trabalhos dos três primeiros colocados, nos três níveis, na Coluna do IHGV, no Jornal Tribuna do Interior da cidade de Vassouras.

Publicação, na Revista do IHGRJ, dos primeiros colocados nos níveis superior e pós-graduação.

Art. 6 – Os trabalhos concorrentes ao Prêmio Mem de Sá deverão observar os seguintes requisitos:

Obediência às normas da ABNT;

Digitação em papel modelo A4;

Número de páginas – 10 no mínimo e 20 no máximo;

Espaço entre linhas – 1,5 digitadas em fonte Arial, tamanho 12 e espaço 1,5, de um só lado, com a indicação, na capa, do pseudônimo do candidato.;

Citação de fontes bibliográficas, no mínimo de 10 obras (livros, revistas, jornais, etc).

Art. 7 – O julgamento dos trabalhos concorrentes será feito da forma abaixo discriminada:

Os critérios de avaliação serão baseados na originalidade, qualidade de linguagem; concisão no texto e qualidade do conteúdo;

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro constituirá comissão, formada por quatro historiadores (quatro), especialmente indicada para julgar os trabalhos apresentados.

As decisões da Comissão Julgadora serão definitivas, não cabendo qualquer recurso ou impugnação.

Art.8 – Serão inscritos no concurso todos os estudantes que tiverem entregado ou postado seu trabalho em qualquer agência dos correios até a data limite, comprovada pelo carimbo de postagem e que tenham os seguintes documentos:

Envelope fechado contendo: folha de identificação do autor, seu pseudônimo, endereço e telefone, o título de seu trabalho, comprovantes de estar matriculado no nível superior. Este envelope não deverá conter externamente, qualquer marca ou sinal de identificação e será numerado pela comissão julgadora.

Envelope contendo o trabalho, propriamente dito, que não deverá conter qualquer identificação e que receberá o mesmo número do primeiro envelope, pela comissão julgadora.

Art. 9 – Não haverá formulários específicos e todos os candidatos deverão entregar ou enviar via Correio seus trabalhos em 03 (três) vias, para o seguinte endereço:

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Av. Augusto Severo, 8- 12º andar

Glória

CEP- 20021-040

Art. 10 – Não serão aceitos trabalhos enviados por fax ou e--mail.

Art. 11 – O não atendimento as exigências previstas em edital resultará na anulação da inscrição do candidato.

Art. 12 – O presente Concurso do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, obedecerá ao seguinte Calendário:

Lançamento Oficial: 9 de março de 2017. Divulgação da Comissão Julgadora.

Prazo limite para entrega ou postagem nos correios: 30 de setembro de 2017;

Julgamento: 15 de outubro a 15 de novembro de 2017;

Proclamação dos Resultados: 16 de novembro de 2017;

Entrega dos prêmios: 14 de dezembro de 2017.

Art. 13 – Os trabalhos não premiados serão devolvidos na sessão magna de 14 de dezembro de 2017.

Art. 14 – Os trabalhos premiados constarão de uma lista em edital do IHGRJ à disposição na sede provisória do IHGRJ, na Avenida Augusto Severo, 8- 12º andar. Glória. CEP- 20021- 040

Art. 15 – Face à eventual impossibilidade de comparecimento para o recebimento dos prêmios, os ganhadores poderão enviar representantes.

Art. 16 – Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Julgadora.

Art. 17 – Os trabalhos deverão ser entregues ou endereçados:

Concurso do IHGRJ

Avenida Augusto Severo, 8- 12º andar.

Glória.

CEP: 20021- 040Setembro

SESSÃO MAGNA do IHGRJ

Dezembro

Conforme as normas regimentais do IHGRJ realizou-se no mês de dezembro, a Sessão Magna do IHGRJ.

Foi uma sessão Festiva e comemorativa com a entrega de prêmios aos vencedores do concurso Histórias do Rio.

CONCURSO HISTÓRIAS DO RIO (Resultado)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro informou o resultado do Concurso *Histórias do Rio*, prêmio Mem de Sá, ao qual concorreram 15 candidatos, inscritos 10 na pós- graduação e 5 na graduação. Foi desclassificado o candidato que usou o pseudônimo de Madame Aguiar, por não ter cumprido todas as normas do Edital.

Os trabalhos apresentaram temáticas diversas, todas articuladas à cidade do Rio de Janeiro e uma ao território fluminense.

A Comissão julgou os trabalhos inscritos apresentando o seguinte resultado:

O 1º lugar na graduação foi de Carlos Henrique Milhono Campos, pseudônimo Eneida Dunlop, com o trabalho: *Nos trilhos da folia: os bondes no carnaval carioca.*

O 1º lugar na pós graduação foi de Caroline Amorim Gil, pseudônimo Maria do Rio, com o trabalho: *Vende-se ou Aluga-se: o mapeamento do leite mercenário na Belle Époque Tropical.*

Considerando o ineditismo dos temas e o bom nível dos trabalhos apresentados, a Comissão atribuiu os prêmios de Menção Honrosa para os candidatos com os pseudônimos de: Ana Paula, Manuela

Alves, Mathew Green, Calendário, Dom Casmurro, Eliane, Flor de Lotus, FM, João, Lili Tarantela, Orson Wells e Rachel de Queiroz.

Observou-se, ainda, que os candidatos com os pseudônimos Eneida, Manuela Alves, Maria do Rio, Calendário e Eliane, preferencialmente, foram selecionados para terem seus textos publicados na Revista do IHGRJ.

Todos os concorrentes receberam os prêmios constantes do Edital, no dia 14 de dezembro, durante a Sessão Magna do IHGRJ que se realizou às 15 h, na sala Pedro Calmon, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Av. Augusto Severo, 8 – 12º andar, Glória.

A Comissão julgadora foi composta pelas professoras doutoras: Ana Maria Moura, Lucia Helena Silva, Miridan Britto Falci e Neusa Fernandes.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL (para eleição de Diretoria)

No dia 14 do mês de dezembro, foi convocada uma Assembleia Geral, às 13h00, em 1ª convocação, e às 14 h, em 2ª convocação, para Eleição de Diretoria, Conselho Fiscal e Comissões Especiais, para o biênio 2018-2019.

Construída em reunião de diretoria, aceitas todas as indicações, com aprovação da maioria dos sócios que compareceram e votaram, foi aprovada e registrada a chapa com a seguinte composição:

Diretoria

Presidente: Neusa Fernandes
Vice-Presidente: Miridan Britto Falci
1ª Secretária: Lená Medeiros de Menezes
2ª Secretária: Vera Cabana de Andrade
1ª Tesoureira: Lucia Helena da Silva
2ª Tesoureira: Ana Maria Moura

Conselho Fiscal:

Efetivos

Fernando Tasso Fragoso Pires
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo

Suplentes
Alex Nicolaeff
Jaime Antunes
Fania Fridman

Comissões Especiais:
Admissão e Exclusão de Sócios
Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia:
Arno Wehling
Maria de Lourdes Vianna Lira
Mary Del Priore

Ciências Auxiliares da História:
Vera Lucia Botrel Tostes
Ondemar Ferreira Dias Gomes
Margareth Pereira

Redação da Revista e/ou Anuário:
Editores
Miridan Britto Falci
Paulo Knauss

Conselho editorial
Carlos Whers
Surama Conde
Marco Aurélio dos Santos
Vera Cabana de Andrade
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Rogéria de Ipanema

Parcerias

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro associou-se;

1– Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na comemoração dos seus 80 anos, com sessão solene realizada no auditório do CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Av. Augusto Severo, 8- 12º andar, Glória.

2– À Escola Nacional de Belas Artes, na organização da Jornada comemorativa do bicentenário da ABA, realizada no mês de agosto, na CEPHAS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Av. Augusto Severo, 8 - 12º andar, Glória.

3– Ao Museu Histórico Nacional, na programação de visitas às exposições temporárias, referentes à cidade do Rio de Janeiroi.

Frequência das sessões

As sessões do IHGRJ foram bastante concorridas, registradas, no Livro de Presenças, de março a dezembro, 338 assinaturas.

Doações:

Paulo Knauss de Mendonça doou o livro *Tão importante Tão esquecido: o Bairro da Misericórdia,* produzido pela equipe do Museu Histórico Nacional, para o acervo da biblioteca do IHGRJ.

Miridan Britto Falci doou o seu livro, recentemente publicado:

A Casa Rosa do Leblon, para o acervo da Biblioteca do IHGRJ.

Vera Cabana Queiroz de Andrade doou o seu livro, recentemente lançado, O Colégio D. Pedro II, para o acervo da biblioteca do IHGRJ.

Neusa Fernandes doou suas últimas publicações para o acervo da biblioteca do IHGRJ: *Eufrásia e Nabuco, A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII, 3ªed, A Inquisição em Minas Gerais-processos singulares 2ªv., Dicionário do Vale do Paraiba Fluminense,* co-autoria com Irenilda Cavalcanti e Roselene de Cássia Coelho Martins; *Efemérides Fluminenses,* co-autoria com Marco Santos e Olinio Coelho*; Efemérides Cariocas*, co-autoria com Olinio Coelho.

Lená Medeiros de Menezes – doou os livros, abaixo relacionados, para o acervo da biblioteca do IHGRJ:

Intelectuais e Ação política de Maria Emília Prado (org.); História e Imprensa de Lucia Maria Neves, Marco Morel e Tania Maria Bressone de Ferreira (org.); *Portugueses no Brasil – imigrantes em dois atos – de Ismênia de Lima Martins e Fernando Sousa* (org.);

Trajetórias de vida na História, de Fernando Tadeu de Miranda Borges, Maria Adenir e Viviane Gonçalves da Silva Costa (org.); *Los Intelectuales latino-americanos y la modernidad y la tradicion siglos XVI y XIX,* de Hugo Carneiro (coord.); *Migrações Ibero-americanas,* de Lená Medeiros e outros (org.); *De Colonos a Imigrantes*, de Jose Robson de Andrade Arruda, Vera Lucia Ferlini e Maria Izilda Santos de Matos (org.); o número 12 da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Tesouraria

Sob controle, a tesouraria manteve-se saudável, sem saldos negativos, sob Roselene de Cássia Coelho Martins.

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Edição da Revista do IHGRJ, ano 24, nº 24 de 2017 (ISSN 1519 5678)

Foram atualizados os números da Revista do IHGRJ, permitindo que fosse publicado o décimo sétimo número no ano de 2017. A diretoria cumpriu a sua meta de distribuição e divulgação, distribuindo para todos os sócios e a todos os Institutos Históricos do país, além de várias instituições culturais.

NOTAS DE FALECIMENTO

Registramos com pesar o falecimento, em dezembro, do querido e talentoso confrade José Nonato Duque Estrada, que abrilhantou, com seu conhecimento, seu ritmo e alegria, a sessão magna do ano passado, comemorativa do registro do primeiro samba gravado no Rio de Janeiro.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

QUADRO SOCIAL
1º de dezembro de 2017

CADEIRAS, PATRONOS E OCUPANTES
por *Neusa Fernandes*

Obs. O primeiro nome corresponde ao Patrono da Cadeira e o último nome em negrito refere-se ao atual ocupante

01 **Julio Afrânio Peixoto**
Bruno Ferreira Gomes
Vera Lucia Bottrel Tostes

02 **Alberto Frederico de Morais Lamego**
Donato Melo Júnior
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

03 **Manuel Tomás Alves Nogueira**
Francisco Gomes Maciel Pinheiro
Maria Cecília Ribas Carneiro
Antonio Luiz Porto e Albuquerque
Julio Bandeira

04 **Pe. José de Anchieta**
Dom Helder Passos Câmara
Marcio Werneck da Cruz
Ary Vasconcelos
Ana Maria da Silva Moura

05 **Manuel de Araújo Porto Alegre (Barão de Santo Ângelo)**
Mario Antônio Barata
Paulo Werneck da Cruz
Afonso Carlos Marques dos Santos
Paulo Knauss de Mendonça

06 **Ariosto Espinheira**
Silvio Salema Garção Ribeiro
Neusa Fernandes

07 **Balthasar da Silva Lisboa**
João Guimarães
Paulo Berger
Paulo Carneiro da Cunha
José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros
Miranda Neto

08 **José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco)**
Rodrigo Otávio Langgard de Menezes Filho
Fernando Monteiro
Dino Willy Cozza
Surama Sá Pinto Conde

09 **João Barbosa Rodrigues**
Oswaldo Orico
Aristides Pinto Coelho
Roberto Guião de Souza Lima

10 **Basílio de Magalhães**
Manuel Viriato Correia Paiva Filho
Joracy Camargo
Marcello de Ipanema
Rogéria de Ipanema

11 **Batista Caetano de Almeida Nogueira**
Alberto Lima
José Fortuna Andréa dos Santos
Ney Oscar Souza Ribeiro de Carvalho

12 **Ariosto Benevenuto Berna**
Rubens D'Almada Horta Porto
José Inaldo Alves Alonso
Ângela Ancora da Luz

13 **João Capistrano de Abreu**
Lucas Mayhoffer
Cláudio Moreira Bento

14 João da Costa Ferreira
Frederico Trota
José de Oliveira Reis
Eliana Rezende Furtado de Mendonça

15 D. Pedro II
Pedro Calmon Moniz Bittencourt
Ana Elisa Lisboa Gregori
Júlio César Machado da Silva
Edmo Rodrigues Lutterbach
Cínara Maria Bastos Jorge

16 Luís Gastão D'Escragnole Dória
João Batista de Matos
Adaílton Sampaio
Rachel Esther Figner Sisson

17 Everardo Backheuser
Silvio Fróes de Abreu
Ondemar Ferreira Dias Júnior

18 Augusto Fausto de Souza
Douglas Sidney Amora Levier
Heloísa Helena Santa Clara de Castro
Carlos Patrício Freitas Pereira
Fernando Tasso Fragoso Pires

19 Felisbello Firmo de Oliveira Freire
Orestes Barbosa
Carlos Satour
Nilo Garcia
Arivaldo Silveira Fontes
Fânia Fridman

20 Frei José Mariano da Conceição Veloso
Adir Guimarães
Mário Ferreira França
Guilherme Andréa Frota

21 Frei Vicente do Salvador (Vicente Rodrigues Palha)
Luís Edmundo Pereira da Costa

Francisco de Paula e Azevedo Pondé
Lucinda Coutinho de Melo Coelho
Jaime Antunes da Silva

22 Frederico Hermeto Pereira Lima
Antenor Nascentes
Thalita de Oliveira Casadei
Fernando Correia de Sá e Benevides
Lucia Helena Pereira da Silva

23 Cônego Januário da Cunha Barbosa
Adolfo Morales de Los Rios
Delso Renaut
Carlos Wehrs
Alex Nicolaeff

24 João Batista Ribeiro de Andrade
Antônio Pimentel Winz
Luís de Castro Souza
Lúcia Maria Paschoal Guimarães

25 Joaquim Manuel de Macedo
Odorico Pires Pinto
Lafayette Guimarães
Paulo José Pardal
Mary Lucy Murray Del Priore

26 Joaquim Norberto de Sousa e Silva
Jonas Correia Filho
Herculano Gomes Mathias
Stella Leonardos

27 José Cândido Guilhobel
Sérgio Ferreira da Cunha
Terezinha Maria Lamego de Moraes Sarmento
Margareth de Silva Pereira

28 Luís Gonçalves dos Santos
Brasil Gerson
Francisco Ruas Santos
Roberto Schmidt de Almeida

29 Armando Magalhães Correia
Augusto Maurício Queiroz Ferreira
Frieda Wolff
João Carlos Nara júnior

30 Max Fleuiss
Henrique Fleuiss
Monsenhor Guilherme Schubert
Maria de Lourdes Viana Lyra

31 Alexandre José de Melo Morais (pai)
José Antônio Lima Guimarães
Odylo Costa Filho
Dahas Chade Zarur
Beatriz Kushnir

32 Alexandre José de Melo Morais (filho)
Gustavo Dodt Barroso
Américo Lourenço Jacobina Lacombe
Egon Wolff
Gabriel Augusto de Mello Bittencourt
Olínio Gomes Paschoal Coelho

33 Cândido Mendes de Almeida
Paulo Ferreira Santos
Geraldo de Menezes
Ronaldo Rogério de Freitas Mourão
Marcos Cotrim de Barcellos

34 Mons. José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo
Eduardo Tourinho
Raimundo Estrela
Humberto Franceschi
Roselene de Cassia Coelho Martins

35 Manuel Duarte Moreira de Azevedo
Roberto Motta Macedo
Cybelle Moreira de Ipanema
Arnaldo Machado
Marcus Antônio Monteiro Nogueira

36 **Alfredo Moreira Pinto**
Mario da Veiga Cabral
Jorge Dosworth Martins
Paulo Braga de Menezes
Umberto Peregrino Seabra Fagundes
José Henrique Millan
Marco Aurélio Martins Santos

37 **Padre Manuel da Nóbrega**
José Carlos de Macedo Soares
Levy Scavarda
Christóvão Dias de Ávila Pires Júnior

38 **Francisco Angenor de Noronha Santos**
Henrique Domingues (o Almirante)
Dalmo Freire Barreto
João Ribeiro da Silva
Nelson de Castro Senra

39 **Olavo Freire**
José Augusto Vaz Sampaio Neto
Salvador Matta e Silva
João Eurípedes Franklin Leal

40 **Manuel de Oliveira Lima**
Carlos Delgado de Carvalho
Francisco Silva Nobre
Marieta Moraes Ferreira

41 **Otelo de Souza Reis**
Júlio Régis Bittencourt
João do Prado Maia
Elysio Custódio Gonçalves de Oliveira Belchior
Lená Medeiros de Menezes

42 **João Pandiá Calógeras**
Antônio Alves Câmara
Luciano Lopes
Áurea Maria de Freitas Carvalho
Maria de Fátima da Mata Argon

43 Benjamim Franklin de Ramiz Galvão (Br. de Ramiz)
Yvolino de Vasconcellos
Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha
Vera Lucia Cabana de Queirós Andrade

44 José Francisco da Rocha Pombo
Manuel Paulo Filho
Nelson Freire Lavarnière-Wanderley
Antônio Bugya de Souza Britto
Francisco de Vasconcellos
Guilherme Pereira das Neves

45 Rodolfo Augusto de Amorim Garcia
Raimundo Magalhães Júnior
Miridan Britto Falci
Esther Caldas Bertoletti

46 Edgar Roquette Pinto
Gastão Cruz
Vicente Costa Santos Tapajós
Paulo Tapajós
Sidney Gomes dos Santos
Maria Augusta Machado da Silva
Hildete Pereira de Melo

47 Teodoro Fernandes Sampaio
Virgílio Correia Filho
Lourenço Luís Lacombe
Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves
Marcos Ribeiro Corrêa
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

48 Francisco Adolfo de Varnhagen
Antônio Carneiro Leão
Demóstenes de Oliveira Dias
Alípio Mendes
Arno Wehling

49 José Vieira Fazenda
Nelson Nunes Costa
João Maurício Wanderley de Araújo Pinho

50 Virgílio dos Reis Várzea
Afonso Várzea
Afonso Celso Vilela de Carvalho
Ismênia de Lima Martins

SÓCIOS CORRESPONDENTES BRASILEIROS
(por unidade da federação)

ALAGOAS (IHGAL)
01 Jayme Lustosa de Altavila

AMAZONAS (IGHA)
02 José Geraldo Xavier dos Anjos

BAHIA (IGHB)
03 Consuelo Pondé de Sena (†)

CEARÁ (Instituto do Ceará)
04 José Augusto Bezerra

DISTRITO FEDERAL (IHGDF)
05 Adirson Vasconcelos
06 Affonso Heliodoro dos Santos

ESPÍRITO SANTO (IHGES)
07 Gabriel Augusto de Mello Bittencourt
08 Getúlio Marcos Pereira Neves

GOIÁS (IHGG)
09 Aidenor Aires
10 José Mendonça Teles

MARANHÃO (IHGM)
11 Telma Bonifácio Reinaldo dos Santos

MINAS GERAIS (IHGMG)
12 Francisco Augusto Xavier Brandão
13 Celso Falabella Figueiredo Castro

PARANÁ (IHGPR)
14 Ernani Costa Straube

PERNAMBUCO (IAHGP)
15 George Félix Cabral de Souza
16 Reinaldo José carneiro Leão

Piauí

17 José Elmar de Mello Carvalho

RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN)

18 Jurandyr Navarro da Costa

RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS)

19 Luis Alberto Cibilis

20 Miguel Frederico do Espírito Santo

SÃO PAULO (IHGSP)

21 Adilson Cezar

22 Geraldo Barbosa Tomanik

23 Hernâni Donato

24 Nelly Martins Ferreira Candeias

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

ITÁLIA

01 Giulio Sanmartini

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS
(por unidade da federação)

01 Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)

02 Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)

03 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)

04 Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

05 Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)

06 Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)

07 Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)

08 Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)

09 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)

10 Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS)

11 Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)

12 Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)

13 Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)

14 Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)

15 Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

16 Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)

17 Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)

18 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
19 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)
20 Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO)
21 Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
22 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
23 Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

FUNDADORES

Afonso Várzea

"Almirante" (Henrique Foreis Domingues)

Antonio Carneiro Leão

Ariosto Berna

Augusto Maurício Queirós Ferreira

Douglas Sidney Amora Levier

Eduardo Tourinho

João Batista de Matos

Manuel Paulo Teles de Matos Filho

Mário da Veiga Cabral

Nelson Costa

Odorico Pires Pinto

Pedro Calmon Monis de Bittencourt

Sílvio Salema Garção Ribeiro

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os textos deverão ser entregues em uma cópia impressa em formato A4, no endereço do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
2. Os arquivos devem ser salvos na extensão "doc" ou "rtf", digitados em programa de editor de texto no padrão Microsoft Office Word, edição 98 ou superior.
3. Utilizar a Fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e alinhamento justificado.
4. Os textos devem conter no máximo 15 (quinze) laudas (ou até 35.000 caracteres com espaços).
5. Os textos devem começar na altura da 8ª linha da página depois da linha do autor, de forma contínua, sem pular nenhuma linha e não deverão conter tabulação, colunas e separação de sílabas hifenizadas.
6. Somente os parágrafos devem iniciar-se com 1,5 cm de recuo.
7. Margens: superior 3 cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm e direita 2 cm.
8. As páginas devem ser numeradas, com exceção da primeira, na margem superior direita.
9. O título do trabalho deve ser apresentado em letra maiúscula, negrito e centrado, na primeira linha da página. Quando houver subtítulo, este deve ser em letra minúscula, separado do título por dois pontos, (ex. TÍTULO: subtítulo)
10. A autoria deve vir abaixo do título, em itálico, separado por uma linha em branco, alinhado pela direita e acompanhado da nota de rodapé – número 1 (um). Nesta nota, deve conter a titulação máxima do autor, mais 1 (uma) informação sobre o cargo ou função que exerça em uma instituição em que trabalhe ou a que pertença. Se o autor for sócio do IHGRJ, incluir ainda no fim, antecedido por vírgula, a categoria: Sócio Efetivo, Emérito, Correspondente... do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.
11. As notas devem vir no rodapé, na fonte Times New Roman, em corpo 10 e espaçamento simples. Devem ter apenas o caráter explicativo/complementar e ser numeradas em algarismos arábicos sequenciais. (Ex.: 1,2, 3 etc.)

12. Evitar palavras, expressões ou frases em itálico, negrito ou sublinhado.
13. As palavras estrangeiras devem vir obrigatoriamente em itálico.
14. Caso o trabalho contenha imagens, estas deverão ser escaneadas em 300 "dpi" no formato TIF ou JPG, dimensionadas no formato aproximadamente, de no máximo 8 x 8 cm, contendo legenda e fonte, e na quantidade máxima de 5 (cinco) imagens, inseridas no próprio documento, na posição correta, como também reunidas em arquivo separado.
15. As tabelas devem ser digitadas seguindo a formatação padrão de tabela do programa editor de texto.
16. As citações até 3 (três) linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses, o último sobrenome do autor em letras maiúsculas, o ano de publicação e o número da página ou das páginas, antecedido da letra p. : (SOBRENOME, ano: p. número da página).
17. As citações a partir de 4 (quatro) linhas devem estar em fonte Times New Roman, corpo 10, itálico, espaço simples, com recuo esquerdo de 4 cm. As referências das mesmas devem constar no final do texto recuado, entre parênteses, como no exemplo acima.
18. As Fontes e as Referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto, precedidas da palavra correspondente em negrito (ex.: Fontes (em primeiro, quando houver, e Referências bibliográficas) e deverão respeitar as regras da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor, como nos exemplos:

. Livro no todo:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico: subtítulo em normal (quando houver). Cidade: Editora, ano.

Quando se tratar de segunda ou mais edições, referendar depois do título (ex.: 2 ed., 3 ed.).

. Capítulo em livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: Título da obra em itálico. Cidade: Editora, ano. p. .... - ..... .

. Artigo em revista:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título da revista. Cidade: Editora, a., v. , n. , p. ..... - ....., data/ano. (quando for o caso de trimestre ou bimestre, abreviar os meses (exemplo: jul./set. 2009.)

. Artigo em jornal:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do jornal. Cidade, nome do caderno ou coluna (quando houver), p. ... - ..., data. (exemplo: 5 jan. 2009).

19. Após as Referências bibliográficas, que encerram os textos, incluir, no alinhamento justificado, Resumo e Abstract ou Resumé ou Resumen com até 6 (seis) linhas cada, acompanhados de 3 (três) Palavras-chave e 3 (três) Keywords ou Mots-clés ou Palabras-clave respectivamente, separados por ponto e vírgula. Exemplo:

Resumo

(texto)
Palavras-chave: ..... ; ..... ;.....

Abstract ou Resumé ou Resumen
(texto)
Keywords ou mots-clés ou palabras-clave: ..... ; ..... ;.....

O Conselho Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos que não atendam às normas estabelecidas ou que não correspondam aos objetivos e interesses da Revista.

Os trabalhos não aceitos pelo Conselho Editorial deverão ser retirados na Instituição com agendamento prévio pelo e-mail: ihgrj@ ihgrj.org.br

Os textos devem ser entregues ou remetidos para:

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
Miridan Britto Falci (Editora)
Av. Augusto Severo, n. 8 – 12° andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 25, número 25, 2018

Capa: Rogéria de Ipanema
Diagramação: Leandro S. Lima

NOVA
Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A impressão da nova fase da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* é realizada pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, uma parceria iniciada pela publicação do número 17, do ano de 2010.